

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rafael de Borba Araujo

A Brigada Militar e a Segurança Nacional:  
Inimigo Interno e Guerra Revolucionária na Academia de  
Polícia Militar do Rio Grande do Sul - 1980/1985

Porto Alegre 2013



Rafael de Borba Araujo

**A Brigada Militar e a Segurança Nacional:  
Inimigo Interno e Guerra Revolucionária na Academia de  
Polícia Militar do Rio Grande do Sul - 1980/1985**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre 2013

Araujo, Rafael de Borba

A Brigada Militar e a Segurança Nacional: Inimigo Interno e Guerra Revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul - 1980/1985 /

Rafael de Borba Araujo. – 2013.

233 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Polícias Militares. 2. Doutrina de Segurança Nacional. 3. Doutrina de Guerra Revolucionária. 4. Policiamento Ostensivo. 5. Brigada Militar. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.



## Folha de Aprovação

*Em memória do Sub. Araujo.*





## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento da pesquisa.

À minha família, Sônia e Carol, pela compreensão e apoio ao longo de mais essa etapa.

Ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter aceitado o desafio de compartilhar dessa jornada e por todo apoio fornecido ao longo da produção do trabalho.

Ao Professor Enrique Serra Padrós, orientador, referência, e inspiração. Pela confiança depositada, pelo conhecimento compartilhado, pelo respeito, paciência e, acima de tudo, pelo exemplo.

À professora Ondina Fachel Leal, nossa Coordenadora, pelo apoio fundamental nos momentos turbulência.

Aos professores Carlos Arturi e Cláudia Wasserman, membros das bancas de qualificação e defesa, pelas dicas, conselhos e apontamentos.

À Nara Widholzer, pelo incentivo e auxílio paciente e incansável e, principalmente, pelo apoio e proteção.

Aos militares responsáveis pela excelente recepção que tive nas organizações militares que visitei: Sgt. Terezinha, Sgt. Bayerle, Sub. Domingos, Soldado Fabiana, Ten. Cel. Eikel, Cel. Ronald, Cap. Amarantes e Cel. Valentin.

Às Academias, centros de formação, e bibliotecas das Polícias Militares dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

À Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Aos amigos que forneceram auxílios importantes ao longo da realização dessa pesquisa. Talita Procópio, Natália e família Lucas, Dani Pires e Dani, Raquel Carriconde, Taís Avancini, Paula, Bruno Marques, Luciano Thomé, seu Manelão e família.

Às professoras Sílvia Copé, Carla Simone Rodeghero, e Cláudia Mauch, fundamentais em minha formação de pesquisador e pilares para a produção dessa obra.

Aos meus irmãos de graduação, Carlos Torcato, Cesar Pereira, David Cunha, Fábio Sosa, Márcio Mocelin, Karin Comandulli, Thiago Rodrigues e Tiago Araújo.



## RESUMO

O trabalho analisa a penetração e desenvolvimento dos conceitos basilares da Doutrina de Guerra Revolucionária na Brigada Militar, polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de meados dos anos 50. Baseia-se nas monografias de conclusão produzidas pelos alunos oficiais formandos nos cursos de aperfeiçoamento de quadros da Academia de Polícia Militar realizados entre 1980-85. A escolha do período e tema deste trabalho volta-se ao entendimento do papel das Polícias Militares brasileiras no quadro internacional da Guerra Fria e, no plano interno, da Doutrina de Segurança Nacional, institucionalizada no país após a promulgação da carta constitucional de 1967. A Doutrina pretendia impedir a “comunização” do país e, aliada a um programa de desenvolvimento econômico, torná-lo uma potência do bloco ocidental. Por meio dela implantou-se um modelo de policiamento militarizado que determinou a atuação das polícias militares em uma prevista situação de Guerra Interna, no combate aos inimigos subversivos atuantes no plano interno do país.



## **ABSTRACT**

This paper analyzes the development of concepts from the Doctrine of the Revolutionary War and their implementation by the "Brigada Militar", the military police of Rio Grande do Sul, from the mid 50s on. It is based on theses written by students graduating with degrees in military science from the Military Police Academy between 1980 and 1985. In this paper, the choice of time-period and theme addresses the role of the Brazilian Military Police within both the international context of the Cold War and the domestic context of the National Security Doctrine, which was institutionalized in the country after the promulgation of the Constitutional Charter of 1967. The Doctrine intended to prevent the "communization" of the country and, combined with an economic development program, turn it into a Western bloc power. Through this Doctrine, a model of militarized policing was deployed, which determined the actions of the military police in an anticipated situation of civil war with subversive enemies acting from within the country.



## ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Ação Católica

ACB – Ação Católica Brasileira

ACISO – Ação Cívico-Social

AP – Ação Popular

APM-BB – Academia de Polícia Militar do Barro Branco

APM D. João VI. – Academia de Polícia Militar Dom João VI

APM-RS – Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

BC – Batalhão de Caçadores

BM – Brigada Militar

BOE – Batalhão de Operações Especiais

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

BPChoq – Batalhão de Polícia de Choque

BPM – Batalhão de Polícia Militar

Btl - Batalhão

Btl Mtz – Batalhão Motorizado

CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CCO - Centro de Cultura Operária

CE – Curso de Ensino

CEBRADE - Centro Brasil Democrático

CFE – Conselho Federal de Educação

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

Cia. – Companhia

CIGS – Centro de Instrução de Guerra na Selva - EB

CIET RS - Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul

CIM – Centro de Instrução Militar

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

COIN – *Counterinsurgency Warfare* (Guerra de Contra-insurgência)

CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores

COSAC – Centro de Operações de Selva e Ações de Comando - EB

CIPES - Centro de Intercambio e Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CS - Convergência Socialista

CSCEP - Centro de Saúde Cultura e Educação Popular

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

CPM – Curso de Preparação Militar

CSPM – Curso Superior de Polícia Militar

DGI – *Dirección General de Inteligencia* (Serviço de Inteligência Cubano)

DGP – Departamento Geral de Pessoal

DSN – Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

EB – Exército Brasileiro

ECEME – Escola de Comando Maior do Exército

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

GCMA - *Groupements de Commandos Mixtes Aéroportés*

GMI - *Groupement Mixte d'Intervention*

JCR - Junta de Coordenação Revolucionária

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

JUDEPRO - Juventude Democrática e Progressista

IAPA – *Inter-American Police Academy*



IPA – *International Police Academy*.

IGTF - Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

IPM – Inquérito Policial Militar

KGB - *Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnostil* (Serviço Inteligência Soviético)

MAP – *Military Assistance Program*

MCI – Movimento Comunista Internacional.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OBAN – Operação Bandeirantes

OLP - Organização para Libertação da Palestina

OPM – Organização Policial Militar

OSI - Organização Socialista Internacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

Pel. - Pelotão

PM – Polícia Militar / Policial Militar

PMAL – Polícia Militar do Estado de Alagoas

PMCE – Polícia Militar do Estado do Ceará

PMEG – Polícia Militar do Estado da Guanabara

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMMA – Polícia Militar do Estado do Maranhão

PMSP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PATRES – Patrulhas Especiais

POE – Pelotão de Operações Especiais

PT - Partido dos Trabalhadores

PTA - Partido do Trabalho da Albânia.

PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar

RPMon – Regimento de Polícia Montada

RPRMont – Regimento de Polícia Rural Montada

SISA – Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UMESPA União Metropolitana de Estudantes Secundaristas de Porto Alegre

UMES-SP - União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

UPES - União Paulista dos Estudantes Secundaristas

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 DE FORÇA BÉLICA NO POLICIAMENTO À POLÍCIA EM ATIVIDADE BÉLICA: BREVE HISTÓRICO DA BRIGADA MILITAR.</b> .....	21
1.1 A FORÇA BÉLICA .....	21
1.2 A FORÇA BÉLICA E O POLICIAMENTO .....	31
1.3 O PROCESSO DE POLICIALIZAÇÃO .....	41
1.4 A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E A BRIGADA NO POLICIAMENTO OSTENSIVO .....	51
<b>2 POLICIAMENTO DE GUERRA: A BRIGADA MILITAR SOB A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL</b>	<b>59</b>
2.1 AS POLÍCIAS MILITARES NA SEGURANÇA NACIONAL.....	59
2.1.1 A Inspetoria Geral das Polícias Militares .....	60
2.1.2 Segurança Nacional e Guerra Interna .....	67
2.2 A GUERRA REVOLUCIONÁRIA.....	78
2.2.1 O Nascimento da Nova Doutrina: a Guerra Revolucionária Francesa .....	78
2.2.2 A Guerra Revolucionária nas Forças Armadas do Continente Americano: a Revolução Cubana e a consolidação da Guerra Interna .....	94
2.2.3 A Guerra Revolucionária e as Polícias Militares Brasileiras .....	100
<b>3 GUERRA REVOLUCIONÁRIA E INIMIGO INTERNO NA APM RS</b> .....	<b>115</b>
3.1 OS ANOS 80 E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL.....	116
3.1.1 A Abertura Democrática e a Formação de Oficiais .....	116
3.1.2 Segurança Nacional e a Atuação das PMs nos Anos 80. ....	128
3.2. AS RESPOSTAS DAS POLÍCIAS MILITARES.....	142
3.2.1 Medidas Preventivas .....	142
3.2.2 Medidas Repressivas.....	146
3.3 O INIMIGO .....	159
3.3.1 A Lei da Anistia e os Exilados.....	162
3.3.2 A Imprensa .....	167
3.3.3 A Igreja .....	175
3.3.4 Informações e atuação da esquerda em 1984.....	183
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>205</b>

<b>ANEXOS .....</b>	<b>212</b>
ANEXO I - TABELAS FORMANDOS CAO/CSPM – BRIGADA MILITAR.....	212
ANEXO 2 - MONOGRAFIAS PMEG/PMERJ .....	214
ANEXO 3 - CORRESPONDÊNCIAS BRIGADA .....	215
ANEXO 4 RELAÇÃO OFICIAIS BRIGADIANOS NO EXTERIOR .....	217
ANEXO 5 - BRASÕES DA BRIGADA MILITAR.....	221

## INTRODUÇÃO

A pesquisa trata da análise das transformações das atividades da Brigada Militar do Rio Grande do Sul a partir da promulgação da carta constitucional de 1967, que decretou a militarização do policiamento ostensivo no país. A carta e suas leis complementares promoveram uma alteração nas funções desempenhadas pelas Polícias Militares brasileiras, que passariam a executar o monopólio das atividades de policiamento ostensivo. As forças substituíram as Guardas Cíveis e de Trânsito nas atividades de patrulhamento de ruas e policiamento preventivo, passando a desempenhar papel chave no quadro da Segurança Nacional, atuando na Segurança Interna como última barreira das forças da ordem antes da intervenção direta das forças armadas. As atividades então outorgadas resultaram em investimentos massivos nas forças, com ampliação significativa dos quadros e aquisição de viaturas, material bélico e equipamentos.

A Constituição e seus decretos complementares determinaram ainda a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão vinculado ao Estado Maior do Exército, criado com a incumbência da centralização de todas as atividades das PMs sob a égide do Ministério da Guerra. A medida foi tomada em detrimento dos governadores estaduais e suas secretarias de segurança pública, que então, além de disporem do comando direto das forças, eram responsáveis pela nomeação de seus comandantes gerais<sup>1</sup>.

O trabalho demonstra que a IGPM foi responsável pelo enquadramento das Polícias Militares Brasileiras nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSN), utilizando-se de uma ampla uniformização das forças em todos os âmbitos de suas estruturas, passando por seus efetivos, administração, planos de carreira e mesmo aspectos técnicos policiais, de material bélico e treinamento.

O estudo propõe a compreensão desta reestruturação como enquadrada nas concepções da Guerra Revolucionária, teoria bélica adotada pelos ideólogos da Doutrina de Segurança Nacional. Procuramos demonstrar que a teoria de Guerra Revolucionária desenvolvida pelos militares brasileiros apresenta-se influenciada pela conjuntura internacional de Guerra-Fria e pelos conceitos fornecidos pela Doutrina de Guerra Revolucionária Francesa e Contra Insurgência norte-americana.

---

<sup>1</sup>Decreto-lei número 317, de 18 de Março 1967.

Pretende-se compreender como as doutrinas contrarrevolucionárias desenvolvidas por teóricos franceses e norte americanos, influenciaram no deslocamento da situação de Guerra Total Bipolar para o plano interno brasileiro por meio da adoção da teoria de Guerra Revolucionária e seus dois conceitos basilares de “Fronteiras Ideológicas” e “Inimigo Interno”.

A escolha do período e tema deste trabalho volta-se diretamente ao entendimento do papel das Polícias Militares brasileiras no quadro internacional da Guerra Fria e, no plano interno, da Doutrina de Segurança Nacional, institucionalizada no país após a promulgação da carta constitucional de 1967. A Doutrina pretendia impedir a “comunização” do país e, aliada a um programa de desenvolvimento econômico, torná-lo uma potência do bloco ocidental.

A intenção de identificar o desenvolvimento desse ideário na corporação, baseia-se no papel chave desempenhado pelos órgãos repressivos estatais durante os anos de regime militar e, principalmente, na demanda decorrente da escassez de estudos sobre as polícias militares no quadro da Segurança Nacional.

Oficialmente institucionalizada a partir da carta de 1967, a aproximação da corporação com as “modernas” teorias de policiamento remontam na Brigada ao fim dos anos 50, período de solidificação na Escola Superior de Guerra das forças armadas brasileiras dos preceitos da DSN, e dos primeiros contatos de nossas forças armadas com a Doutrina de *Guerre Révolutionnaire* francesa. Nesse período também ocorreram as primeiras visitas de oficiais da Brigada Militar às academias militares e policiais norte americanas no Canal do Panamá e Estados Unidos.

A Guerra Revolucionária para os ideólogos da DSN seria a nova estratégia de expansão adotada pelo inimigo comunista. Os avanços tecnológicos e científicos no campo bélico militar, particularmente a invenção da bomba atômica, inviabilizaram a possibilidade de uma guerra aberta entre as duas grandes potências frente à iminência de destruição mútua. Dessa forma, compreendiam que os comunistas teriam adotado essa nova estratégia, desencadeada no âmbito interno dos países, desenvolvida por quadros locais ideologicamente comprometidos com a causa comunista. A nova estratégia, ao contrário da guerra até então travada, centrava-se na conquista da população, e não de áreas geográficas. Na definição do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), a Guerra Revolucionária seria:

A guerra interna de concepção Marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares e da parcela da população assim subvertida<sup>2</sup>.

Atentos à influência de aspectos da conjuntura internacional na formulação estratégica de forças policiais, por definição, voltadas à atuação em plano interno dos países, adotamos a abordagem sociológica do Estado para as Relações Internacionais nos moldes propostos por Fred Halliday. A Abordagem Sociológica segundo o autor entende o Estado como um conjunto específico de instituições coercitivas e administrativas, distintas do contexto político, social e nacional mais amplo no qual se insere<sup>3</sup>.

Com um trabalho voltado à compreensão da influência da conjuntura internacional na formação e transformação de uma das mais características instituições do Estado: a polícia; responsável por exercer a mais distintiva das suas atribuições - o monopólio da violência legal - buscamos compreendê-lo como “um conjunto de organizações administrativas, políticas e militares, encabeçadas e mais ou menos bem coordenadas pela autoridade executiva”<sup>4</sup>.

O refinamento proposto permite diferenciações importantes entre as categorias analíticas de Estado e Governo, e mesmo, entre Estado e Nação, possibilitando, conforme nossos objetivos, uma abordagem centrada no estudo das relações entre o Estado e sua nação:

A questão da capacidade dos Estados, de como os Estados administram suas populações e seus territórios, e dos muitos mecanismos para impor e estender esse controle, é uma das que mais produz resultado na investigação comparada e histórica. Esta abordagem liberta o estudo do Estado do conceito de soberania, da suposição de que o Estado tem o monopólio de poder e legitimidade dentro de determinado território e, ao invés disso, pergunta como, até que ponto, e com quais mudanças este

---

<sup>2</sup> MATTOS, Carlos de Meira. *Apresentação*. In: BONNET, Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias: da antiguidade até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963.

<sup>3</sup> HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 92

<sup>4</sup> SKOCPOL, Theda. *State and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 29. *Apud*: HALLIDAY, op. cit. p.92.

controle se desenvolveu. A premissa [...] de que o Estado é soberano ao efetivamente controlar o território e a população sob seu governo [...] é uma simplificação empírica [...] ela impede a análise de como o controle é exercido e desenvolvido e como outros fatores, incluindo os internacionais, podem modificar e afetar essa capacidade de controle<sup>5</sup>.

Tal abordagem favorece a percepção do Estado como ator doméstico e internacional quando, ainda segundo Halliday, aqueles que controlam o poder de estado tendem a disponibilizar recursos internacionais, militares, econômicos e políticos para conter ameaças domésticas, de forma que muito das relações internacionais pode ser percebido como uma internacionalização dos conflitos domésticos<sup>6</sup>.

Tais percepções em muito contribuem com nossas pretensões de pesquisa, de estabelecer relações entre a adoção de uma teoria específica de policiamento por parte do Estado brasileiro em 1967, e as mudanças na conjuntura política internacional durante esse período da Guerra Fria. O trabalho se propõe estudar, em um contexto comparativo e histórico, como o funcionamento do Sistema Internacional afetou o desenvolvimento dos mecanismos internos de controle do próprio aparato estatal brasileiro. Demonstramos aos moldes propostos por Halliday, como setores recém-alçados ao poder do Estado (os militares), utilizaram-se de apoio internacional – financeiro, logístico, teórico, tecnológico e político – para resolverem seus conflitos domésticos em prol de sua ascensão e manutenção no poder de estado.

Grosso modo, os autores que estudam a formação dos estados nacionais apontam que as polícias modernas derivaram de uma especialização das forças armadas surgida a partir da inadequação dos exércitos, desenvolvidos para o combate aos inimigos, para atuação no âmbito interno do Estado Nação, no trato com seus cidadãos<sup>7</sup>. Hobsbawm resume as diferenças fundamentais entre os dois tipos de forças:

Uma - vamos chamá-la de “exército” – dirige-se contra outras forças armadas com objetivos de derrotá-las. A outra – vamos chamá-la de “polícia”, dedica-se a manter ou estabelecer o grau requerido de respeito à lei e a ordem pública dentro de uma entidade política preexistente, tipicamente um país. A vitória, que

---

<sup>5</sup> HALLIDAY, op. cit. p. 97.

<sup>6</sup> Ibid p. 98.

<sup>7</sup> TILLY, Charles. *Coerção Capital e Estudos Europeus 990-1992*. São Paulo: EDUSP. 1996.  
GIDDENS, Anthony. *O Estado Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.



não tem necessariamente uma conotação moral é o objetivo de uma força; a apresentação dos violadores da lei à justiça, que sim, tem uma conotação moral, é o objetivo da outra<sup>8</sup>.

A opção pelo policiamento ostensivo militarizado realizada pela Ditadura de Segurança Nacional Brasileira vai de encontro a essa lógica. A análise das fontes utilizadas em nossa pesquisa revela a atuação das Polícias Militares no policiamento ostensivo embasada em uma sofisticada teoria de guerra, que prevê a necessidade de uma vitória a qualquer custo sobre um inimigo que atua no âmbito interno do país auxiliado, quando não a serviço, de uma potência estrangeira.

Os termos do latim vinculados à guerra derivam da raiz *bellum* (guerra), como *bellator* (guerreiro) e *Bellona* (deusa da guerra). *Miles\**, que mais se aproxima de nosso termo português “soldado”, relacionava-se com a posição de unidade do *miles* na formação militar. O *miles* (unidade de milhar) estava para a Mília (ou Milítia)<sup>9</sup>, o grupo de mil homens, tal qual o Decurião para a Decúria, e o Centurião para a Centúria. Nesse sentido, o militarismo relacionava-se a técnica de organização de homens para desempenhar atividades aos milhares, a técnica de “andar em mil”<sup>10</sup>. Essa técnica, tal qual uma parte significativa da tecnologia humana, foi desenvolvida em função da guerra, mas não se confunde necessariamente com ela. Existem guerreiros que não são militares (como os guerreiros de sociedades sem estado por exemplo) e, vice-versa, militares que não são guerreiros. O próprio latim possui os dois termos, *Bellator* e *Miles*, que não são sinônimos. A técnica de organização militar serve e serviu também para organizar homens para fins não bélicos, tais como a construção civil, a produção fabril, a organização hospitalar e escolar, para grupos de escoteiros, corpo de bombeiros, ordens religiosas, corpos diplomáticos e, até mesmo, como no caso de nosso objeto de pesquisa, organizações policiais.

Mais do que uma associação direta entre os termos militar e bélico, acreditamos que devemos nos concentrar nesse quadro de possibilidades de modelos de organizações militares existentes, nos modelos de militarismo adotados e desenvolvidos. O que nos levou ao aprofundamento no estudo das estruturas militares da corporação ao longo de sua

<sup>8</sup> HOBBSAWN, Eric. *Globalização Democracia e Terrorismo*. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.p.27.

<sup>9</sup>\* todos os termos levantados no Dicionário *online* de termos em Latim da Universidade de Notre Dame. Acesso em 07/13 <http://cawley.archives.nd.edu/cgi-bin/lookdown.pl>

<sup>10</sup> Note-se que o termo em português, refere-se não em relação à posição do militar em sua unidade, mas sim, a forma com que é recompensado.

história e das mudanças implantadas quando da intervenção realizada pelo governo militar por meio da IGPM.

Pretende-se compreender em que tipo de guerra, e contra qual inimigo, encontram-se envolvidos e lutando os alunos oficiais atuantes no período, e como se justifica a existência e manutenção de um sistema de policiamento ostensivo militarizado pela concepção de guerra adotada pela Doutrina de Segurança Nacional.

A partir dessas preocupações, levantamos as perguntas que norteiam nosso trabalho: Qual o papel que destinado as Polícias Militares no quadro da Segurança Nacional, particularmente no que se refere a suas atividades na Segurança Interna e na Guerra Revolucionária?

Considerando a história pregressa da instituição e suas atuações em atividades bélicas e de policiamento, em que o novo modelo de policiamento diferia das atividades até então desempenhadas pela Brigada Militar?

Frente à pesada influência teórica de ambas as potências estrangeiras citadas sobre nossas forças armadas, como se constrói a relação dos oficiais da Brigada Militar com as teorias de guerra propostas? Adotaram algum dos modelos sugeridos por franceses e estadunidenses? Encontram-se estritamente enquadrados nos manuais fornecidos pelo Exército através da IGPM? Desenvolveram uma teoria própria a partir das ferramentas proporcionadas por ambas as teorias?

Quais as mudanças implantadas na estrutura da corporação para responder satisfatoriamente as suas novas atribuições? Como se desenvolveram as unidades especialmente voltadas às atividades de Guerra Revolucionária, como os Batalhões de Controle de Distúrbio de Rua – BP CHOQUE, Batalhões de Operações Especiais (Boinas-Negras), e unidades Rádio-Motorizadas? Da mesma forma, vamos acompanhar as atividades das Seções de Estado-Maior diretamente voltadas ao combate do Inimigo, a PM-2 (Seção de Inteligência - serviço secreto), e a PM-5 (Seção de Ação Psicológica e Comunicação Social).

Considerando a implantação da teoria de guerra perguntamos ainda, como se deu o desenvolvimento do ideário de “Inimigo Interno” na Academia de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul e seu possível amadurecimento ao longo dos anos do regime? Quem eram os inimigos com quem se viam combatendo no início dos anos 80? Ainda eram os mesmos do momento da implantação oficial da Doutrina em 1967? Quais as consequências

das agitações políticas do período da Abertura para o processo de incorporação de novos atores sociais no rol dos grupos considerados “Inimigo Interno”?

Frente à definição proposta pelas forças armadas de que a Guerra Revolucionária é uma estratégia internacional do comunismo para a conquista do mundo, perguntamos ainda: como percebiam as ligações desses grupos definidos como Inimigo Interno com o exterior ou as atividades internacionais do dito Movimento Comunista?

Acreditamos que o trabalho contribui para compreensão do funcionamento das Polícias Militares brasileiras no período da Ditadura, bem como das diretrizes do processo de militarização do policiamento ostensivo então implantado. Dessa forma, favorece o estabelecimento do elo doutrinário que vincula as Polícias Militares com as diretrizes gerais da Doutrina de Segurança Nacional. Complementarmente, o estudo proporciona subsídios para o saneamento da falta de estudos sobre a instituição Polícia Militar e seu papel no quadro repressivo do período.

O trabalho propõe um estudo sobre o processo de militarização do policiamento ostensivo que busca articular a conjuntura política interna do estado do Rio Grande do Sul, que desde os anos 50 vivia uma disputa entre a Brigada Militar e os órgãos civis de policiamento em torno das atividades de policiamento ostensivo, com a conjuntura nacional de consolidação da Ditadura de Segurança Nacional, e a conjuntura internacional de mudança na estratégia defensiva do bloco ocidental - abordagem inovadora da temática.

A proposta sustenta a militarização do policiamento como decorrente de uma estratégia de guerra, com fins abertamente políticos e secundariamente relacionados às questões de planejamento de combate ao crime, opção inédita para a explicação do policiamento militarizado e atuação das Polícias Militares em âmbito nacional. É importante ressaltar que a análise do caso da Brigada Militar, polícia militar do Rio Grande do Sul, implica em reconhecer que este foi o único estado brasileiro daquele período que possuía no quadro da segurança nacional uma “Sub-Área de Defesa Interna”, divisão considerada a mais sensível estrategicamente no quadro da Segurança Nacional, representada por sua Zona de Fronteira<sup>11</sup>. O destaque reservado a essa zona específica do território, sugere que a

---

<sup>11</sup> Segundo o sistema defensivo proposto pelo Conselho de Segurança Nacional, que dividia o país em Zonas e Sub-Zonas de Defesa Interna, uma Sub-área de Defesa Interna representaria o estrategicamente mais sensível dos pontos da divisão. FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.121.

importância estratégica do Rio Grande do Sul no plano de Defesa Interna extrapole o âmbito nacional. Sua proximidade com os países vizinhos fez da fronteira do estado rota de fuga para perseguidos políticos de todos os países da região, tornando-se o estado um privilegiado “teatro de operações” para a atuação articulada dos órgãos de segurança dos regimes ditatoriais da região, que realizaram atividades de perseguição e monitoramento conjunto contra seus opositores. Nesse sentido, o trabalho também proporciona elementos para análise da lógica de formação do aparato repressivo do bloco ocidental e, particularmente da América do Sul, ao longo do período da guerra-fria. Estudando os fundamentos teóricos que embasaram a atuação internacional articulada das forças repressivas dos regimes ditatoriais da região.

Por último, a pesquisa contribui para o resgate do papel da Doutrina Francesa no conjunto das forças armadas e policiais do Brasil, fato ainda pouco conhecido, apontando ainda a aproximação direta por parte das forças armadas brasileiras com teóricos franceses, e de nossas policias com as academias militares norte americanas, também diretamente influenciadas pelas mesmas fontes francesas<sup>12</sup>.

O trabalho favorece a percepção da interação entre fatores externos e internos para as formulações da política repressiva do país, e a forma com que a inserção e nas relações internacionais influenciaram a estruturação e atuação do estado em âmbito interno.

A inexistência de trabalhos sobre o tema tem comprometido a compreensão da militarização do policiamento ostensivo brasileiro realizado pela Ditadura de Segurança Nacional, assim como da lógica de atuação das Polícias Militares ao longo do período, limitando seriamente o entendimento das atividades desempenhadas por tais corporações em nossos dias.

O trabalho baseia-se principalmente na análise das monografias de conclusão dos Cursos de aperfeiçoamento de quadros da Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul (APM-RS) - Curso Superior de Polícia Militar (CSPM), e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), produzidas entre os anos de 1980 e 1985. Os cursos eram quesitos obrigatórios para ascensão na carreira de Oficial de Polícia Militar, e voltados à preparação dos quadros

---

<sup>12</sup> PARKER, Phyllis. 1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 p.119-121.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo. 1946-1964*. 2006. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 141.

destinados a ocuparem os mais altos postos da hierarquia da instituição. A pesquisa incorpora ainda monografias semelhantes produzidas por alunos oficiais da Polícia Militar do Estado da Guanabara, e ainda uma gama de outras fontes provenientes da burocracia da Brigada Militar e de outras polícias militares, do Exército Brasileiro, ou levantadas na bibliografia consultada.

No Rio Grande do Sul, a busca pela compreensão do desenvolvimento das atividades da força no policiamento ostensivo e Segurança Interna é favorecida no início dos anos 80 pela possibilidade de análise da produção acadêmica dos oficiais da Brigada Militar. Nesse período, a Academia de Polícia Militar (APM-RS) disponibiliza para consulta as monografias de conclusão de curso dos alunos formandos em seus cursos de aperfeiçoamento de quadros. Os cursos tinham duração média de seis meses, destinados a oficiais de Polícia Militar em plena atuação, que já haviam passado pelo processo de formação realizado no CFO, Curso de Formação de Oficiais, com duração média de quatro anos. Nesse sentido, não representam as percepções de alunos em formação, e sim de oficiais com experiência de comando e atuação de campo.

Essas monografias escritas nos anos finais do regime militar apresentam-se como uma rica fonte para o estudo do tema abordado, possibilitando uma aproximação direta com os conceitos utilizados pela instituição para a formação de seus quadros. A análise das ferramentas teóricas então utilizadas pelos oficiais brigadianos proporciona uma visão dos conceitos incorporados pelos teóricos da corporação desde sua fundação realizada com estreita colaboração do Exército Nacional, e aos quais se somaram a experiência decorrente de suas viagens para realização de cursos no exterior iniciadas nos anos cinquenta, e ainda as provenientes da intervenção realizada pela IGPM em 1967. No início dos anos 80, essas reflexões encontram-se amadurecidas por quase duas décadas de atividades na Segurança Interna. As monografias impressionam pela profundidade e desenvoltura com que os alunos oficiais manejam seus preceitos, profundamente marcados pela conjuntura internacional de Guerra-Fria e pela preocupação com o papel da corporação na defesa do Mundo Livre.

O Trabalho será dividido em três capítulos que abarcam o desenvolvimento histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, seu enquadramento na Doutrina de Segurança Nacional ocorrido em 1967, a história e desenvolvimento das teorias contra revolucionárias estudadas, sua disseminação no âmbito das forças armadas ocidentais, particularmente sua

chegada ao Brasil e a forma com que é percebida na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul na primeira metade dos anos 80.

No primeiro capítulo abordaremos o histórico institucional da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, apontando as atividades desempenhadas pela corporação desde sua fundação, assim como as principais transformações ocorridas em suas estruturas militares e organizacionais. O capítulo aborda a criação e o desenvolvimento iniciais da corporação diretamente voltados às atividades bélicas e sua atuação nos conflitos ocorridos no período de implantação e consolidação da república no Rio Grande do Sul e no Brasil. Aborda ainda o desenvolvimento da corporação ao longo da primeira metade do séc. XX, atento às prerrogativas constitucionais reservadas à corporação assim como sua atuação e papel desempenhado a serviço do estado, particularmente interessado nas atividades da corporação no policiamento. Da mesma forma, acompanha o processo de transformações e reorientações sofridas pela instituição no intuito de melhor adaptar-se a execução dessas atividades. Após um longo processo de adaptação de suas estruturas, permeado por resistências internas e externas à corporação.

O segundo capítulo, analisa as mudanças sofrida pelas polícias militares durante a Ditadura de Segurança Nacional particularmente após a militarização do policiamento ostensivo ocorrida em 1967. O capítulo estuda as consequências para as corporações da criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), e o processo de centralização e reestruturação das Polícias Militares promovido pelo governo federal por meio desse órgão.

Utilizando-se de monografias de conclusão de curso produzidas por alunos oficiais da Academia de Polícia do Rio de Janeiro, o capítulo atenta para as novas atribuições das corporações na Segurança Nacional e Segurança Interna, particularmente para seu quadro de atuação na Guerra Revolucionária, e em como os alunos oficiais PMs trabalharam como os conceitos fornecidos pela doutrina nos anos iniciais de sua implantação. O capítulo acompanha ainda o processo de criação e disseminação internacional da teoria da Guerra Revolucionária. Aborda o seu desenvolvimento inicial realizado pelos teóricos militares franceses e seus principais expoentes. Acompanha sua expansão nas forças armadas do ocidente, particularmente nas academias militares estadunidenses e seu processo de penetração nas forças armadas da América Latina. Atenta particularmente para sua adoção pela Escola Superior de Guerra brasileira, que se tornaria a referência para dos ideólogos de nossa Doutrina de Segurança Nacional. Encerra acompanhando as primeiras atuações das

PMs brasileiras em atividades de guerra revolucionária, e as principais mudanças estruturais desenvolvidas nas unidades e formações militares das forças, no intuito de responder satisfatoriamente ao desafio representado pela atuação na nova guerra.

No terceiro capítulo apontamos como os conceitos da Guerra Revolucionária aparecem trabalhados nas monografias produzidas pelos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul no Início dos anos oitenta. O capítulo aborda a conjuntura política vivida no país e no estado no período, particularmente atribulada pela transição política decorrente do processo de abertura democrática. Acompanha a influência dessa conjuntura no âmbito interno da corporação, principalmente em como ela se reflete nas obras produzidas pelos alunos oficiais brigadianos no período. Indica como esse período de transição é percebido pelos alunos em termos da sua influência e consequências para a Segurança Nacional e, particularmente para a Segurança Interna. O capítulo demonstra como os alunos oficiais se apropriam e aplicam os conceitos fornecidos pela Doutrina de Guerra Revolucionária para a compreensão da conjuntura política e social do Brasil e, particularmente, do Rio Grande do Sul no início dos anos 80. Da mesma forma, acompanha como embasados nos marcos legais determinados pelo Regime Ditatorial, os Policiais Militares utilizam-se dos conceitos fornecidos pela teoria de guerra para nortear o planejamento de suas atuações. E por meio desses planejamentos, acompanha as respostas desenvolvidas pelas PMs frente às possíveis ameaças a segurança interna, acompanhando todos os estágios previstos para o processo de atuação das polícias militares brasileiras nesse quadro, assim como às medidas a serem adotadas em cada um deles.

Por último, o capítulo aborda a temática do Inimigo Interno, buscando compreender na conjuntura política e social do Rio Grande do Sul dos anos oitenta como os alunos definem os inimigos contra quem se encontram lutando e, em como a Doutrina de Guerra Revolucionária fornece subsídios para embasar a percepção desses grupos como parte do elástico conceito de inimigo interno.





# **1 DE FORÇA BÉLICA NO POLICIAMENTO À POLÍCIA EM ATIVIDADE**

## **BÉLICA: BREVE HISTÓRICO DA BRIGADA MILITAR.**

O capítulo consiste em um apanhado histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, visando uma aproximação para a compreensão das principais transformações ocorridas nas formas de organização militar adotadas pela corporação ao longo de seu primeiro século de história. A abordagem compreende essas alterações como motivados por mudanças nos objetivos estratégicos estabelecidos para a corporação, em direta relação com as alterações da vida política do país e do estado do Rio Grande do Sul. A análise centra-se nas principais mudanças estruturais ocorridas na corporação ao longo do séc. XX, particularmente atenta à sua presença e atuação em atividades de policiamento.

Inicialmente desenvolvida para atividades voltadas à guerra territorial, a Brigada sofreria a partir dos anos cinquenta uma série de transformações em sua estrutura militar visando melhor adequá-la à atuação em atividades de policiamento. A análise acompanha o processo de implantação e consolidação dessas mudanças na corporação, assim como as peculiaridades, contradições e resistências enfrentadas ao longo desse processo.

O capítulo conclui com o enquadramento da corporação nas atividades de policiamento imposto pela Ditadura de Segurança Nacional em 1967, e as diretrizes orientadoras desse processo.

Baseia-se em análise de bibliografia produzida por pesquisadores oriundos da corporação, manuais militares produzidos pela Brigada Militar e pelo Exército Brasileiro, bem como em trabalhos acadêmicos civis voltados à força ou às Polícias Militares de outras unidades da federação. Utiliza-se ainda de documentos e outras fontes disponibilizados na bibliografia consultada.

### **1.1 A FORÇA BÉLICA**

A Constituição promulgada pela ditadura civil-militar em 1967 promoveria uma profunda alteração nas funções outorgadas às Polícias Militares brasileiras. Pela primeira vez

em sua história, as forças receberam oficialmente responsabilidades diretas sobre a execução do policiamento ostensivo<sup>13</sup>.

Na Brigada Militar as atividades então outorgadas são entendidas como a coroação de um longo processo de adaptação da antiga força bélica estadual às atividades de policiamento. A história da corporação contada por pesquisadores oriundos de suas fileiras, em muito incorporada por pesquisadores civis, apresenta uma narrativa desenvolvida em três grandes períodos – A “Fase Bélica”, o “Período de Transição”, e a fase do “Policiamento Ostensivo”. Essa periodização, ainda com algumas controvérsias a respeito das datas de início e fim das fases, é amplamente aceita e empregada pelos autores. Grosso modo, a Fase Bélica compreenderia o período decorrido entre a fundação da corporação em 1892, e o desarmamento levado a cabo pelo governo Vargas nos anos 30, quando se inicia o largo período chamado de “Transição” (ao policiamento), somente concluído com a intervenção federal realizada pelo governo militar em 1967, momento do início da fase de “Policiamento Ostensivo”.

A fundação da milícia em 1892 refletiu o momento de instabilidade política vivida no Rio Grande do Sul do início do período republicano. Dezessete governos se sucederam no estado entre a proclamação da República em 1889 e a eleição de Júlio de Castilhos em 1893<sup>14</sup>.

Ainda que incumbida em zelar pela segurança pública desde seu ato de fundação, a força teria como responsabilidade principal a manutenção das instituições governamentais e

---

<sup>13</sup> O policiamento moderno desenvolvido sob inspiração francesa e adotado em grande parte dos países do mundo, inclusive no Brasil, é organizado dividido em duas em fases de policiamento, a Preventiva ou Ostensiva e, a Investigativa ou Judiciária. O policiamento ostensivo ou preventivo consiste nas atividades de garantia do cumprimento da lei, pretendendo a manutenção da ordem e a prevenção ao crime. É desempenhado basicamente por meio de atividades de patrulhamento, pela presença ostensiva do agente devidamente identificado pelo seu uniforme. O Policiamento Repressivo ou Judiciário (usa-se também o termo investigativo) é o realizado após a ocorrência do crime, por meio de atividades de investigação. A regra no mundo, particularmente entre os países do ocidente, é a utilização de uma única polícia realizando as duas fases do policiamento, em modelo denominado “ciclo completo de polícia”. Nesse modelo, o policiamento ostensivo preventivo é realizado por um corpo uniformizado de policiais “de rua”, enquanto um corpo de investigadores executam a parte investigativa. O Brasil utilizou esse modelo até 1969, com a primeira fase de policiamento realizada pela Guarda Civil, o corpo uniformizado da Polícia Civil. Durante a ditadura, as Guardas Civis seriam extintas e as PMs, até então aquarteladas, assumiriam as atividades de policiamento ostensivo A Polícia Civil permaneceria responsável pela fase investigativa. Desde então o Brasil representa uma das exceções à regra de ciclo completo.

<sup>14</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010. p 255.

a atuação na defesa da República e do Governo do Estado<sup>15</sup>. Essas prerrogativas na manutenção das instituições governamentais foram imediatamente postas em prática na eclosão da Revolução Federalista em fevereiro de 1893, quatro meses após sua fundação.

Também chamada de “Revolução das Degolas”, o movimento foi marcado pela prática sistemática de execução de prisioneiros realizada por ambos os lados da disputa. A guerra teve duração de dois anos e meio e marcou, desde a fundação, a atuação Brigada Militar ligada às atividades bélicas.

Essa característica bélica se acentuaria nas décadas seguintes, pela participação da corporação na série de conflitos e revoltas ocorridas no país até meados dos anos trinta. Nesse período a corporação participaria de todas as contendas ocorridas no Rio Grande do Sul e atuaria ainda diversas vezes em conflitos ocorridos em outros estados.

Uma cronologia panorâmica sobre tais atuações indica a participação da Brigada em dezenas de conflitos ocorridos entre sua fundação e o início dos anos trinta, sendo os anos entre 1923 e 1932 – chamados de “Decênio Histórico”- considerados os mais intensos do “Período Bélico”.

Além da Revolução Federalista em 1893, destaca-se ainda a mobilização realizada durante a Campanha do Contestado em 1914, quando a corporação montou guarda na fronteira com o estado de Santa Catarina visando impedir o avanço dos conflitos sobre território rio-grandense<sup>16</sup>. O chamado “Decênio Histórico”, iniciado na Revolução de 23 (também chamada de “Assisista” ou “Libertadora”), seguiria com uma convocação realizada pelo governo central para atuação em São Paulo em 1924, contra parte da guarnição do Exército Nacional sublevada contra o presidente Arthur Bernardes. No Rio Grande do Sul, a força atuaria ainda em uma campanha contra o caudilho Honório Lemes, que levantara um movimento armado no sul do estado. Ainda em 1924, a Brigada Militar participou da perseguição à Coluna Prestes, atuando nos estados de Santa Catarina, Paraná, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. Entre 1925 e 1927 atuou ao lado do Exército contra guarnições “tenentistas” rebeladas em Santa Maria, São Gabriel, Uruguaiana, Bagé, e

---

<sup>15</sup> Ato nº 657 de 15 de outubro de 1892: “A Brigada Militar, cuja ação se estenderá por todo o Estado do Rio Grande do Sul, incumbe zelar pela segurança pública, manutenção da República e defesa do governo”. Citado por Mariante, que em sua análise sustenta que ademais das atividades na segurança pública, seriam de cunho político – manutenção da república e defesa do governo - os reais motivos da fundação da força. MARIANTE, Hélio Moro. *Sarilhos Milicianos*. Porto Alegre: BM Edições/ Editorial Presença, 1990. p. 12.

<sup>16</sup> SIMÕES, Moacir Almeida. *História da Brigada Militar Para Fins Didáticos e de Palestras*. Porto Alegre: POLOST, 2002. p. 4.

São Leopoldo. Marchou ao Rio de Janeiro na Revolução de 30, e na Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, teria a que foi considerada sua última atuação em atividades de guerra, que encerra oficialmente o seu “Período Bélico”<sup>17</sup>.

Além da atuação direta em todos esses conflitos, a formação e consolidação de uma identidade bélica seria ainda reforçada na Brigada pela incorporação à sua história oficial da memória dos corpos policiais que a precederam no território que pertenceria ao Estado do Rio Grande do Sul desde o período imperial. Essa compreensão transfere para o ano de 1837 o marco de fundação da corporação. Nesse ano, em plena Revolução Farroupilha, a Lei provincial nº 7 de 18 de novembro determinaria a criação de uma força policial em Porto Alegre, para defender a cidade dos revoltosos. Essa data foi adotada como referência oficial da fundação da milícia, marcando ainda hoje o dia das cerimônias alusivas ao seu aniversário, e ostentada em seu brasão institucional. Segundo essa interpretação, após primeira organização policial de 1837 teriam se seguido uma série de outras, cujas existências mais ou menos breves se sucederiam até a adoção do nome definitivo de Brigada Militar. Ainda que a versão seja oficialmente sustentada pela corporação, alguns dos principais estudiosos brigadianos reconhecem que essa primeira força policial teria sido organizada somente em 1841, quatro anos após o citado decreto, sob o nome de Corpo Policial<sup>18</sup>.

Depois da organização desse primeiro corpo, seguiram-se ainda uma Força Policial fundada em 1873 e existente até pouco depois da proclamação da república em 1989. Da instabilidade inicial do período republicano decorreria uma sucessão de diversas instituições, criadas e extintas em um curto espaço de tempo. Ainda em 1989, a Força Policial seria substituída por uma “Guarda Cívica” – existente até o início de 1892. Um novo Corpo Policial seria fundado em março de 1892, dando lugar, três meses depois, a Brigada Policial, criada no dia nove de junho. Ainda em junho, no dia 17, é fundada uma nova “Guarda Cívica”, para

---

<sup>17</sup> MARIANTE, op. cit., p.10-15.

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônicas da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972.

SIMÕES op. cit.

<sup>18</sup> MARIANTE, 1990, p.11

Id, 1972, p.65

SIMÕES, op. cit., p.40.

finalmente, em quinze de outubro do mesmo ano, vemos oficialmente fundada a Brigada Militar<sup>19</sup>.

Essa abordagem proposta pela história oficial da corporação reivindica a atuação da BM em conflitos bélicos ocorridos ainda no séc. XIX. O período foi marcado no estado por importantes movimentos armados, como a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai e ainda alguns conflitos menores como a Campanha dos Muckers e a defesa da cidade no bombardeio da Canhoneira Marajó, já durante a Revolução Federalista em 1892. Esse último teve a atuação da Guarda Cívica, força imediatamente predecessora da Brigada, ocorrendo meses antes de fundação da corporação, tendo sido executado em grande parte pelos homens que viriam a formar as fileiras da milícia<sup>20</sup>.

Para nossa pesquisa, não focada no debate sobre a fundação da corporação, entendemos que se consideradas apenas as participações da força nos conflitos ocorridos após a proclamação República e a fundação, ou conforme interpretação concorrente, adoção do nome, Brigada Militar, estes por si só fundamentariam uma postura bélico militar por parte da corporação. Além disso, mesmo que cessadas suas atuações em combate nos anos 30, a corporação permaneceria ainda por muitos anos com uma formatação militar voltada a atuação em guerra territorial<sup>21</sup>, aos moldes e com estreita colaboração e supervisão do Exército Nacional que, como veremos adiante, permaneceu por anos responsável pelo adestramento dos quadros da corporação.

A Revolução Constitucionalista de 32, que na história oficial da corporação encerra seu “Período Bélico”, teria como consequência imediata o aprofundamento do processo de fortalecimento do poder central levado a cabo pelo governo Getúlio Vargas, que desde os primeiros meses vinha promovendo uma série de medidas nesse sentido. Ainda em agosto

---

<sup>19</sup> MARIANTE, 1990.

RIBEIRO, op. cit.

SIMÕES, op. cit.

<sup>20</sup>BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e Evolução do Ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Editorial Presença/BM Edições, 1990.

ROCHA, Roberto Santos. *A Brigada Militar durante o Império, e A Brigada Militar durante a República*. In: RETAMOZO, José Hilário (org.). *Brigada Militar 150 anos*. Porto Alegre. Presença: 1988.

CORONEL, Auxford Almeida. *A Brigada Militar no Policiamento Ostensivo 1967-1987*. Porto Alegre: Presença, 1987.

SIMÕES, op. cit.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Brigada Militar do Rio Grande do Sul: um monumento de tradições*. Coleção Brigada Militar 150 Anos.

<sup>21</sup> O termo refere-se a guerra tradicional de conquista de áreas geográficas, usado para diferenciar do termo guerra revolucionária, empregado adiante.

de 1931, por meio do Decreto nº 20.348, o novo governo atacaria no cerne o poderio militar das oligarquias regionais, com severas medidas restritivas a capacidade de combate das organizações militares dos estados. O decreto impôs limitações aos gastos estaduais com defesa, determinando que não ultrapassassem dez por cento dos orçamentos, o que representou uma drástica redução no financiamento dessas forças. Em paralelo, determinou a retirada e proibiu a posse de armamento de artilharia e armas automáticas pesadas, vedando ainda a possibilidade do uso de aviação, tornando praticamente nulas a capacidade de atuação bélica das forças estaduais, limitando a capacidade de levantes armados por parte dos poderes regionais.

O período que se segue ao desarmamento seria marcado por profundas contradições e incertezas em relação ao papel das Forças Públicas na sociedade brasileira, temendo-se mesmo sua extinção no período que antecedeu a promulgação da constituição de 1934:

Temos os serviços das Forças Públicas estaduais nas revoluções que conturbaram a vida do país em 1924, 1927 e em 1932, sem falarmos da de 30, em que os chefes revolucionários contaram principalmente com estas forças para a consecução da vitória e consolidação do regime que se implantou. E apesar de tudo periodicamente surgiam arautos de idéias novas, pregando, pública ou veladamente, a extinção dessas forças, alegando para tanto os mais descabidos e irrisórios motivos. Ilustre militar, exercendo cargo de alta responsabilidade na administração do Brasil, chegou a dizer, em documento oficial, que as forças estaduais constituíam ameaça à unidade nacional... Como se acentuassem tais pruridos, a oficialidade das forças estaduais começou a manter entendimentos entre si para a coordenação da defesa de seus interesses<sup>22</sup>.

As Forças Estaduais sobreviveriam à Constituição de 1934, primeira a citar diretamente as corporações, criando assim um marco legal, ainda que limitado, para sua existência. Apesar dessa garantia, a carta deixava em aberto uma lacuna a cerca do papel a ser destinado a essas instituições na nova República, problema não sanado por suas leis complementares nem pela carta de 1937 que se seguiu. Em seu artigo 167, a constituição de 1934 determinou que “As polícias militares são consideradas reserva do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizados a serviço da união”. A carta resguardava ainda à União o direito de legislar sobre as forças e de definir sua forma de

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, 1987, p.363-4.

organização, armamento, instrução e justiça<sup>23</sup>. A Lei Federal 192, que definiu das competências das forças sairia somente em 1936:

Art. 2º Compete às Polícias Militares:

- a) Exercer funções de vigilância e garantia da ordem pública.
- b) Garantir o cumprimento da Lei, a segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos.
- c) Atender a convocação do Gov. Federal em caso de guerra externa ou grave comoção intestina, segundo a lei da mobilização.

Art. 3º - As polícias Militares, formadas pelo alistamento de brasileiros natos, serão constituídas de serviços e corpos, das armas de infantaria e cavalaria, semelhantes aos do Exército, e em unidades especiais com organização, equipamento e armamento próprios para o desempenho de funções policiais<sup>24</sup>.

Ainda que constitucionalmente garantida sua continuidade institucional as forças permaneceriam em uma situação dúbia. Teriam, como aponta o trecho acima, suas formações militares reestruturadas aos moldes das unidades do Exército Nacional, do qual figuravam como forças de reserva e, apesar disso, permaneceriam desarmadas e seriamente comprometidas em suas capacidades de atuação bélica. Da mesma forma, ainda que prevista sua utilização para vigilância e garantia da ordem pública, com *“unidades especiais com organização, equipamento e armamento próprios para o desempenho de funções policiais”*, a constituição não definia em quais situações deveriam as forças atuar nesse tipo de atividade.

No caso do Rio Grande do Sul, as atividades de policiamento eram então coordenadas pela Polícia Judiciária (repressiva, investigativa), cuja suprema autoridade era o Chefe de Polícia, com jurisdição em todo estado. Em cada Região Policial havia um Subchefe de Polícia, em cada município um Delegado, e em cada distrito um Subdelegado. Na capital o policiamento ostensivo (preventivo) ficava a cargo da Guarda Civil, desde 1929 administrada pelo estado e, no interior, a cargo das Guardas Administrativas Municipais.

O Governo Federal a partir das prerrogativas previstas nessa constituição determinou a reorganização das forças estaduais aos moldes das unidades do Exército, do qual as forças figuravam como tropas de reserva. Visando esses interesses e com o intuito de preparar os quadros das Polícias Militares para a execução dessas tarefas, o governo federal através da

---

<sup>23</sup>SIMÕES op. cit., p.117.

<sup>24</sup> Lei Federal 192 de 1936.

Lei 192 determinaria a criação em todas as PMs do país do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, como exigência para a promoção aos postos de Major e Tenente Coronel. Determinaria ainda através do artigo 26 dessa lei, que a direção e instrução dos quadros de tropa dessas corporações seriam de competência privativa dos oficiais do Exército. Esse artigo específico da Lei 192 seria logo revogado em 1939, frente à insuficiência de quadros do Exército para suprir a demanda. Rapidamente mais de uma centena de oficiais estariam designados nas forças estaduais na função de instrutores. Em resposta a determinação, a Brigada Militar criaria seu primeiro o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais<sup>25</sup>, que teve uma curta duração, sendo extinto poucos anos depois, em 1942<sup>26</sup>.

A Brigada Militar visando adequar-se às exigências de reorganização impostas pelo governo federal passaria por uma ampla modificação em suas estruturas militares. Desde sua fundação organizada em de Batalhões de Infantaria e Regimentos de Cavalaria, possuía em 1936, cinco Batalhões de Infantaria formados por quatro Companhias cada um, com cada Companhia possuindo três Pelotões, divididos em dois Grupos de Combate cada. Os Regimentos de Cavalaria, três no total, eram formados cada um por quatro Esquadrões, de quatro Pelotões cada<sup>27</sup>.

A partir de 1936, a força adotaria aos moldes do Exército a formação de infantaria em Batalhões de Caçadores, em número de quatro, cada um subdividido em três Companhias de Fuzileiros, formadas por três Pelotões cada uma, com cada pelotão formado por três Grupos de Combate. Possuía ainda em cada um dos Batalhões uma Companhia de Metralhadoras, formada por três Seções de Metralhadoras Pesadas e uma Seção de Morteiros Stock.

Os três Regimentos de Cavalaria da corporação foram reorganizados subdivididos em três Esquadrões, com cada Esquadrão formado por quatro Pelotões de dois Grupos de Combate cada, cada Regimento contava ainda com um Esquadrão de Metralhadoras, com quatro Seções de Metralhadoras Pesadas de duas peças cada uma<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> O curso de aperfeiçoamento de oficiais do qual proveem as principais fontes utilizadas nessa pesquisa, seria recriado em outro contexto e com outras finalidades no ano de 1954.

<sup>26</sup> BORGES, op. cit., p.51-52.

<sup>27</sup> RIBEIRO, op. cit., p.377.

<sup>28</sup> Ibid., p.377-378.



Ainda entre as unidades de infantaria, o antigo 5º Batalhão seria transformado em um Batalhão de Sapadores<sup>29</sup>, com efetivo de três Companhias de Trabalhadores. Também seria criada na cidade de Rio Grande uma Companhia de Guardas, visando à atividade de guarda do Porto.

A reorganização promovida a partir do modelo do Exército deixava clara a permanência do caráter bélico territorial na nova estrutura, com a manutenção de unidades fortemente armadas, possuindo mesmo metralhadoras pesadas e morteiros. A nova formação indica que mesmo terminado o “Período Bélico”, a Brigada Militar não iniciaria imediatamente sua adaptação para a atuação no policiamento, permanecendo com formação militar voltada às atividades de guerra territorial. Sua função como tropa de reserva do Exército, fez com que ainda que desarmada, a força continuasse recebendo treinamento para atuação nesse tipo de atividade. A corporação permaneceria participando no mínimo até os anos 40 de diversas manobras e exercícios militares promovidos pelo Exército Brasileiro em seus principais campos de treinamento localizados no Rio Grande do Sul, como no de Saicã no município de Rosário do Sul, e no de Águas Claras. Em 1947 a Brigada teria seu Grupamento de Morteiros de 81 mm. premiado com a primeira colocação na disputa realizada durante uma grande operação realizada pela Terceira Região Militar nesse município<sup>30</sup>.

Essa proximidade com o Exército não representava necessariamente uma novidade na Brigada Militar. A força federal se fazia presente na corporação desde sua fundação em 1892, tendo os oficiais do exército importância fundamental em seu período inicial de desenvolvimento. Esses oficiais exerceram o comando geral da corporação de forma ininterrupta por mais de 20 anos, de sua fundação até o ano de 1915. A Missão do Exército seria oficialmente instituída em 1909, por convênio firmado entre o Estado e a União, permanecendo até 1946.

---

<sup>29</sup> Sapadores – de Sapa, espécie de pá utilizada pelos soldados de infantaria principalmente para cavar trincheiras. Adotado como nome genérico para as unidades de engenharia. Além das trincheiras, os sapadores são ainda responsáveis por trabalhos como limpar ou construir estradas, pontes e fortificações, criar ou remover obstáculos de qualquer natureza. Em diversas forças aparecem subdivididos em unidades de especialistas, como sapadores mineiros, sapadores telegrafistas, sapadores rodoviários, ferroviários, especialistas em explosivos, bombeiros etc.

<sup>30</sup> SAVARIZ, Manoelito Carlos. *Breve Histórico da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar*. Porto Alegre: BM Edições, 1990. p. 31.

Em 1892 com a transformação da Guarda Cívica em Brigada Militar, adquire a Corporação estrutura modelada pelos Corpos do Exército Nacional e tão bem conseguiu que assimilou sua disciplina, instrução e armamento. Recebeu do Exército os primeiros ensinamentos, continuados pelos sucessivos comandantes. Sempre que criada uma nova Unidade, sua estrutura e comando era efetuado por oficiais do Exército, nos moldes das Unidades do Exército Brasileiro. Seus primeiros instrutores eram oficiais comissionados da Corporação Federal, passando a disposição do governo do Estado, que dirigiam, vigiavam e fiscalizavam a instrução na corporação e mais tarde deram estrutura e direção à unidade de ensino da Brigada Militar, o CIM<sup>31</sup>.

A unidade de ensino citada, o CIM - Centro de Instrução Militar foi fundada em 1934 aos moldes da Escola Militar do Realengo, que nesse período formava os oficiais do Exército Brasileiro. A unidade surgiria como uma resposta aos desafios encontrados pela corporação para a formação de seus quadros de comando. A presença de militares do Exército em sua estruturação e primeiras direções indica a tônica das instruções ministradas.

Ao longo do “Período Bélico” as promoções ao quadro de oficiais eram conquistadas em campo, por mérito em combate. Exigia-se apenas a realização de uma prova escrita para comprovação da alfabetização do candidato. Com o intuito auxiliar as praças candidatas à promoção na execução dessa prova, foi criado em 1916 uma espécie de curso de preparação, o Curso de Ensino, considerado o embrião dos cursos de formação de oficiais da corporação. Logo em 1917 o Curso de Ensino seria transformado em Curso de Preparação Militar – CPM, passando a ter duração de 12 meses. O curso era destinado a Sargentos tornando-os aptos a ascensão ao oficialato.

Em 1931 o Curso de Preparação Militar já contava com quatro anos de duração, passando, a partir da fundação do CIM em 1934, a ser realizado em regime de internato. Nesse novo formato o CPM deixaria de ser um curso preparatório, tornando-se um curso de formação, adotando em 1942 o nome de Curso de Formação de Oficiais (CFO), utilizado até nossos dias.

O Centro de Instrução Militar era constituído além do Curso de Preparação Militar pelo Curso de Transmissão, Curso de Educação Física Militar, e o Curso Especial de Equitação. Provisoriamente instalado no quartel do Cristal<sup>32</sup>, o CIM seria transferido em

---

<sup>31</sup> BORGES, op. cit., p. 16.

<sup>32</sup> Quartel que se localizava em uma ampla área na zona sul de Porto Alegre, limitado ao sul pelo morro onde ainda hoje se localiza o Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, estendendo-se pelo espaço atualmente

1936 para a região da Chácara das Bananeiras, aos pés do Morro da Polícia no Bairro Partenon, onde ainda funciona a Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – APM-RS, denominação que o centro adotaria por força de Decreto em 1969<sup>33</sup>.

A história de conflitos bélicos que marcaram o período inicial de desenvolvimento da força, que participou ativamente das disputas ocorridas no período de implantação e consolidação da república no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, influenciaria a postura da corporação e de seus membros nesse período inicial de seu desenvolvimento. Aliada a essa herança, a proximidade constante com o Exército marcada desde sua estruturação inicial, que acompanharia as reestruturações realizadas no período que segue à pacificação dos anos trinta, faria com que no mínimo até a década de 40 a Brigada Militar conservasse sua postura de cunho bélico territorial, voltada à atuação em uma guerra convencional. Essa influência do Exército, além de referência para a estrutura militar adotada pela corporação, serviria de modelo para suas escolas de formação de quadros, criadas sob a orientação de oficiais oriundos da força federal, e fundamentadas em seus manuais e regulamentos. Essa postura bélico militar acompanharia o desenvolvimento da corporação ao longo do século, refletindo-se como veremos, na postura adotada pela corporação mesmo nos anos 80, período central de análise de nossa pesquisa.

## 1.2 A FORÇA BÉLICA E O POLICIAMENTO

O período transcorrido entre o desarmamento dos anos 30 e a década de 50 é o menos contemplado na bibliografia consultada sobre a história da instituição. O período geralmente é abordado como parte do longo “Período de Transição”, intervalo de mais de três décadas transcorrido entre o suposto fim das atividades bélicas nos anos trinta e o início das atividades de policiamento ostensivo em 1967. Esse período é entendido como o processo de evolução da força no sentido de um abandono de suas formações bélicas e a paulatina profissionalização de seus quadros e estruturas para as atividades de policiamento. Os autores divergem quanto ao momento do início desse processo, mas são

---

ocupado pelo Jockey Clube do Estado e com limite norte abarcando o terreno posteriormente ocupado pelo Estaleiro Só S.A.

<sup>33</sup> BORGES, op. cit., 16-35.

unânicos na consideração de que em meados dos anos 50 tais medidas de adaptação já estavam em franco desenvolvimento. Nessa década teria ocorrido o definitivo processo de “policialização”<sup>34</sup> da corporação, com a criação dos primeiros cursos e unidades diretamente voltados a esse fim.

Os trabalhos que debatem o “Período de Transição” tendem a centrar suas atenções na década de 50, relegando o intervalo entre o “desarmamento” no início dos anos trinta e a Constituição de 1946. Esse período representa em tempo transcorrido quase metade do “Período de Transição”, sendo posto em segundo plano quando não abertamente silenciado. Quando abordado, tendem a destacar justamente as pesadas permanências estruturais do Período Bélico ainda presentes nessa fase do desenvolvimento da instituição.

O Estado do Rio Grande do Sul viveria uma situação muito peculiar após a promulgação das constituições nos anos 30, particularmente após a Constituição Estadual de 1935. Essa carta determinou a extinção das Guardas Municipais (polícias administrativas), então responsáveis pelo policiamento ostensivo nos municípios do interior, e que a atividade passasse a ser de responsabilidade estadual. A medida decorria da incapacidade orçamentária dos municípios em arcarem com as despesas de suas guardas municipais. A constituição previa que a Brigada Militar assumisse a lacuna no policiamento deixada pelas guardas municipais, recebendo para tanto uma contribuição financeira dos municípios<sup>35</sup>.

A situação colocaria a força em uma situação paradoxal. No ano de 1935, o comando da corporação ainda planejava a readaptação das estruturas da força aos moldes do Exército, conforme determinado pela Constituição Federal de 1934. A mudança seria a primeira grande reestruturação da corporação desde sua fundação. Com a promulgação da Constituição Estadual de 1935, e a determinação de que a corporação assumisse a lacuna no policiamento deixada pelas guardas municipais, viram-se os oficiais concomitantemente com o desafio de adotar uma estrutura bélico militar aos moldes do Exército, e de com ela executar as tarefas de policiamento nos municípios do interior.

---

<sup>34</sup> Termo cunhado por Romeu Karnikowski para definir o processo de adaptação da milícia estadual às atividades de policiamento. KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De Exército Estadual a Polícia Militar: o papel dos Oficiais na policialização da Brigada Militar*. Tese. 2010. (Doutorado em Sociologia)- Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. p. 16.

<sup>35</sup>Porto Alegre permaneceria policiada por sua Guarda Civil, Corpo Uniformizado da Polícia Civil e de responsabilidade do Governo Estadual.

Para responder as novas prerrogativas no policiamento, dispunham de quadros especializados em atividades bélicas e que até então, com exceção dos períodos de conflito, executavam atividades aquartelados, sem experiência de polícia. O comandante da Brigada confiaria a sua Assistência de Pessoal o planejamento da reestruturação exigida. A proposta desenvolvida pelo órgão e aprovada pelo comando seria enviada à apreciação do Governador do Estado em 1936. Em sua nota de abertura, o comandante faz um relato inicial da situação em que então se encontrava a corporação, apontando o desafio da reestruturação planejada:

A Brigada Militar, apesar do vertiginoso progresso de nosso estado, tem se mantido com a mesma organização e o mesmo efetivo nos doze anos passados. Efetivamente em 1923 a BM tinha o efetivo de 2200 homens consagrados unicamente à instrução, ao serviço de guarnição e a pequenos destacamentos em um limitado número de municípios do Estado; e hoje esta sobrecarregada com o policiamento geral do Estado, serviço que lhe exige no mínimo 2000 homens; que esta onerada com a construção de linhas férreas, em que estão empregadas duas unidades, além dos pelotões Rodoviários, em número de três, para conservação e preparação de estradas de rodagem, além de seus serviços administrativos extraordinariamente desenvolvidos, conta ela com um efetivo que não alcança 6000 homens<sup>36</sup>.

Segue anexada a essa declaração a proposta de reestruturação desenvolvida, prevendo as alterações nos batalhões de infantaria e cavalaria da corporação como acima brevemente descritos, prevendo também o início de sua atuação massiva no policiamento dos municípios do interior:

Em face ao disposto na Lei federal nº 192, de 17 de janeiro corrente, as Polícias Militares devem adotar a organização dos serviços e unidades do Exército [...] Além disso, o serviço de policiamento do Estado, pela sua milícia, estabelecido pela constituição de 29 de julho do ano findo exige que se dê maior efetivo às unidades da Força, a fim de pô-las em condições de poderem desempenhar cabalmente a parte que lhe cabe em tal serviço e que é, sem dúvida, a mais pesada. O Policiamento do Estado ocupa presentemente 1381 homens. Entretanto, [...] há prefeituras em que parte desse serviço é feito pelo irrisório número de dois homens como em Antônio Prado, de três, como em Garibaldi, Torres, Encantado e São Pedro, de quatro, em Farroupilha, Osório, Bom Jesus, Nova Trento (hoje Flores da Cunha), Venâncio Aires, Palmeira e outros como Rio Pardo e São Sebastião do Caí. Com tal número de homens, ou o município fica completamente

---

<sup>36</sup> apud. RIBEIRO, 1987, p. 373-74.

despoliciado, ou as praças vivem esfaldadas se quiserem desempenhar-se plenamente de sua incumbência<sup>37</sup>.

A proposta de reestruturação, que previa mudanças para o ano seguinte, aponta o significativo número de 1381 Brigadianos destacados em serviço de policiamento no interior do Estado, em um efetivo geral que “não alcança 6000 homens”. O trecho indica que a atividade, ainda que com alguma precariedade, já vinha sendo executada de forma significativa em períodos anteriores a reformulação, e que seria consideravelmente aumentada depois dela, chegando à cerca um terço do efetivo. O relatório ainda detalha as alterações na estrutura da força, com a criação dos Batalhões de Caçadores e as transformações nas unidades de cavalaria, e ainda os meandros do orçamento previsto. Termina com uma previsão do quadro geral de emprego do pessoal da corporação:

**DEMONSTRATIVO DO PESSOAL MÍNIMO NECESSÁRIO AOS DIVERSOS SERVIÇOS A CARGO DESSA  
CORPORAÇÃO.**

(Os serviços de guarnição estão calculados de forma a terem os homens uma folga de quarenta e oito horas, em cada vinte e quatro de serviço).

Policamento dos municípios (conforme quadro à parte) *.....	1975
Policamento do Porto da Capital (34 homens diariamente).....	112
Guarnição de estabelecimentos públicos na capital (76 homens diariamente).....	228
Policamento especial das ruas Barros Cassal e Marcílio Dias, Mercado, Beco do Oitavo, Areal da Baronesa, Hidráulica Municipal, e Energia Elétrica Rio-grandense (30 homens diariamente).....	90
3 Pelotões Rodoviários com 23 homens cada um.....	69
Repressão ao contrabando de álcool.....	20
Policamento na construção da variante Barreto-Gravataí.....	13
Empregados nas internadas dos Regimentos de Cavalaria 1º, 2º, e 3º.....	60
Destacamento encarregado da vigilância da Ponte de Marcelino Ramos.....	122
Empregados na reparação da estrada Livramento-Marco do Lopes.....	35

<sup>37</sup> Ibid, p. 374-376

Empregados na construção da Linha Telegráfica de Santana do Livramento-Rosário .....	22
Pessoal estritamente necessário indispensável aos serviços internos das unidades (Dia, guardas, plantões, empregados do Rancho, secretaria, sala das ordens, arrecadação Geral, ordenanças etc., nos Batalhões de Caçadores 1º, 3º e 4º, Corpo de Bombeiros, Centro de Instrução Militar, Regimentos de Cavalaria 1º, 2º e 3º, Regimento Bento Gonçalves.....	900
Pessoal em diligências a serviço da Polícia Judiciária ou da Força (média) .....	50
Pessoal baixado no hospital e com licença.....	60
Total.....	3756
Não estão incluídos no cômputo acima os seguintes Serviços e unidades por terem finalidades especiais:	
Comando.....	7
Serviço de Estado Maior.....	37
Serviço de Intendência.....	209
Serviço de Fundos.....	16
Serviço de Material Bélico .....	12
Serviço de Justiça.....	7
Serviço de Rádio-Telegrafia.....	35
Serviço de Saúde e Veterinária.....	110
Centro de Instrução Militar .....	63
Batalhão de Sapadores .....	466
Corpo de Bombeiros .....	315
Soma .....	1277
E mais o 2º batalhão de Caçadores, empregado também em construção de vias férreas .....	612
Total.....	1889
Recapitulando teremos:	
Unidades para serviço de Policiamento, guarnição e outros.....	4023
Serviços e Unidades com finalidade especial.....	1889
Total.....	5912
*Nota do autor: quadro não disponível na publicação.	

(RIBEIRO,1987 P.381)

Segundo o autor, então Tenente Coronel atuando como Assistente de Pessoal e responsável direto pela elaboração do documento, o governador do Estado tomando em consideração esse planejamento, propôs a Assembleia Legislativa uma nova lei de fixação da força e um novo orçamento para o ano de 1936. Aprovados, seriam decretados e

sancionados pela Lei 572/19-3-1936. Ribeiro aponta ainda que essa foi a primeira reorganização radical que sofreu a Força Pública do Estado após quase quarenta anos de existência.

A tabela acima aponta um número massivo de quadros da corporação atuando em atividades diversas, não aquarteladas, como a construção de estradas e ferrovias, e a guarda de portos e pontes. Com relação às atividades de policiamento, tanto quanto os quase dois mil homens previstos para atuação nos destacamentos policiais em municípios do interior, chamam atenção os alocados em atividades de policiamento na própria capital do estado, onde teoricamente o policiamento ostensivo seria de responsabilidade dos membros da Guarda Civil. Dos 5912 homens previstos pelo projeto se considerarmos apenas os diretamente envolvidos em atividades de policiamento - 1975 no policiamento dos municípios do interior, 112 no Policiamento do Porto da Capital, 90 no policiamento especial das ruas citadas, 20 na repressão ao contrabando de álcool, 69 nos Pelotões Rodoviários, 13 no policiamento da construção da variante Barreto-Gravataí e mais 50 cedidos às diligências da Polícia Judiciária ou da Força, chegamos a um total de 2329 homens exclusivamente dedicados a essa atividade.

Esses números tornam-se particularmente significativos se considerarmos que na bibliografia corrente, sustenta-se que a Brigada Militar somente passaria a atuar no policiamento, e ainda de forma restrita, após os anos 50<sup>38</sup>.

Esse relatório indica ainda que a presença da Brigada em atividades de policiamento determinada pela Constituição Estadual de 1935 talvez não tenha representado necessariamente uma novidade para a corporação. Ainda que consideremos que tal atuação possa ter sido ampliada de forma significativa nesse período, os documentos acima citados indicam a presença da corporação nessas atividades em períodos anteriores à reestruturação, em pleno "Período Bélico". E não são as únicas fontes que apontam nesse sentido.

---

<sup>38</sup> "Assim, desde janeiro de 1929, a Guarda Civil [...] tinha responsabilidade pelo policiamento ostensivo na capital gaúcha. Esse policiamento foi dividido em vários distritos com a Brigada Militar a partir de 1950, embora esse tipo de serviço da Brigada Militar se realizasse no sentido teórico, pois era feita na sua integralidade pela Guarda Civil". KARNIKOWSKI. op. cit., p.177.

"Dois anos depois, o Ato nº 1.119/37, incumbiu a força gaúcha a auxiliar os órgãos de polícia na manutenção da segurança pública do Estado. [...] A atividade de policiamento, era totalmente desconhecida para as praças da milícia, mas principalmente para seus oficiais."  
Ibid. p. 202-203.



Estudos recentes sobre o policiamento da cidade Porto Alegre durante a Primeira República indicam a atuação da Brigada Militar em atividades de policiamento na capital ao longo de todo o período decorrido entre a fundação da força em 1892 e os anos 30. A situação seria decorrente das dificuldades financeiras da municipalidade em arcar com os custos de sua Polícia Administrativa:

Como o policiamento preventivo do Rio Grande do Sul republicano ficou a cargo dos municípios, esses tinham a liberdade de estabelecer o regulamento de suas polícias administrativas, a partir de funções básicas determinadas pela Lei estadual, mas o reverso da moeda é que teriam de pagar por isso com recursos dos cofres públicos locais. Em Porto Alegre as queixas dos intendentes a respeito do peso da polícia nas contas municipais foram constantes, aparecendo nos relatórios e projetos de orçamento ao longo de todo o período que vai de 1896 a 1928. Formalmente a polícia administrativa seria financiada com um imposto específico. No entanto, o imposto de policiamento logo se mostrou insuficiente, e a necessidade de manter o serviço funcionando sem aumentá-lo [...] fez com que os intendentes ano após ano justificassem o emprego “temporário” de praças da Brigada Militar no policiamento de algumas quadras e arrebalde específicos e/ou no entorno dos quartéis<sup>39</sup>.

A autora levanta ainda uma série de documentos da intendência municipal que apontam a utilização ao longo das primeiras décadas da República de praças da Brigada Militar para a execução de atividades de policiamento em Porto Alegre. Essa presença de brigadianos no policiamento se revelaria uma constante ao longo de todo o período da primeira república, aparecendo repetida ano a ano nos relatórios da intendência. Em 1911, doze anos depois do documento acima citado, o ainda intendente José Montauray afirmava no Relatório do Projeto de Orçamento para o exercício de 1912 que “jamais deixou a intendência de dispensar o auxílio eficaz da Brigada Militar”, segundo a autora, possivelmente constrangido em repetir anualmente os mesmos argumentos<sup>40</sup>.

Findo o longo período da administração Montauray, os relatórios de seu sucessor, Otavio Rocha, revelariam a persistência do problema de falta de efetivo da Polícia Administrativa, sempre suprido pela atuação das praças brigadianos. Em 1926, o novo intendente relatava:

---

<sup>39</sup> MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se Autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896 – 1929*. 2011. Tese. (Doutorado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. P.61-62

<sup>40</sup> Ibid. p. 63.

Um dos problemas do município de Porto Alegre é a questão do policiamento, por sua vasta área e a precariedade de recursos para tão dispendioso serviço. [...] O presidente [do estado] promete, logo que a ordem pública esteja normalizada e a Brigada Militar possa se recolher definitivamente a quartéis, auxiliar eficazmente o policiamento da capital, para melhor eficiência de tão útil serviço público<sup>41</sup>.

A série de fontes permite observar a participação, mesmo que como força auxiliar, da Brigada Militar em atividades de policiamento ao longo de todo o período da Primeira República. Para o interesse direto de nossa pesquisa, Mauch aponta ainda algumas peculiaridades do policiamento então executado. No recorte acima reproduzido do relatório do intendente Otávio Rocha, o trecho em que destaca “logo que a ordem pública seja normalizada e a Brigada Militar possa se recolher definitivamente aos quartéis”, refere-se às consequências das turbulências políticas desse período inicial da república, nesse ano em particular, referindo-se a Revolução de 23. A autora sustenta que essas turbulências políticas refletiam-se tanto nas organizações policiais quanto nas características do policiamento. Lembremo-nos que a Brigada havia sido criada três décadas antes frente o receio do governo estadual perante seus adversários políticos, receios que poucos meses após sua fundação se mostrariam acertados.

A autora sugere que no Rio Grande do Sul do período, onde as disputas políticas frequentemente se resolviam por meio de conflitos armados, o suspeito padrão, mais que por suas condições sociais e econômicas, seria definido por suas opções políticas. Os documentos por ela levantados são esclarecedores a esse respeito:

Não há porque duvidar da utilização, por parte dos governantes, das duas polícias e da Brigada Militar para vigiar e intimidar atividades oposicionistas em Porto Alegre e dispersar tumultos – o que ocorreu em diversas ocasiões ao longo do estudo. Alguns poucos, mas esclarecedores, documentos indicam que a vigilância política manteve-se como prioridade para os governantes e principais autoridades policiais ao longo de toda a época analisada, intensificando-se obviamente, nos períodos de maior agitação. [...] A polícia administrativa efetivamente era convocada para debelar as desordens de todo o tipo e fazia prisões correccionais que podem ser atribuídas à intolerância com o comportamento dito desregrado e incivilizado de setores populares. A polícia judiciária por sua vez, estava sempre atenta a movimentações de estrangeiros, e suspeitos anarquistas, bem como ao transporte de armas. Mas, por hora, meu argumento é que em

---

<sup>41</sup> Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente engenheiro Otávio Rocha em 15 de outubro de 1926. p.167. AHPA. apud MAUCH, op. cit.,p.64.

Porto Alegre, como de resto em todo o Rio Grande do Sul, o perfil do suspeito mais perigoso era aquele sobre quem recai a acusação de ser “maragato”, “assisista” ou de “concertar planos contra a situação...<sup>42</sup> .

A autora demonstra que no período abordado em sua pesquisa (1896–1929), não somente a Brigada Militar realizava, ainda que de forma auxiliar, atividades de policiamento, como sustenta que essa atuação se desenvolvia centrada nos problemas e alvos decorrentes das disputas políticas. A situação chegaria ao ponto do suspeito mais perigoso ser considerado justamente o “adversário político”, que nos diversos momentos de conflito era alçado a “inimigo”. Considerando-se as peculiaridades da conjuntura política vivida no estado do Rio Grande do Sul nesse período, não encontramos motivos para divergir de suas conclusões<sup>43</sup> .

Assim temos que apesar de sua pesada cultura bélica, a Brigada Militar conhecia as atividades de policiamento desde sua fundação, de forma que a atuação nessas atividades não representaria uma absoluta novidade na corporação na reestruturação realizada 1936, salvo pelo número massivo de seus componentes que passariam a desempenhá-la.

O período que se seguiu a essa reestruturação seria o mais duro da história da instituição. As medidas voltadas de enfraquecimento das forças estaduais promovida pelo governo Vargas atingiriam duramente a corporação. A redução de verbas decorrente das limitações orçamentárias impostas pelo Decreto nº 20.348 de 1931(que restringiu a dez por cento do orçamento os gastos estaduais com defesa), logo se fariam sentir. Com a redução dos aportes advindos da esfera estadual, mesmo os recursos oriundos dos municípios para o subsídio das tarefas de policiamento previstos pela constituição estadual de 1935 se mostraram insuficientes.

---

<sup>42</sup> MAUCH. op. cit., p. 75-77.

<sup>43</sup> Algumas das fontes levantadas pela autora apontam a atuação direta da BM nessas atividades, como a correspondência abaixo, enviada pelo coronel comandante do terceiro Batalhão de Infantaria da Brigada, endereçada a Secretária Geral da Chefatura de Polícia (Polícia Judiciária), fazendo denúncias sobre um local de reunião de opositoristas: “Existem, na rua Baroneza do Gravatahy, duas casas de jogo onde se reúnem pessoas desclassificadas e onde se diz vão vários indivíduos reconhecimento (sic) assisistas, como o tal sapateiro Francisco Teixeira Rosa, já bastante conhecido da polícia como homem perigoso, pela sua péssima qualidade, e outros fazendo nas suas taes casas ajuntamentos perniciosos de concertarem planos contra a situação. As taes casas de jogo são as de um tal Balão, já muito conhecido, e a outra, disfarçada em mercadinho é de um tal Fausto Claudino, cunhado do sapateiro Rosa, e onde já se deu , em outra casa da mesma rua onde morava Fausto, uma morte em que esteve envolvido um cabo deste Batalhão”. 14/4/1924. [assinatura ilegível]Cor<sup>EL</sup>. Carimbo: Brigada Militar – Secretaria do 3º Batalhão de Infantaria. (Chefatura de Polícia). Documentos Diversos. Maço 115. AHRs. Apud: MAUCH, op. cit. p.78.

Como consequência as décadas de 30 e 40 foram um período de dura penúria financeira para instituição, penúria que aparece em relatos da corporação exercendo suas atividades nas mais precárias condições.

A falta de verbas resultaria no sucateamento dos equipamentos e em brigadianos utilizando-se de armamento obsoleto e sem manutenção. As dificuldades se manifestariam nos itens mais básicos do material, como calçados e fardamentos, por vezes distribuídos com mais de um ano de atraso e, ainda assim, através da reutilização de sobras de campanhas anteriores. A situação impossibilitou mesmo a manutenção de um uniforme padrão para a corporação, resultando em soldados vergando fardas remendadas ou mesmo em farrapos<sup>44</sup>.

A falta de material tornava-se particularmente grave no inverno, sendo retratada em cartas indignadas dirigidas às autoridades por parte dos comandos de unidade, relatando soldados enfrentando o inverno “sem capote e nem manta”, e a multiplicação de casos de brigadianos encarangando<sup>45</sup> em seus postos de guarda. As dificuldades financeiras resultariam ainda na limitação, e por alguns períodos completa suspensão, dos alistamentos. A situação aliada às novas responsabilidades da corporação no policiamento geraria um problema crônico de falta de efetivos. A escassez de homens impossibilitava a substituição das praças destacadas, resultando em soldados submetidos a longas jornadas de trabalho com limitação ou mesmo não fornecimento de folgas. Como resultado, chegou-se ao ponto das fileiras da força serem atingidas por epidemias em função do estado de seus membros, com a “Peste Branca” assolando um número regular de homens ao longo dos anos 30<sup>46</sup>.

Além das dificuldades financeiras, existiam ainda as incertezas com relação ao futuro da instituição e seu papel na sociedade, decorrentes das lacunas existentes no texto constitucional. Após as reformas dos anos trinta, a corporação permaneceu profundamente militarizada em suas estruturas organizacionais e de formação de quadros. Esse militarismo

---

<sup>44</sup> MARIANTE, 1972, p. 269. Ainda segundo o autor, frente as dificuldades da corporação seus membros virariam motivo de chacota por parte da população, como indicam os versos dessa canção carnavalesca do final dos anos 30:

“Olha lá vem vindo um homem  
Com as calças remendadas  
Sai de perto minha filha  
Que é soldado da Brigada”. (Ibid.)

<sup>45</sup> Vocábulo regional utilizado para estado de travamento muscular provocado pelo frio. Hipotermia.

<sup>46</sup> .RIBEIRO, op. cit., p.94-95.

vinha refletido na postura de seus membros, boa parte deles veteranos das campanhas do Período Bélico, sendo ainda reforçado pela presença da Missão do Exército, de onde provinha o comandante geral da corporação.

Os oficiais viam com maus olhos a atividade de policiamento. Além de alijada de suas possibilidades de combate, a corporação seria sem nenhum tipo de formação ou treinamento nela enquadrada. A necessidade de atuação nos destacamentos policiais espalhados pelo interior do estado afastava as praças de seus quartéis por longos períodos, favorecendo o relaxamento dos modos e da disciplina militar por parte dos subordinados. A preocupação já se manifestava em carta de 1936 enviada ao governador do estado pelo então comandante geral da força, coronel J. Canabarro Cunha, membro da Missão do Exército, e um dos maiores responsáveis pela solidificação do modelo militar da corporação:

Realmente, seria de se desejar que anualmente, fossem substituídos todos os destacamentos de policiamento, afim de que os homens não permanecessem longo tempo afastados de seus quartéis, pois isso traz prejuízos à disciplina e à instrução, porque, em geral, perdem os homens os hábitos e a disciplina da caserna<sup>47</sup>.

A situação de desconforto com a atuação dos brigadianos destacados seria particularmente agravada após o Ato nº 1.119 de 1937, que incumbia à força de auxiliar os órgãos de polícia na manutenção da segurança pública do Estado. Na prática, o ato determinava que as praças destacadas passassem a atuar sob as ordens diretas dos delegados da Polícia Civil. Apesar da relutância, nada restava aos oficiais da corporação, enfraquecidos política e militarmente, senão tolerar e adaptar-se à situação. Nessas precárias condições as forças públicas estaduais permaneceriam até o período de redemocratização nos anos 40, aonde chegariam sob pressão redobrada.

### 1.3 O PROCESSO DE POLICIALIZAÇÃO

As incertezas quanto ao futuro das corporações militares estaduais se fariam sentir de forma ainda mais aguda no final do primeiro governo Vargas frente à mudança de regime

---

<sup>47</sup> Apud RIBEIRO, op. cit., p. 374.

e a prevista promulgação de uma nova constituição. Com as corporações em sérias dificuldades financeiras, cogitava-se na constituinte uma possível federalização das forças ou mesmo sua desmilitarização. O peso da formação bélico militar dos milicianos gaúchos fazia com que aos olhos dos oficiais Brigadianos essa última possibilidade causasse particular ojeriza, como vemos no trecho do discurso proferido pelo capitão Horizonte Fernandes em 1946:

Somos ou não somos portadores de uma tradição que justifique nossas aspirações militares? Será que somos grotescas caricaturas de soldados? De direito, pairam dúvidas sobre determinadas épocas. De fato, quer queiram ou não, somos soldados! [...]. Não são miragens visionárias que nos levaram a forjar tal afirmativa. Os fatos estão aí, claros, meridianos, inconfundíveis. 93, 23, 24, 25, 26, 30 e 32 são marcos gloriosos onde se vai buscar a argamassa de nossa formação. A nossa estrutura de soldado [...] decorre de circunstâncias poderosas e jamais de uma penada, poderá ser eliminada do substratum dos nossos seres<sup>48</sup>.

No processo de debates sobre o modelo de policiamento a ser adotado na constituição de 1946, ganhou força a possibilidade de uma completa desmobilização das forças públicas estaduais. Os altos custos para sua manutenção eram considerados desnecessários pela maioria dos deputados frente à consolidada situação de paz interna. Essa ameaça resultaria em uma ampla mobilização interna na corporação visando à sobrevivência da instituição e o aperfeiçoamento de suas funções constitucionais. Apesar das ameaças, as forças públicas sobreviveriam - estaduais e militarizadas - à nova constituição.

A carta de 1946 não alteraria significativamente o papel constitucional destinado às corporações, que permaneceram como forças reservas do Exército e sem prerrogativas constitucionais para atividades de policiamento. Frente às ameaças à própria sobrevivência das forças, esse resultado foi considerado uma vitória:

Veio porém, o golpe político de 29 de outubro de 1945, e em seguida, voltaram a esboçar algumas tentativas contra as polícias militares, partidas de seus eternos e gratuitos desafetos. [...] Finalmente a Constituição de 18 de setembro de 1946, definindo em seu artigo 183 – Das Forças Armadas – diz que: ‘As polícias militares instituídas para a segurança interna e a

---

<sup>48</sup> Trecho final da conferência pronunciada pelo capitão Horizonte Luz Fernandes. Publicada no volume “Conferências” ed. Tip. BM – 1946. p.102. apud. MARIANTE, 1972 p.179.

manutenção da ordem nos estados, nos territórios e no distrito federal, são consideradas como foças auxiliares e reservas do exército. E liquidou as veleidades daqueles que, sem olharem para o passado glorioso das forças auxiliares estaduais e seus abnegados e valiosos serviços, queriam a sua extinção e total desaparecimento<sup>49</sup>.

Mesmo que a constituição não tenha provocado significativas mudanças estruturais ou alterações nas funções realizadas pelas forças públicas estaduais, o processo de mobilização interna ocorrido na Brigada Militar visando à preparação da corporação para a defesa de seus interesses traria importantes consequências.

Nos debates em torno da temática da elaboração da nova constituição, destacou-se um grupo de jovens oficiais encabeçados pelo Coronel Peracchi de Barcellos. O grupo sustentava que o aperfeiçoamento da força para atuação em atividades de policiamento seria o melhor meio de justificar a existência da corporação e afastar as possibilidades de sua extinção<sup>50</sup>.

A despeito das fortes resistências internas às ideias de policialização, impostas por uma grande parte dos oficiais, esse grupo de jovens ganharia rapidamente espaço e peso na corporação. Logo em 1947, o coronel Peracchi assumiria o comando geral da Brigada, estando à frente da força quando da elaboração da constituição estadual nesse mesmo ano. Em seu comando o caminho para a implantação do projeto de policialização começaria ser traçado, com a paulatina implantação de medidas no sentido da preparação da corporação, em seus quadros e estruturas, para a execução dessa atividade.

Através de convênio firmado com a Polícia Militar da Guanabara, que possuía experiência de policiamento no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, viria transferido ao Rio Grande do Sul o major carioca Manoel de Barros Martins, que passou a atuar como professor no CIM, na recém-criada disciplina de Instrução Policial. A primeira palestra do Major Martins foi proferida em julho de 1951, sendo nesse mesmo ano implantado o Curso Técnico Policial para Oficiais e, no início do ano seguinte, criados os Cursos de Polícia destinados às praças - sargentos, cabos e soldados - oferecidos em todas as unidades da corporação.

---

<sup>49</sup> RIBEIRO, op. cit. p.369.

<sup>50</sup> KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos Oficiais na policialização da Brigada Militar*. Tese. 2010. (Doutorado em Sociologia)- Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. p. 85.

Passados quase sessenta anos de sua fundação em 1892, período em que desempenhou atuação ainda que limitada ininterrupta em atividades de policiamento, pela primeira vez a força receberia uma instrução específica nesse sentido.

A instrução policial logo se tornaria obrigatória em todos os níveis hierárquicos e como forma de persuadir os quadros mais resistentes a participarem do treinamento, o curso passou a ser considerado quesito obrigatório para a obtenção de estabilidade na carreira a partir do ano de 1952<sup>51</sup>.

Em 1954 teríamos a refundação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, porém com objetivo oposto a de sua primeira versão dos anos trinta, que pretendia formar quadros de reserva do Exército Nacional. O novo curso deixava claro já em sua aula inaugural, quais os novos objetivos do programa de formação.

A aula inaugural seria proferida pelo Cap. Ernani Affonso Trein, e tinha por título – “A marcha para o Policiamento”. Através da qual, foi dada uma visão panorâmica da nova realidade enfrentada pelas polícias-militares naquele momento, em que, frente à nova ordem constitucional, restava-lhes investir em direção ao policiamento, como maneira de garantir a sobrevivência destas instituições<sup>52</sup>.

As medidas de policialização logo passariam da preparação dos quadros para adaptações na estrutura militar da corporação. Os oficiais entendiam que urgia a necessidade de abandono da ainda presente formação inspirada na organização militar do Exército voltada ao conflito bélico territorial.

As readequações estruturais começariam a serem implantadas em meados dos anos cinquenta. Em 1955 tem-se a criação da primeira companhia policial da corporação, batizada Companhia Pedro e Paulo, vinculada ao Primeiro Batalhão de Caçadores, sendo a primeira destinada exclusivamente às atividades de policiamento. A subunidade foi inspirada no policiamento realizado na capital federal pela Polícia Militar da Guanabara, com seus respectivos “Cosme e Damião”, em modelo de policiamento em duplas já consagrado nas principais cidades europeias. A Cia. Pedro e Paulo, em homenagem a dupla de apóstolos, representaria um marco para a história da corporação, sendo a primeira unidade da força

---

<sup>51</sup> BORGES, op. cit., p.66

<sup>52</sup> SIMÕES, op. cit., p.131



exclusivamente voltada à execução de atividades desarmadas<sup>53</sup>. Ficaria responsável pelo policiamento do Aeroporto, das estações Rodoviárias e Ferroviárias, e dos prédios do Governo. A criação de companhia foi motivo de grande orgulho para dos membros da Brigada Militar, pela elegância de seu uniforme e a modernidade de seu equipamento. A Cia. Pedro e Paulo se utilizava dos capacetes modelo M1<sup>54</sup>, com o símbolo de uma águia sobre duas pistolas cruzadas entre a sigla PP, e de um novo modelo de coturnos marrons com cadarços brancos, detalhes que após o longo período de penúria vivido nas décadas precedentes, teriam particular significação para os membros da força. O sucesso obtido na implantação desse modelo de policiamento, fez com que logo no ano seguinte a Companhia fosse “promovida” a Batalhão Policial, o Batalhão Pedro e Paulo.

O ano de 1956 marcaria ainda mais um importante passo na reestruturação militar da corporação rumo às atividades de policiamento, sendo fundado o Primeiro Regimento de Polícia Rural Montada (RPRMont) – Regimento Aba Larga, inspirado no modelo dos Regimentos da Real Polícia Montada do Canadá. O regimento foi criado a partir da reformulação do Primeiro Regimento de Cavalaria, sediado em Santa Maria. Foi fundado com o expressivo contingente de 2754 homens, quase um terço dos efetivos da força, ficando responsável pelo policiamento de um vasto território que abarcava os municípios Santa Maria, Alegrete, Tupaciretã, Farroupilha e Pelotas. Inteiramente voltado ao policiamento, sua criação representou um passo decisivo da corporação rumo a essas atividades<sup>55</sup>.

As medidas de adaptação ao policiamento logo atingiriam toda a estrutura militar da corporação. Na cavalaria, todos os demais regimentos seriam paulatinamente transformados em Regimentos de Polícia Rural Montada. Na infantaria, o modelo Pedro e Paulo implantado na capital seria rapidamente interiorizado, com a criação de mais quatro

---

<sup>53</sup> Como uma força bélica, a Brigada mantinha suas tropas aquarteladas, saindo apenas em caso de conflito. A atuação dos policiais nos destacamentos, apesar dos números significativos citados acima, era considerada excepcional, a ponto de sequer a corporação preocupar-se em desenvolver treinamento e formação específica para essas atuações.

<sup>54</sup> O capacete modelo M1 foi desenvolvido e adotado pelo exército norte americano no ano de 1942, utilizado na II Guerra Mundial e na Guerra do Vietnã. É o modelo do capacete branco utilizado pelas polícias militares brasileiras até os anos 90, ainda utilizado por algumas das corporações. Essa primeira versão do modelo utilizada na Brigada era verde e levava a sigla PP estampada na testa, sigla que aliada a peculiar coloração das botas utilizada por essa unidade, originariam o apelido de “Pé-de-Porco”, como são jocosamente chamados os membros da PM Gaúcha. O Batalhão Pedro e Paulo daria origem ao hoje 9º Batalhão de Polícia Militar, responsável pelo policiamento dos bairros Centro e Cidade Baixa na capital do Estado.

<sup>55</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 549.

Batalhões Policiais no interior do estado. O abandono definitivo da formação em Batalhões de Caçadores (BC) – inspirada nas formações do Exército e existente na corporação desde a reformulação de 1936 - ocorreria em 1961, quando os últimos três BC foram transformados em Batalhões de Guardas, unidades que ao contrário dos Pedro e Paulo e Abas Largas, não possuíam prerrogativas de policiamento. Esses batalhões ficariam responsáveis pelas atividades de guarda em estabelecimentos penais, pontes, prédios públicos, represas e outros pontos estratégicos do estado.

Essa pretensão de mudança no papel da força na segurança pública, em muito promovida por seus próprios membros, não ocorreria sem fortes resistências. Muitos oficiais não consideravam digna a ideia do emprego da corporação em atividades de policiamento. Consideravam a postura como uma traição à tradição bélica da milícia, e mesmo uma desonra à história da Brigada Militar. Temida nos campos de batalha, terminar na lide diária e direta com os setores menos favorecidos da população, empregada na enfadonha, desgastante e pouco gloriosa atividade de repressão ao crime comum. No entender desses oficiais, esse desprestígio viria simbolizado no abandono de suas espadas – arma símbolo do oficial combatente – substituídas por “pedaços de pau”, os bastões de madeira empregados nas organizações policiais<sup>56</sup>.

Esse processo interno de resistência à adoção do policiamento não seria o único obstáculo à pretendida policialização. Fora do âmbito da corporação é onde ocorreriam as resistências mais ferrenhas. Desde o início da República os órgãos de policiamento civis eram responsáveis pelo policiamento no Rio Grande do Sul, divididos em Polícias Administrativas, municipais e responsáveis pelo policiamento ostensivo, e Polícia Judiciária, estadual e investigativa. Em 1929 essas organizações policiais seriam substituídas pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, que passaria a executar o “ciclo completo de polícia”, executando as atividades de polícia investigativa/ repressiva, e por meio de seu corpo uniformizado, a Guarda Civil, o policiamento ostensivo/ preventivo.

Atentos às intenções da cúpula da Brigada de ocupar espaço no policiamento, os delegados da Polícia Civil, promoveriam ao longo dos anos 50 uma ampla mobilização na sociedade gaúcha contra a tentativa de avanço da Brigada Militar sobre suas atividades. Por meio do Círculo de Polícia, sua entidade representativa, levantaram uma campanha com

---

<sup>56</sup> KARNIKOWSKI, op. cit., p.84

cartas abertas enviadas às autoridades estaduais por meio de publicações nos jornais de grande circulação.

A mobilização ganhou peso após a criação das primeiras unidades brigadianas voltadas às atividades de policiamento. Os delegados reagiriam de forma particularmente acintosa em 1958, quando a Brigada Militar por meio de uma norma interna criou em seu organograma o posto de Delegado de Polícia Militar. A função previa atuação nos inquéritos de infração penal internos da corporação, e foi criada sob inspiração dos cursos realizados por oficiais Brigadianos no exterior, com o patrocínio e orientação do Exército dos Estados Unidos. O curso "*Military Police Officer*" teria nesse contexto de disputa pelas atividades de policiamento, seu título traduzido como "Curso de Delegado de Polícia Militar", inspirando a criação do cargo. Justamente essa utilização do termo "delegado" provocaria a forte reação dos policiais civis.

Logo após a criação do novo posto no organograma da Brigada, o Delegado Henrique Hankim, presidente do Círculo de Polícia, em texto direcionado ao secretário de interior e justiça Hélio Carlomagno apontava essa "perigosa hipertrofia" da Brigada Militar, atacando os excessivos encargos da corporação nas atividades de policiamento, o que caracterizava como uma "intromissão inconstitucional":

Depois de aludir ao Regimento da Polícia Rural Montada e da Companhia Pedro e Paulo como sinais evidentes dessa situação, aponta Vossa Senhoria, a criação do Corpo de Delegados de Polícia Militar, nos termos da portaria do Senhor Comandante-Geral da Brigada Militar e publicada no dia 4 do mês em curso, como prova desse estado anormal<sup>57</sup>.

O clima de disputa entre as corporações extrapolaria o campo político. Em abril de 1958 o delegado João Meleu prendeu sob acusação de assassinato dois soldados da Brigada Militar que se envolveram em um tiroteio na Rua José do Patrocínio em Porto Alegre. No episódio foi baleado e morto o cidadão Otacílio Silveira Cardoso. A despeito de todas as testemunhas deporem a favor dos brigadianos, o delegado sustentou a prisão alegando de que os Brigadianos não dispunham de prerrogativas constitucionais para atuação no

---

<sup>57</sup> CORREIO DO POVO: 15 de abril de 1958, p. 4. apud: KARNIKOWSKI op. cit. p.322.

policimento, de forma que o tiroteio não poderia ser caracterizado judicialmente como uma ação policial<sup>58</sup>.

Os oficiais da Brigada por sua vez acusavam a postura dos delegados como uma tentativa de manter sob seu poder as praças da corporação destacadas sob as ordens. No entender dos oficiais seriam esses praças os verdadeiros responsáveis pelo policiamento das cidades do interior, visto que após a extinção das polícias administrativas municipais ainda nos anos 30, somente a capital continuaria a ter uma guarda. Todos os demais municípios eram policiados pelo delegado da Polícia Civil “auxiliado” pelas praças brigadianas destacadas.

As publicações de ambas as partes em jornais de grande circulação e a cobertura dada pela imprensa aos episódios dão uma amostra da tensão vivida entre as duas corporações no período. A disputa em torno da questão do policiamento permaneceria como uma constante ao longo dos anos seguintes entre as corporações policiais e no seio da própria Brigada.

Em 1961, a força passaria novamente por ampla mobilização provocada pela crise causada pelo episódio da Legalidade. Sob o comando do Coronel Diomário Moojem, a Brigada Militar posicionou-se ao lado de Leonel Brizola antes mesmo do alinhamento do III Exército com a causa legalista, montando guarda no Palácio Piratini e pontos estratégicos da cidade, sob ameaça iminente de ataques por parte do Exército e bombardeio pela Força Aérea.

Com a adesão do comandante do III Exército Gen. Machado Lopes à causa legalista, o governador Leonel Brizola cederia a força ao seu comando, conforme apontava a constituição, onde a corporação figurava como reserva do Exército, sendo prevista sua convocação em caso de grave comoção interna ou guerra externa.

Subordinada ao Exército, a BM atuaria por meio da mobilização de um “Batalhão de Operações”, composto por homens oriundos de diversas das suas unidades. Sob ordens do General Santa Rosa, comandante da 6ª Divisão de Infantaria do Exército, esse batalhão marchou à cidade de Torres com a missão de guarnecer a linha do Rio Mampituba<sup>59</sup> e conter

---

<sup>58</sup> CORREIO DO POVO: 22 de abril de 1958, p. 5. apud KARNIKOWSKI, op. cit. p.320

<sup>59</sup> Rio que demarca a fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

um possível ataque por terra por parte dos Fuzileiros Navais estacionados em Santa Catarina<sup>60</sup>.

O Batalhão de Operações teria em campo o comando do major Heraclides Tarrago e do capitão Odilon Alves Chaves. Esse último era instrutor do CIM da Brigada, responsável pela Instrução Militar, disciplina que já há alguns anos sofria forte ameaça de extinção devido às pressões exercidas pelos oficiais promotores da policialização da corporação:

Havia um conflito de doutrinas, cuja solução exigia uma acomodação, evidentemente com a prevalência da instrução técnica policial, que na opinião de muitos teóricos da questão, era o caminho mais seguro a ser seguido. Muitos pensaram até em acabar com a instrução militar, [...] mas graças à intransigência de oficiais como o capitão Odilon, a mesma foi mantida nos currículos com toda a intensidade. [...] Ele era um líder e um dos expoentes da instrução militar no CIM, e por isso sofria certas pressões dos oficiais que propugnavam pela prevalência e exclusividade da formação estritamente policial dos alunos. Naquele momento [...] sentia-se justamente recompensado. Valera a pena lutar pela instrução militar, pois graças a ela, tinha a mais absoluta certeza de que a Brigada Militar se sairia bem naquela arriscada empreitada<sup>61</sup>.

Passada mais de uma década dos início do processo de policialização na Brigada Militar, vemos nesse recorte a presença e a intensidade com que essa disputa ainda marcava o debate no âmbito interno da corporação. Vê-se como mesmo após esses anos de adaptações e reestruturações visando o policiamento, a tradição militar bélico territorial ainda se fazia sentir em profundidade na força, a ponto da corporação merecer a confiança dos oficiais do Exército para execução de atividades dessa natureza. A Brigada Militar receberia a missão devido à experiência de seus homens, em detrimento dos membros do 18º Batalhão de Infantaria do Exército sediado em Porto Alegre, unidade que mesmo representando a força bélica federal, era formada basicamente por jovens recrutas em prestação de serviço militar obrigatório. Considerando o passado não tão distante da corporação, o Gen. Santa Rosa ainda teria feito, momentos antes da partida do Batalhão de Operações, uma última recomendação ao Cap. Odilon: “-Capitão, não degolem os inimigos vencidos...”<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> SILVA, Antonio Silveira da. *A Brigada Militar e a Legalidade*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p.17-55

<sup>61</sup> Ibid, p. 51.

<sup>62</sup> Ibid, p. 52.

Essa atuação contra o golpe em 1961 resultaria em uma série de dificuldades para um número significativo de membros da força quando do golpe de 1964. Mais de 100 brigadianos entre oficiais e praças foram imediatamente afastados, presos, e submetidos a Inquéritos Policiais Militares (IPM). Os IPMs resultariam em dezenas de membros da corporação expurgados por demissão, expulsos ou reformados<sup>63</sup>.

Com a vitória da oposição nas eleições estaduais em 1962, Ildo Meneghetti assumiu o governo do estado no início de 1963, nomeando o cel. Otavio Frota, que havia sido o primeiro comandante da Cia. Pedro e Paulo, comandante geral da PM. Golpistas de primeira hora, o governador Ildo Meneghetti e seu comandante geral protagonizaram o episódio que ficou conhecido como dos “Heróis de Passo-Fundo”, quando temendo resistência contra o golpe por parte da população de Porto Alegre, a exemplo do ocorrido na Legalidade, o governador fugiu da cidade na madrugada do dia primeiro de abril, transferindo seu governo pra a cidade de Passo Fundo (a 280 km da capital), protegido por forte aparato da Brigada Militar mobilizado por Frota.

A corporação atuaria ainda na guarda de pontos estratégicos ao longo da consolidação do golpe, com o intuito de evitar sabotagem. A corporação montou guarda na hidráulica, na Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, e na RFFSA (Rede Ferroviária Federal SA), além de receber a responsabilidade de executar o então instituído serviço de patrulha da cidade.

Terminado o movimento, o Governador Ildo Meneghetti mandaria ofício de agradecimento ao Comandante-Geral da Brigada:

Naquele momento histórico em que estávamos decidindo a sorte de um governo que agonizava, afogando-se na trama vermelha para comunizar a própria Nação e a sobrevivência da democracia e da Liberdade por nós vivida, houve por bem V.S.<sup>a</sup>. encarnar o velho espírito Farrroupilha, defendendo a soberania do Estado, por força da Constituição Rio-Grandense, que V.S.<sup>a</sup>. jurou acatar e respeitar<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> MELLO. Maíldes Alves de. *O Jantar dos Inocentes: a saga dos expurgados gaúchos*. Porto Alegre: Tchê, 1997. p. 56.

<sup>64</sup> Brigada Militar, texto sobre a história da corporação disponível no site oficial. <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Historia/museubm/index.html> Site oficial Brigada Militar do Rio Grande do Sul, acesso em 29/04/2013.

Nos primeiros dias de abril de 1964, ainda foram criados na força os “Destacamentos Volantes”<sup>65</sup>, destinados à instauração de dispositivos de segurança e manutenção da ordem em todo o interior do Estado. Esse contingente tinha ainda a missão de “esclarecer” as populações interioranas a respeito dos “verdadeiros motivos” do “movimento de 1964”<sup>66</sup>.

Essa referência à ameaça comunista feita pelo governador, já nos fornece indícios sobre a tônica que marcaria o debate sobre a segurança pública no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil no período que se seguiu.

#### 1.4 A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E A BRIGADA NO POLICIAMENTO OSTENSIVO

Com a institucionalização da Ditadura de Segurança Nacional ocorrida com a promulgação da constituição de 1967, ocorreria o desfecho definitivo para a disputa sobre as atividades de policiamento travada entre as corporações policiais do Estado do Rio Grande do Sul. Na nova carta, o governo federal alteraria drasticamente as prerrogativas constitucionais reservadas às Polícias Militares brasileiras. Até então aquarteladas e sem prerrogativas no policiamento, as forças passariam a executar atividades de policiamento ostensivo, passando para tanto por uma ampla reestruturação.

Com a nova constituição e seus decretos complementares, o governo militar determinaria as novas competências das Polícias Militares brasileiras. O decreto lei nº 317 de 13 de março de 1967, definiu que as PMs seriam instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos estados e no distrito federal, e que passariam a atuar diretamente no policiamento ostensivo. O decreto detalhou suas novas competências:

##### *CAPITULO I – Definição e Competência*

- a) Executar, o policiamento ostensivo fardado e planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.
- b) Atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presuma ser possível a perturbação da ordem.
- c) Atuar de maneira repressiva em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas.

---

<sup>65</sup> 9 de abril de 1964, através do Decreto nº 16.522.

<sup>66</sup> <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Historia/museubm/index.html> Site oficial Brigada Militar do Rio Grande do Sul, acesso em 29/04/2013.

- d) Atender a convocação do gov. federal em caso de guerra externa ou para prevenir grave subversão da ordem ou ameaça da sua irrupção, subordinando-se ao Comando das regiões militares para emprego em suas atribuições específicas de polícia e de guarda territorial.

Decreto lei nº 317 de 13 de março de 1967

O decreto forneceu o embasamento jurídico necessário para a atuação das PMs no policiamento ostensivo, favorecendo em muito a posição da corporação na disputa travada com os órgãos de policiamento civis em torno dessas atividades.

As prerrogativas para a atuação no policiamento ostensivo concedidas seriam dois anos depois ampliadas através do Decreto Lei nº 667 de 2 de Julho de 1969. O novo texto alterava o item “a” da “Definição de Competências” do Decreto 317, no sentido de conferir às PMs *competência exclusiva* sobre as atividades de policiamento ostensivo, garantindo o monopólio de atuação das PMs nessa área, prevendo ainda a possibilidade de intervenção direta das forças armadas nesse tipo de atividade.

*Definição e Competência*

a) Executar, *com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares as Forças Armadas*, o policiamento ostensivo fardado e planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

Decreto Lei nº 667 de 2 de julho de 1969.

O decreto marcou definitivamente a militarização do policiamento ostensivo no país. Entretanto, essa última alteração em pouco mudaria a condição já estabelecida no policiamento do Rio Grande do Sul. No estado, o executivo encontrava-se sob a chefia do Cel. Walter Peracchi de Barcellos quando da promulgação do Decreto 317/1967. O Coronel substituíra desde setembro de 1966 o governador Ildo Meneghetti, cassado pelo regime. Representante da ARENA, o coronel fora indicado por Brasília para a assembleia legislativa estadual, que após diversas cassações se encontrava dominada pelo partido.

Ao longo da década anterior, o cel. Peracchi fora um dos expoentes do grupo de oficiais “modernizadores” da Brigada Militar, e uma referência em seu processo de policialização. Com o coronel como governador, a disputa travada no estado em torno das atividades de policiamento ostensivo encontraria seu fim de forma imediata. Parcialmente resguardado pela legislação federal promulgada em 1967, que previa a possibilidade de



atuação das polícias militares no policiamento, o governador decretaria em 2 de maio de 1967, menos de dois meses após a promulgação do Decreto Lei 317, a sumária extinção da Guarda Civil e da Guarda de Trânsito, ficando a Brigada Militar imediatamente responsável por suas atividades (Decreto Estadual nº18501). Vinculadas a Polícia Civil, estas corporações eram então responsáveis respectivamente pelo policiamento ostensivo e pelo policiamento de trânsito da capital do estado. Dois dias depois, em quatro de maio, o governador determinaria ainda a incorporação da Polícia Rodoviária, então vinculada ao DAER (Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem) à Brigada Militar, que a partir daí assumiria também com exclusividade o policiamento rodoviário (Decreto Estadual nº18508).

A situação fez com que ao contrário dos demais estados, em que as PMs assumiriam o policiamento com exclusividade apenas após o Decreto 667 de 1969, no Rio Grande do Sul, a Brigada Militar tenha assumido o policiamento em regime de monopólio ainda em 1967.

A velocidade dessa implantação pegaria até mesmo a corporação de surpresa, sem as viaturas e homens necessários para a execução das novas tarefas. A primeira unidade de policiamento rádio-motorizado da Brigada Militar seria formada pelas viaturas “herdadas” da então extinta Divisão de Rádio Patrulha da Guarda Civil:

Em maio de 1967 foi criada uma Companhia de Policiamento Rádio-motorizado em Porto Alegre, em substituição à Divisão de Rádio Patrulha da Guarda Civil - DRP, que havia sido extinta. O serviço iniciou com onze viaturas Rural Willis, oriundas de unidades do interior do Estado, equipadas com rádio transmissor-receptor, com uma estação de comando localizada no Quartel do Comando-Geral. Era executado por setenta alunos-sargento, até que os cem homens recém-incluídos na Corporação concluíssem seu treinamento. Em seguida, foram entregues onze caminhonetes Chevrolet, com xadrez e equipamentos de rádio transmissor-receptor; e dez Jeep com capota de aço e xadrez, oriundas da extinta D.R.P.<sup>67</sup>.

Os membros da Guarda Civil receberiam na ocasião a possibilidade de optar por ingressar nas fileiras da Brigada Militar ou serem realocados na própria Polícia Civil, que continuaria executando suas tarefas de polícia judiciária e investigativa. Na Brigada Militar foi criado o “Curso de Adaptação Militar”, destinado aos chamados “optantes”. Porém apenas uma minoria optaria pela transferência para suas fileiras<sup>68</sup>. A atitude sugere o

<sup>67</sup> <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Historia/museubm/index.html> Site oficial Brigada Militar do Rio Grande do Sul, acesso em 29/04/2013.

<sup>68</sup> BORGES, op. cit., p.62.

descontentamento dos membros da Guarda Civil e demais corporações atingidas, que após o longo período de disputa travado em torno da questão do policiamento, veriam decretada de forma inapelável a desmobilização de suas corporações, nas condições impostas pelo estado de exceção.

Os membros da Guarda Civil não seriam os únicos atingidos pelo processo desencadeado pelo golpe, ainda que beneficiados pela nova lei no que se refere ao policiamento ostensivo, os oficiais da Brigada logo perceberam que as modificações não haviam sido perpetradas preocupadas com seus interesses.

O decreto 317/67 previa que o comando das PMs fosse executado diretamente por oficiais do Exército, ainda que prevendo a possibilidade em casos excepcionais, e desde que ouvida a IGPM, de que o comando pudesse ser exercido por oficiais das próprias corporações.

Esse processo de centralização foi implantado em detrimento dos governadores estaduais e suas secretarias estaduais de segurança pública, que até então dispunham do comando das forças e da prerrogativa de indicar seu comandante geral. A determinação colocava os próprios oficiais sob o risco iminente de voltarem a serem submetidos ao comando de um oficial oriundo do exército nacional.

O processo de reestruturação imposto pela Ditadura de Segurança Nacional se sobreporia ao “processo de policialização” construído no âmbito interno da Brigada Militar, impondo novas regras em todos os âmbitos de sua organização, estruturas militares, hierárquicas e mesmo de formação e treinamento. O modelo de policiamento em duplas, representado pelo Batalhão Pedro e Paulo, menina dos olhos do policiamento da corporação, seria imediatamente abolido, assim como os Regimentos Abas-Largas de Polícia Rural Montada.

A partir da nova lei, toda estrutura militar da corporação alterada. Os batalhões de infantaria, desde meados dos anos 50 organizados em Batalhões Policiais e Batalhões de Guarda, seriam imediatamente transformados em Batalhões de Polícia Militar (BPM) e os Regimentos Abas Largas, em Regimentos de Polícia Montada (RPMon).

Inicialmente subordinada ao Ministério da Guerra por meio do Departamento Geral de Pessoal (DGP), a IGPM seria logo “promovida” no organograma do comando militar,

desvinculando-se do DGP para passar a compor diretamente o Estado Maior do Exército, mais alta esfera de comando das forças terrestres<sup>69</sup>. A medida sugere a importância destinada às polícias militares na nova estrutura repressiva. O art. 21 do decreto citado previa que o posto de Inspetor Geral das Polícias Militares fosse ocupado por um General de Brigada<sup>70</sup>.

Com a nova lei, a Brigada Militar seria enquadrada no esquema repressivo proposto pelo governo militar, que promoveria uma ampla reestruturação nas Polícias Militares com o intuito de enquadrá-las em suas novas atividades na Segurança Interna. Essa nova função seria diretamente ligada à conjuntura internacional de guerra fria, e a atuação na Guerra Revolucionária, entendida como a nova estratégia de expansão adotada pelo inimigo comunista.

A pesquisa desenvolveu-se até aqui no sentido de apontar o desenvolvimento da estrutura militar da força, indicando seu profundo caráter bélico oriundo das situações de conflito nas quais a força atuou desde sua criação, particularmente em seu chamado “Período Bélico”.

Sustentamos ainda que mesmo ao longo do período chamado de “Transição”, ainda que não tenha participado de conflitos, a Brigada permaneceria com suas estruturas militares bélico-territoriais, formando, treinando e aperfeiçoando seus quadros para esse tipo de atividade. Aprofundaria ainda nesse período suas relações com o Exército Nacional, reafirmadas na reestruturação dos anos trinta, que consolidaria a estrutura bélico-militar da corporação, com formações criadas conforme o modelo do Exército, inclusive com unidades pesadamente armadas.

A permanência desse ideário relacionado à guerra territorial ficaria claro nas estruturas de formação de quadros da força, assim como em suas participações em manobras ao lado do Exército. A BM continuaria na condição de tropa reserva da força

---

<sup>69</sup> Decreto Lei 667 de 2 de julho de 1969.

<sup>70</sup>No Exército Brasileiro uma brigada, em termos organizacionais, é a menor unidade comandada diretamente por um general – “General de Brigada”, patente mais baixa entre os generais. Algumas Brigadas formam uma Divisão, comandada por um General de Divisão. Varias divisões formam um Exército, comandado por um General de Exército. Nesse sentido, as Polícias Militares, no caso gaúcho, a Brigada Militar, seria um brigada comandada por um Coronel, logo, uma brigada a espera de um general. Conforme previsto no Art. 21 do decreto citado, este seria o General de Brigada Inspetor Geral das Polícias Militares. O primeiro general a ocupar o cargo, seria ninguém menos do que o recém-promovido Gen. Carlos de Meira Mattos, um dos maiores expoentes da Geopolítica da ESG, e dos principais entusiastas da Doutrina de Guerra Revolucionária em nossas Forças Armadas.

nacional, sendo como tal convocada em 1961 no episódio da Legalidade. O próprio debate interno existente na corporação no período dito de policialização realizado a partir dos anos 50, e principalmente, a ferrenha resistência a ele imposta por parte dos oficiais brigadianos militaristas, indicam a enraizada presença desse ideário.

Ainda assim, apontamos que essa formatação bélica não teria impedido a atuação da corporação em atividades de policiamento ao longo de toda sua história. Percebemos ainda como os conflitos em que a força se viu envolvida, influenciariam mesmo em sua forma de atuação no policiamento. As disputas travadas, todas ocorridas no âmbito interno do país, contra *adversários* políticos, que em situação de disputa armada tornavam-se *inimigos* políticos, conduziram a corporação para um modelo de policiamento que preocupava-se mais com o adversário político do que com o criminoso. A situação culminaria com o suspeito padrão não ser definido em nosso estado por suas condições sócio econômicas, e sim por suas opções políticas, com a repressão imposta pela corporação centrada nos adversários “maragatos” e “assisistas”, adversários políticos do governo do estado.

As dificuldades decorrentes da situação da Brigada Militar no período de pacificação interna do país após a República Nova levaria parte dos oficiais a optarem pela profissionalização da força em atividades de policiamento. Implantaram esse projeto a partir de uma mobilização interna, em processo que receberia resistência interna e externa à corporação, e terminaria consolidando-se na atuação nesse tipo de atividades em regime de monopólio durante a ditadura.

Mesmo considerando o mais ou menos longo processo de adaptação interna da força ao policiamento, em muito movido pelo desejo e seus próprios oficiais, destacamos que tal processo consolidou-se durante um regime de exceção – implantado “de cima para baixo”, de forma independente da ação ou pretensão dos oficiais brigadianos, em processo conduzido sob aspectos teóricos (Policiais e Militares) divergentes dos pretendidos pelos oficiais “modernizadores” da Brigada ao longo de “seu” “processo de policialização” – os Batalhões Pedro e Paulo, por exemplo, maior orgulho e conquista dos “Oficiais Modernizadores”, foram abolidos pelos interventores federais. Acreditamos que justamente essa divergência de projetos estabelecida entre os PMs e a IGPM, tem recebido menos atenção do que a necessária em nossa historiografia.

No esquema corrente utilizado pelos pesquisadores dedicados ao trabalho de pesquisa da história da Brigada, esse momento de intervenção realizado pelo governo

federal é considerado decisivo para a corporação, pois consolidaria seu direcionamento rumo às atividades de policiamento:

Em consequência dessa disposição, estava consagrado pela norma, espaço tão almejado pela BM, desde o início de sua transição. [...] O investimento na atividade de policiamento ostensivo significava um triunfo consistente para a possibilidade de sobrevivência das corporações policiais militares, já que estas, desde tempos alhures, vêm sendo ameaçadas de extinção<sup>71</sup>.

Essa interpretação de que a Brigada tornou-se definitivamente uma polícia por intervenção do regime militar, é corrente nos principais pesquisadores que abordam a história da corporação nos meios civis e militares. Nesse entender, os decretos leis produzidos pelo regime a partir de 1967, assim como a criação da a IGPM e o processo de centralização promovido, definitivamente teriam acabado com os últimos resquícios do período bélico na corporação, encerrando oficialmente seu período de transição.

A IGPM foi decisiva na policialização da Brigada Militar ao forçá-la a adotar os preceitos de polícia, consubstanciando a responsabilidade pelos serviços de polícia, baixando normas, fiscalizando e supervisionando a corporação gaúcha eliminando as últimas barreiras bélicas. [...] A Brigada bélica foi sepultada com o advento de tal legislação federal atinentes as polícias do país (Decretos Lei nº 317/67 e 667/69<sup>72</sup>).

Porém, acreditamos que no período da virada dos anos 60 a Brigada Militar não estivesse convivendo com resquícios de suas formações bélicas. Mesmo que envolvida em um processo de adaptação e busca pelas atividades de policiamento, acreditamos que a corporação ainda continuava com um processo de formação de quadros profundamente militarizado. Entendemos que mesmo quando enquadradas nas atividades de policiamento em 1967, a atuação não se daria conforme o modelo e os planos traçados por seus oficiais. O projeto foi implantado pelo Exército, enquadrado na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, e particularmente influenciado pela doutrina de Guerra Revolucionária.

---

<sup>71</sup> SIMÕES, op. cit. p.141.

<sup>72</sup> KARNIKOWSKI, op. cit. p. 404-407.

Nesse sentido, a nova doutrina de guerra implantada para o combate de um inimigo atuante no plano interno da nação, quebrava a lógica da atuação bélica desenvolvida pelo estado moderno. Até então, a guerra desenvolvia-se no sentido de combater inimigos externos, travada pelas forças armadas do estado, contra forças armadas de outra entidade estatal. A guerra revolucionária passaria a exigir a atuação da polícia em atividades bélicas, em função de o inimigo não mais se encontrar do outro lado da fronteira, ou do *front*. Nesse tipo de guerra, o inimigo seria teoricamente um cidadão, separado apenas pelas “fronteiras ideológicas”. Dessa forma, defendemos que a Brigada Militar não teria comprometido seu “ethos militar” nem sua postura “bélica” quando assumiu as atividades no policiamento em 1967.<sup>73</sup> Essa oposição encontrada na bibliografia entre atividade bélica e policial é decorrente da dicotomia entre essas atividades brevemente apontadas por Hobsbawm, somando-se a isso a compreensão que acreditamos limitada dos conceitos “Bélico” e “Militar”, todas apontadas em nossa introdução.

No capítulo seguinte, nos debruçamos mais atentamente no modelo militar implantado pela intervenção federal em 1967.

---

<sup>73</sup> Dani Rudinicki, aborda em sua tese a permanência da disputa entre oficiais militaristas e inovadores ao longo da década de 1990, indicando que não só a postura militarista estaria se faz presente tanto nesse período, quanto no mínimo nos trinta anos seguintes. (RUDNICK 2007)

## **2 POLICIAMENTO DE GUERRA: A BRIGADA MILITAR SOB A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL**

### **2.1 AS POLÍCIAS MILITARES NA SEGURANÇA NACIONAL**

A constituição promulgada pela ditadura militar em 1967 promoveu uma profunda alteração nas funções desempenhadas pelas Polícias Militares brasileiras, que passaram a executar atividades de policiamento ostensivo, tarefa que assumiriam em regime de monopólio a partir de 1969.

No âmbito interno da força, a nova carta representou uma vitória na disputa travada entre os setores ditos “modernizadores” na corporação, entusiastas dessa atuação no policiamento, sobre os setores “militaristas” da oficialidade, que defendiam a manutenção de uma estrutura militar bélico territorial para a Brigada.

No âmbito da administração pública do estado, representou também uma vitória desses setores da corporação sobre a Polícia Civil, corporação então responsável pelas atividades de policiamento, pondo fim a uma disputa a mais de uma década. A Polícia Civil como instituição foi a maior prejudicada pela reestruturação imposta, tendo extinguidas suas Guardas Cíveis e de Trânsito, cujos espólios seriam incorporados a Brigada Militar.

Ainda que considerada como uma vitória por parte dos oficiais, uma análise mais cuidadosa do texto constitucional e particularmente de suas leis complementares, indica que mais do que representar o atendimento dos anseios dos oficiais, a militarização do policiamento ostensivo era uma das faces de uma reestruturação mais ampla do aparato repressivo realizada em âmbito nacional. Essa reorganização, além da atuação no policiamento, reservava às Polícias Militares um significativo papel nesse novo quadro da Segurança Nacional, de atuação na Segurança Interna como última barreira das forças da ordem antes da intervenção direta das forças armadas.

Pretendendo um satisfatório enquadramento das forças na estratégia repressiva a ser implantada, o governo militar promoveria uma ampla reestruturação uniformizadora das Polícias Militares do país, que teve como marco inicial a centralização de seus comandos sob a égide do Ministério da Guerra, em detrimento dos governos estaduais.

### 2.1.1 A Inspeção Geral das Polícias Militares

No mesmo decreto lei 317 de 1967 que determinou o início da atuação das PMs no Policiamento Ostensivo, o regime militar determinou a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), com a missão de centralizar todas as atividades das PMs do país sob a égide do Ministério da Guerra:

#### Cap. VI- Da Inspeção Geral das Polícias Militares

Art. 20- Fica criada no Ministério da Guerra a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), diretamente subordinada ao Departamento Geral de Pessoal (DGP).

Art. 21 O cargo de Inspetor Geral das Polícias Militares será ocupado por um General-de-Brigada.

Art. 22- compete a Inspeção Geral das Polícias Militares:

- a) Centralizar e coordenar todos os assuntos da alçada do Ministério da Guerra relativos às Polícias Militares.
- b) Inspeccionar as Polícias Militares, tendo em vista o fiel cumprimento das prescrições deste decreto lei.
- c) Proceder ao controle da organização, dos efetivos, do armamento e do material bélico das Polícias Militares.
- d) Baixar normas e diretrizes e fiscalizar a instrução militar das Polícias Militares em todo o território nacional com vistas às condições peculiares de cada unidade da federação e a utilização das mesmas em caso de convocação, inclusive mobilização em decorrência de sua condição de forças auxiliares, reservas do Exército.

Decreto lei nº 317 de 13 de março de 1967.

A IGPM promoveu uma reestruturação em todos os âmbitos das forças em seus aspectos estruturais, organizacionais, militares, de armamento e instrução, passando mesmo pelos aspectos técnicos e táticos das atividades policiais. O órgão enquadraria as corporações no novo modelo de policiamento proposto pelo regime militar, diretamente influenciado pelos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional.

Essa reestruturação uniformizadora começaria pela própria nomeação das forças militares estaduais, que passariam por determinação federal a serem intituladas Polícias Militares. A única exceção foi justamente a Brigada Militar, exceção atribuída à importância política adquirida pelo Coronel Peracchi no regime recém-implantado, estando o coronel a frente do executivo do estado, como o governador nomeado pelo regime. Essa influência também garantiria que ao longo de todo período da ditadura, a Brigada Militar tenha sido uma das únicas (possivelmente a única) PM do país que permaneceu comandada por oficiais



oriundos de suas fileiras, não sendo submetida ao comando direto por parte de oficiais do Exército.

Além das alterações em suas estruturas militares, onde seriam imediatamente abolidos os Batalhões Pedro e Paulo, Batalhões de Guarda, e Regimentos Aba Larga, a corporação teria também suas estruturas hierárquicas uniformizadas com todas as demais PMs do país. O Decreto 317 de 1967 determinou um plano de carreira bipartido, aos moldes do então utilizado pelo Exército. Esse modelo, já utilizado na Brigada Militar, previa uma carreira em dois níveis, com os membros da corporação divididos entre Oficiais e Praças. Os Oficiais de Polícia Militar ficariam divididos em seis graus hierárquicos: Coronel, o posto mais alto e, a partir dele, em ordem descendente, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente. As Praças de Polícia Militar por sua vez também ficariam divididas em seis graduações: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Policial (Soldado)<sup>74</sup>, sendo a todos os postos e graduações acrescida a designação “PM” (Policial Militar).

Nesse tipo de modelo, os níveis não se cruzam. Os homens ingressam na corporação ou como oficiais ou como praças, no grau mais baixo de cada nível, podendo avançar até o posto máximo da hierarquia dentro de seu nível.

As praças formam a tropa, de quem se exige graus mais baixos de escolarização. Eram então recrutados em regime de voluntariado, em carreira que iniciava na graduação de soldado. Os oficiais desenvolvem atividades de gestão e comando. São submetidos a um longo período de preparação por meio do Curso de Formação de Oficiais (CFO), ministrado na Academia de Polícia Militar. Numericamente representam uma pequena elite de cerca de cinco por cento dos homens que desempenham as mais importantes funções da hierarquia militar. O CFO teve nesse período teve duração que variou entre três e cinco anos, sempre realizado em regime de internato. O curso tinha seus alunos recrutados após a conclusão do segundo grau realizado no Colégio Tiradentes, instituição de ensino médio da Brigada Militar e, a partir de 1973, selecionados por meio de concurso vestibular<sup>75</sup>.

O processo de formação de quadros em todos os níveis hierárquicos também foi uniformizado pela IGPM: “A Instrução das Polícias Militares será orientada e fiscalizada pelo

---

<sup>74</sup>O parágrafo do Art. 317 de 1967 que determinou como posto mais baixo da hierarquia o de “Policial”, seria alterado pelo Art. 667 de 1969, que determinou que o ponto mais baixo da graduação voltasse a ser o de “soldado”.

<sup>75</sup> BORGES, op. cit. p.35

Ministério da Guerra, através da Inspeção Geral das Polícias Militares” (Decreto Lei 317 1967 Cap. IV). A partir de então, para a progressão na carreira de oficial de polícia militar, tornou-se obrigatório que os candidatos realizassem uma formação continuada, necessitando de novos cursos de aperfeiçoamento após a conclusão do CFO, referentes a cada novo grau hierárquico ao qual pretendessem ascender:

Art. 12.

O acesso à escala hierárquica, tanto de oficiais como de praças, será gradual e sucessivo, com promoções de acordo com a legislação peculiar de cada Unidade da Federação exigidos os seguintes requisitos básicos:

- a) Para promoção ao posto de Major: Curso de Aperfeiçoamento feito na própria corporação ou em Força Policial de outro Estado;
- b) Para promoção ao Posto de Coronel: Curso Superior de Polícia, desde que haja o curso na corporação.

Decreto lei nº 317 de 13 de março de 1967.

A Brigada Militar já ministrava em sua academia um curso de aperfeiçoamento de oficiais desde o ano de 1954, e apressou-se em fundar, já no ano seguinte, o seu próprio Curso Superior de Polícia Militar (CSPM). Desses dois cursos provêm as monografias de conclusão utilizadas como fontes principais em nossa pesquisa, ainda que na Brigada apresentem-se disponíveis apenas a partir de 1979, período final do regime militar. Dispomos de poucas informações sobre dos cursos oferecidos pela Brigada Militar. Os Programas de Curso para todos os cursos ministrados pela Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, desde o Curso de Formação de Soldados, até o CSPM, passaram a serem produzidos após o ano de 1968, e encontram-se arquivados no Departamento de Ensino da APM-RS, não disponíveis à pesquisa. Nesses programas de curso encontram-se detalhadas as disciplinas ministradas, instrutores, carga horária, temas abordados etc. A existência desses programas de curso, particularmente pela data em que passaram a ser produzidos, indicam que possivelmente o início de sua produção já seja fruto da influência ou mesmo exigência direta da IGPM. O decreto de criação do CSPM em 1968 previa um curso dividido em três ciclos:

Ciclo Básico: Visando uniformizar os conhecimentos relativos à Segurança Nacional, Segurança Interna, planejamento, cultura jurídica e geral

necessárias às elevadas funções de Estado Maior, comando e chefia nas organizações policiais militares.

Ciclo Profissional: Visando preparar os oficiais superiores às funções de Estado Maior e Comandos Gerais, desenvolver conhecimentos de planejamento e emprego operacional, com vistas à atuação das unidades de polícia militar em missões de manutenção de ordem pública, Segurança Interna e defesa territorial terrestre.

Ciclo Operacional: visando realizar exercício de conjunto, tipo manobra na carta, desenvolvendo uma situação de manutenção de ordem pública e Segurança Interna, com objetivo de ser estudada a integração do organismo policial no planejamento de situações já referidas. Deverá ser interessada no exercício a Secretaria de Segurança do Estado, a fim de integrar no mesmo os organismos policiais civis. Um dispositivo de comunicações deverá ser mantido a fim de atender os postos de comando hipotéticos criados para o exercício.

Decreto Estadual nº 19.393 de 1968. Art. 5.

Note-se que as preocupações relativas à atuação das Polícias Militares na Segurança Nacional e Segurança Interna, por meio de atividades de manutenção da ordem pública e defesa territorial terrestre dominam os três ciclos do curso. Por outro lado, destaca-se a ausência de preocupações relativas à criminalidade. Essa divisão em ciclos também seria adotada para o CAO, com as disciplinas previstas em cada ciclo para ambos os cursos no ano de 1969 divididas em:

CSPM - CICLO BÁSICO: Segurança Nacional, Informações, Cultura Política, Cultura Jurídica, Estudos Brasileiros, Funcionamento de Órgãos de Planejamento, Técnicas de Administração, História da Formação Nacional, Psicologia das Multidões, e Sociologia do Desenvolvimento.

CICLO PROFISSIONAL: Organização e Emprêgo de Unidades de PM, Trabalho de Comando e de Estado-Maior, Comunicações, Segurança Interna e Defesa Territorial Terrestre, Informações na Defesa Interna, Administração Militar, Chefia e Liderança, Relações Públicas, Mobilização Militar, Levantamento Estratégico, Guerra Revolucionária, e Segurança de Empresas e Instalações Vitais.

CAO - CICLO BÁSICO: Direito Constitucional, Direito Penal Militar, Economia Política, Psicologia das Multidões, e Sociologia Política.

CICLO PROFISSIONAL: Ação Cívica Militar, Administração Militar, Educação Física, Guerra Revolucionária, Informações, Mobilização e Guarda Territorial, Organização e Emprego Tático de Infantaria, Organização e Emprego Tático de Cavalaria, Organização e Emprego Tático de Polícia Militar, Planejamento e Organização de Instrução, Relações Públicas<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR. Porto Alegre: Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, 1969.

Note-se novamente o destaque dado nesses programas de curso para as atividades das polícias militares na Segurança Interna, com os dois últimos ciclos previstos para o CSPM praticamente destinados a esse tipo de atuação, melhor detalhadas quando atentamos às disciplinas a serem ministradas, onde se previa os cursos de: “psicologia das multidões”, “ações cívico-militares”, e “guerra revolucionária”, “emprego tático de infantaria e cavalaria”, “economia e sociologia”. E novamente temos o destacado silêncio no que se refere ao combate ao crime comum.

Logo em 1968 a IGPM faria sua primeira publicação destinada às Polícias Militares, com o lançamento da nota de instrução nº168 A GUERRILHA E A CONTRA GUERRILHA URBANAS. Reforçando esse papel deliberadamente bélico destinado corporações:

Portaria nº 71/EME de 10 de Setembro de 1968. O chefe do Estado maior do Exército, usando a atribuição que lhe confere a letra “I” do item 4 das Diretrizes Gerais de Instrução para o Biênio 1968/1969 (Port. nº 353-GB, de 31 Out 67 – Res), resolve aprovar a Nota de Instrução nº 1/68, “A Guerrilha e a Contraguerrilha Urbanas”, elaborada pela IGPM e destinada a orientar a instrução das Polícias Militares<sup>77</sup>.

Nesses momentos iniciais do enquadramento implantado pela Inspetoria, esses aspectos da Contraguerrilha e do Controle dos Distúrbios de Civis ganhariam destaque como preocupação por parte do órgão, que em 1969 organizaria um Seminário de Segurança Interna destinado à abordagem da “Moderna Técnica de Controle e Planejamento de Controle de Distúrbios Civis”, centrada nas atividades de Informações:

O Estado precisa conhecer imperativamente, todos os fatores adversos, externos ou internos que se podem opor à consecução da Política Nacional, bem como o valor das pressões por eles exercidas. A posse desses conhecimentos permite ao Estado definir o grau de segurança com que poderá agir em busca de seus objetivos e as possibilidades adversas de prejudicar ou impedir suas ações. São, portanto, as informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo de grande importância<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Publicado no boletim do Exército nº 43 de 25 de outubro de 1968.

<sup>78</sup> CONFERÊNCIAS do Seminário de Segurança Interna. Inspetoria Geral das Polícias Militares e Polícia Federal. Brasília, 1969. “A Moderna Técnica de Controle e Planejamento de Controle de Distúrbios Civis” apud. GALVÃO, José Noronha. O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo. 1984. Monografia de conclusão. (Curso Superior de Polícia Militar) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984. p.35

A mudança estrutural imposta pela IGPM refletiu-se na própria estruturação e nome das unidades formadoras de oficiais das PMs Brasileiras. Na Brigada Militar ainda em 1967 o CIM - Centro de Instrução Militar unidade de formação da força desde 1934, adotaria o nome de EsFAQ (Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Quadros), que logo em 1969 seria alterado para o definitivo nome de Academia de Polícia Militar, ainda hoje utilizado (Decreto 19.1931). Essa mesma nomenclatura seria no ano seguinte adotada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Força Pública de São Paulo, que em 1970, quando da alteração do nome da força para PMSP tornou-se a Academia de Polícia Militar de São Paulo, adotando em 1978, o nome definitivo de Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

Nas Academias de Polícia Militar dos estados do RS, RJ E SP, disponibiliza-se apenas a produção bibliográfica dos alunos realizada em períodos reativamente recentes, após o ano de 1979 para o caso da Brigada, e após o ano de 1988 para os casos das Academias de Polícia Militar do Barro Branco (PMSP) e Dom João VI (PMERJ). Porém em visita a esta última PM, encontramos o acervo de monografias oriundas dos CAO ministrados na casa a partir do ano de 1968.

Com a determinação imposta pela IGPM da necessidade do curso de aperfeiçoamento realizado na própria PM para a ascensão dos capitães ao posto de major, a então Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG) <sup>79</sup>criaria seu Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais ainda em 1967, com regulamento publicado no Decreto “N” nº 927 de 13 de setembro, com a primeira turma do curso ingressando no primeiro semestre de 1968<sup>80</sup>.

A produção bibliográfica dessas primeiras turmas do CAO da PMEG apresenta trabalhos com temáticas, abordagem e conceitos muito semelhantes aos utilizados pela Academia de Polícia Militar do RS no período da virada dos anos oitenta. Mesmo que escritas em estados diferentes, separadas por tantos anos em suas datas de produção, ambas as coleções são de trabalhos de conclusão produzidos para um mesmo curso, o CAO, e escritos em duas corporações sob o mesmo embasamento legal, a Constituição de 1967 e

---

<sup>79</sup> PMEG – Polícia Militar do Estado da Guanabara, nome adotado pela corporação existente no Estado da Guanabara. É a antiga PMDF (do Distrito Federal), que perdeu esse título quando a capital foi transferida para Brasília. A atual PMERJ surgiria apenas em 1975, como resultado da fusão entre os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro e a consequente união de suas Polícias Militares, respectivamente a PMEG e a PMRJ.

<sup>80</sup> SILVA, Elias Flores da. *Defesa Civil*. Trabalho Técnico de Conclusão. 1968. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Polícia Militar do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968. p.1

decretos complementares e, principalmente, instituições que se encontravam sob a égide da IGPM.

A ausência de trabalhos produzidos fora dessas instituições sobre as atividades das polícias militares na Segurança Nacional tornou a aproximação com essas monografias de fundamental importância para a compreensão das atividades que passariam a desempenhar as polícias militares brasileiras após a constituição de 1967.

Essa escassez de trabalhos aliada à limitação de acesso às fontes internas das organizações militares, fez com que as informações que dispomos sobre esses programas de aperfeiçoamento, assim como a conceituação utilizada pelas academias na formação de seus alunos, tenham sido todas levantadas nos próprios trabalhos. Deles provêm as informações sobre o enquadramento das PMs na Segurança Nacional e Segurança Interna, da importância da IGPM, assim como do surgimento e penetração nas PMs dos conceitos da Guerra Revolucionária.

Analizamos alguns poucos trabalhos oriundos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMEG-PMERJ. Dos trabalhos disponíveis, selecionamos os que logo no título abordassem a temática do papel da Polícia Militar na Segurança Nacional e Guerra Revolucionária ou temas correlatos<sup>81</sup>. As monografias invariavelmente enquadram a atuação das forças em uma análise muito semelhante da conjuntura internacional e das ameaças resultantes da nova estratégia de guerra adotada pelo “Movimento Comunista Internacional”.

A amostra de 26 trabalhos consultada representa menos de dez por cento das obras disponíveis<sup>82</sup>, e ainda assim consiste em um montante de quase duas mil páginas de documentação. Frente esse volume de fontes, problema que se repetiu na análise das monografias oriundas da Brigada Militar, optamos por uma abordagem mais aprofundada de um reduzido número de obras, expondo a argumentação desenvolvida e a conceituação empregada. Os títulos das demais obras consultadas seguem em listagem anexa<sup>83</sup> a fim de

---

<sup>81</sup> Tais como “Informações”, ou a “Segunda Seção do Estado Maior” (seção responsável pelas atividades de Informações), “Quinta Seção do Estado Maior” (responsável pela Ação Psicológica), “Operações Especiais” (Unidades especialmente desenvolvidas para o combate ao inimigo subversivo), “Controle de Distúrbios de Civis”, etc.

<sup>82</sup> Os trabalhos possuem uma numeração de catálogo iniciada em 001 nos trabalhos de 1968, que avança até cerca de 280 nas monografias de 1976, último ano disponível no acervo.

<sup>83</sup> Anexo 2.

demonstrar que a temática da Guerra Revolucionária foi trabalhada de forma constante nesse programa de aperfeiçoamento no mínimo ao longo desse período.

Nessas obras oriundas da PMEG, optamos pela seleção para a análise de trabalhos escritos no período inicial de atuação da PM na Segurança Nacional – o ano de 1968, primeira turma de CAO realizado na casa, logo após a criação da IGPM.

### 2.1.2 Segurança Nacional e Guerra Interna

Nas obras estudadas voltadas às atividades das PMs na Segurança Nacional, nota-se a pesada influência da conjuntura internacional de Guerra-Fria, como próprio alicerce da percepção das atividades sobre as quais se veem enquadradas as Polícias Militares, e base sobre a qual se desdobra sua estratégia repressiva.

Mesmo que diretamente responsáveis por zelar pelo cumprimento da lei, e logo, pela prevenção ao crime, as Polícias Militares receberiam responsabilidades diretas sobre a manutenção da ordem e garantia do exercício dos poderes constituídos, prevendo-se mesmo sua atuação como força auxiliar do Exército em situação de guerra externa, em atividades de guarda territorial (decreto 667/67). A atuação em todas essas atividades apresenta-se sob a direta influência da conjuntura internacional marcada pela nova estratégia de expansão que acreditavam adotada pelo inimigo comunista, a *Guerra Revolucionária*.

Segundo essa compreensão, impossibilitado de expandir suas fronteiras por meio de uma guerra tradicional de expansão de fronteiras, o inimigo comunista estaria adotando uma nova estratégia, atuando no âmbito interno dos países por meio de quadros locais ideologicamente comprometidos contra a causa comunista. Esse “inimigo interno” atuaria visando conturbar a vida nacional, por meio de ações subversivas de agitação, propaganda, sabotagem e terrorismo, com a pretensão de desestabilizar o poder constituído. Essa nova postura provocaria uma profunda mudança nas estratégias defensivas no âmbito das forças armadas ocidentais.

Em “*Emprego das Polícias Militares na Luta Contra a Guerra Revolucionária*.”, monografia de 25 páginas escrita como trabalho de conclusão para turma de 1968 do CAO da PMEG, o capitão Castro aborda os conceitos norteadores da Segurança Interna e do tipo

de guerra travada nesse âmbito, assim como as funções da PM nesse tipo de atividade. Expõe a conceituação proposta pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), que apresenta a Guerra Interna dividida em duas categorias - a Guerra Insurrecional e a Guerra Revolucionária:

A Guerra Insurrecional é a guerra interna em que parte da população empenha-se contra a autoridade que detém o poder, com o objetivo de depô-la ou, pelo menos, forçá-lo a aceitar determinadas condições, mas sem estar apoiada por uma ideologia.

A Guerra Revolucionária é a guerra interna, de concepção Marxista Leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que, apoiados em uma ideologia, estimulados e até mesmo auxiliados do exterior, visam à conquista do poder através do controle progressivo físico e espiritual da população sobre o qual é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicos particulares, e de parcela da população assim subvertida<sup>84</sup>.

Segundo o autor, baseada na doutrina Marxista Leninista, a Guerra Revolucionária, estaria relacionada ao domínio físico e espiritual da *população*. Essa estratégia confere à população papel central na disputa, como meio e objetivo da luta. Essa particularidade implica em que nesses conflitos, as ações desenvolvidas são de cunho eminentemente “psicológico”, e voltadas à conquista e o controle sobre a população. A guerra revolucionária seria executada por uma minoria que se utiliza das contradições internas do país alvo, como as situações de desequilíbrio social ou racial, dominação colonial, conflitos de libertação, nacionalistas e religiosos, para a conquista de adeptos entre a população. A estratégia é em longo prazo, sendo a subversão sua principal arma. Ainda segundo o autor, a tática é a das ações violentas, de surpresa, e também da atuação de guerrilha. Nesse tipo de conflito uma minoria atuante desenvolve uma guerra subversiva, lenta, progressiva, gradual, a princípio não violenta e desencadeada não só no plano do domínio físico da população, mas principalmente, no plano do domínio espiritual. Visa em suas fases iniciais tornar impossível o exercício da autoridade legal na área conflagrada<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> CASTRO, Jorge D’Albuquerque. *Emprêgo das Polícias Militares na Luta Contra a Guerra Revolucionária*. 1968. Trabalho Técnico Profissional (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais)- Polícia Militar do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968. p. 1

<sup>85</sup> *Ibid*, p. 3-5.



O autor aponta que a guerra revolucionária é desencadeada em fases pré-determinadas, que variam conforme suas escolas de interpretação ou a realidade empírica encontrada em cada processo revolucionário<sup>86</sup>.

Segundo Castro, tendo na conquista da população seu principal objetivo, a guerra revolucionária confere as ações de “Guerra Psicológica” papel central na disputa travada. O principal meio de atuação nessa área seria a “Ação Psicológica”. Essas ações seriam promovidas pelo emprego de técnicas de propaganda e contrapropaganda, utilizando-se de meios diversos - visuais, auditivos, e olfativos, contemplando os interesses materiais e psíquicos das populações<sup>87</sup>.

Temos então, que segundo o autor, a Guerra Revolucionária teria entre suas características principais a presença da doutrina Marxista Leninista, em uma disputa travada com o objetivo da conquista da população, na qual se utilizam de técnicas de ação psicológica baseadas em propaganda, sendo a estratégia conduzida por uma minoria ativa que se usa das contradições internas do país, sendo desenvolvida em fases predeterminadas visando tornar impossível exercício da autoridade legal.

Outra característica perceptível na série de monografias analisadas na APM Dom João VI, foi a presença nas turmas de todos os anos de alunos visitantes oriundos de Polícias Militares de outros estados da federação. Na primeira turma do CAO da PMEG, destacamos o trabalho do capitão Mario Nazareno Lopes Rocha, da Polícia Militar do Estado do Maranhão. Em *“O Reservista como Elemento de Permanente Perigo as Forças Armadas e Polícias Militares”*, o capitão Rocha se dedica ao tema do novo papel das Polícias Militares na Segurança Interna. Atento à conjuntura internacional de Guerra Fria, o autor mostra-se receoso com as consequências do adestramento em Guerra Revolucionária fornecido pelas Forças Armadas e órgãos componentes do aparato repressivo. Preocupa-se particularmente com a ameaça representada pelos reservistas, expulsos ou dispensados das forças, que retornam a sociedade civil de posse do conhecimento sobre essa nova tecnologia de guerra.

---

<sup>86</sup> A primeira escola indicada pelo autor, que não cita a origem, dividiria a guerra em duas grandes fases e suas subdivisões. A Primeira Fase seria o “Período de Organização”, subdividido em “1 - Início da organização revolucionária” e “2 - Ampliação da organização revolucionária”. A Segunda Fase seria o “Período de Operações”, dividido em “3 - Início da atuação armada”, “4 - Plena Revolução”, e “5 - Operações Clássicas”. A segunda escola de interpretação, que o autor intitula de “Tradicional Divisão Francesa” – sugere uma análise dividida em três fases. “Cristalização, Organização, e Militarização”. CASTRO, op. cit. p.07-10.

<sup>87</sup> Ibid. p. 10-15,

Teme basicamente que se tornem atuantes em movimentos revolucionários ou agentes a serviço do Comunismo Internacional.

O autor inicia sua obra com uma breve análise da conjuntura internacional e das novas estratégias de atuação do inimigo, muito semelhante à descrita pelo capitão Castro:

Constituiria uma ilicitude negar que o mundo contemporâneo esta nitidamente dividido por duas ideologias antagônicas e inconciliáveis: A Democracia e o Comunismo. [...] O bloco universal comunista, prescinde da hipótese de guerra aberta ou declarada. Tem convicção plena do atual estágio da ciência e da técnica, no que tange aos meios bélicos capazes de propiciar extermínio a humanidade inteira.[...] Assim, encontraram os comunistas através da “Guerra Revolucionária”, uma única forma de luta camuflada, clandestina, capaz de seguir com retilinidade (sic), a ideologia marx-leninista. Em síntese, o inimigo vermêlho ao invés de formar e adestrar Exércitos, criou o MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI) – organismo destinado a descobrir, incorporar e utilizar adeptos pelo mundo inteiro<sup>88</sup>.

O capitão Rocha sustenta que desde Kruschev os comunistas teriam mudado sua estratégia de expansão, determinando aos partidos comunistas dos diversos países o “abandono à subversão”, e que lutassem pelo poder através de meios políticos perfeitamente legais. Dessa nova estratégia teria se originado o Movimento Revolucionário mundial, sendo seu mais autêntico instrumento de ação o MCI – Movimento Comunista Internacional<sup>89</sup>.

O autor aponta que por meio dessa ferramenta, o comunismo internacional vem agindo em duas frentes, primeiro, tentando debilitar a influência norte americana entre seus aliados por meio de ataques a sua credibilidade. Por outro lado, atuariam no plano interno dos países, promovendo a sedição e buscando envolvê-los no caos e na subversão. Para tanto, o MCI imporia e exploraria a intranquilidade pública para, a partir dela, projetar e aumentar a influência de seus “líderes extremistas”. Estaria atualmente utilizando-se das bandeiras do apoio aos oprimidos, da liberdade e da justiça social, conduzindo o povo para

---

<sup>88</sup> ROCHA, Mario Nazareno Lopes. *O Reservista como Elemento de Permanente Perigo as Forças Armadas e Polícias Militares*. 1968. Trabalho Técnico Profissional (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais)- Polícia Militar do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968. p. 3. grifo dele.

<sup>89</sup> Ibid. p. 5-6.

luta contra o colonialismo, a ditadura, pela independência cultural e econômica. Afirma que esse “novo inimigo” sabe conduzir com maestria os “inocentes úteis”, para agitarem o país contra o seu próprio governo<sup>90</sup>.

A ameaça maior representada por essa nova forma de atuação seria que após o surgimento do Movimento Comunista Internacional, o comunismo teria se libertado das amarras da atuação exclusiva pelos PCs (Partidos Comunistas), ampliando sua atuação por meio de “outras forças”. Essas outras forças são definidas pelo autor como “Organizações de Frente”. Seriam “instrumentos” que sob motivações diversas, “direta ou indiretamente”, “consciente ou inconscientemente”, proporcionam quaisquer auxílios, aos “bolchevistas”. As “Organizações de Frente” englobariam elementos da imprensa falada, escrita e televisionada, também do magistério e clero, e ainda do meio civil e militar:

Aí está o domicilio da GRANDE AMEAÇA, representam perigo incalculavelmente maior do que o até então oferecido pelo PC e até mesmo que todas as suas alas em dissídio. Tem sido máxima sua exploração no processo de subversão. [...] No Brasil, as FRENTEs não vestem trajes comunistas e nem aparecem com a denominação própria. Elas se trajam de Ligas Camponesas, Associações Benéficas de Classes, de Bem-Estar Social, Assembléias Religiosas etc. Com um nobre ideal de fachada, e pregando propósitos altruístas de humanidade, ação e sociedade. Por vezes, desfrutando do conceito que têm, chegam a pleitear ao governo contra o qual tramam. Seus militantes não-comunistas são cuidadosamente poupados do conhecimento da causa soviética. A atenção das autoridades não é despertada, sendo difícil provar sua finalidade espúria, a ponto de para leigos sua identificação ser totalmente impossível<sup>91</sup>.

O perigo dessa atuação “camuflada” das “frentes”, é que proporcionaria uma capacidade de incorporarem adeptos de todas as classes sociais, sem a exigência de quaisquer compromissos de caráter comunista. Forneceria a oportunidade de orientar e unir grupos sociais de pensamentos convergentes, para depois induzi-los à pressão contra o governo. Segundo o autor essa atuação nas frentes de cidadãos que sequer percebem estarem favorecendo o inimigo resultaria em uma grande dificuldade de identificação dessas organizações por parte do governo. Essa dificuldade seria tanta, que “mesmo entre os meios

---

<sup>90</sup> ROCHA, op. cit., p.7

<sup>91</sup> Ibid, p. 9-10, grifo dele.

repressivos se ensaiam defesas a essas organizações quando colocadas na agenda de Informações como entidades suspeitas”<sup>92</sup>.

Essa capacidade de mobilização faria nesse entender com que manifestações simultâneas de várias classes sociais do país, que deixavam a impressão de ser uma aspiração nacional, traduzissem tão somente o objetivo de uma minoria “comunizada”. Essa situação faz com que o autor perceba que “uma parcela razoável de nosso povo, bom, amigo da ordem pública, patriota e de elevado teor democrático, seja confundido e identificado por nós como inimigo interno e subversivo”<sup>93</sup>. O autor elenca uma série de entidades internacionais que para ele representam as Organizações de Frente Pró-Soviéticas mais notórias no Brasil. A lista que inclui órgãos estudantis, sindicais, profissionais e de classe, abarcando mesmo as então recém-surgidas entidades voltadas às lutas de gênero:

Federação Mundial da Juventude democrática, União Internacional dos Estudantes, Organização Internacional dos Jornalistas, Federação Mundial dos Escritores, Federação Mundial dos Cientistas, Associação Médica Internacional, Federação Internacional dos Sindicatos de Ensino, Organização Internacional de Rádio e Televisão, Federação Democrática Internacional das Mulheres<sup>94</sup>.

Além das frentes, o autor aponta ainda outra ferramenta fundamental da atuação do MCI, ferramenta que no seu entender representaria uma arma ainda mais ameaçadora: os “Agentes de Influência” – por ele tratados como os “Grandes Traidores de suas Pátrias”.

Os AGENTES DE INFLUÊNCIA constituem ameaça terrível nos pluralizados setores da vida nacional. São autênticos artistas “lírico-terroristas”, que cantam por trás do pano da ribalta. Para um agente de influência não é imprescindível fornecer informações. Ele sozinho promove os interesses da URSS. Surge como recruta dentre os jornalistas, radialistas, políticos e personagens públicos que exercem influência de fato em sua terra. Sabem difundir boatos, deturpar a realidade das notícias, fatos desenrolados, com fim precípua de ofuscar o prestígio das autoridades, amedrontar democratas e incentivar o aceleração da subversão. Para os comunistas, o agente de influência é considerado muitíssimo superior aos seus espiões. Ele é mais seguro, menos comprometedor e mais eficiente.<sup>95</sup>.

---

<sup>92</sup> Ibid, p. 10

<sup>93</sup> Ibid, p.12

<sup>94</sup> Ibid, p.13

<sup>95</sup> ROCHA, 1968, p.15, grifo dele

As principais vantagens para o comunismo da atuação de um Agente de Influência seria seu acentuado poder de persuasão sobre “as massas”, que por seu poder de influência creem e se orientam nele. Isso faz com que esses homens sejam de suma importância para o MCI. Na imprensa, atuariam empregando um “misterioso sistema de meias-verdades”, para desorientar a opinião pública. O Agente de influência seria particularmente perigoso, pois ainda que descoberto por suas atividades, raramente seria possível provar a seu envolvimento com a causa comunista. Se acusado de subversão, o Agente de Influência tem sempre tem a válvula de escape de “alegar que colheu o furo de reportagem” e que “estaria cumprindo com o seu dever de informar”. Sozinho, um Agente de Influência valeria por uma Frente<sup>96 97</sup>.

Esse perigo representado pela atuação do inimigo no âmbito interno do país exigiria amplos esforços do Estado no sentido de contê-lo em sua tarefa de levantar a população contra o governo estabelecido. A atuação das forças da ordem implicaria em uma série de ações a serem realizadas desde os períodos anteriores a implantação do movimento revolucionário, visando antecipar a ação dos comunistas e mitigar, ou mesmo eliminar, as *causas* que possibilitem ou facilitem a implantação de seu movimento.

Percebendo a importância das contradições internas dos países (*as causas*), para os movimentos revolucionários, que delas se utilizam para fomentar o levante da população contra seus governos, os autores apontam uma série de medidas a serem tomadas ainda em períodos de paz, visando mitigá-las evitando que venham a ser utilizadas como propaganda por parte do inimigo.

Castro aponta que dentre essas medidas, deve ser realizado um acurado estudo sobre os problemas concretos existentes no país. Em paralelo, deve ser conduzida uma

---

<sup>96</sup> ROCHA, 1968, p.16.

<sup>97</sup> O ano de 1968 foi marcado por intensas mobilizações contra o governo militar no Rio de Janeiro, particularmente após o episódio do assassinato do estudante Edson Luís, ocorrido no fim do mês de março. Esse episódio provocaria uma mobilização crescente em diversos setores da sociedade, com uma marcada atuação contra a ditadura por parte de setores da imprensa, artísticos e intelectuais, que tiveram grande participação nas mobilizações de rua que se seguiram. Nesses episódios, se fizeram presentes na linha de frente das manifestações importantes nomes do cenário cultural, intelectual e artístico nacional. Os trabalhos de conclusão acima citados foram entregues no mês de agosto de 1968\*, e logo, escritos nessa conjuntura em que uma grande oposição formada por indivíduos sem uma aberta filiação político-partidária se levantava contra o regime.

\*Conforme SILVA, Elias Flores da. *Defesa Civil*. 1968. Trabalho Técnico Profissional. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Polícia Militar do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968. p.1

depuração da estrutura governamental de todos os elementos subversivos nela existentes<sup>98</sup>. Outro ponto seria uma busca de um estreito contato com a população, visando conquistar e manter seu apoio, e facilitar o estabelecimento de um eficiente sistema de informações. Da mesma forma, a aplicação rigorosa e enérgica da legislação penal atualizada, que enquadra a guerra revolucionária como crime de Segurança Nacional. No que tange a guerra psicológica, recomenda a exploração das debilidades do inimigo, a utilização de propaganda que explore o lado negativo das ações terroristas. Deve-se ainda, desde o período de paz aparente, atentar ao planejamento do sistema de defesa territorial, onde em caso de guerra aberta, as PMs atuarão como força de reserva do Exército<sup>99</sup>.

Nessa fase anterior a eclosão do movimento revolucionário, Rocha aponta a importância do auxílio fornecido por parte do governo norte americano por meio de suas políticas de ajuda as nações em desenvolvimento.

[Os EUA] auxiliando os países em desenvolvimento, esta preservando o seu próprio bem estar. Consoante a sua grande capacidade de previsão, tem compreendido que, a menos que exista progresso e a satisfação de justas aspirações, haverá sempre descontentamento e intranquilidade. Os EUA cortando a ajuda e assistência as nações em desenvolvimento, estas tornar-se-ão no futuro próximo num caldeirão de violência, ódio e revolta<sup>100</sup>.

Ainda que o inimigo obtenha êxito em sentar as bases de sua organização entre a população, esta deve ser mantida como o foco principal da estratégia das forças da ordem, sendo mobilizada física e moralmente para a resistência. A população se fiel ao governo deve ser mobilizada. Se subjugada pelo inimigo, deve ser reconquistada e pacificada. Para sua defesa o povo deve ser organizado para a participação ativa contra a subversão. Segundo o autor, os habitantes costumam resistir de modo muito eficaz aos métodos terroristas. Devem ser enquadrados por autoridades que disponham de grupos armados para autodefesa. O Estado deve atuar por meio de ação psicológica e intensa atividade de

---

<sup>98</sup> Previsão que talvez explique a série de expurgos realizados na Brigada Militar e em todo o aparato de Estado no Brasil nos primeiros dias de abril de 1964. Maria Helena Moreira Alves relata as atividades do que chamou “operações limpeza”, primeira e segunda, realizadas respectivamente em 1964 e 1968, na qual o governo golpista exonerou e perseguiu centenas de milhares de nomes de listagens que possuíam no serviço público, civil e militar de pessoas envolvidas com o “comunismo”. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984. P.56 et. seq.

<sup>99</sup> CASTRO, op. cit., .p.17

<sup>100</sup> Ibid, p.16

informações, estabelecendo uma unidade no comando político e militar. O inimigo deve ser mantido na clandestinidade e nunca deverá ser tratado de igual para igual. Ao serem identificados focos subversivos, os mesmo devem ser delimitados e isolados e, em seguida, destruídos com rapidez, vigor e energia pelas forças militares. As regiões de atuação dos inimigos devem ser isoladas moral, material e fisicamente do exterior<sup>101</sup>.

Tal como no exposto no trabalho de Rocha, Castro apresenta-se preocupado com a importância das medidas para mitigar as causas que possibilitam a atuação psicológica dos inimigos, também apontando a importância do auxílio internacional fornecido pelos Estados Unidos. O autor aponta ainda forma de atuação do inimigo comunista, suas estratégias de infiltração na sociedade por meio das “frentes” e “agentes de influência”. Indica também as medidas a serem tomadas para seu combate, o estabelecimento de redes de informações, e da depuração do aparelho de estado de todos os membros comprometidos com a subversão.

Na análise da série de monografias oriundas da PMEG (Anexo 2) percebemos que essa visão das consequências da adoção da estratégia de guerra revolucionária comunista para o âmbito interno das nações não é uma visão isolada presente apenas nos trabalhos expostos acima. Ela se apresenta de forma recorrente em todos os trabalhos consultados. A referência aparece abertamente e de forma mais pesada nos trabalhos ligados a temas como “As Informações”, a “Segunda Seção do Estado Maior” (seção responsável pelas atividades de Informações), à “Quinta Seção do Estado Maior” (responsável pela Ação Psicológica), às “Operações Especiais” (Unidades especialmente desenvolvidas para o combate ao inimigo subversivo), “Controle de Distúrbios de Rua”, e todos os temas que se encontram diretamente relacionados às atividades das Polícias Militares na Segurança Interna e na Guerra Revolucionária.

Porém, mesmo em trabalhos que teoricamente não seriam diretamente voltados à temática da guerra revolucionária, como a atuação da PM no Policiamento Ostensivo, a atuação uso da Cavalaria na PM, a participação da corporação na Defesa Civil e até mesmo no título que versa sobre atividades esportivas e de educação física na PM, eles também o fazem tendo como pano de fundo o panorama maior da disputa internacional travada. Os trabalhos no policiamento apontam a importância da PM na manutenção do clima de

---

<sup>101</sup> CASTRO, op. cit., p.17-18

normalidade e segurança à população, contribuindo para evitar um clima de insegurança e de descontentamento, que implicaria no favorecimento “psicológico” da atuação do inimigo subversivo. Da mesma forma, a atuação das PMs na Defesa Civil, pretendendo amparar a população em previstos casos de calamidade pública, é visto em termos de mitigar os possíveis descontentamentos com o estado decorrentes da situação de calamidade, que por si só já representaria uma facilidade para o inimigo. Os trabalhos voltados ao uso da cavalaria na PM sustentam a importância fundamental dessa ferramenta nas atividades de controle de distúrbios civis, fase de atuação fundamental da PM no quadro da guerra interna, quando o inimigo subversivo, já com bases estabelecidas na sociedade, levanta parte da população contra o governo em movimentos de rua. E mesmo o título “*A integração Social Através do Esporte*”<sup>102</sup>, aborda o tema sustentando a importância desse tipo de atividade na manutenção da coesão social, impedindo o surgimento de tensões sociais que possam ser utilizadas como “causas” revolucionárias pelos subversivos, e logo, servindo como medida preventiva que dificulta a atuação do mesmo.

Essa breve abordagem das categorias analíticas empregada pelos alunos capitães formados na primeira turma do CAO da PMEG em 1968, remetem a um intenso debate desenvolvido no seio das forças armadas do continente, e mesmo em todo o âmbito de defesa do bloco ocidental realizado ao longo da segunda metade do século XX.

A atuação voltada ao combate de destruição de um previsto “*inimigo interno*”, em um contexto entendido como de “*guerra total*”, “*bipolar*”, desenvolvida por meio de uma estratégia de “*guerra revolucionária*”, dividida em “*fases*”, e preocupada com as “*tensões sociais*” e em resguardar o bem estar da população no intuito de mitigar “*aspectos psicológicos*” que atuem a favor do inimigo, remetem as reflexões originadas das experiências coloniais francesas dos anos 50 do séc. XX, ou das apropriações que dela fizeram os teóricos norte-americanos. Da mesma forma, a proposta de uma resposta por parte do aparato repressivo estatal, baseada em atividades psicológicas e de informações, como aproximação e presença constante entre a população, realizadas por meio de ações descentralizadas porém unidas sob um comando político e militar unificado, indicam uma provável influência vinda das mesmas fontes.

---

<sup>102</sup> NASCIMENTO, Antonio Carlos A. Brasil do. (Cap. PMEG). *A Integração Social Através do Esporte*. Trabalho Técnico Científico. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) Polícia Militar da Guanabara. Rio de Janeiro, 1971.



O tipo de abordagem realizadas nos trabalhos nos permite a conclusão de que a presença e atuação das Polícias Militares no policiamento ostensivo abarcava muitos mais aspectos e variáveis do que a simples necessidade de combate ao crime e de manutenção do cumprimento da lei, atividades que notamos inclusive relegadas ao segundo plano. A análise inicial da conceituação empregada nos trabalhos demonstra a importância das polícias militares em um sentido muito mais amplo no quadro estratégico da Segurança Nacional, que implicaria em uma atuação ofensiva na defesa contra a expansão do inimigo comunista internacional.

Na seção que segue levantaremos mais a fundo alguns aspectos das percepções e primeiras racionalizações disso que era entendido como a nova postura do inimigo comunista. E também de como foram as primeiras respostas forças da ordem desenvolvidas para seu combate, e a disseminação dessas novas técnicas pelo mundo, acompanhando sua penetração nas forças armadas do continente americano e, particularmente, nas forças armadas e repressivas Brasileiras.

## 2.2 A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

### 2.2.1 O Nascimento da Nova Doutrina: a Guerra Revolucionária Francesa

Quanto mais rápida e brutal for a contra-insurgência, mais tem a possibilidade de triunfar de imediato<sup>103</sup>.

A estratégia de Guerra Revolucionária foi disseminada no ocidente sob influência do pensamento militar francês, primeiro a debruçar-se sobre a teoria de guerra desenvolvida pelos revolucionários comunistas. As reflexões foram decorrentes da necessidade de controle sobre suas populações coloniais sublevadas, e das recorrentes derrotas sofridas por suas forças colonialistas frente os movimentos de libertação nacional na Península da Indochina e na Argélia. No entender dos militares franceses, esses movimentos de libertação adotaram uma estratégia de guerra em etapas, fortemente influenciada pela teoria de Guerra Revolucionária criada por Mao TseTung<sup>104</sup>. Os triunfos dessas populações contra suas metrópoles coloniais seriam percebidos no contexto da Guerra Fria como vitórias do “Movimento Comunista Internacional”.

A primeira percepção dos teóricos franceses acerca desses conflitos foi a de que os revolucionários desenvolviam uma estratégia centrada na conquista da população, e não de territórios.

Esse aprendizado foi decorrente da derrota sofrida pelas forças coloniais francesas na Batalha de Dien Bien Phu, que determinou a retirada definitiva das forças francesas da Península da Indochina. No episódio o exército francês atuou por meio de uma estratégia de “Enclave” (Zona de Apoio de Manobra), baseada em sua absoluta superioridade logística frente o Viet Minh. A estratégia consistia no estabelecimento de um “enclave”, criado e abastecido por via aérea em um ponto isolado do território do Vietnã. Esse ponto deveria ser utilizado como uma base a partir da qual se estabeleceria o domínio das regiões adjacentes. O enclave foi estabelecido pelo lançamento de uma grande quantidade de

---

<sup>103</sup> BONNET, Gabriel. Guerrilhas e Revoluções. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1963. P.34.

<sup>104</sup> Essa percepção é um dos aspectos fundamentais das doutrinas “contra-revolucionárias”. Percebendo a característica etapista de implantação da estratégia comunista, os repressores estabeleceriam contra estratégias elaboradas em etapas correspondentes.

homens dos Batalhões de Paraquedistas Coloniais munidos de suprimentos e material bélico em Dien Bien Phu, região de densas florestas próxima da fronteira com o Camboja. A partir dessa base, pretendiam estabelecer o domínio gradativo das regiões adjacentes. Essa expansão se daria pelo emprego da tática do “Ouriço”. Desse ponto inicial, enviariam patrulhas em todas as direções, prevendo a instalação de novos postos e o aumento gradativo de raio de ação e domínio do território a partir da base primeira<sup>105</sup>. O enclave estava localizado a centenas de quilômetros de mata das bases mais próximas do Viet Minh, de maneira que sequer foi fortificado. Os estrategistas franceses consideravam pouco provável sofrerem qualquer tipo de ataque por parte dos revoltosos, devido às dificuldades logísticas em se sustentarem a operação em local tão distante de suas bases.

Os vietnamitas, mesmo com forças militares reduzidas, mobilizaram uma densa rede de abastecimento logístico baseada no apoio da população. Utilizaram-se de centenas de milhares de civis para execução de um trabalho de abastecimento logístico inspirado nas formigas, deslocando-se por mais de 300 km de precárias trilhas talhadas na mata, ao abrigo da aviação francesa. Essa organização logística sustentou o ataque, que dizimou as tropas francesas. Sob o comando do general Giap, adaptaram bicicletas para que pudessem suportar altas cargas, e assim transportaram desmontada a artilharia e os suprimentos para manter o cerco<sup>106</sup>. A artilharia foi posicionada nas colinas ao redor do enclave francês, que somente percebeu a ameaça quando o iniciado o ataque. Dos cerca de 20.000 soldados franceses enviados a Dien Bien Phu, menos de três mil retornaram oficialmente a França.

Desse episódio surgiria a noção de que a guerra em que estavam envolvidos deveria ser centrada no controle e conquista da população e não na manutenção de um território. A conclusão representaria uma absoluta inovação na estratégia militar desde o surgimento do Estado Moderno.

Em uma guerra “convencional” a decisão é buscada através do emprego da força militar, com objetivo estratégico centrado na conquista de áreas geográficas. Nesses conflitos a política como instrumento de guerra, tende a recuar ao segundo plano, reaparecendo apenas ao findar-se a luta.

---

<sup>105</sup> BONNET, op. cit., p. 229.

<sup>106</sup> Ibid.

Na guerra revolucionária a situação é outra. Sendo a população o objetivo da disputa, as operações destinadas a conquistá-la (por parte do rebelde) ou a mantê-la ao menos passiva (no caso do contrarrebelle), são essencialmente políticas. A ação política conserva a preponderância durante todo o percurso da guerra, sendo o próprio instrumento ativo da operação<sup>107</sup>.

A segunda percepção fundamental dos teóricos franceses foi a da mudança radical na postura do inimigo, que não atuava como um exército de linha, uniformizado e buscando sustentar posições. O inimigo subversivo apresentava-se de forma fluída, atuando clandestinamente no seio da população. “Corroía internamente” as “bases de sustentação” do poder do estado, utilizando-se dessa invisibilidade como sua arma principal. Essa postura tornava obsoletas as grandes unidades de infantaria pesadamente armadas, visto não haverem, salvo nas fases finais do processo revolucionário, corpos de exército adversários a serem combatidos. Essa característica fluída e clandestina do inimigo tornava a capacidade de sua identificação e localização na massa da população o desafio maior da Guerra Revolucionária<sup>108</sup>.

Um dos primeiros teóricos franceses a escrever sobre o tema foi Roger Trinquier, um veterano da Segunda Guerra que se tornou o teórico militar francês mais famoso de seu tempo. Foi um dos fundadores da Doutrina Francesa, sendo sua principal obra *La Guerre Moderne* publicada na França em 1961, intitulada na versão inglesa *Modern Warfare: a french view of conter insurgency*, até hoje uma das mais importantes da teoria da “contra-insurgência”. Trinquier seria um dos primeiros a escrever sobre as peculiaridades dos conflitos em que se viram envolvidos em suas colônias.

Sua percepção em muito se baseava em suas próprias experiências, acumuladas nas campanhas francesas na Península da Indochina e na Argélia. Foi um dos sobreviventes da Batalha de Dien Bien Phu, onde atuou entre os Paraquedistas Coloniais ao lado de Paul Aussaresses<sup>109</sup>. Na Argélia atuou como segundo homem no comando da 10ª Divisão de Paraquedistas do Gen. Massu. Assumiu posteriormente o comando do 3º Batalhão de

---

<sup>107</sup> GALULA, David, *Teoria e Prática da Contra Rebelião* – Rio de Janeiro, Edições GRD: 1966. p.19

<sup>108</sup> Ibid.

BONNET, op. cit.

<sup>109</sup> Cel. Paul Aussaresses foi também adido militar da embaixada francesa no Brasil, e por aqui ficaria conhecido pelos “Cursos de Interrogatório” ministrados no Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro (CIGS) localizado em Manaus (ROBIN, 2005, 364-67).

Paraquedistas Coloniais<sup>110</sup>, até então comandado pelo tristemente célebre Cel. Marcel Bigeard<sup>111</sup>. A atuação de seu grupo inspiraria Jean Larteguy a escrever uma trilogia de romances sobre as lutas coloniais francesas – *Les Centurions*; *Les Pretoriéns*; e *Les Mercenaires*<sup>112</sup>.

Trinquier foi o mais famoso teórico francês da Guerra Revolucionária em sua época, exercendo particular influência sobre os teóricos norte americanos. Em *Modern Warfare: a french view of counterinsurgency*, sustenta que uma estratégia contrarrevolucionária deve ser centrada na localização e isolamento do inimigo subversivo. Alega que ao contrário da Guerra Tradicional, termo que cunhou para designar a obsolescência da guerra de conquista territorial, a guerra revolucionária tornava inútil a utilização maquinaria militar pesada frente à postura adotada pelo inimigo e a necessidade de conquistar e garantir o apoio da população. Mesmo entendendo a importância desse apoio, Trinquier defendia que ainda sem ele seria possível estabelecer uma estratégia eficiente de combate à subversão. Para tanto, essa falta de apoio deveria ser suprida por uma eficiente organização e distribuição das forças empregadas<sup>113</sup>.

Atentando ao fato de que raramente o movimento subversivo chega ao estágio de organizar-se de forma a estabelecer guerrilhas para poder ser combatido com técnicas de guerra tradicional, prioriza em sua teoria uma atuação baseada na necessidade de localização e isolamento do inimigo na massa da população, já apontando o embrião da conceituação de fronteiras ideológicas e inimigo interno:

In modern warfare, the enemy is far more difficult to identify. No physical frontier separates the two camps. The line of demarcation between friend and foe passes through the very heart of the nation, through the same village, and sometimes divides the same family. It is a nonphysical, often

---

<sup>110</sup> FALL, Bernard B. *A Portrait of the "Centurion"*. in: TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency*. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas, 1985.

<sup>111</sup> Cel. Marcel Bigeard no comando do 3º Batalhão de Paraquedistas Coloniais realizaria em 1956 o que foi considerado a primeira operação helitransportada da história. Foi ainda o inventor do método de desaparecimento de pessoas realizado por meio do lançamento de prisioneiros de aeronaves em voo, sobre o deserto ou em alto mar. Os corpos devolvidos pelo mar, em casos ocorridos na Argélia e na América do Sul (realizados por seus discípulos locais), ficariam conhecidos como "Camarões de Bigeard". (ROBIN, 2005, p.461).

<sup>112</sup> Na trilogia destaca-se a obra *Os Centuriões*, que daria origem ao filme "*Lost Command*" de 1965, estrelado por Alain Delon e Anthony Quinn, obra proibida na França por mais de uma década.

<sup>113</sup> TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency*. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas, 1985. p.14.

ideological boundary, which must however be expressly delineated if we want to reach the adversary and to defeat him.<sup>114</sup>

Atentando à importância do mecanismo de localização do inimigo na guerra revolucionária, Trinquier propõe uma estratégia centrada nas organizações subversivas, baseada no levantamento de informações. Na guerra clássica, mesmo com a ausência de informações, quando os exércitos estão frente a frente é possível conjecturar a potência e a força inimiga, prever estratégias etc. Nas lutas anti-guerrilheiras é impossível obter informações sobre o inimigo. Ele é volátil, desconhecido, e se mimetiza na população civil. É impossível prever seus planos e golpes inesperados. Tratam-se de organizações clandestinas com militantes totalmente comprometidos com sua causa. Por tanto, a informação é indispensável. Segundo essa primeira geração de militares franceses na Argélia, só existem duas formas de obter a informação. A primeira é a infiltração, uma via prolongada, complicada, e acima de tudo arriscada. A segunda é a tortura<sup>115</sup>. Bernard Fall<sup>116</sup>, no prefácio da edição inglesa de 1967 de *“Modern Warfare”* indica uma defesa do uso “racional cartesiano” das técnicas tortura em interrogatório por parte de Trinquier, apontando que o coronel entendia que “a tortura é a sina do terrorista, tal qual a artilharia antiaérea é a do aviador, e o fogo de metralhadora a do soldado de infantaria”<sup>117</sup>.

Trinquier seria um dos maiores defensores da aplicação de técnicas de interrogatório baseadas no amplo e generalizado emprego da tortura. Orienta que quando um subversivo é capturado, ele não deve ser tratado como um criminoso comum, e menos ainda como um prisioneiro no campo de batalha. Ele deve ser tratado como uma valiosa fonte de informações sobre a organização ao qual pertença, fazendo-se necessário conduzir um

---

<sup>114</sup>“Na guerra moderna, o inimigo é muito mais difícil de identificar. Nenhuma fronteira física separa os dois campos. A linha de demarcação entre amigo e inimigo passa através do coração da nação, através da mesma vila, e às vezes divide a mesma família. Não é uma fronteira física, e sim ideológica, que deve contudo ser expressamente delineada se quiser-mos alcançar o adversário e derrotá-lo”. Tradução Livre. TRINQUIER. op. cit., p.28.

<sup>115</sup> LUNA, Felix. *Las Luchas Antiguerilleras*. In: LLUMÁ, Diego. *Los Maestros de La Tortura: La Influencia Francesa en los Militares Argentinos*. Todo es Historia. Buenos Aires. n°422. Setembro 2002.p.11.

<sup>116</sup>Historiador e cientista político especialista em Indochina, onde acompanhou pessoalmente a atuação dos soldados franceses em campanha. Morreu atingido por uma mina terrestre atuando como correspondente de guerra no Vietnã.

<sup>117</sup>“Torture is the particular bane of the terrorist, just as antiaircraft artillery is that of the airman or machine-gun fire that of the foot soldier”. FALL Bernard B. *A Portrait of the "Centurion" in: TRINQUIER, Roger. Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency*. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas, 1985.

interrogatório em busca de informações precisas sobre essa organização. Segundo o autor, o terrorista tem que aceitar isso como uma condição inerente aos métodos de guerra que utiliza. “Em coisas perigosas como a guerra, os piores erros são os que procedem de um espírito de benevolência”<sup>118</sup>. Essa forma de utilização da tortura seria amplamente aplicada e abertamente defendida pelos militares franceses atuantes na Argélia, sustentada por sua eficiência na obtenção de informações dos inimigos capturados.

Porém, como também percebido por esse mesmo teórico, além da típica postura do inimigo, a outra peculiaridade da guerra revolucionária é tratar-se de uma guerra política. Por mais que as práticas empregadas por Trinquier e seus pares tenham mostrado alta eficiência para desbaratar as organizações subversivas em curto prazo, as consequências políticas da metodologia empregada logo se fariam sentir. Sendo a guerra revolucionária, como apontado por esses mesmos autores, uma guerra em longo prazo, em termos políticos, a tortura mostrou-se um fracasso total.

As práticas de interrogatórios aplicadas fomentaram no âmbito argelino uma revolta crescente na população, instigando mais e mais setores a se erguerem contra o domínio colonial e a apoiarem a guerra de libertação. Na metrópole por sua vez, causavam repulsa aos próprios franceses, minando o apoio à atuação de seu exército no além mar.

O desprezo de Trinquier pela necessidade de apoio da massa da população logo se mostraria equivocado. A metodologia centrada nesse ataque brutal a organização subversiva, enfraqueceria a posição do império francês também em âmbito internacional, pela repulsa gerada pelos relatos das torturas na opinião pública mundial.

A crítica interna a metodologia empregada não tardaria a aparecer, e essas técnicas, mesmo que na prática nunca abandonadas, não teriam defensores ou entusiastas nas gerações de pensadores militares franceses que se seguiram.

Gabriel Bonnet e David Galula, dois dos mais importantes estrategistas militares franceses que escreveram após as derrotas sofridas na Indochina, e com a guerra na Argélia já se encaminhando para o seu final, se mostram em suas obras abertamente contrários a tais práticas. O posicionamento se baseia menos em suas concepções humanistas, do que na já comprovada ineficiência da estratégia. Esses pensadores são diretamente influenciados pelas percepções de Trinquier de tratar-se a guerra moderna de uma disputa pelo controle

---

<sup>118</sup> TRINQUIER, op. cit., p. 24-25

da população, assim como da postura clandestina do inimigo e das vantagens da tortura como método de interrogatório<sup>119</sup>.

Porém a experiência demonstrou que apesar da eficiência desse método em curto prazo, ele criava uma situação politicamente insustentável a médio e longo prazo. E tratando-se a guerra revolucionária de uma guerra de longa duração, essa estratégia terminava por mostrar-se ineficiente, pois jogava irremediavelmente a opinião pública internacional, e principalmente a população, seu objetivo estratégico maior, contra as forças que dela se utilizavam. Qualquer emprego desmedido da violência favorecia inevitavelmente seus inimigos em um dos aspectos fundamentais da guerra travada, os aspectos políticos da “Guerra Psicológica”.

A partir dessa percepção, esses autores dedicam-se a elaboração em suas respectivas obras de uma estratégia de guerra revolucionária centrada na conquista da população, e não exclusivamente no desbaratamento da organização subversiva. Ao contrário da proposta de Trinquier, “*centrada na subversão*”, a nova postura prestava mais atenção aos aspectos políticos da guerra, em uma estratégia “*centrada na população*”, por meio de ações de “guerra psicológica”, e de mecanismos alternativos de levantamento de informações. Desenvolveram um mecanismo de controle baseado em uma sofisticada metodologia de monitoramento da população, por meio da ocupação ostensiva do território e criação de redes de informações entre a população submetida.

Galula percebeu que a guerra revolucionária representava um caso de exceção nas estratégias militares até então conhecidas. Nela, “as leis e princípios gerais concebidos pelos grandes manuais militares não se aplicavam”. A partir do “Axioma de Napoleão”, tido por ele como a primeira lei geral da guerra, que diz que “a vitória pertence ao maior batalhão”, ou seja, que o contingente mais numeroso carrega uma vantagem muito significativa, o autor elenca mais alguns desses princípios a cunho de exemplificar sua inadequação para disputa enfrentada. Caso os exércitos em disputa possuam contingentes semelhantes, venceria o mais resoluto, sendo essa a segunda lei. Sendo igual a resolução dos dois lados, venceria o

---

<sup>119</sup> “O Inimigo está em toda parte, nas formações clandestinas ou nas organizações comerciais secretas, no ‘front’ e no interior do país. As crianças, no meio dos arrozais cochilando sobre um búfalo vigiam tropas francesas. Os camponeses, as mulheres, ao abrigo de seus grandes chapéus, trotando a passos miúdos, as mãos oscilantes, com varas e cestos em balanço, transportam para zona Viet Minh viveres, medicamentos e metais raros, comprados na zona franco-vietnamita; na volta, distribuem folhetos e jornais. Fazem espionagem e desmoralizam os vietnamitas fiéis ao Corpo Expedicionário francês”. BONNET, op. cit. p.222.



que mantivesse a iniciativa, terceira lei. O fator surpresa, consoante a quarta, também poderia representar um papel decisivo. O autor aponta que a aplicação desses princípios, mesmo que mudando alguns detalhes de época pra época conforme a evolução das tecnologias dos armamentos, conservara em grande parte seus valores durante toda a evolução da arte militar. Isso se deveu ao fato de que uma guerra tradicional, de conquista territorial, as forças se utilizarem de armamentos e possuírem formas de organização militar, estratégias e objetivos, muito semelhantes. Porém, isso definitivamente não ocorre em uma guerra revolucionária<sup>120</sup>.

Galula propõe que das profundas disparidades entre as forças envolvidas na disputa revolucionária decorrem na adoção de formas de atuação e estratégias de combate absolutamente distintas por cada um dos lados do conflito. Os casos de guerras revolucionárias até então observados evidenciaram que forças não estatais, muito inferiores bélica e numericamente, podem vencer disputas contra exércitos e estados nacionais estabelecidos. Esse tipo de conflito apresenta-se como uma absoluta novidade na arte militar. Todas as leis gerais de conflito acima citadas não são aplicáveis. Essa absoluta disparidade das forças em disputa, às vezes poucos de subversivos lutando contra um exército nacional, faz com que os dois lados do conflito atuem de forma absolutamente distintas, em sua forma de organização, armamento, e estratégia de atuação. Apesar desse desequilíbrio, ambos os lados do conflito se encontram travando uma mesma disputa, uma mesma guerra pelo domínio da população: “Na guerra do leão contra a mosca, a mosca nunca vai vibrar um golpe fulminante, mas o leão não pode voar”. Mesmo atuando de forma absolutamente distintas, ainda assim, a guerra é a mesma para os dois lados do conflito em termos de espaço e tempo: a Guerra Revolucionária<sup>121</sup>.

Buscando elementos para guiar a atuação das forças da ordem nesse tipo de conflito, o autor percebeu a as leituras dos grandes generais e estrategistas revolucionários, de Mao a Giap, centravam-se e preocupavam-se exclusivamente com a atuação dos revolucionários. Ademais de informações sobre as organizações revolucionárias, as profundas diferenças entre os modos de atuação dos dois campos em disputa faziam com que essas obras em nada acrescentassem aos teóricos da contrarrevolução no sentido de guiar a organização de

---

<sup>120</sup> GALULA op. cit., p.14-15

<sup>121</sup> Ibid., p. 15.

suas próprias forças. Percebendo a existência de um vácuo de conhecimento nesse sentido, e movidos por essa lacuna, esses autores fazem uma primeira tentativa de traçar as “leis gerais de uma guerra revolucionária”. Galula indica que não dispõe de nada além de formulas vagas como – “a informação é chave do problema”, ou, “é necessário ganhar o apoio da população”. A partir daí, “como virar a chave, como ganhar esse apoio, eis onde geralmente começam as frustrações”<sup>122</sup>.

Bonnet publica uma obra que aborda a temática das guerras insurrecionais e revolucionárias em diversos casos desde a antiguidade, passando por conflitos disputados em vários continentes, até chegar à guerra revolucionária comunista<sup>123</sup>.

Ambos os autores, Bonnet e Galula, incorporam essa percepção de que a guerra revolucionária é uma guerra política de conquista da população, característica que a torna complexa ao ponto de a relação entre as forças políticas e militares não poder ser claramente separada. A partir dos já percebidos efeitos negativos das ações militares e do uso equivocado ou desmedido da força, sustentam que todo o lance militar tende ser considerado com relação aos seus efeitos políticos e vice-versa<sup>124</sup>.

Percebem também que ainda que a guerra revolucionária seja em essência um conflito interno, influências externas raramente deixam de afetá-lo. No mundo polarizado da Guerra-Fria, nenhuma guerra revolucionária poderia permanecer como um assunto puramente interno de um país, sendo via de regra, um conflito interno com influência externa<sup>125</sup>.

Segundo os autores, os exemplos recentes fornecidos pelas guerras revolucionárias comunistas permitem a conclusão de que se tratam de *lutas prolongadas* (China 1927 -49, Grécia 1945-50, Indochina, 1945-54, Malásia, 1948-60, Argélia 1954-62). A exceção seria justamente a revolução Cubana, segundo Galula, devido à debilidade apresentada pelo regime de Batista. Todos esses episódios foram lutas levadas a efeito metodicamente, paulatinamente, a fim de alcançar objetivos intermediários específicos, que aos poucos

---

<sup>122</sup> Ibid, p.16

<sup>123</sup> BONNET, op. cit.

<sup>124</sup> GALULA, op. cit., 19

<sup>125</sup> Ibid. p. 15; BONNET, op. cit., p.54.

levaram a derrubada da ordem vigente<sup>126</sup>. Todo esse processo não ocorreu por acidente, *primeiro surgiram os líderes*, e depois, por meio deles *as massas* foram acionadas<sup>127</sup>

Outra característica fundamental que distingue a guerra revolucionária é a *transição gradual da paz para a guerra*. Na guerra convencional, essa transição é tão brusca quanto permite o estado da arte militar. Em uma rebelião, seus princípios são tão vagos que determinar seu início é um difícil problema legal, político e histórico. Essa dificuldade decorre de o agressor, o rebelde, carecer a princípio de força suficiente para desencadear ações violentas. Podem se passar anos antes de ele haver reunido poder político significativo, por isso não há impacto, surpresa, ou possibilidade de batalha decisiva no início. Uma rebelião pode começar muito antes de o rebelde recorrer à força. Essa situação na verdade resulta e grandes problemas para as forças da ordem, pois devem começar a atuar ainda em situação de paz. Isso gera grande dificuldade frente à nação, de se provar o perigo real a estão submetidos, e ainda de justificar a reação adequada e necessária nesses primeiros estágios, normalmente considerada desproporcional pela opinião pública. Até que o rebelde haja claramente se empenhando na subversão e franca violência, ele nada representa senão uma ameaça potencial e imprecisa. Não oferece um alvo concreto que justifique um esforço de grandes proporções. Isto limita grandemente os lances estratégicos do contrarrebelle. Via de regra, o máximo que ele poder fazer é abrandar as condições propícias para o surgimento do movimento revolucionário. Uma rebelião pode alcançar um elevado grau de desenvolvimento por meios legais e pacíficos, principalmente em países onde a oposição política é tolerada<sup>128</sup>.

*A rebelião é barata, a contrarrebelleio*<sup>129</sup> *dispendiosa*. A desordem é um objetivo estratégico para o rebelde. Ajuda a desagregar a economia e assim causar insatisfação. Serve para solapar a força e a autoridade do contrarrebelle. A desordem, estado normal de natureza, é de criação barata e de custosíssima prevenção:

<sup>126</sup> GALULA, op. cit. p.16. BONNET, op. cit. passim.

<sup>127</sup> GALULA, op. cit., p. 17

<sup>128</sup> Ibid, p. 15 – 21.

<sup>129</sup> Na introdução de seu trabalho Galula define os termos que utiliza em sua obra. Considera que o termo “contrarrevolucionário”, cunhado por Mao Tse-Tung seria inadequado por evocar o sinônimo de reacionário. Então ele propõe utilizar rebelde, para designar o lado que realiza a rebelião, e contrarrebelle, para definir o lado oposto. Para o conjunto da guerra, formado pelos dois lados em disputa, utiliza o termo Guerra revolucionária. GALULA, op. cit., p.17.

O rebelde faz explodir uma ponte e todas as demais têm de ser vigiadas. Faz explodir um cinema, todas as pessoas que entram em um lugar público tem de serem revistas. Através de uma simples ameaça de bomba causa transtornos nos aeroportos. O custo pode ser de 20 para um ou maior. Na Argélia, o orçamento anual da FLN em seu apogeu chegou a 20-30 milhões de dólares anuais, menos do que as forças francesas tinham que gastar em duas semanas. Em virtude da disparidade em custo, o esforço rebelde pode aceitar uma guerra prolongada, o contrarrebelle não deve fazê-lo<sup>130</sup>.

*Fluidez rebelde, rigidez contrarrebelle.* O rebelde é fluído por “não ter nem responsabilidades nem valores concretos,” o contrarrebelle é rígido por ter ambos. Se o contrarrebelle quisesse ver-se livre de sua rigidez, *teria que renunciar em certa medida a sua pretensão de governo legal do país.* A partir desse preceito Galula conclui que na guerra revolucionária somente o rebelde pode realizar operações bater e correr com proveito, porque somente o contrarrebelle oferece alvos fixos e lucrativos<sup>131</sup>. A fluidez para um lado e a rigidez para o outro seriam ainda determinadas pela natureza das operações. Elas seriam relativamente simples para o rebelde, causar desordem sob todas as formas até assumir o poder, e complicadas para as forças da ordem, que tem que levar em conta exigências antagônicas, como a proteção da população e da economia, operações ofensivas visando o rebelde. Além disso, o contrarrebelle tem que coordenar todos os componentes de sua força, o governante, o policial, o soldado, o assistente social. Dessas percepções implicariam a necessidade de passarem a incluir em seus manuais e cursos militares, noções sobre os aspectos políticos e econômicos da guerra.<sup>132</sup> Esse entendimento do papel do contrarrebelle, de abarcar como suas as funções administrativas do estado, abarcando economia e assistência social, são marcantes na doutrina proposta. Atentos ao fato do uso da violência ter se mostrado ineficiente, sustentam que somente com um imenso esforço econômico e social podem lutar eficazmente “contra as ideias em marcha”.

<sup>130</sup> Ibid, p.26.

<sup>131</sup> Ibid, p.26. Esse ponto, da impossibilidade de operações “bater e correr”, assim como do contrarrebelle abandonar sua rigidez “*a não ser que renuncie sua pretensão de governo legal*”, são pontos particularmente importantes para nossa pesquisa, pelas respostas a esse desafio desenvolvidas pelas forças armadas do continente americano, que renunciariam a legalidade por meio da criação de unidades repressivas “clandestinas”, tal qual a Operação Bandeirantes (articulação entre a polícia e as forças armadas em São Paulo), operação extra-oficial e privatizada, sendo financiada por empresários. A OBAN serviria de modelo para a posterior criação do sistema CODI-DOI. HUGGINS, Martha K. *Operários da Violência: Policiais, Torturadores e Assassinos Reconstróem as Atrocidades Brasileiras*. Brasília. Editora da UNB, 2006.p. 151.

<sup>132</sup> BONNET. op. cit., p.52

Nossa defesa nacional muito mais perde com os antagonismos sociais do que ganha em reforçar a máquina militar. A guerra revolucionária, una e totalitária [...] reúne em uma só estratégia todos esses meios: políticos econômicos, psicológicos e militares. Não há mais uma estratégia diplomática, uma estratégia financeira, uma estratégia psicológica, uma estratégia militar. Há uma única estratégia. A estratégia revolucionária. Sua idéia mestra estratégica joga com todos os componentes das forças econômicas, sociais, militares e ideológicas, em todas as frentes, internas e externas. Seu elemento básico é a propaganda<sup>133</sup>.

Esse papel da propaganda também seria um dos pilares da guerra revolucionária, sendo de utilização fundamental os dois lados da disputa. Bonnet aponta que a guerra revolucionária desenrola-se por meio de todo um arsenal de luta psicológica: subversão ideológica, exploração das debilidades e dos antagonismos sociais e raciais; das divergências religiosas e das tendências separatistas; infiltração das “quinta colunas”, das missões especiais diplomáticas e de agentes secretos. Nessas atividades a propaganda desempenharia um papel fundamental para paralisar a vontade de resistência do adversário e, ao mesmo tempo, para preservar-se de sua influência dissolvente<sup>134</sup>. Utilizando-se de um característico discurso biologizante, aponta que atualmente “o marxismo” não procede de outra forma, sua luta essencialmente psicológica, se volta diretamente as “manchas do organismo social apodrecido”, e sua ação militar é avaliada em função dos acontecimentos políticos e dos objetivos psicológicos, situada num quadro onde o sucesso político é o objetivo maior. Para tanto, se utiliza dos numerosos meios de difusão da “artilharia do pensamento”: imprensa, livros, rádio e televisão, todos particularmente ameaçadores por penetrarem nos lares, mas também do o cinema, exposições, conferências etc.<sup>135</sup>

Galula atenta que mesmo nesses aspectos da guerra de propaganda, a situação de *assimetria* entre as forças tem importantes efeitos. O rebelde é livre para usar qualquer truque sem ser obrigado a fornecer provas, é julgado pelo que promete, e não pelo que realiza. O contrarrebelle por sua vez:

Está preso as suas responsabilidades a ao seu passado, para ele os fatos ainda falam mais do que as palavras. É julgado pelo que faz não pelo que diz. Se mente, engana, exagera e não prova, poderá alcançar alguns

---

<sup>133</sup> BONNET, op. cit., p.52

<sup>134</sup> Ibid, p.53.

<sup>135</sup> GALULA, ibid, p. 25; BONNET, ibid, p.52-53.

êxitos temporários, mas ao preço de ver-se em descrédito para sempre. Não pode enganar muito, *salvo se suas estruturas políticas forem monolíticas, pois a oposição legítima de seu próprio campo logo desvendaria todas suas manobras psicológicas*<sup>136</sup>.

As percepções desenvolvidas pelos estrategistas franceses sobre as mudanças na natureza da guerra e da postura do inimigo foram o cerne do giro estratégico realizado pelas forças defensivas ocidentais na segunda metade do séc. XX. Todavia, mesmo que lançando os alicerces para a compreensão das atividades desenvolvidas ao longo da Guerra Revolucionária Comunista, os franceses apenas esboçaram os caminhos para a elaboração de uma doutrina “contrarrevolucionária”. Preocupados com o desafio de conduzirem as forças da ordem na guerra revolucionária, adotaram uma estratégia embasada no emprego intensivo da Ação Psicológica – por meio de processos de persuasão, submissão e controle da população, centrados na propaganda, no controle dos meios de comunicação e na ação cívica. A ação psicológica visava, por um lado, controlar a difusão de informações contrárias ao governo estabelecido e, por outro, elevar o nível de vida da população, mitigando as causas de descontentamentos e dificultando assim a atuação dos subversivos<sup>137</sup>. Suas contribuições nesse sentido surgiram das respostas iniciais adotadas por suas forças frente os desafios das lutas em suas colônias. Visando o desenvolvimento de uma “guerra política”, desenvolveram os 5º Bureaux de Ação Psicológica, especializados no emprego de propaganda e de contrapropaganda, exclusivamente destinados à Guerra Psicológica.

A “posse” das mentes resta como principal objetivo; também os especialistas em guerra psicológica aparecem em primeiro plano. [...] Todos os oficiais formados em alguma escola (Escola de Armas, Escola de Estado Maior, Escola de Guerra), no curso dos dez últimos anos, [são] muitos mais esclarecidos sobre questões humanas e sociológicas do que seus predecessores de antes do segundo conflito mundial, estão perfeitamente familiarizados com a arma psicológica, da qual se incumbem a 5ª Seção, que ao lado das quatro seções tradicionais, tem em suas atribuições a ação psicológica, a informação, a imprensa, o moral, os assuntos civis e militares<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> GALULA, op. cit., p.29.

<sup>137</sup> BONNET, Gabriel. Guerrilhas e Revoluções. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1963 p.249;

GALULA, op. cit., p.25.

<sup>138</sup> BONNET, op. cit., p. 248-249.

Ao descrever as características dessas unidades de quinta seção, Bonnet indica que devem ser organizadas em nível de companhias leves; dispo de caminhões com alto falantes, “viaturas foto-laboratório”, “carros-oficina” (de Rádio e Gravação), de jornais, murais, e de todo o material de propaganda necessário. Mais do que o inusitado “arsenal”, a própria criação de uma Quinta Seção representou absoluta inovação entre as forças armadas ocidentais. Esses exércitos até então atuavam divididos em quatro Seções de Estado Maior – A Primeira Seção representava as forças de combate propriamente ditas, pessoal e administração, a Segunda informações, inteligência e segurança, a Terceira o ensino, treinamento e operações, e a Quarta Seção logística.

Para o segundo desafio fundamental da guerra revolucionária, o da postura fluída do inimigo e a dificuldade de sua identificação e localização, desenvolveriam, frente à eficácia limitada da tortura, um método alternativo de levantamento de informações. O método baseava-se na implantação de sofisticado mecanismo de controle social da população, realizado por meio da tática de ocupação territorial por “zoneamento” ou “quadriculação”. A tática consistia em dividir e subdividir o território em pequenas “zonas” e ocupá-las permanentemente por meio do fracionamento de seus corpos de infantaria. Cada fração da tropa ficando responsável por um determinado setor, ocupando-o como residentes, sem rotatividade de quadros. Buscavam com essa presença ostensiva estreitar os laços com a população subjugada, favorecendo assim a criação de redes de informações e inteligência. A tática otimizava tanto o controle da vida social da população pelo serviço de informações, quanto a atuação dos 5º Bureaux, que auxiliados pelas informações levantadas, desenvolviam ações psicológicas direcionadas a setores ou interesses específicos das comunidades <sup>139</sup>.

Tal forma de atuação teria sido em muito aperfeiçoada na Argélia, com importância fundamental nas vitórias obtidas.

Para ganar militarmente la batalla de Argel se basaran en dos pilares. La acción psicológica ya citada y el control total de la población. [...] Dividieran la ciudad mediante su cuadrículado por barrios, los barrios por islotes y los islotes por grupos de casas, y estas por familias residentes hasta llegar a los individuos, empadronaran a cada un de los habitantes, fichando los con sus horarios e trayectos habituales. En cada nivel había un

---

<sup>139</sup>BONNET, op cit.p., 245 e 253.

responsable que en todo momento del día o de la noche debía rendir cuentas a los militares de los posibles cambios en el sector a su cargo.<sup>140</sup>

O fracionamento das unidades de infantaria resultante da estratégia seria outra das novidades em termos de organização militar desenvolvidas pelos franceses como resposta ao desafio da guerra revolucionária. Baseados na percepção de que os revolucionários fazem uma guerra lenta, de desgaste e aniquilamento, perceberam que suas grandes unidades, compactas, pesadas e desenvolvidas para um poderoso choque frontal, revelaram-se inadequadas para as condições geográficas da zona de combate. Essas unidades mostraram-se impotentes contra as guerrilhas com seus objetivos extremamente diluídos. O inimigo por sua alta mobilidade frequentemente exercia uma ação desmoralizadora, obrigando as forças da ordem a dispersarem-se e manter em toda parte importantes efetivos<sup>141</sup>.

A partir da inevitabilidade dessa dispersão, projetaram um sistema organizado de fracionamento de suas tropas. Logo perceberiam a importância dessa permanência entre a população e as vantagens que ela trazia para o estabelecimento de redes de informação. Da mesma forma, como contribuía para a otimização de seu mecanismo de controle, impedindo que os civis colaborassem com os rebeldes, facilitando e induzindo a delação dos envolvidos com a subversão.

As grandes unidades com dificuldades fracionáveis devem fazer abstração de seus princípios táticos e de seus métodos de combate. A técnica de quadriculagem permite-lhes atingir mais facilmente os objetivos militares e políticos. A divisão territorial – como na Indochina zonas, setores, sub-setores, quarteirões e sub-quarteirões. A densidade de ocupação é de aproximadamente de uma Cia. por dez quilômetros quadrados. Esses pequenos grupos estáticos, vivendo no seio da população, aos poucos encontram as fontes tradicionais de informação. A informação, principal fator de segurança, é a pedra de toque da pacificação; deve ser explorada sem esmorecimento<sup>142</sup>.

Quanto ao segundo desafio específico da guerra revolucionária, o da alta mobilidade e fluidez do inimigo, os franceses passariam a utilizar as tropas mais especializadas de suas forças, os batalhões de paraquedistas colônias, para golpes a perseguições a pequenos

---

<sup>140</sup> OLIVEIRA-CÉZAR, Maria. *El Aprendizaje de la Guerra Contrarrevolucionaria*. Todo es Historia. Buenos Aires n°435. Diciembre de 2003.p.72-73.

<sup>141</sup> BONNET, op. Cit., 245 e 256.

<sup>142</sup> BONNET, op. cit., 245



grupos, por sua alta agilidade e capacidade de deslocamento. Mesmo em atuações urbanas, esse tipo de unidade mostrou-se de grande valia, como demonstrado em suas atuações em Argel, isolando as zonas nevrálgicas da cidade, e as repartindo para metódica investigação. Nesses episódios, progrediam de casa em casa, prendendo numerosos suspeitos e arsenais.

E eficiência dessas pequenas unidades de elite, levaria o exército francês a generalizar seu emprego e especializar sua atuação, por meio da generalização do emprego dos GCMA - *Groupements de Commandos Mixtes Aéroportés*, utilizados desde a Indochina, e que em 1953, mudariam seus nomes para GMI *Groupement Mixte d'Intervention*, ambos, tratados genericamente pelo nome *Commandos*<sup>143</sup>. Esse tipo de tropa de elite consistia nas unidades mais adestradas do Exército Francês. Pequenos grupos formados por homens oriundos das diversas armas, marinha, exército e aeronáutica, especialmente treinados (na concepção da “guerra tradicional”) para a atuação atrás das linhas do inimigo, em ataques e retiradas rápidos e eficazes, sem nenhum tipo de apoio logístico ou contato com suas bases.

Com a generalização de seu emprego, as forças coloniais francesas passariam a atuar com dois núcleos diferentes de unidades. As estáticas ou territoriais eram representadas pelos batalhões responsáveis pela ocupação permanente dos territórios onde se aplicava o zoneamento. Esse tipo de unidade atuaria mais voltada à população, a fim de suplementar o esforço político. Já as Unidades Móveis ou de Intervenção, representadas pelos Grupamentos de Comandos, eram destinados às atividades voltadas ao inimigo, sua localização, perseguição e destruição.

Essa complexa atuação descentralizada, com emprego de diferentes tipos de unidades, que se utilizavam de diferentes táticas de atuação sobre um mesmo território e população, demandavam uma estrita necessidade de coordenação no emprego das forças. Por mais que a característica do inimigo exigisse uma atuação descentralizada, as características políticas da guerra apontaram a necessidade da implantação de um comando centralizado. Qualquer erro ou desarmonia entre as forças em atuação como, por exemplo um deslize operacional de uma unidade de intervenção, causaria efeitos psicológicos e políticos negativos que recairão inevitavelmente sobre as forças de ocupação ali estacionadas. Esse comando unificado ademais das unidades militares deve coordenar todos

---

<sup>143</sup> FALL, op. cit., p. 8-9

os demais aspectos da estratégia empregada, sejam políticos, econômicos ou psicológicos<sup>144</sup>. Apesar do risco envolvido na atuação de suas unidades de elite, rapidamente perceberem os benefícios de sua utilização como resposta a rigidez imposta às forças da ordem. Em pouco tempo aperfeiçoariam sua técnica de atuação, no sentido de minimizar as consequências negativas do uso da força frente à opinião pública. Para tanto, como já previsto por Galula, deveriam abandonar suas pretensões de governo legal:

É indispensável, desde o tempo de paz, instruí-los e equipá-los para cumprir missões clandestinas em grande escala. Os programas de instrução devem ser dilatados a fim de abranger os aspectos políticos e econômicos da guerra<sup>145</sup>.

Dessa forma temos desde o desenvolvimento inicial da Doutrina Francesa a previsão da utilização de mecanismos não legais, assim como de unidades de *Estado Clandestino*, mecanismos amplamente utilizados pelas ditaduras de segurança nacional na América Latina.

### 2.2.2 A Guerra Revolucionária nas Forças Armadas do Continente Americano: a Revolução Cubana e a consolidação da Guerra Interna

A vitória da Revolução Cubana em 1959 traria o impulso definitivo para reestruturação das forças repressivas da América Latina em prol de uma Guerra Interna. A ascensão de Fidel Castro ao poder acentuaria o alarmismo anticomunista no meio castrense da região, provocando uma mudança de postura por parte do governo norte americano em relação ao continente, que seria elevado nas atenções políticas e estratégicas dos Estados Unidos no quadro da guerra fria.

A vitória revolucionária a poucas milhas da costa norte americana levaria o governo Kennedy a promover uma profunda alteração na estratégia de defesa do continente. Nesse período os Estados Unidos desenvolveram sua própria doutrina de guerra contrarrevolucionária, diretamente influenciada pelo pensamento militar francês. Os norte americanos estavam estreitamente envolvidos com os militares franceses desde o período

---

<sup>144</sup> GALULA, op. cit., 97 et seq., BONNET, op. cit., 53.

<sup>145</sup> BONNET. op. cit., p.55

inicial de criação da Doutrina Francesa, atuando como financiadores quase exclusivos do esforço de guerra francês na Indochina <sup>146</sup>.

No início da década de 60 David Galula foi convidado a ministrar uma série de cursos em escolas militares norte americanas. Passaria a maior parte do tempo transcorrido entre 1960 e 1963 vivendo nos Estados Unidos. Sua primeira viagem consistiu em um período de seis meses de estudos no United States Armed Forces Staff College, em Norfolk, Virginia, em 1960. Em 1962 obteria por intervenção do General Westmoreland<sup>147</sup> uma colocação como pesquisador associado no Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Harvard. Essa passagem resultaria na publicação de sua obra *Counter Insurgency Warfare – Theory and Practice*, prefaciada por Robert Bowie, diretor do Centro. Nessa vivência em Harvard, Galula desenvolveu amizade pessoal com Henry Kissinger, chefe do Centro de Estudos de Defesa de Harvard, que resultaria mesmo em uma aproximação entre as famílias Galula e Kissinger<sup>148</sup>.

Incorporando os preceitos franceses sobre as mudanças na natureza da guerra e na postura do inimigo, os americanos pretenderam ir além e desenvolver a partir deles uma sólida estratégia de reação. A partir da *Guerre Révolutionnaire*, desdobraram os dois conceitos fundamentais que se tornariam a base de sua *Doutrina de Segurança Nacional* - os conceitos de “Inimigo Interno” e “Fronteiras Ideológicas”, adequando os conceitos franceses voltados ao controle de populações coloniais sublevadas à conjuntura bipolar de Guerra Fria.

A ideia partia da percepção proporcionada pela experiência acumulada nos episódios revolucionários ocorridos na China, Indochina, Argélia, Grécia, Coreia e Cuba, de que o inimigo comunista, ao contrário do esperado pela Doutrina Truman e sua Política de Contenção, não expandia seus territórios por meio de uma guerra tradicional de invasão de fronteiras. Sob a influência francesa, perceberam tratar-se de uma guerra indireta, realizada no plano interno das nações por quadros locais ideologicamente comprometidos com a causa comunista. A nova guerra não respeitava fronteiras, era realizada contra um inimigo atuante no plano interno da nação, separado apenas por suas opções ideológicas.

---

<sup>146</sup> DAVIS, Peter. *Hearts and Minds*. Documentary. United States 1974.

<sup>147</sup> Gen. William Westmoreland. Nesse período Superintendente (cargo equivalente ao de reitor no sistema civil) da Academia Militar de West Point, mais importante centro de formação das forças armadas dos Estados Unidos. A partir de 1964, foi o comandante em chefe do esforço de guerra norte americano no Vietnã.

<sup>148</sup> MARLOWE, Ann. *David Galula: His Life and Intellectual Context*. Carlisle. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. Monograph. 2010. p.48 – 49. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1016> Acesso 06-2013.

A nova conceituação enquadraria definitivamente os “subversivos” na conjuntura internacional da Guerra Fria, provocando um deslocamento da “Guerra Total” bipolar de contenção do avanço do “Imperialismo Vermelho” para o plano interno das nações. Na prática, significou na política externa estadunidense a substituição dos conceitos defensivos da Política de Contenção da Doutrina Truman pelos ofensivos da “Guerra de Contra-insurgência” (COIN)<sup>149</sup>, adotados a partir do Governo Kennedy.

A estratégia incorporava os principais aspectos esboçados na *guerre révolutionnaire*, no que se referia à importância das atividades políticas e de inteligência. Adotariam a ideia dos *Cinquième Bureau*, criando suas respectivas “5ª Seções de Ação Psicológica”. Aos moldes das atuações indicadas por Galula e Bonnet, centraram-se na importância da conquista das populações e na redução dos fatores que favorecessem a atuação do inimigo. Nesse sentido dedicariam especial atenção às “Ações Cívicas” onde se destacariam os programas de auxílio técnico, logístico e econômico desenvolvidos pela USAID em âmbito continental. Da mesma forma, dedicariam especial atenção à necessidade de estabelecimento de redes de informações destinadas a identificação do inimigo.

A contra insurgência norte americana não promoveria grandes inovações nos aspectos estratégicos e militares a partir da doutrina francesa. Sua adoção por parte do governo dos Estados Unidos teve impacto significativo mais pela capacidade de difusão e incentivo por parte do governo norte americano à sua aplicação em larga escala em âmbito ocidental. A adoção do conceito de Inimigo Interno resultaria em um amplo redirecionamento dos programas de auxílio militares destinados às nações aliadas, que levaria ao abandono do fornecimento de material aeronaval pesado voltado à guerra tradicional - tanques, navios e aeronaves de alto desempenho<sup>150</sup>.

Mesmo que adotando as referências francesas no que se refere à guerra psicológica e de informações, os EUA não investiram na tentativa de controle da população nos moldes da ocupação ostensiva do território (técnicas de quadriculação e zoneamento). Envolvidos em uma disputa mundial, perceberam as limitações logísticas da aplicação dessa estratégia em larga escala. Não poderiam ocupar ostensivamente um continente e, principalmente, não poderiam ocupar ostensivamente territórios de nações aliadas. Optaram então pela

---

<sup>149</sup> Do original inglês Counterinsurgency Warfare.

<sup>150</sup> FILHO, Martins. *Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra Insurreição*. Revista Brasileira Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999. p. 75.

chamada “Resposta Flexível”. A estratégia baseava-se nas operações descentralizadas, realizadas por unidades autônomas de alta mobilidade, conectadas entre si por uma rede de comunicações rápidas. A inspiração derivava das experiências francesas com os grupamentos de Comandos, suas unidades de intervenção, incorporando a essa estratégia as facilidades proporcionadas por seus avançados mecanismos em tecnologia de comunicação.

Essas unidades de “Forças Especiais”, pequenas e extremamente adestradas, seriam destinadas a intervenções de contra insurreição, rápidas e secretas, mesmo que ilegais, nas quais se previa a atuação e retirada sem perda de homens, pretendendo o máximo de discrição e eficiência. As Forças Especiais foram criadas por Kennedy, seu patrono, após a derrota da Baía dos Porcos, e eternizadas pelo codinome “Boinas Verdes” em alusão a diferenciação no uniforme. Kennedy, de seus maiores entusiastas, ostentava inclusive uma Boina Verde das Forças Especiais em sua mesa na Casa Branca. Após sua morte, a escola de treinamento dessas unidades no Fort Bragg adotaria seu nome em homenagem<sup>151 152</sup>.

Visando a rápida difusão de sua nova estratégia de guerra, o governo norte americano ampliaria os programas de treinamento militar oferecidos às forças armadas aliadas na Zona do Canal no Panamá, fundando, no início dos anos 60, uma série de escolas militares voltadas ao público latino americano.

---

<sup>151</sup> LIUMÁ, Diego. *Los Maestros de La Tortura: La Influencia Francesa en los Militares Argentinos*. Todo es Historia. Buenos Aires. nº422 Setembro 2002 p.12.

FILHO, Martins. *Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra Insurreição*. Revista Brasileira Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como El Uruguay No Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985): Do Pachecato a Ditadura Civil-Militar*. Tese. Porto Alegre: UFRGS, 2005 p.159.

<sup>152</sup> A influência da Doutrina Francesa ainda permanece presente nas forças armadas norte americanas em nossos dias. Além de referência por todo o período da guerra fria, tendo sido referência na estratégia utilizada no Vietnã, ainda hoje exerce grande influência sobre suas estratégias de guerra irregular (realizada contra populações, não contra estados nacionais). No FM-23, manual de campo produzido em dezembro de 2006 para orientação das tropas de Marines atuantes no Oriente Médio, o autor, Gen. David Petraeus\*, citou nada menos do que 42 vezes as palavras Argélia, França, Francês e Galula no documento. (DEMAREST, 2010, p. 19). Petraeus afirma na obra ser Galula a mais importante referência teórica para a estratégia de guerra atualmente empregada pelos Estados Unidos. A própria operação desencadeada para o assassinato de Osama Bin Laden é um notório exemplo dessa permanência, realizada por um *Commando SEAL* (Sea, Air, Land) helitransportado, que como indica sua sigla, consiste em uma pequena unidade mista formada por especialistas oriundos das diversas armas das forças norte americanas – exército, marinha e aeronáutica, voltada a atuação em qualquer condição ou terreno.

\* General Comandante norte americano na Guerra do Iraque, posteriormente comandante em chefe do esforço de guerra no Afeganistão e comandante geral do exército norte americano no Oriente Médio. Doutor em Relações Internacionais. Em entrevista amplamente divulgada na mídia afirmou manter em seu gabinete uma foto autografada do Gen. Francês Marcel Bigeard. Assumiu a direção da CIA quando enviado para a reserva em 2010.

A pesada influência exercida pelos Estados Unidos da América nas forças armadas Brasileiras durante e após a Segunda Guerra, resultaria em uma série de convênios militares e de auxílio mútuo, que resultaram em investimentos técnicos e logísticos significativos em nas forças armadas e repressivas latino americanas. Essa aproximação fez com que alguns dos primeiros pensadores a trabalhar sobre a temática da DSN brasileira, tenham, ainda que considerando a influência francesa, atribuído predominantemente aos Estados Unidos a origem dos conceitos basilares da guerra interna adotados no país<sup>153</sup>. Mas essa posição não foi unanimidade mesmo entre os pensadores desse período<sup>154</sup>, e cairia por terra com a produção de pesquisas mais recentes<sup>155</sup>.

Esses estudos mostraram que a doutrina de *Guerre Révolutionnaire* exerceria uma influência direta e quase que imediata nas forças armadas latino americanas. No Brasil, a influência francesa marcada em nossas forças armadas desde a primeira metade do séc. XX fez com que a nova doutrina tenha penetrado de maneira quase que imediata. Essa proximidade reconhecida entre os oficiais desde a Missão Francesa que atuou no país entre 1920 e 1939, não diminuíra mesmo frente à aproximação com os Estados Unidos, que ganharia novo fôlego ao longo da Segunda Guerra Mundial. Rapidamente os escritos sobre a guerra revolucionária produzidos pelos teóricos franceses entrariam pelos canais da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola de Comando Maior do Exército (ECEME)<sup>156</sup>, datando de 1959 a primeira conferência sobre o tema proferida na ESG<sup>157</sup>. Rapidamente a temática ganharia papel de destaque nos currículos de ambas as escolas, responsáveis pela formação do alto escalão da hierarquia das forças armadas<sup>158</sup>.

<sup>153</sup> COMBLIN, Josef. *A Ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.14. Das mais importantes e significativas obras já produzidas sobre a temática, aponta a pesada influência norte americana na difusão e consolidação da aplicação desses conceitos na América Latina.

<sup>154</sup> Maria Helena Moreira Alves apontava essa influência Francesa em nossas escolas de formação ainda em 1985. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil. 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.24.

<sup>155</sup> FILHO 1999 e 2009; D'ARAÚJO, Maria Celina & CATRO, Celso. *A Visão Militar do Golpe*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1993.

<sup>156</sup> “Em nosso país, desde que se ensaiaram os primeiros estudos sobre esse insidioso tipo de conflitos que Mao Tse-Tung chamou de Guerra Revolucionária, foram os artigos do Coronel Bonnet, publicados na “*Revue Militaire*”, que forneceram os melhores subsídios a compreensão e difusão do assunto, realizado inicialmente em nossas Escola Superior de Guerra e Escola de Comando-Maior do Exército”. MEIRA MATTOS. *APRESENTAÇÃO in: BONNET, Gabriel. Guerrilhas e Revoluções*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

<sup>157</sup> FILHO, Martins *Tortura e Ideologia: Os Militares Brasileiros e a Doutrina de Guerre Révolutionnaire* In: *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça No Brasil*. São Paulo Hucitec 2009. p.181

<sup>158</sup> Alfred Stepan aponta referindo-se à evolução do tema nos currículos da ECEME: *In the 1956 curriculum, for instance, there were no class hours schedule on counter guerrilla warfare, internal-security or communism*. By

A primeira convenção sobre o tema ocorrida em nossas forças armadas data de 1959, ministrada pelo Coronel Augusto Fragoso na ESG. Dessa primeira convenção, resultaria uma publicação com as reflexões iniciais sobre o tema produzidas em nossas forças armadas. Sob o título “Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária”<sup>159</sup>, a documentação de 37 páginas cita em sua bibliografia além de Bonnet, o Coronel Lacheroy e uma série de outros autores, todos franceses (Galula ainda não havia publicado sua obra). Sobre esse destaque dado aos autores franceses, o autor justifica:

A bibliografia francesa sobre a GR é, pode-se dizer, a única existente. A bibliografia de origem norte americana não deu até agora ao assunto a importância merecida: os quatorze últimos números consultados da *Military Review* (de Janeiro de 1958 a fevereiro de 1959) não há nenhum estudo, artigo ou tópico que fale, no título, de Guerra Revolucionária, Guerra Insurrecional ou Guerra Subversiva<sup>160</sup>.

A citação refere-se ao veículo de publicação utilizado pelas forças armadas norte americanas. Nesse primeiro texto, o Cel. Fragoso já alertava para a diferenciação em termos conceituais no que se referia a Guerras Insurrecionais e Revolucionárias. Aponta que apesar da Escola Superior de Guerra de França ainda utilizar a conceituação Guerra Insurrecional a maioria dos autores franceses já estaria utilizando a terminologia Guerra Revolucionária. Citando J. Hogard (outro teórico francês) aponta que a GR se diferencia das Guerras Subversiva e Insurrecional por ser a guerra de revolução para a conquista do mundo, baseada na doutrina marxista-leninista.

Bonnet, professor do Centro de Preparação da Escola Superior de Guerra Francesa, teve a edição brasileira de sua obra “Guerras Insurrecionais e Revolucionárias – da antiguidade até nossos dias” publicada pela Biblioteca do Exército ainda em 1963, prefaciada pelo então Coronel Meira Mattos<sup>161</sup>. David Galula teve sua obra “*Counter Insurgency*

---

1966, however, the curriculum contained 222 hours on Internal Security, 129 on Irregular Warfare, and 24 hours on the “old” professional military topic of Territorial Warfare. STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. London: Yale University Press, 1973.p.57.

<sup>159</sup> FRAGOSO, Augusto. *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*. C-85-59. Escola Superior de Guerra. Fortaleza de São João. Rio de Janeiro. 1959. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/> .Acesso em 06/2013

<sup>160</sup> Ibid, p. 5.

<sup>161</sup> General Carlos de Meira Mattos, ao lado do Gen. Golbery do Couto e Silva, um dos mais importantes teóricos geopolíticos da Escola Superior de Guerra brasileira. Foi o primeiro Inspetor Geral das Polícias Militares.

*Warfare- Theory and Practice*” – escrita quando de sua estadia no Centro de Assuntos Internacionais de Harward, imediatamente traduzida e editada pela Editora GRD em 1966<sup>162</sup>.

Além da referência bibliográfica, o governo militar traria especialistas franceses para ministrar pessoalmente cursos no Brasil, com o cel. Paul Aussaresses vindo treinar pessoalmente as unidades do Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército brasileiro em Manaus onde, em suas palavras, atuavam majoritariamente instrutores Boínas Verdes, sendo a escola segundo ele “uma cópia de Fort Bragg”<sup>163</sup>. O cel. Aussaresses, um veterano da Argélia e Indochina, serviria como adido militar francês no Brasil. Martins Filho indica que o Coronel Aussaresses, em obra de 2001, apontou que frente à inadequação das unidades militares para a atuação na contraguerrilha urbana na batalha de Argel, o governo francês resolveu unificar aos moldes dos GCMA a atuação das forças disponíveis. A expressão organizacional dessa unificação seriam destacamentos operacionais formados por unidades mistas, com efetivos oriundos do exército, da *Gendarmerie* e da polícia, atuando unidos nos DOP - Destacamentos de Operações de Proteção. Essas unidades se especializariam e ficariam responsáveis pelo “trabalho sujo” de localizar e interrogar suspeitos. Ainda segundo Martins Filho, essas unidades mistas possivelmente tenham inspirado a criação dos nossos DOI – Destacamentos de Operações de Informação<sup>164</sup>.

### 2.2.3 A Guerra Revolucionária e as Polícias Militares Brasileiras

Em nossa pesquisa, ainda que considerando a origem francesa de toda a conceituação utilizada, percebemos frente à amplitude, profundidade, e o tempo de vigência dos programas promovidos pela USAID, a necessidade de uma mais aprofundada

---

<sup>162</sup> As edições brasileiras dessas obras seriam realizadas em uma espécie de convênio entre as editoras do Exército e editoras civis. A obra de Bonnet, publicada pela editora do Exército em 1963 sob o título *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias: da antiguidade até nossos dias*, vem com uma nota explicativa que indica tratar-se de uma tiragem de 9000 unidades da obra “Guerrilhas e Revoluções”, editada pela Civilização Brasileira, titular dos direitos autorais, impressa especialmente para a Editora do Exército. Da mesma forma, a edição que dispomos de *Teoria e Prática da Contra Rebelião* de David Galula, indica ser uma edição especial destinada ao SISA (Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica). A edição contém uma seção intitulada “Considerações Iniciais”, assinada por “SISA”, que introduz a obra para seus leitores internos. Esse item de três laudas não aparece na “versão civil” da obra publicada pela Editora GRD, resultando em uma pequena diferença na numeração das páginas entre as edições.

<sup>163</sup> Entrevista a Marie-Monique Robin, publicada em ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de La Muerte: La Escuela Francesa*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.p.365.

<sup>164</sup> FILHO, 2009, p. 194.



observação das consequências dos planos de auxílio mútuo, financeiro, tecnológico, logístico e de treinamento militar fornecidos pelo exército norte americano para nossas forças armadas e, particularmente, às nossas forças policiais.

A citada entrevista do coronel Aussaresses indica a atuação direta de Boínas Verdes em nossas escolas de formação. Essa presença também vem se mostrando, conforme avançam as pesquisas, muito forte entre nossas polícias, com um número significativo de policiais enviados ao exterior, assim como a presença no Brasil de consultores técnicos enviados dos Estados Unidos, com destaque para o caso notório de Dan Mitrione. Essa importância estratégica atribuída aos órgãos de policiamento seria umas das diferenciações fundamentais propostas pela contra insurgência norte americana quando comparada a Doutrina Francesa.

Percebendo a inadequação das forças armadas para a atuação no plano interno dos países, os norte americanos passariam a dar grande destaque à atuação das forças policiais. Consideravam os órgãos de policiamento a melhor forma de estabelecer um serviço eficiente de informações, e a maneira mais eficaz de combate ao movimento subversivo em suas fases iniciais de desenvolvimento. O desbaratamento das atividades revolucionárias em sua fase de inicial de implantação evitaria a necessidade de intervenções militares, mais dispendiosas política e financeiramente<sup>165</sup> Particularmente em termos logísticos e financeiros é que as vantagens da nova estratégia se faziam sentir:

O custo para equipar e manter um policial médio é um quinto do custo de um soldado médio. O custo total de uma companhia policial de controle de motins com 225 homens, plenamente equipada com viaturas Willis para transporte de pessoal, gás lacrimogêneo, cassetetes, armas portáteis e um carro blindado para lançar tinta indelével sobre a multidão não chega a apenas 58 mil dólares<sup>166</sup>.

Essa valorização das atividades policiais promovida pela Doutrina de Contra Insurgência resultaria na fundação em 1962, na base militar de *Fort Davis* na Zona do Canal do Panamá, da *Inter-American Police Academy*— IAPA, voltada exclusivamente ao treinamento de forças policiais. A academia teria uma curta duração, tendo os cursos aí

---

<sup>165</sup> HUGGINS, 1998, p. 122-123.

<sup>166</sup> Ibid, p. 123.

oferecidos sido transferidos para Washington em 1964, para a recém-inaugurada IPA (Academia Internacional de Polícia)<sup>167</sup>.

Batbugli em estudo sobre a polícia de São Paulo aponta a presença de 648 policiais brasileiros treinados diretamente nessas academias entre 1962 e 1972 e, citando números levantados nos arquivos da AID/OPS (órgãos do governo americano responsáveis pelos programas de auxílio voltados as nações aliadas), em 108.000 (cento e oito mil) os policiais treinados no Brasil diretamente por norte americanos, ou por brasileiros treinados nos Estados Unidos<sup>168</sup>. Números semelhantes são fornecidos por Motta, que fala em cerca de 800 policiais treinados no exterior entre 1960 e 1972, sendo a maioria em território norte americano (somente cerca de 100 no Panamá), e que cita também a impressionante cifra de 100.000 (cem mil) policiais treinados por norte americanos no Brasil<sup>169</sup>.

Na Brigada, encontramos indícios dessa aproximação com os Estados Unidos desde o imediato pós-guerra, quando a corporação recebeu a visita de oficiais norte americanos da “Comissão Mista EUA –Brasil”. O grupo chefiado pelo Gen. Charles Gherardt, realizou visitas de inspeção em diversas unidades da corporação nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento e Rio Grande, entre os meses de setembro e outubro de 1946<sup>170</sup>.

Essa visita aconteceria em um período particularmente significativo na história da corporação quando após o longo período de penúria representado pelos anos do Estado Novo, e a ameaça de sua extinção durante a redemocratização, as corporações veriam garantida sua existência na constituinte desse ano, fase que alguns analistas consideram como o início de seu processo de policialização<sup>171</sup>. As visitas também demonstram a precocidade do interesse do governo norte americano nas forças públicas estaduais brasileiras.

Nos anos que se seguiram as PMs brasileiras seriam em muito beneficiadas pela assinatura de uma série de convênios de auxílio entre os governos de Estados Unidos e Brasil, dentre os quais se destacam o MAP (*Military Assistance Training Program*) criado após da criação da Ata de Segurança Mútua em 1951.

---

<sup>167</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a Repressão: a Usaid e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.30 nº59. 2010.p.250.

<sup>168</sup> BATTIBUGLI, Thais. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo. 1946-1964*. Tese. São Paulo: USP, 2006 p.301.

<sup>169</sup> MOTTA, op. cit., p.256.

<sup>170</sup> RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço Histórico da Brigada Militar (1930-1961)*. Porto Alegre: Presença, 1987.p. 461.

<sup>171</sup> KARNIKOWSKI. op. cit.

Em 1957 iniciaram-se uma série viagens de oficiais da Brigada Militar para realização de cursos de aperfeiçoamento em escolas militares norte americanas nos Estados Unidos e na Zona do Canal no Panamá. Os alunos Brigadianos frequentaram diversos cursos em diferentes escolas nos anos que se seguiram. Destacam-se os Cursos de Polícia Militar para Oficiais, Curso de Investigações Criminais, Curso Técnico de Polícia Militar, Curso Geral de Polícia, Curso Instrução Especial de Policiamento, Curso de Primeiros Socorros, Curso intensivo de Inglês, Curso de Operação de Controle de Fronteiras, Curso de Guerra Especializada, Curso de Sobrevivência na Selva, Curso Especial de Controle de Distúrbios Civis. Esses últimos cursados no Fort Bragg, sede das Forças de operações especiais Boínas Verdes. Os demais cursos seriam divididos entre diversos outros estabelecimento no Panamá (Usarcaribschool, Fort Gullick) mas principalmente os EUA, na IPA, ou mesmo em Universidades, como cursos de Inglês que foram realizados nas Universidade de Georgetown e Washington<sup>172</sup>. Na fonte consultada, dos 31 oficiais da Brigada Militar enviados ao exterior entre 1957 e 1971, com exceção de dois homens, um enviado a Academia Real de Polícia do Canadá em 1958, e outro a Academia da Guendarmerie Nacional da França em 1969, todos os demais foram sido enviados a cursos fornecidos pelas forças armadas norte americanas<sup>173</sup>. Note-se na listagem uma série de cursos com títulos muito semelhantes que talvez indiquem tratem-se do mesmo curso, com ligeiras diferenças de tradução em seus títulos, como por exemplo, Cursos de “Guerra Especial” e de “Guerra Especializada”, no Fort Bragg, sede das forças especiais Boínas Verdes. Nesses cursos era obrigatória a produção de monografia de conclusão, como forma de promover uma reflexão imediata sobre as atividades, assim como para a proposição de soluções contra insurgentes para suas demandas locais<sup>174</sup>.

Uma série de correspondências enviadas ao comando da Brigada Militar em 1958 apontam o respeito e admiração causados pelos alunos Brigadianos nessas academias<sup>175</sup>. Nas correspondências enviadas ao comando da BM pelo adido militar dos Estados Unidos e pelo embaixador do Canadá, ambos parabenizam o comando da força pela atuação e

---

<sup>172</sup> MARIANTE, Hélio Moro. *Crônicas da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972. p.347. (Lista completa Anexo 4)

<sup>173</sup> Ibid.

<sup>174</sup> HUGGINS, 1998. p.134;

PADRÓS, op. cit., p.223.

<sup>175</sup> Anexo 3.

correção dos alunos. Nos Estados Unidos, a turma da Brigada Militar teria obtido o primeiro lugar por nacionalidades dentre todas as turmas latino americanas que realizaram os cursos do programa no ano de 1958<sup>176</sup>.

Ainda que consideremos a possibilidade de se tratarem de correspondências de praxe, de protocolo enviar congratulações aos comandos de origem dos alunos, outra correspondência do mesmo ano corrobora nossa primeira hipótese. Enviada ao comando da Brigada em novembro de 1958 e assinada por Mauro dos Santos Braga, Capitão de Infantaria Paraquedista e Chefe do serviço de Motomecanização do Exército Brasileiro, a carta aponta que:

Tendo regressado de recente visita a *USARCARIBSCHOOL*, Zona do Canal, Panamá, cumpro grato dever de levar ao conhecimento desse Comando, a minha ótima impressão quanto aos oficiais dessa Brigada que cursam aquela escola. Meu coração de brasileiro e soldado vibrou de entusiasmo ao saber do elevado conceito que disfrutaram os tenentes Derly Silva e Carlos Jonatas Borges Fortes Spalding, pela aplicação ao estudo, correção de atitudes, cultura profissional e excelente aproveitamento. O tenente Luís Alberto Quintero Maciel, como instrutor convidado, é oficial de escol, muitíssimo considerado e um dos pontos altos do corpo docente<sup>177</sup>.

Além do destaque dado a aplicação dos alunos enviados pela corporação, o trecho aponta a presença ainda nos anos cinquenta de um oficial da brigada atuando como instrutor da escola, indicando que a circulação de instrutores não era uma via de mão única, e que esse modelo de intercambio de oficiais nos cursos de formação estava montado desde antes da adoção da doutrina de guerra revolucionária por ambas as forças armadas.

O nome de nenhum dos três oficiais citados na correspondência encontra-se na listagem anexa (Anexo 4) dos oficiais brigadianos enviados a cursos no exterior fornecida em Mariante (1972), indicando ser uma amostra incompleta, e que o número de brigadianos e que saíram do país a estudos é maior do que essa fonte permite observar.

O tenente Jonatas Spalding faleceu em 1961, aos 27 anos, sendo uma perda muito sentida na corporação. O jovem oficial exercia papel de destaque entre os círculos intelectuais da força, deixando algumas obras posteriormente publicadas pelas editoras da corporação. Nelas indica alguns detalhes sobre sua estadia no Panamá, e sua amizade com policiais norte americanos e franceses. Em uma dessas referências, uma correspondência

---

<sup>176</sup> RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço Histórico da Brigada Militar (1930-1961)*. Porto Alegre: Presença, 1987.p. 557-559. (correspondências completas anexo 3)

<sup>177</sup> RIBEIRO, op. cit. p.. 557-559. Correspondência completa no anexo 6.

enviada da Zona do Canal, o oficial indica uma curiosidade sobre a origem do símbolo das pistolas cruzadas, que já então eram usadas por diversas das Polícias Militares Brasileiras. “Aqui, quando passamos a usar nos uniformes, como os policiais militares do tio Sam, as pistolinhas [as pistolas cruzadas], minha curiosidade me fez procurar respostas a essa interrogação” [da origem do símbolo]<sup>178</sup>. O oficial conclui que o símbolo das pistolas cruzadas (anexo 5) seria de origem estadunidense. Em nosso trabalho, a referência mais antiga que encontramos do uso desse símbolo na brigada foi no logo do capacete da Cia Pedro e Paulo, uma águia sobre duas pistolas cruzadas. Oficial indica que o símbolo seria oriundo da primeira unidade de polícia militar norte americana criada ainda em 1922. O próprio capacete modelo M1 usado pela Cia Pedro e Paulo, é o modelo utilizado pelo Exército dos EUA, adotado pelo exercito brasileiro desde a FEB. Esses detalhes nos permitem a desconfiança, de que após o longo período de penúria para as corporações representado pelos anos 20 e 40, essas primeiras melhorias na Brigada Militar realizadas nos anos 50, já tenham sido decorrentes do auxílio norte americano.

Essa dúvida que se refere ao reequipamento de meados dos anos 50, nos anos 60 torna-se uma certeza. Nesses anos diversas fontes da bibliografia interna da força indicam uma percepção de que a aproximação com os Estado Unidos estaria rendendo grandes benefícios para a corporação:

Com base no convênio entre Brasil e Estados Unidos, em 1963, surgiu a Missão Norte Americana de Cooperação Econômica e técnica no Brasil, conhecida como Ponto IV. Em 1964 realizaram-se cursos para Oficiais da Corporação e delegados de polícia, tais como- “Chefia e Liderança”, “Supervisão e Operações de Patrulhamento”, com duração de 30hs, “técnicas de Patrulhamento”, com duração de 25hs, “Controle de Tumultos, com duração de 40hs e outros<sup>179</sup>.

O “Ponto IV” xxxx aqui entrar com o debate do ponto quatro e do MAP

<sup>178</sup> SPALDING, Carlos Jonatas. *Charla Policial*. Porto Alegre: Presença, 1987. p.10

<sup>179</sup> BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e Evolução do Ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Editorial Presença/BM Edições 1990.p.63.

Segundo esse mesmo autor, nos anos que se seguiram, a APM-RS passaria a oferecer cursos para oficiais, delegados de polícia, e mesmo para civis com curso superior, com a finalidade de capacitar a formação de supervisores de segurança do trabalho e chefes de segurança para empresas particulares, o “Curso Básico de Segurança Física”, realizado em convênio com a FUNDACENTRO e FIERGS, que patrocinava as despesas do curso, e do IDERGS (instituto de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.) que participava do planejamento junto com a Brigada Militar. Abrangiam segurança física e patrimonial das empresas e segurança do trabalho.

refere-se aos programas de auxílio criados pelo governo norte americano a partir da Doutrina Truman que, no quarto ponto do famoso discurso proferido por esse presidente em 1949, prometeu ajuda econômica aos países subdesenvolvidos. A partir daí, os programas de ajuda iniciados em 1950 ficariam no Brasil conhecidos como Programa Ponto IV.

Mariante (1972) aponta que foi durante o comando do cel. Otávio Frota (1963 – 1967), que a Brigada viveu um dos seus melhores momentos em termos de reaparelhamento e rearmamento, adquirindo nesse período materiais dos mais modernos. Segundo o autor, foram adquiridas 106 viaturas diversas, 2000 revólveres, 99 metralhadoras de mão INA .45, 1000 cassetes de borracha, 300 de madeira e grande quantidade de outros equipamentos burocráticos para as unidades de saúde, Bombeiros e outros. Segundo autor, todos os departamentos da força foram beneficiados<sup>180</sup>. Com relação à origem do material, ele aponta:

Valiosa doação recebeu a Brigada através do Ponto IV após uma série de gestões bem sucedidas. Além de 33 viaturas para o transporte de tropas, 12 estações rádio telegráficas fixas de SSB, 31 móveis de VHF e 5 portáteis de VHF, recebeu ainda megafones, osciloscópios, voltímetros, binóculos e inúmeros outros aparelhos e equipamentos dos mais modernos<sup>181</sup>.

Sobre esses programas de auxílio, Phyllis Parker aponta que o Brasil foi de longe o maior beneficiado pelos programas desenvolvidos pelo governo estadunidense em seu intento de melhorar o poder de impacto das polícias sul americanas. Os programas ofereceram as Polícias Militares brasileiras treinamento em criminologia, contraespionagem, operações de patrulha, manejo de explosivos, controle de alfândega, e mais de 31.000 granadas de mão, bem como capacetes, couraças e coletes a prova de balas, visando o controle de distúrbios de rua. Os programas de auxílio seguiram mesmo durante os anos marcados pelo afastamento dos Estados Unidos do governo brasileiro, ocorridos durante as crises do governo Jango. Nesse período, os acordos seriam firmados diretamente com os

---

<sup>180</sup> MARIANTE, Hélio Moro. *Crônicas da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972. p.246.

<sup>181</sup> *Ibid*, p. 246.

governadores estaduais de “oposição”<sup>182</sup>. Esse detalhe talvez se relacione com essa percepção das obras acima citadas da importância do ano de 1963 para as relações entre a Brigada e o programa. Esse foi na corporação o ano do início do Comando do Cel. Otavio o primeiro ano após a saída de Leonel Brizola do Governo do Estado e, junto com ele, do Cel. Diomário Moojem, comandante geral que havia conduzido a Brigada Militar durante a resistência ao golpe no episódio da Legalidade em 1961. O Coronel Frota por sua vez, havia sido quando ainda capitão, o primeiro comandante da Cia. Pedro e Paulo em 1955<sup>183</sup> e, ao lado do Governador Ildo Meneghetti, golpista de primeira hora, protagonizou o episódio dos “Heróis de Passo Fundo” (ver p.50), quando do golpe militar de 1964.

Ainda em 1964, o OPS<sup>184</sup> enviaria à Porto Alegre o agente Dan Mitrione, que pessoalmente ministrou cursos de “controle de tumultos” aos policiais da capital no Palácio da Polícia, ajudando a treinar os homens que formariam o primeiro GOE – Grupo de Operações Especiais da Guarda Civil, corporação então responsável pelo policiamento ostensivo da capital. Dos Cursos, além de policiais civis e membros da Guarda Civil, participariam ainda Oficiais do Exército e da Brigada Militar<sup>185</sup>.

Sobre as consequências desses programas de treinamento e auxílio técnico, Martha Huggins aponta que o OPS ajudou a treinar, equipar e indicar pessoal para as “Tropas de Choque”, especiais para controle de multidões e motins nos estados do RS, PR, SP, MG, GO, PE e DF afirmando que:

Segundo eles [o OPS], seu trabalho com essas unidades de polícia especial revelou seus bons resultados em maio de 1967, durante uma manifestação estudantil no Rio Grande do Sul, quando esquadrões policiais anti-tumultos treinados pela OPS, mostraram aos estudantes que havia força suficiente para controlar ajuntamentos de massa, e que as autoridades não iriam tolerar grupos civis violentos<sup>186</sup>.

A citação refere-se ao episódio da “Passeata da Catedral”, protesto dos estudantes porto alegrenses contra os acordos de reforma do ensino MEC-USAID e a Guerra no Vietnã.

---

<sup>182</sup>PARKER, Phyllis.1964: *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 p.119-121.

BATTIBUGLI op. cit., p. 141

<sup>183</sup> CORONEL, Auxford de Almeida. *A brigada Militar no Policiamento Ostensivo 1967 – 1987*. Porto Alegre. Presença 1987. p.40.

<sup>184</sup>*Office Public Saffety*.. Em livre tradução, Gabinete de Segurança Pública.

<sup>185</sup> *Agente Treinou Polícia Gaúcha em Segredo*. Jornal Zero Hora. 26/02/2012.

<sup>186</sup>HUGGINS. op. cit., p.156.

Acuados pela violência da força de dissuasão, os estudantes buscaram refúgio no interior da Catedral Metropolitana de Porto Alegre, sendo perseguidos mesmo no interior do templo, episódio que marcaria o início de uma escalada de brutalidade contra os movimentos oposicionistas no estado<sup>187</sup>. A Passeata da Catedral ocorreu em Porto Alegre apenas dois meses após a promulgação da constituição de 1967 e do Decreto Lei 317 de março de 1967, que criou a IGPM e determinou a atuação das PMs na Segurança Interna. A atuação revelou a extrema eficiência e imediata capacidade de resposta da Brigada Militar frente suas novas atribuições.

O episódio lança luz sobre a eficiência e profundidade alcançadas pelos programas de treinamento oferecidos pelo governo estadunidense, assim como da profunda penetração na corporação do ideário das doutrinas contrarrevolucionárias desenvolvidas em âmbito internacional. Essa precocidade chama particular atenção se considerarmos que a primeira publicação da IGPM voltada às Polícias Militares, versando sobre as atividades de Contraguerrilha Urbana saíra apenas no fim do ano seguinte em 1968, e somente em 1969 sua primeira conferência sobre as atividades das polícias militares na segurança interna<sup>188</sup>. A precocidade dessa atuação em comparação com essas datas corrobora os indícios da origem norte americana das técnicas então utilizadas. A Brigada Militar, que desde o fim dos anos cinquenta enviava alunos as academias militares estadunidenses, teve seu primeiro manual de “Controle de Tumultos”, editado em 1965, pelos tenentes Antonio Cláudio Barcellos Abreu e Arildo Rêgo<sup>189</sup>. Algum tempo depois, saíra o Manual de Desobediência Civil e Violência das Multidões, publicação sem data, organizada pelos Ten. Cel. Renan Luís Molina e Maj. Pedro Paulo L. M. Farrapos, com colaboração do já Cap. PM Arildo Rêgo<sup>190</sup>. Mesmo não datado, a patente de Capitão de Arildo Rêgo (uma acima de tenente) indica não ter se passado muito tempo entre a produção de um e outro manual, hipótese reforçada pela ausência de referências à IGPM também nesse segundo manual, indicando que provavelmente foi escrito antes da criação do órgão em 1967. Ademais, os oficiais autores dos manuais acima citados haviam sido recentemente enviados a cursos nas academias

---

<sup>187</sup> GUTIÉRREZ, Cláudio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999 p.32-36.

<sup>188</sup> Ver seção 1.4 p. 64-65.

<sup>189</sup> REGULAMENTO DE EXERCÍCIOS PARA CONTRÔLE DE TUMULTOS. Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. CIM. Porto Alegre, 1965.

<sup>190</sup> MOLINA e FARRAPOS (org.). *Desobediência Civil e Violência das Multidões*. Manual. Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sem Data.



militares norte americanas. O cel. Molina e o maj. Farrapos em 1958, a turma mais antiga de oficiais no exterior que encontramos referências em nossa pesquisa. Já os tenentes Rego e Abreu haviam retornado recentemente dos cursos de “Guerra Especial”, “Guerra na Selva” e “Curso Especial de Controle de Distúrbios Civis” fornecidos pelo Exército Norte Americano na Academia Internacional de Polícia<sup>191</sup>.

O mês de maio de 1967 além da Passeata da Catedral seria ainda marcado na corporação pela inauguração de sua Primeira Companhia de Policiamento Rádio-Motorizado, no melhor estilo “Resposta Flexível”. O serviço iniciou com onze viaturas Rural Willis equipadas com rádio transmissor-receptor, ligados a uma estação de comando localizada no Quartel do Comando-Geral. Logo em seguida seriam entregues onze caminhonetes Chevrolet C10, e dez Jipes com capota de aço, todos equipados com xadrez e equipamentos de rádio transmissor-receptor<sup>192</sup>. Em 1968 seriam adquiridas mais 200 viaturas, e ainda construídos diversos quartéis<sup>193</sup>.

Tal como a Brigada Militar, outras PMs demonstraram idêntica capacidade de resposta aos desafios impostos pelo novo tipo de atuação. A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais atuaria na campanha contra a Guerrilha do Caparaó em abril de 1967. No episódio, o coronel Exército Milton Campos, então comandante da corporação, enviou correspondência com “agradecimentos calorosos” à *USAID* pelos equipamentos de comunicação recebidos, afirmando terem sido decisivos no sucesso das operações<sup>194</sup>.

No Rio de Janeiro, o Batalhão de Choque da PMEG, cujos homens haviam sido selecionados com auxílio direto do próprio Dan Mitrione quando de sua passagem pela capital do estado<sup>195</sup>, atuaria na repressão às passeatas realizadas na cidade do Rio de Janeiro em 1968, assim como no episódio que resultaria na morte do estudante Édson Luís, e na repressão brutal realizada quando de sua missa de sétimo dia. Em depoimento à Martha Huggins, o oficial comandante do BP Choque nessa ocasião, atribuiu seu sucesso e a rápida ascensão na carreira policial militar à sua característica liderança agressiva contra greves, tumultos e atuações de subversivos, e ainda à sua capacidade de compreensão e

---

<sup>191</sup> Conforme listagem anexo 4.

<sup>192</sup> Brigada Militar, *Panorama Contemporâneo*.

<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Historia/museubm/index.html> Acesso em 07/2013

<sup>193</sup> Mariante, 1972, p. 259.

<sup>194</sup> MOTTA, op. cit., p. 257.

<sup>195</sup> HUGGINS, op. cit. p. 156.

entendimento dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional<sup>196</sup>. Esse mesmo oficial<sup>197</sup>, seria um dos selecionados para a participação no Primeiro GOE – Grupo de Operações Especiais, formação de elite composta por um misto de homens escolhidos entre diversas forças e unidades repressivas federais e estaduais, com membros oriundos da Polícia Militar, do DOPS (Polícia Civil), do Exército e do Corpo de Bombeiros<sup>198</sup>.

Em São Paulo, a Força Pública foi responsável em 1968 pela execução do cerco ao XXX Congresso da UNE em Ibiúna<sup>199</sup>, quando foram detidas cerca de 1000 lideranças estudantis de todo o país. Após do decreto 667 de 1969, a Força Pública adotaria por determinação da IGPM a denominação de Polícia Militar de São Paulo, incorporando às suas fileiras a Guarda Civil de São Paulo, que a exemplo da a Guarda Civil de Porto Alegre, seria então desmobilizada. A PMESP passaria a executar o policiamento ostensivo no estado de São Paulo, por meio de seus Batalhões de Polícia Militar. Seu antigo I BC (Primeiro Batalhão de Caçadores - Batalhão Tobias de Aguiar), foi então reorganizado visando atuação na guerra revolucionária, tornando-se a principal unidade de Operações Especiais da força. A unidade seria dividida em diferentes modalidades de atuação – Controle de Distúrbios Cíveis, formado pelo Batalhão de Choque (infantaria), e pelo Regimento Nove de Julho (cavalaria). Teria aos moldes do ocorrido na Brigada imediatamente fundada uma unidade radio-motorizada aos moldes de resposta flexível, a ROTA – Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, criada em 1970, unidade de patrulhamento especial diferenciada por sua Boina Negra. A ROTA representaria a maior arma da força nas atuações de contraguerrilha urbana. Essas unidades, ao contrario dos BPM, Batalhões convencionais de policiamento, não eram responsáveis pelo policiamento em uma determinada área geográfica da cidade, ficando livre para atuar em toda a cidade e mesmo por todo o estado de São Paulo, sendo a primeira unidade da força atuando com todas as suas patrulhas interligadas por um sistema de rádio, cuja central ficava instalada na sede do batalhão.

Logo em 1970 a corporação atuaria no episódio da Guerrilha do Vale da Ribeira, em que foi morto o Ten. PM Alberto Mendes Junior, capturado e executado pelos homens de

---

<sup>196</sup> HUGGINS, Martha K. *Operários da Violência: Policiais, Torturadores e Assassinos Reconstróem as Atrocidades Brasileiras*. Brasília. Editora da UNB, 2006.p.145-46.

<sup>197</sup> As entrevistas publicadas pela autora foram concedidas sob a condição de anonimato, sendo em sua obra utilizados nomes fictícios.

<sup>198</sup> *Ibid*, p. 147.

<sup>199</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A esquerda Brasileira das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo. Editora Ática, 1987 p.147-149.

Lamarca. Após o episódio, a força criaria uma tropa especializada em atuações contraguerrilha, fundando ainda em 1970 o seu POE, Pelotão de Operações Especiais, vinculada a 2ª Cia. do Primeiro BP Choque (Tobias de Aguiar). Essa unidade atuou no sequestro de um avião da Varig em 1972 no aeroporto de Congonhas, tendo sua atuação reconhecida pelo comando do II Exército como uma atuação de “*COMANDOS*”. Após o episódio, o POE da PMSP receberia como reconhecimento o título de *Unidade de Comandos*, adotando a partir daí a nomenclatura COE- Comandos e Operações Especiais, sendo ainda hoje, a única tropa de Polícia Militar brasileira reconhecida como unidade de Comandos.

A Brigada Militar também atuaria em julho de 1970 em atividades de contraguerrilha, quando sob o comando do cel. Geraldo Coimbra Borges, formou um Batalhão Operacional que se deslocou para a região de mostardas, no intuito de descobrir e dizimar possíveis bases de guerrilha e impedir a efetivação de contrabando de armas naquela região.

Nesse período a corporação também criaria suas unidades de Operações Especiais, derivada de sua Cia. PM, especializada em controle de distúrbios de rua, e que já havia realizado com sucesso as citadas atuações em 1967. A unidade daria origem ao Batalhão de Choque, posteriormente ampliado para Batalhão de Operações Especiais, abarcando o BPChoq, o Canil, o GATE -Grupo de Ações Táticas Especiais e as PATRES, Patrulhas Especiais (Btl. Mtz.).

A excelência atingida pela corporação nas atividades de Operações Especiais e Contraguerrilha resultaria na criação do Curso de Instrutores de Operações Especiais (CIOE) na APM-RS no ano de 1972. O curso, com vagas disputadas por alunos oriundos de diversas PMs do país, era ministrado por oficiais formados na própria academia, e visava preparar oficiais para atividades de Operações Especiais. O programa abrangia assuntos como “Doutrina de Guerra Revolucionária”, “guerrilha e contraguerrilha urbana” “guerrilha e contraguerrilha rural”, “revisão de doutrina militar regular em pequenas frações”, e “táticas de pequenas unidades”. O curso era ministrado no alto da Serra do Umbu, entre os municípios de Riozinho e Barra do Ouro<sup>200</sup>.

Assim, percebemos que em plano nacional as Polícias Militares foram definitivamente enquadradas em atividades de Guerra Interna a partir da criação da IGPM entre 1967-69,

---

<sup>200</sup>BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e Evolução do Ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Editorial Presença/BM Edições 1990.p.71.

ficando responsáveis além do policiamento ostensivo e por atividades de segurança interna baseadas em atividades de contra guerrilha urbana e rural, que incluíam operações de controle de distúrbios civis.

Porém, entendemos que as evidências acima indicam que o conhecimento da teoria de guerra revolucionária, assim como das estratégias, táticas e ferramentas de atuação nesse tipo de atividade, já se encontravam presentes nas corporações desde períodos anteriores, provavelmente fruto do contato direto com as academias de formação norte americanas.

Como resposta a nova atividade, as polícias militares desenvolveriam um complexo sistema de atuação baseada em unidades de policiamento e intervenção. Aos moldes propostos pelos franceses, adotariam unidades fixas de comando territorial, os BPM, e unidades de Móveis de Intervenção, os batalhões e rondas motorizadas especiais, e ainda unidades aquarteladas de intervenção para o caso de distúrbios de rua, os Batalhões de Choque, subdivididos em unidades de Infantaria e Cavalaria. As PMs dispunham dessas unidades de intervenção altamente especializadas em contraguerrilha, suas unidades de Operações Especiais, que dariam origem a ROTA e ao Comando de Operações Especiais em SP, ao BOPE vinculado ao Choque no RJ, e ao BOE na BM.

Essas Unidades, aos moldes das operações especiais norte americanas, seriam diferenciadas das demais em seus uniformes pela cor da cobertura de cabeça, suas Boinas Negras, orgulho do soldado de operações especiais. Adotariam ainda uma postura de atuação baseadas nos conceitos de resposta flexível, de rápida intervenção e interligadas por uma rede de comunicações rápidas, tecnologia em muito fornecida pelos programas de auxílio mútuo desenvolvidos com o governo norte americano.

Nesse sentido, percebemos uma influência híbrida de Estados Unidos e França na reformulação sofrida pelas PMs, que mesmo atuando em atividades de policiamento, as executariam embasadas por uma teoria bélica, possuindo organização, ferramentas e objetivos militarmente estabelecidos. Compreendemos que a própria criação de unidades Boinas Verdes nos Estados Unidos, tenha sido realizada sob inspiração das unidades de Comandos Franceses, fazendo com que o modelo em unidades fixas e móveis, mesmo que de origem francesa, possa ter chegado por intermédio dos norte americanos. Temos ainda, uma terceira via de implantação da teoria de guerra revolucionária nas PMs representada pela criação da IGPM, que garantiu a uniformidade de implantação da doutrina nas PMs de

todo o país, respeitando todavia suas peculiaridades regionais. Em São Paulo, a vasta extensão territorial da metrópole, faria com que nessa cidade, as unidades de rondas motorizadas especiais (a ROTA), tenha recebido destaque sendo a maior unidade de operações especiais da força, superando numericamente em muito o COE. No Rio de Janeiro por sua vez, marcada por suas características topográficas e de ocupação do território, que resultou em largas extensões de terrenos de encosta ocupados por favelas, com limitado acesso a veículos automotores, as rondas motorizadas (RONARC – Rondas Ostensivas Nazareth Cerqueira), recebam menos destaque do que sua unidade de intervenção de Operações Especiais, o BOPE, que se especializaria na atuação nesse tipo específico de terreno.

Apesar dessa diferença no desenvolvimento das modalidades de policiamento especial, percebemos claramente uma uniformidade de atuação baseada nas influências da Doutrina de Guerra Revolucionária.

Em comparação ao nosso exército- influenciado diretamente pelos autores franceses, as PMs tiveram um contato direto apenas com instrutores norte americanos, contato que vem latente na bibliografia, inclusive com elogios diretos por parte dos americanos aos seus alunos brasileiros. Acreditamos que tal aproximação, tenha como resultado que, PMs tenham sim sido influenciadas das leituras e soluções, mesmo influenciadas pelos pensadores franceses, tenham sido feitas por norte americanos.

Ainda assim, independente da origem dos conceitos e das ferramentas militares empregadas, para os interesses de nossa pesquisa importa perceber que os conceitos da Guerra Revolucionária, e as ferramentas e estratégias militares desenvolvidas para uma satisfatória atuação nesse tipo de conflito, encontram-se presentes nos debates e nas formações militares adotadas por nossas Polícias Militares no mínimo desde o período imediatamente posterior a criação da IGPM.



### **3 GUERRA REVOLUCIONÁRIA E INIMIGO INTERNO NA APM RS**

O capítulo acompanha o desenvolvimento do ideário da Doutrina de Guerra Revolucionária na APM-RS. Acompanha como essas ferramentas teóricas são manejadas pelos oficiais alunos formandos dos cursos de aperfeiçoamento de quadros ministrados na Academia - o CAO e o CSPM, no início dos anos oitenta.

A análise centra-se no estudo da maneira como os conceitos fornecidos pela instituição para a formação de seus quadros de comando aparecem trabalhados por esses oficiais, e em como influenciam suas percepções à cerca de sua atuação no contexto político e social do Rio Grande do Sul e do Brasil do Início dos anos oitenta.

O capítulo é baseado nas monografias de conclusão de curso produzidas pelos oficiais como quesito parcial para a conclusão dos cursos. O recorte é limitado pela série de fontes, disponibilizadas na APM-RS a partir de 1979, porém os conteúdos e temas abordados nos trabalhos levantam informações importantes sobre todo o período de intervenção da IGPM. As peculiaridades da conjuntura política imediata, nacional e internacional, encontram-se latentes nessas obras, tal qual as demandas imediatas da conjuntura política interna da corporação, particularmente turbulentas em função do processo de abertura democrática e iminência da promulgação de uma nova constituição no país.

A análise centra-se em entender como os conceitos da doutrina de guerra revolucionária, há mais duas décadas incorporados ao ensino da academia, encontram-se amadurecidos pelo período de atuação direta da corporação nas atividades na Segurança Interna, e de como a partir deles, os novos atores, desafios e demandas surgidos na conjuntura política de abertura são percebidos por esses alunos oficiais.

A análise atenta ainda em como os conceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária são manejados pelos alunos e em como percebem e preveem a atuação da corporação nesse contexto, as ferramentas previstas para essa atuação e, principalmente, contra quais inimigos encontram-se lutando no período.

## 3.1 OS ANOS 80 E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA NA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL.

### 3.1.1 A Abertura Democrática e a Formação de Oficiais

O ambiente de transição vivido no país na virada dos anos 80 em decorrência do Processo de Abertura se faz sentir de forma intensa na Brigada Militar. O processo de redemocratização impunha a corporação uma série de desafios que exerceram pesada influência na produção acadêmica dos alunos oficiais do período.

O fim da Ditadura de Segurança Nacional e a transferência do poder para autoridades civis provocariam uma inevitável alteração nas estruturas que até então sustentavam a corporação em sua relação com a sociedade. A iminência dessas mudanças provocou uma série de receios no alto escalão da corporação. Os oficiais brigadianos temiam principalmente que no processo de redemocratização fosse revista a responsabilidade exclusiva da força para atuação no Policiamento Ostensivo, atividade que as Polícias Militares haviam assumido durante o período de consolidação da Ditadura de Segurança Nacional.

A prevista promulgação da nova constituição resultava mais uma vez em uma incógnita à cerca do futuro das polícias militares. Os oficiais acreditavam na possibilidade de uma imediata desmilitarização do policiamento ostensivo e temiam as consequências dessa medida para seu futuro profissional. Percebiam que as corporações chegavam ao período de Abertura em uma situação de profundo desgaste decorrente do longo período de regime militar imposto à sociedade civil, em que as instituições repressivas estatais angariaram o repúdio crescente de setores cada vez mais amplos da sociedade. Em decorrência disso, consideravam mais do que nunca a possibilidade de extinção das Polícias Militares como instituição.

Na Brigada Militar do Rio Grande do Sul temia-se que a desmilitarização do policiamento ocorresse de forma semelhante, ou melhor, pela “reversão”, do processo de militarização ocorrido em 1967. Os oficiais cogitavam que caso concretizada a



desmilitarização, a força, aos moldes do então ocorrido com as Guardas Cíveis e de Trânsito<sup>201</sup>, seria desmobilizada e incorporada à Polícia Civil.

Além da ameaça iminente à sobrevivência da instituição, a situação trazia receios aos oficiais relativos à sua futura condição frente à alta hierarquia da Polícia Civil, que possuía o curso superior em direito como exigência básica para o ingresso na carreira de delegado.

Previendo a situação desvantajosa, os oficiais passariam a trabalhar em duas frentes. Primeiro, tentando garantir por todos os meios a manutenção do policiamento ostensivo militarizado na futura constituição e, segundo, considerando a possibilidade de não obtenção de êxito nesse primeiro objetivo, preparando-se da melhor forma possível para a possível fusão.

Embasados nos conceitos fornecidos pela doutrina da “guerra psicológica”, que como veremos se encontravam consolidados na instituição, acreditavam que a possibilidade de uma manutenção do policiamento militarizado passava necessariamente pelo consentimento e aprovação da sociedade civil:

Da aceitação, por parte da população, do nosso produto final (o policiamento ostensivo) dependerá a sobrevivência da instituição. Será vital ao nosso interesse [...] conservar ponderável parcela da população com a sensação de que estamos procedendo acertadamente e que somos imprescindíveis ao equilíbrio das relações sociais<sup>202</sup>.

Preocupados com esse fator, passaram por meio de diversas estratégias a tentar desenvolver uma imagem favorável frente à população civil, buscando o aperfeiçoamento de sua atuação e postura perante a sociedade. Inúmeros apontamentos nesse sentido aparecem nas monografias analisadas. Barreto considera essa relação fundamental ao ponto de considerar que o *Princípio de Responsabilidade Territorial*<sup>203</sup> deveria assumir um conceito mais amplo, no sentido dos comandos em todos os escalões passarem a serem responsáveis por conquistar e manter a estima e o respeito da população, sendo partícipes das atividades

---

<sup>201</sup> Essas instituições foram desmanteladas e, após um processo de adaptação, parte de seus quadros e equipamentos foram incorporados à Brigada Militar em 1969, processo semelhante também ocorreria em São Paulo em 1970, quando a PMESP surgiu da “união” da Guarda Civil com a Força Pública.

<sup>202</sup> BARRETO, op. cit., p.67.

<sup>203</sup> Conceito que já aparece nos autores franceses, significando a predominância do comando da unidade territorial (fixa) sobre um determinado território, em detrimento da Unidade de Intervenção (móvel). (ver seção 2.2).

desenvolvidas pelas “forças vivas” das comunidades (como palestras e participação atuante em sociedades civis e clubes de serviço), buscando atingir aos públicos adulto, juvenil e infantil. Nesse sentido, ainda faz recomendações quanto à conquista das crianças, por meio da promoção de visitas aos quartéis e a demonstração de equipamentos<sup>204</sup>.

Os problemas desse relacionamento turbulento com a sociedade civil levantados nos trabalhos e publicações do período atingiam mesmo os aspectos mais básicos de sua atuação, como a inadequação de seus uniformes e equipamentos voltados às atividades de guerra (coturnos, bastões e capacetes) no trato com a população. Segundo os trabalhos, causavam um “efeito psicológico negativo”, dificultando a aceitação e o relacionamento do PM com sociedade. Apontam que o equipamento dificultava mesmo a atuação dos PMs na própria atividade fim, o policiamento ostensivo, atrapalhando o policial na execução de suas tarefas. Os trabalhos são desenvolvidos para frisar, por exemplo, a repulsa da população a posse do bastão policial por parte dos PMs<sup>205</sup>, ou a inadequação do capacete modelo M1 às atividades de polícia, com trabalhos exibindo fotos de policiais militares em perseguições “à pé” a “marginais” realizadas nas vilas da cidade, em que no intuito de facilitar a corrida, os policiais apresentam-se carregando o capacete embaixo do braço ou preso no cinturão<sup>206</sup>. Outros apontam o aspecto pesadamente militar que lhes conferiam seus coturnos e gandolas militares. Outros trabalhos, dedicados ao tema das Relações Públicas, centram-se no estudo da influência psicológica das cores e seu peso na formação da imagem da Brigada perante o público<sup>207</sup>.

Durante a abertura e início do período democrático todos esses itens seriam mudados, com o abandono dos capacetes, substituídos pelo boné branco ainda hoje utilizado, sendo as gandolas militares também substituídas por jaquetas de couro com corte “civil”, sendo mesmo o “cassetete” substituído pela tonfa<sup>208</sup>, arma de caráter mais defensivo. Alterariam também as cores de suas viaturas, adotando tons mais claros e

---

<sup>204</sup> Ibid, p. 67-68.

<sup>205</sup> PINHEIRO, Vanderlei Martins. *Subsídio ao Projeto de Pesquisa Sobre o Aperfeiçoamento do Bastão Policial Usado no Policiamento Ostensivo do Estado do Rio Grande do Sul Após 1964*. CAO. Monografia de Conclusão. Porto Alegre. APM-RS, 1984.

<sup>206</sup> SILVA, Valnei Tavares da. *Avaliação da Eficácia de Equipamento Policial Militar: O Capacete Comum Usado na Brigada Militar*. CAO, Monografia de Conclusão. Porto Alegre. APM-RS, 1984.

<sup>207</sup> MARTINS, Mário Nelson; GRÉGIS, José; CORRÊA, Paulo de Tarso; SILVA, José Ribeiro. *As Ações de Relações Públicas em Apoio ao Policiamento Ostensivo*. CAO, Monografia de Conclusão. Porto Alegre. APM-RS, 1984.

<sup>208</sup> Espécie de bastão em forma semelhante a um “L”, ainda hoje utilizado.

diminuindo em muito a utilização do verde oliva, substituído pelo branco e o amarelo, no intuito de diminuir os “efeitos psicológicos” negativos causados pela aparência militarizada. As mudanças chegaram ao ponto de os brigadianos abandonarem mesmo o uso do coturno, substituído por sapatos, mudança que teve curta duração. O próprio brasão das Polícias Militares adotado e utilizado durante o período da IGPM, uma grande estrela amarela em fundo vermelho, dentro de um aro circular azul ornado por estrelas brancas menores (Anexo 5), seria substituído pelo Brasão do Centauro ainda hoje utilizado. Todas essas mudanças foram realizadas no intuito de conquistar a aprovação da sociedade civil por meio da adoção de uma aparência menos militarizada para a corporação. Com o mesmo objetivo, a força também mudaria o uniforme de suas unidades de intervenção, como os Batalhões de Operações Especiais e Unidades de Choque, marcadas pelo caráter mais repressivo de sua atuação, visando justamente diferenciá-las das unidades territoriais de policiamento ordinário, para evitar que a repressão pesada aplicada por essas unidades de elite afetasse a imagem do PM convencional que atua inserido na comunidade nas atividades de policiamento ostensivo:

Pelo já explicitado, entendemos que a polícia militar empregada quer no policiamento ostensivo, na defesa pública ou na defesa interna, deve adaptar-se ao meio e ao momento de sua atuação, descaracterizando o PM do Policiamento Ostensivo, do PM empregado como *força de choque*. Essa diferença deve ser corporificada principalmente pelo uniforme, ou seja, a tropa empenhada em tais ações [de choque], deverá usar fardamento diferenciado, (tipo especial) daqueles utilizados em situação de normalidade. Essa providência contribuirá para que as populações não associem a figura do Policial Militar de *forças-repressoras*, às suas reivindicações. Exemplifiquemos um Batalhão de Choque, atua como força de dissuasão, com uniformes e equipamentos diferentes; esse mesmo batalhão, embora especializado, não permanece rotineiramente aquartelado, pois desempenha missões de Policiamento Ostensivo, todavia, com uniformes e equipamentos às demais Unidades Operacionais, com os quais são conhecidos da população com o qual devem estar integrados<sup>209</sup>.

---

<sup>209</sup> BARRETO, Manoel Portela de Menna. *As Polícias Militares na Segurança Nacional*. Monografia de Conclusão (Curso Superior de Polícia Militar)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1984. p. 70-71.

Percebe-se que nessa busca por aprovação da população, mais do que uma tentativa modificar as estruturas da corporação, as medidas desenvolviam-se no sentido de tornar mais aceitáveis ao público as ferramentas repressivas desenvolvidas para a guerra interna.

O segundo conjunto de medidas adotadas frente às ameaças oriundas da promulgação da nova constituição foram baseadas na consideração da possibilidade de não obtenção de êxito no objetivo de garantir o policiamento militarizado. Desenvolveram-se no intuito de preparar da melhor forma possível a corporação e, principalmente, seus oficiais, para a possível fusão com a Polícia Civil. Sendo esse um tema também recorrente nos trabalhos analisados<sup>210</sup>.

Preocupados com a desvantagem decorrente da condição acadêmica dos delegados, solicitaram ao Conselho Federal de Educação (CFE) o reconhecimento do Curso de Formação de Oficiais, que nesse período consistia em um curso com duração de cinco anos realizados em regime de internato, como equivalente aos cursos superiores de graduação realizados no sistema civil de ensino. O reconhecimento viria ainda em 1981, retroativo ao ano de 1978<sup>211</sup>.

A ameaça à própria sobrevivência das Polícias Militares como instituição, fazia com que essa mobilização extrapolasse o âmbito interno da Brigada Militar, resultando em uma articulação entre as PMs do país em prol da garantia dos seus interesses corporativos. A incerteza frente à constituição resultou em uma série de encontros nacionais de comandantes gerais realizados em diversos estados a partir do ano de 1985. Esses encontros visavam a criação de um consenso nacional das PMs em torno da questão de sua destinação constitucional, e a busca conjunta pela garantia dos objetivos e interesses dessas corporações na nova constituição<sup>212</sup>.

---

<sup>210</sup> FROTA, Airton; RODRIGUES, Alvinio; SANTOS, Marco Antonio. *Consequências de uma unificação com da Polícia Militar com a Polícia Civil*. Monografia de Conclusão (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

MACHADO, Mozart de Souza. *O Entrosamento das Atividades Operacionais da Polícia Militar com as Atividades Policiais Cíveis. Troca de Subsídios e Coordenação de Emprego dos Meios*. CAO. Monografia de Conclusão. Porto Alegre. APM. 1983.

<sup>211</sup>SAVARIZ, Manoelito Carlos. *Breve Histórico da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar*. Porto Alegre. Editorial Presença, 1990. p. 38.

BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e Evolução do Ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Editorial Presença/BM Edições 1990.p.36

<sup>212</sup>Encontros foram realizados em Recife (PE) em maio de 85, Caruaru (PE) agosto de 85 (Carta de Caruaru), Campos do Jordão (SP) abril de 86, Rio de Janeiro junho de 86, e Porto Alegre (RS) em outubro de 86, esse último encontro realizado após a publicação do Anteprojeto Constitucional no Diário Oficial (set de 86). CORONEL, Auxford Almeida. *A Brigada Militar no Policiamento Ostensivo 1967-1987*. Porto Alegre: Presença, 1987. p.116.

Os Comandantes acabariam por expressar suas posições na “Carta de Caruaru”, documento divulgado em agosto 1985 após encontro realizado na cidade. Na carta defendiam a manutenção das prerrogativas constitucionais das forças na manutenção da ordem pública, assim como a permanência de seu monopólio sobre as atividades de policiamento ostensivo. Solicitavam ainda a subordinação das Polícias Militares aos governadores estaduais, e a competência exclusiva da Justiça Militar Estadual para processar e julgar os crimes militares e os membros integrantes das Polícias Militares, e ainda a supressão da restrição específica sobre os limites de remuneração dos integrantes das forças<sup>213</sup>.

A mobilização viria a ser redobrada após a publicação em 26 de setembro de 1986 do Anteprojeto Constitucional, que contrariando frontalmente as posições defendidas pelos Comandantes, previa o aquartelamento das Polícias Militares e reservava o policiamento ostensivo a uma Polícia Civil reestruturada. Ainda que não determinasse a extinção das PMs, o anteprojeto previa a execução por parte da Polícia Civil do ciclo completo de polícia (preventiva e investigativa). Para tanto, previa a recriação na polícia civil de corpos de agentes uniformizados, aos moldes das extintas Guardas Civas, para a execução das atividades de policiamento ostensivo. Além do aquartelamento das PMS, o anteprojeto previa ainda a extinção das Justiças Militares Estaduais<sup>214</sup>.

Após a publicação do anteprojeto, os comandantes das polícias militares organizaram um encontro relâmpago em Porto Alegre, realizado no Clube Farrapos<sup>215</sup> em 4 de outubro de 86. Nesse encontro ficaria definida a realização III Congresso das Polícias Militares, ocorrido em Belo Horizonte em fevereiro de 1987.

Em meio a essa mobilização a Brigada Militar criaria a chamada Comissão de Assessoramento Especial, com a missão de estudar os assuntos constitucionais de interesse da corporação. Segundo Coronel, dessa comissão sairia a base do texto do documento final assinado pelos Comandantes Gerais durante o III Congresso das PMs<sup>216</sup>. Após o congresso, a Comissão de Assessoramento seguiria atuando ao lado dos deputados constituintes ao longo

---

<sup>213</sup> A constituição de 1967 determinava que a remuneração dos membros das forças estaduais não poderia ser superior a dos membros de igual patente do Exército Nacional.

<sup>214</sup> Anteprojeto Constitucional publicado Diário Oficial da União de 26 de set 1986 Capítulo II Art. 416, 417, 418, 419, 420. Título IX Art. 9. *Apud* CORONEL, op. cit., p. 122-124

<sup>215</sup> Clube dos Oficiais da Brigada Militar.

<sup>216</sup> CORONEL, op. cit., p.119

de todo processo de escrita da nova carta. Dois de seus membros, os majores brigadianos João Manoel Mena Barreto, e Marcos Paulo Beck, seriam oficialmente designados assessores dos constituintes, onde atuaram “na defesa dos interesses da Brigada Militar e das demais Polícias Militares, na qualidade de únicos oficiais de Polícia Militar representando o Governo de um Estado da Federação junto a Assembléia Nacional Constituinte”<sup>217</sup>.

A mobilização articulada pelos comandantes e o *Lobby* montado pelas corporações atingiriam os objetivos estabelecidos, sendo os capítulos e artigos do Anteprojeto Constitucional que versavam sobre a atuação das Polícias Militares completamente revistos. No texto final da carta de 1988, a Constituição Democrática terminaria por garantir a manutenção do Policiamento Ostensivo Militarizado criado pelo regime ditatorial, permanecendo as Polícias Militares com suas prerrogativas na manutenção da ordem pública e com responsabilidade exclusiva sobre as atividades de policiamento ostensivo. A carta também determinou a subordinação das Polícias Militares aos governos estaduais, e a manutenção das Justiças Militares Estaduais nos moldes exigidos pela Carta de Caruaru, atendendo a todos os pontos defendidos pelos comandantes gerais.

Essas pressões decorrentes do processo de abertura marcaram pesadamente a produção monográfica realizada pelos alunos oficiais nesses anos, particularmente no que se refere às preocupações relativas à futura destinação constitucional das PMs.

Nas turmas do CSPM dos anos de 1980, 81, e 82, todos os alunos redigiram monografias específicas sobre esse assunto. A série de trabalhos realizados pelos alunos do ano de 1980 intitulados: “*Doutrina de Emprego da PM- Indicar, Sustentar e Defender as bases necessárias para a criação de uma Doutrina de Polícia Militar*” são exemplos da atenção dada à temática. Ou ainda “*Análise de Fundamentos e Fatores da Doutrina de Polícia Militar*”, também realizados por alunos dessa mesma turma. No ano de 1981 temos também a série “*Destinação Constitucional das PM- Propostas face a alteração da constituição.*”, e ainda: “*Bases da Formação de Uma Doutrina de Emprego de Polícia Militar*”. Na turma de 1982 teríamos a produção da série “*Doutrina de Emprego de Polícia Militar Face à Conjuntura Nacional*”.

Ao lado da conquista da corporação do reconhecimento do CFO como curso de graduação, essa série de obras indica que o trabalho realizado como preparação da força

---

<sup>217</sup> Ibid, p.119.

para a transição do regime, vinha sendo realizado na corporação no mínimo desde a virada dos anos oitenta.

Os trabalhos sobre o papel das corporações na nova constituição, mais do que uma escolha livre dos alunos pela temática, como ocorria com os assuntos abordados nos trabalhos de conclusão, eram decorrentes da exigência da própria academia, que impunha o esforço de reflexão aos seus altos oficiais na busca por uma solução para esse que se apresentava como o maior desafio para a sobrevivência da corporação desde a constituinte de 1946.

A situação compromete conclusões sobre as atividades dos cursos a partir dos temas abordados nos trabalhos de conclusão se baseadas em critérios exclusivamente quantitativos. Em períodos imediatamente anteriores ao recorte estabelecido, esses assuntos não deviam fazer parte do programa de ensino, recebendo nesse período especial atenção em detrimento dos conteúdos normalmente trabalhados.

A abordagem quantitativa dos temas nos trabalhos também mostrou-se problemática pela forma de catalogação e disponibilidade do acervo. Nas monografias da Biblioteca APM, a lista de trabalhos disponíveis indica a existência de obras, como as séries dedicadas a constituição acima citadas, que não são monografias de conclusão de curso, e sim trabalhos realizados como avaliação de disciplinas. Somados aos trabalhos individuais de conclusão o acervo disponibiliza 294 monografias produzidas entre 1980 e 1985 para o CAO, e entre 1979 e 1983 para as turmas do CSPM. Os trabalhos do CSPM encontram-se catalogados somente até 1983, sendo os produzidos após esta data, ainda que alguns utilizados em nossa pesquisa, não quantificados nessa conta. O acervo do IPBM por sua vez, ao qual tivemos acesso somente ao catálogo, dispõe apenas de monografias de conclusão de curso, produzidas em ambos os cursos a partir de 1979, num total de 133 trabalhos até 1985. Na análise das listas de catalogação disponíveis, notamos que mesmo considerados apenas os trabalhos de conclusão, diversos trabalhos aparecem em apenas uma das listagens, indicando a inconsistência das mesmas. Ainda assim, trabalhávamos com a percepção de que a produção de monografias de conclusão na academia teria iniciado em 1979, ano das primeiras monografias listadas nas séries disponíveis nos dois arquivos. A data indicava, em nosso entender, a forte possibilidade que essa exigência de produção de trabalhos de conclusão fosse também resultante das demandas do período de abertura, talvez mesmo de uma exigência estabelecida por parte do CFE durante o processo de

reconhecimento dos cursos. Durante boa parte da pesquisa, acreditávamos existirem apenas trabalhos produzidos após a virada dos anos 1980. A hipótese era reforçada pelos arquivos das Academias de Polícia Militar de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde em um primeiro momento encontramos somente monografias produzidas a partir de 1988. Porém, na fase final de nossa pesquisa, além das monografias produzidas na Academia de Polícia Militar Dom João VI da PMERJ a partir de 1968, encontramos um volume encadernado com os trabalhos da disciplina de Policiamento Ostensivo produzidos na APM-RS pelas turmas de ambos os cursos (CAO e CSPM) nos anos de 1973 e 1974. O volume não é indicado em nenhum catálogo, e alertou para a possibilidade de existência de outros trabalhos ou conjuntos de trabalhos nessa mesma situação. Essas fontes indicam que por enquanto sequer podemos definir com exatidão em que data a APM-RS passou a exigir trabalhos monográficos de seus alunos. Essa situação fez com que optássemos pela análise apenas qualitativa das obras disponíveis.

De qualquer maneira, mesmo com a pesada influência da conjuntura de Abertura Democrática na bibliografia produzida na APM-RS, as Polícias Militares permaneciam no início dos anos 80 legalmente enquadradas nos marcos definidos pelo regime militar em 1967 e 1969. Ainda que o peso dos desafios da realidade imediata das corporações se faça sentir na bibliografia do período, os trabalhos voltados às atividades de manutenção da corporação, (treinamento, recrutamento, administração), assim como os preocupados com a excelência no desempenho de sua atividade fim (as tarefas constitucionais outorgadas à corporação), marcam presença obrigatória na produção dos alunos em todo o período estudado.

Temas ligados à prevenção e combate ao crime, ao policiamento ostensivo, atuação na defesa civil, atuação, aperfeiçoamento e manutenção do Corpo de Bombeiros, assim como da atuação e papel das Polícias Militares na Segurança Interna, recebem necessariamente atenção nos trabalhos realizados pelas turmas de todos os anos.

Dividindo as monografias em temas gerais, algumas das abordagens permitem por sua presença constante em diversos trabalhos ao longo do período traçar um panorama inicial das linhas desenvolvidas no treinamento. Destacam-se as preocupações relativas à situação nacional (política, econômica, social e demográfica), assim como as ligadas às questões internas da corporação e seu papel na sociedade, voltadas a assuntos como administração, treinamento, ensino, competência legal, recrutamento, função social, e



questões técnicas da atividade policial. Estes temas se fazem presentes nos cinco anos pesquisados, resultando muitas vezes em monografias com títulos muito parecidos, tanto em uma mesma turma, quanto ao longo dos anos. Provavelmente pontos programáticos do curso, que por fazerem parte de sua estrutura, ano após ano aparecem na lista de temas a serem trabalhados. Como não se dispõe dos planos de curso, esse relato é em muito baseado apenas no título das obras, no intuito de fornecer um panorama geral das fontes disponíveis. Dentro das preocupações relativas à situação nacional, trabalhos sobre a inflação e alterações demográficas ligadas ao processo de êxodo rural, urbanização e favelização, assim como suas consequências para a sociedade são temas frequentes. Da mesma forma, os aspectos da vida política imediata da nação, recebem destaque em paralelo aos trabalhos técnico-administrativos, mostrando uma constante preocupação desses oficiais com o papel da corporação na sociedade e às novas demandas surgidas em função do momento de agudas mudanças que o período representou na conjuntura nacional.

Seguindo essa linha de preocupações, as novas relações a serem construídas com os órgãos de imprensa têm uma presença marcante nas monografias. Pautados na certeza de sua profunda influência na formação da opinião pública, os oficiais procuram desenvolver uma nova estratégia de relacionamento com os órgãos de mídia frente à gradual diminuição dos mecanismos de controle estatal até então exercidos. Apresentam-se principalmente preocupados com a preservação da imagem da instituição frente à possível avalanche de ataques às instituições repressivas estatais, represados pelos mecanismos de controle exercidos ao longo dos anos de ditadura, e que neste momento representariam uma grave ameaça aos interesses políticos da instituição<sup>218</sup>.

Os trabalhos de ambos os cursos mais voltados à atividade fim, ou seja, as atividades de policiamento propriamente ditas, são divididos em duas grandes linhas de preocupações. A primeira é voltada para o combate à criminalidade e a atuação dos batalhões da PM em

---

<sup>218</sup> O debate resultou na publicação em 1990 de um manual produzido pelo Ten. Cel. BM Jerônimo Santos Braga, aluno CSPM 1982, em que o mesmo afirma: “Pretende-se demonstrar que as Polícias Militares terão seus objetivos institucionais atingidos somente se forem capazes de compreender o valor aprovador da sociedade, demonstrado através da opinião pública. [...] As corporações devem reavaliar suas atividades e procedimentos quanto aos métodos até hoje empregados na ação profissional relativamente às suas atitudes na área das relações sociais e buscar a conseqüente obrigatoriedade da adoção de soluções administrativas de alto nível, face aos objetivos institucionais, afirmando-se como instituições a serviço do cidadão. BRAGA, Jerônimo Carlos Santos. *Metodologia das Relações Sociais – Questão Vital*. Porto Alegre. BM Edições, 1990. p.7.

áreas rurais e na metrópole. Também marcam presença a apresentação dos planos de atuação durante o carnaval, planos de combate ao abigeato, ao roubo de bancos, tráfico de drogas, ocorrências envolvendo menores, assim como os relativos ao planejamento de trânsito.

A segunda linha é voltada às preocupações com as atividades das PMs na “Segurança Interna”, e diretamente ligada aos temas relativos à Doutrina de Segurança Nacional e a Guerra Fria. Esse conjunto de obras tem papel fundamental em nossa pesquisa. Neles se observa como na prática se apresentam as concepções relativas à Guerra Revolucionária na corporação. São esses trabalhos que forneceram subsídios para a delimitação do papel desempenhado pelas Polícias Militares no quadro da Segurança Nacional, assim como sobre as técnicas e táticas desenvolvidas para um eficiente cumprimento de sua missão. Os trabalhos carregam a peculiaridade de apresentarem uma visão extremamente desenvolvida das concepções propostas pela DSN, amadurecidas por quase duas décadas de experiência repressiva direta por parte da corporação<sup>219</sup>.

Mesmo nesses trabalhos, as pressões decorrentes do processo de abertura também aparecem trabalhadas de forma aprofundada, porém, abordando e percebendo o processo por um ângulo diferente. Mais do que preocupadas com o futuro da corporação no regime democrático, essas pesquisas centram seus esforços em seu presente imediato, atentando para a compreensão da influência do processo de abertura democrática para os diversos aspectos da atuação da força na guerra travada contra a ameaça comunista. As abordagens mostram-se preocupadas com as atividades imediatas das Polícias Militares na Segurança Interna, frente às brechas que o processo de abertura abre ao avanço do inimigo. Ainda que em uma conjuntura de relaxamento repressivo, as monografias foram escritas com as PMs ainda regidas pela constituição de 1967, em uma conjuntura marcada internamente por intensa agitação social e, em plano externo, pela Guerra-Fria e o Muro de Berlim.

Resulta que os conceitos desenvolvidos para a contrarrevolução são aplicados ao contexto político social vivido no Rio Grande do Sul e no Brasil do início dos anos 80. Ainda que oriundos da APM-RS, as monografias deixam claro o entendimento de que se trata da atuação das PMs como um todo, refletindo a atuação conjunta das Polícias Militares no

---

<sup>219</sup>Em seu trabalho sobre as relações públicas e as cores, MARTINS et al. 1984, apresenta um anexo que aponta a predominância em termos de carga horária dos assuntos relativos à Segurança Interna nas três etapas constituintes dos Cursos de Formação de Oficiais, de Sargentos e de Soldados.

aparato repressivo nacional, com diversas passagens apontando a atuação nacional articulada das forças, marcada por sua participação na Comunidade de Informações, fornecendo e recebendo informações, e principalmente, sua atuação e pertencimento ao mecanismo de sustentação do poder de Estado, diretamente subordinadas ao Conselho de Segurança Nacional<sup>220</sup>. Essa postura é ainda reforçada pela presença nos cursos estudados de oficiais oriundos de outras PMs da federação, cujas obras são citadas e analisadas em nossa pesquisa, refletindo uma postura adotada em âmbito nacional no mínimo desde a fundação da IGPM, como atestam as monografias consultadas na PMEG, onde também foi encontrada presença significativa de alunos oriundos de outros estados<sup>221</sup>. Ao fim de nosso trabalho, anexamos ainda as listagens dos alunos formandos no CSPM e no CAO da APM-RS ao longo da história. Dos 226 formandos visitantes apenas um (01) realizou curso em período anterior a criação da IGPM<sup>222</sup>. A lista evidencia a presença na academia de alunos oriundos de todas as PMs das demais unidades da federação, de delegados de Polícia Civil, e mesmo membros de organizações repressivas de outros países da América do Sul, como oficiais oriundos da Guarda Nacional Boliviana e da Guendarmeria Nacional da Argentina<sup>223</sup>.

Análise dos trabalhos do início do período de redemocratização apontam para uma série de paradoxos, como trabalhos direcionados a uma mesma temática, mas com abordagens completamente diferentes. Ao lado dos já citados trabalhos preocupados com as novas relações a serem estabelecidas com os meios de comunicação no período democrático, figuram obras diretamente influenciadas pelos preceitos da “ação psicológica”, que abordam as relações com a imprensa preocupados com “*A Influência dos Meios de Comunicação Social na Guerra Revolucionária*”<sup>224</sup>. Ou, por outro lado, trabalhos destinados à teoria e prática de atividades de Informações, de importância fundamental para as

---

<sup>220</sup> CARVALHO, op. cit., passim.

<sup>221</sup> GALVÃO, 1984 (PMCE); BARRETO, 1984 (PMPE); ROCHA, 1968, monografia oriunda da Academia da PMEG, mas produzida por oficial oriundo da PMMA, são trabalhos que indicam essa nacionalização do serviço da PM, esse último indicando a precocidade da medida. A listagem anexa, das monografias consultadas na PMEG, indica situação semelhante a da Brigada, com monografias produzidas por alunos oriundos de diversas outras instituições (ANEXO 2).

<sup>222</sup> ANEXO 1- Dos 226 formandos visitantes, apenas um (01) realizou curso em período anterior a criação da IGPM.

<sup>223</sup> SIMÕES, Moacir Almeida. *História da Brigada Miliar para fins didáticos e de palestra*. Porto Alegre. Polost Editora, 2002. p.73 (lista completa Anexo 1)

<sup>224</sup> SPALDING et al. *A influência dos Meios de Comunicação Social na Guerra Revolucionária*. Monografia de Conclusão.(Curso Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.

atividades de Segurança Interna, e logo, para atuação na guerra revolucionária, e que passam a fazê-lo preocupados em explorá-las no combate ao crime comum<sup>225</sup>. Já prevendo a utilização dessas ferramentas destinadas ao combate ao inimigo interno no futuro regime democrático. Os trabalhos que analisam o processo de Abertura, ou mesmo a Lei de Anistia, dividem-se entre os que o fazem defendendo a importância e necessidade do processo de abertura e normalização democrática, e os que o abordam temendo as ameaças representadas pelo relaxamento dos mecanismos de controle social e a volta dos inimigos do exterior proporcionada pela lei. Apesar das divergências de concepção nas abordagens, ambas apresentam-se ferrenhamente embasadas nos conceitos fornecidos pelo Conselho de Segurança Nacional.

Lembramos que nosso trabalho, ainda que embasado em fontes produzidas durante os anos finais do regime, volta-se a pesquisa da teoria de guerra implantada e desenvolvida ao longo de todo período de ditadura. Nesses trabalhos percebemos que ainda que a força dos temas voltados às preocupações imediatas da corporação exerça um grande peso sobre a produção do período, todo o cabedal teórico da guerra revolucionária encontra-se profundamente amadurecido e ainda presente nas estruturas de formação e aperfeiçoamento de quadros da instituição, perpassando mesmo os trabalhos favoráveis a abertura. Como demonstraremos adiante, os conceitos fornecidos pela teoria revolucionária ainda norteiam as percepções dos oficiais sobre os fundamentos de sua atuação no contexto político e social do Rio Grande do Sul do início dos anos 80.

### 3.1.2 Segurança Nacional e a Atuação das PMs nos Anos 80.

Na análise das atividades desempenhadas pelas PMs, os oficiais reconhecem a importância representada pelas alterações promovidas pela Ditadura de Segurança Nacional para a atuação das corporações. Na ausência de outras fontes ou de trabalhos sobre o tema, as monografias produzidas pelos alunos oficiais PMs figuram como únicas fontes que permitem a compreensão do tipo de atividade em que se viam envolvidas as polícias militares no período. Essas fontes permitem a percepção de como a teoria desenvolvida em

---

<sup>225</sup> GALVÃO, José Noronha. *O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo*. Monografia de conclusão. (Curso Superior de Polícia Militar) – APM-RS. Porto Alegre, 1984.

âmbito internacional e implantada por cima em nosso aparato de estado, chega à ponta do sistema repressivo, nos homens responsáveis pelo planejamento das operações e que atuam na da “linha de frente” do sistema implantado. Optaremos dessa forma, pela exposição da temática baseada sempre que possível na reprodução do texto dos próprios oficiais. Pretendemos com isso evidenciar diretamente como aparecem trabalhados os conceitos fornecidos pela doutrina de guerra revolucionária nas percepções dos próprios policiais militares. Assumimos o risco frente à aproximação das abordagens em um e outro trabalho, de tornar a leitura pesada, ou mesmo repetitiva. Consideramos, no entanto, essa repetição não necessariamente como um problema, e sim como uma evidência de que a forma de emprego da conceituação não seria exclusiva de um ou outro trabalho isolado, e sim a abordagem padrão da temática dentro da Academia de Polícia Militar nos anos estudados. Consideramos ainda a possibilidade de que essa repetição de abordagens seja o reflexo das peculiaridades desse tipo de instituição de ensino, baseada em rígida hierarquia militar, fazendo com que não se trate necessariamente a argumentação sustentada de posições pessoais dos autores citados, e sim, uma postura que reflete às exigências estabelecidas pela Academia Militar, e da qual não se permitiriam divergências. Para as pretensões de nosso trabalho de compreender o tipo de guerra em que se via enquadrada a Brigada Militar, essa possível situação não se apresenta como um problema, pois indicaria a postura exigida pela Instituição, e logo, pelo aparato militar como um todo, visto estar a academia também submetida hierarquicamente a outras instituições militares.

Os trabalhos que se dedicam ao tema da Segurança Nacional invariavelmente expõe os marcos legais que regem a atuação das polícias militares, assim como as grandes mudanças ocorridas em suas estruturas e forma de atuação decorridas da implantação do regime militar e da teoria bélica adotada desde então.

Em “*A ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NA SEGURANÇA INTERNA: As Duas Fases Pré e Pós Revolucionária e o Campo de Atuação das Polícias Militares*”. Monografia de 50 páginas escrita pelo capitão Newton Queiroz como trabalho de conclusão para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da APM-RS de 1981, o autor aprofunda-se na temática da atuação das Polícias Militares na Segurança Nacional e Segurança Interna. No recorte temporal estabelecido entre as fases Pré e Pós-revolucionárias o autor se refere ao marco temporal da “Revolução de Março de 1964”, atento as grandes mudanças resultantes da intervenção realizada pela Ditadura de Segurança Nacional nas Polícias Militares em 1967:

Este trabalho visa através de um estudo mais aprofundado aquilatar as possibilidades operacionais da participação das Polícias Militares na SEGURANÇA INTERNA e esta, na SEGURANÇA NACIONAL, tendo em vista os dois períodos Pré e Pós Revolucionários que experimentamos e ainda estamos vivendo [...]. No período de tempo considerado, períodos pré e pós revolucionário, houve uma mudança radical na ideologia, alterando nosso sistema. No período Pré Revolucionário, antes de março de 1964, as Polícias Militares eram diretamente subordinadas aos Governadores dos Estados, através de legislações específicas. [...] Até aquela data as Polícias Militares obedeciam uma linha operacional. No período Pós Revolucionário, com a legislação vigente modificada, houve uma modificação profunda, que alterou sobremaneira a direção operacional e em consequência, novas linhas operacionais, modificando conceitos, que hoje adotamos dentro da doutrina policial militar (sic)<sup>226</sup>.

Nos trabalhos que versam diretamente sobre a temática da Segurança Nacional, Segurança Interna, Guerra Revolucionária ou temas correlatos (Informações, 2ª e 5ª Seções de Estado Maior etc...) essa influência das mudanças decorrentes da implantação do regime militar na legislação, assim como os conceitos adotados a partir dessa interferência, são sempre indicados. Nesses trabalhos os autores preocupam-se em definir os conceitos básicos relativos à Segurança Nacional, fornecidos pelo comando das forças armadas, assim como as competências constitucionalmente reservadas as Polícias Militares pelo artigo 667 de 1969. Com alguma variação decorrente de pequenas mudanças nas definições dos conceitos propostos ocorridas ao longo das duas décadas de regime, ou ainda, por opção de estilo dos autores, os conceitos básicos aparecem nos trabalhos expostos mais ou menos como os que seguem:

*Segurança Nacional: É a garantia variável, proporcionada à nação, principalmente pelo estado, por meio de ações políticas, econômicas psicossociais e militares para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais permanentes, a despeito de antagonismos e pressões existentes ou potenciais. A Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive à preservação e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.*

---

<sup>226</sup> QUEIROZ, Newton Giordani. A ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NA SEGURANÇA INTERNA: As Duas Fases Pré e Pós Revolucionária e o Campo de Atuação das Polícias Militares. Monografia de Conclusão. 1981. 50p. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1981. p.9

*A Segurança Interna, integrada na Segurança Nacional, corresponde as pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.*

*A guerra psicológica adversa é o emprego de propaganda, de contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômicos, psicossociais e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.*

*A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que vise à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação<sup>227</sup>.*

Baseados nesses conceitos os alunos oficiais constroem suas análises entendendo que o principal desafio da atuação das Polícias Militares na Segurança Nacional seria justamente a conjuntura internacional de Guerra Fria. Responsáveis pelas atividades de Segurança Interna percebem que a tática de expansão por meio da guerra revolucionária adotada pelos comunistas, conferia aos conflitos internos, e logo, às suas atuações, uma importância de escala internacional.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, foi extraordinariamente aprimorada a técnica revolucionária. A ocupação do poder era obra de minorias organizadas atuando sobre as populações mediante a intimidação, as sugestões, e as infiltrações, até que se chegasse o momento do assalto aos parlamentares e aos governos. Quando o último canhão deixava de soar, nos campos de batalha da Europa, tinha início a guerra fria, que, na modalidade de guerra psicológica, foi aperfeiçoada por Mao Tsetung, chefe do comunismo chinês. O comunismo é assim, uma grande força revolucionária em andamento<sup>228</sup>.

Como visto nas monografias produzidas no Rio de Janeiro no fim dos anos 60<sup>229</sup>, os trabalhos produzidos na APM-RS na primeira metade dos anos 80 apresentam-se profundamente preocupadas com a estratégia indireta de expansão do inimigo comunista,

---

<sup>227</sup> QUEIROZ, op. cit., p. 16.

GALVÃO, op. cit. p., 22-24.

SPALDING et al., op. cit., p. 6- 8.

BARRETO, 1984, p. 19-21.

CARVALHO, 1979, p. 50-51.

<sup>228</sup> DORNELES, J. C. Marocco; BORGHETTI, L. Francisco; KROHN, W. Roberto. *A Participação da Igreja na Guerra Revolucionária*. 1981. Monografia de Conclusão. (Curso Aperfeiçoamento de Oficiais)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1981. p. 11.

<sup>229</sup> Ver seção 2.1.2.

baseada na *guerra psicológica*, na propaganda, e na atuação subversiva. Em sua descrição do “*Moderno Conceito de Segurança Nacional*”, o capitão Elson Barisch deixa clara essa percepção:

Após a capitulação da Alemanha uma nova guerra surgiu entre os dois blocos representados pelo oriente e o ocidente [...] desfraldando as bandeiras de suas ideologias antagônicas e lutando pelo domínio do universo. O mundo começou a assistir perplexo a conquista sucessiva de vários estados sem invasões ostensivas de fronteiras, sem exército e sem canhões, tudo através de uma infiltração planejada e sutil, [...] habilmente estimulada e amparada por um trabalho psicológico que terminou pondo a baixo qualquer reação. A linha de fronteiras deixou de ser a passagem obrigatória para a invasão de um país [...]. A intervenção da guerra psicológica e da bomba atômica, [...] deram um novo conceito e dimensão a guerra do nosso tempo, baseada em ações invisíveis, desenvolvidas e estimuladas por um trabalho paciente e metódico de seus adeptos, aproveitando os antagonismos existentes no Estado. As divergências ideológicas trouxeram como consequência uma série de conflitos e presenciamos, mesmo sem declaração de guerra, as ações bélicas que se desenvolveram na Coréia e Indochina, onde o comunismo asiático disseminou seus ideais [...]. Uma outra forma de guerra se desenvolve agora. É a que se faz internamente, que corrói como um câncer. Essa guerra subversiva e insurrecional [...] ela evita as frentes, impede a existência e o conhecimento de uma linha de demarcação entre adversários e torna impossível a utilização da Bomba Atômica. O recém-findo Vietnã é uma comprovação das técnicas sutis de um inimigo sagaz, perfeitamente conhecedor dos antagonismos internos da República do Vietnã, permitindo a aplicação de pressões internas e externas<sup>230</sup>.

As análises da conjuntura internacional fornecem embasamento e sentido aos trabalhos desenvolvidos, sustentando teoricamente a compreensão da conjuntura política do país e do estado, e a aplicação de uma teoria e de uma prática de guerra voltada ao combate a inimigos atuantes no âmbito interno do país.

O Ten. Cel. Barreto, aluno do CSPM de 1984, também inicia sua obra com análise semelhante do contexto internacional, onde segundo ele, se insere a temática a ser desenvolvida. Revela em sua exposição a compreensão dessa pesada influência internacional na Segurança Nacional, com diretas implicações no âmbito interno da nação, e logo, nas

---

<sup>230</sup> BARISH, Elson Augusto de Abreu. *A Segurança Interna: Simulação de uma situação de guerrilha urbana no período 1981/1982 e as repostas das Polícias Militares*. 1981. Monografia de Conclusão (Curso Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1981. p.10-11.



atividades desenvolvidas pelas PMs. O autor nos fornece ainda alguns detalhes sobre as peculiaridades do novo inimigo:

A bipolarização ideológica do mundo contemporâneo é fato incontestável. Tal premissa é fundamental em qualquer análise que se pretenda fazer. O Universo não tem mais fronteiras: ideologicamente, o mundo está repartido. A aceitação tácita da bipolarização ideológica, para nós, não é só pacífica, como fundamental: [ela] tem transformado o mundo, material e espiritualmente. Rompeu fronteiras, mobilizou pensamentos, desequilibrou mentes, enfim, abriu frentes em todos os quadrantes em uma guerra nova, mascarada, sorrateira, fria implacável. A guerra fria é luta psicológica, luta titânica e maliciosa, sorrateira e traiçoeira; conturba, intranquiliza, pois o próprio conceito de inimigo, respeitável, de frente a frente na trincheira foi mudado; o inimigo está ao nosso lado, é nosso “amigo”, nosso “parente”, come do nosso pão na nossa mesa, tem em suas veias o nosso sangue, pisa o solo da pátria comum, porém, é inimigo. A guerra é total e diferente, com novas armas; é invisível, é diuturna, [...] numa paz aparente, prepara o campo da subversão para a fase definitiva, a guerra revolucionária. [...] Guerra fria ou psicológica nada mais são do que a ante sala da guerra revolucionária ou subversiva, sinônimos e fases da guerra comunista e mercenária de fanáticos e paranóicos financiados pelo extremismo internacional. Essa é a técnica do inimigo [...] e para se vencer há primeiramente que identifica-lo, conhecê-lo e batê-lo em todas as frentes. Haverá quem duvide da dinâmica atual da marcha comunista de domínio de mentes e nações? Os episódios de Cuba, do Vietnã, Bolívia e outros países estão presentes e não admitem outras interpretações. O mundo é hoje um extenso campo de batalha<sup>231</sup>.

Análise se repete no trabalho do capitão Newton Queiroz, aluno CAO 1981. No prefácio de sua obra, o autor faz uma exposição sobre a conjuntura internacional ressaltando o papel desempenhado pelo “Movimento Comunista Internacional” e pelos “Movimentos Revolucionários”, que através de uma guerra subversiva favorecida pelas contradições internas do país, leva adiante sua estratégia de implantação do comunismo:

A humanidade vive, atualmente uma era caracterizada pelo inconformismo, pelo confronto agressivo das idéias e pelo impulso às transformações. [...] A bipolarização ideológica do mundo onde o programa de expansão do comunismo [...] leva as Nações livres do bloco comunista e seus satélites a procurarem a tomada de poder nos países não comunistas, para a implantação do comunismo através de uma estratégia indireta, pela subversão e pela guerra interna. A divisão do mundo em países desenvolvidos e em desenvolvimento entre os quais a diferença aumenta

---

<sup>231</sup> BARRETO, op. cit., p.10.

cada vez mais. [...] a situação é agravada pelo fabuloso progresso dos meios de comunicação em massa. [...] A ausência ou despreparo de elites dirigentes, criam condições para o surgimento de justas causas reivindicatórias, [...] e originam a inquietação da juventude em todo o mundo, que se manifesta através de atitudes de revolta contra o Estado e estruturas existentes [...] E criam em todo mundo as condições favoráveis para a eclosão e desenvolvimento de movimentos revolucionários, extremamente variados<sup>232</sup>.

Ainda que produzidos às vésperas da redemocratização, e com a já citada preocupação com o momento de transição democrática, os trabalhos o fazem profundamente influenciados pela conjuntura internacional e pelo receio da ameaça e possibilidade de avanço do inimigo comunista. O Ten. Cel. Galvão, da PMCE, aluno visitante do CSPM da APM-RS de 1984, escreveu uma monografia que evidencia bem esse momento de transição. Em *O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo*, o autor se volta ao estudo do aparato de Informações, tema clássico das monografias dedicadas ao estudo guerra revolucionária. Porém, influenciado pelo processo de abertura, desenvolve sua pesquisa preocupado em como essa ferramenta desenvolvida para o combate ao inimigo interno poderá ser utilizada no policiamento ordinário e combate ao crime comum.

O autor, que no texto introdutório da obra afirma ser um especialista em informações com alguns anos de atuação na área, preocupa-se em direcionar seu conhecimento para a aplicação dessa ferramenta na atividade de policiamento ostensivo e o combate ao crime comum. Ainda que apontando as promissoras possibilidades de utilização do sistema de informações nesse contexto, em nenhum momento abandona a conceituação proposta pela doutrina de guerra revolucionária. Como nas demais obras, expõe de forma resumida toda argumentação baseada na conjuntura internacional e sua influência no plano interno do país.

O exame e o tratamento das questões relacionadas com as Informações de Segurança Interna devem ser obrigatoriamente integrados no quadro da Segurança Nacional, dada a interpretação, cada vez mais intensa, entre os eventos internos e as tensões e conflitos de ordem internacional. [...] Hoje, mais do que nunca, o quadro ideológico é o pano de

---

<sup>232</sup> QUEIROZ, Newton Giordani. *A ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NA SEGURANÇA INTERNA: As Duas Fases Pré e Pós Revolucionária e o Campo de Atuação das Polícias Militares*. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Porto Alegre. Academia de Polícia Militar de Rio Grande do Sul. 1981.p.5-6.

fundo para o cenário de quase todas as nações, impregnando os movimentos sociais, com a paixão de lutas pelas soluções imediatistas e às vezes absurdas, baseadas em causas justas ou injustas<sup>233</sup>.

Descreve ainda as características e objetivos do inimigo subversivo, utilizando-se do característico discurso “biologizante” recorrente nas argumentações desde os primeiros pensadores franceses que trabalharam o tema<sup>234</sup>. Alerta para suas principais ferramentas de luta e inserção na sociedade, e as camadas do “tecido social” mais propensas a serem afetadas pelo “vírus do comunismo”. Fornecendo indícios sobre esses setores sobre quais devem preferencialmente se articular as atividades repressivas:

O processo subversivo se origina nas pressões que exploram a linha da violência, geralmente imantadas pelo vírus da Ideologia Comunista. Alimentam, dirigem ou exploram o domínio econômico, a intranquilidade dos estudantes, as greves operárias, as associações camponesas, as manifestações populares, os movimentos intelectuais e artísticos, os comícios políticos, as lutas partidárias, as reformas do catolicismo, o terrorismo urbano, a luta armada no campo, o grupo de choque nas cidades, a sabotagem, os atentados e os sequestros. O objetivo dessas ações de violência é a derrocada dos valores transcendentais da pessoa humana, confiscando a Sociedade e até a própria essência do Estado, de modo que o enfraquecimento deste permita a implantação de “uma nova ordem”<sup>235</sup>.

Nos recortes acima vimos trabalhos com diferentes abordagens sobre a temática das atividades das Polícias Militares na Segurança Nacional, produzidos por alunos brigadianos e visitantes, de ambos os cursos de aperfeiçoamento realizados na Academia de Polícia Militar do RS. Os trabalhos deixam clara a concepção da influência da Guerra Fria e da conjuntura internacional e evidenciam o peso com que tais temas ainda são trabalhados na APM-RS na primeira metade dos anos 80.

Após essa exposição dos conceitos que norteiam o tipo de guerra que estão desenvolvendo, os autores passam em seus trabalhos à definição dos marcos legais da atuação das PMs, expondo o Decreto Lei nº 667 de 1969, que define as competências de atuação das Polícias Militares nesse contexto:

---

<sup>233</sup> GALVÃO, José Noronha. *O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo*. Monografia de conclusão. Curso Superior de Polícia Militar. Porto Alegre. APM-RS, 1984. p.25

<sup>234</sup> Ver seção 2.2.

<sup>235</sup> GALVÃO, op. cit., p.26- 27

- a) Executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares as Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado e planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.
- b) Atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presume ser possível a perturbação da ordem.
- c) Atuar de maneira repressiva em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas.
- d) Atender a convocação do gov. federal em caso de guerra externa ou para prevenir grave subversão da ordem ou ameaça da sua irrupção, subordinando-se ao Comando das regiões militares para emprego em suas atribuições específicas de polícia e de guarda territorial.

Decreto Lei nº 667 de 1969.

Em suas análises dessas prerrogativas, Galvão e os demais autores analisados atentam primeiramente para a necessidade de uma atuação que considere uma escala gradativa de aplicação da força, que deve ser proporcional à gravidade da ameaça enfrentada. Essa graduação se inicia por ações situadas no campo da Segurança Pública em período de absoluta *normalidade*, e evolui gradualmente caso haja uma “*ruptura no estado de normalidade*”, até atingir a *Segurança Interna*. A partir daí, caso a situação evolua para a de *total anormalidade* ou de *ameaça externa*, a corporação deve estar preparada para atuação como reserva do Exército, em atividades de guarda territorial. A sequência das fases se inicia pela chamada *fase preventiva* e, à medida que se agrava a ação do inimigo Interno, ocorre a consequente evolução das fases. Em cada fase há uma série de providências que devem ser adotadas isoladamente e em conjunto pelos governos estadual e federal. As providências de responsabilidade do estado constituem-se em uma *ação resposta*, que comporta uma série de medidas que se agrupam de acordo com suas características<sup>236</sup>.

A atuação das polícias militares na Segurança Nacional seria desempenhada desde períodos de “normalidade”, em *ações preventivas*, desenvolvidas no sentido da garantia do “cumprimento da lei” e da criação de *fatores psicológicos* favoráveis às forças do Estado. Segundo os autores, no período de normalidade se busca de forma permanente o estreitamento dos laços com a população para o eficaz estabelecimento de redes de informações. A atuação se dá em um crescente na utilização da violência, onde caso rompida a situação de *normalidade* e ameaçada a ordem pública, as polícias militares atuariam por

---

<sup>236</sup>Ibid. p.34

meio de suas *forças de dissuasão*, ou seja, com seus Batalhões de Choque, especializados no controle de distúrbios civis. As fases seriam, grosso modo, definidas da seguinte forma:

- 1- Fase Preventiva  
Consiste em medidas permanentes e visa impedir o surgimento de um clima propício à atuação do inimigo Interno.
- 2- Fazer repressiva  
Compreende medidas oportunas, adequadas e eficazes, visando destruir toda forma de movimentos revolucionários e conquistar apoio da população.
- 3- Fase Operativa: Compreende medidas militares, impondo o desencadeamento de operações militares repressivas, objetivando em curto prazo, a eliminação do inimigo interno através da destruição do movimento revolucionário<sup>237</sup>.

O quadro abaixo, retirado da monografia de conclusão do Capitão Mauro Marques para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de 1980, resume o rol de atividades outorgados à força pela constituição de 1967 e as graduações no quadro repressivo que levariam dos episódios de atuação na Segurança Pública para os de ameaça à Segurança Nacional:

SITUAÇÃO	MISSÃO	AÇÃO DECORRENTE	QUADRO
Normalidade	Cumprimento da Lei	Policiamento Ostensivo	Seg. Pública
Anormalidade	Ordem Pública	Força de Dissuasão (Choque)	Seg. Pública
Grave Anormalidade	Garantir Poder Constituído	Contra Guerrilha	Seg. Interna
Total Anormalidade	Servir ao Exército	Guarda Territorial	Seg. Externa

MARQUES, Mauro *et. al.* *A Atuação da PM no Campo da Segurança Interna, Uma Interpretação da Lei e o Procedimento da PM.* Monografia de Conclusão (CAO) - APM-RS. Porto Alegre, 1980.p.13

Como apontado no quadro, nos momentos iniciais da atuação do inimigo, caberia aos órgãos policiais atuar no combate a implantação e desenvolvimento inicial de sua organização. Nessa fase a Brigada Militar atuaria por meio de seus órgãos de Informações, no intuito do levantamento de dados sobre o inimigo e sobre as tensões sociais que facilitem sua atuação. Atentos à importância dos fatores políticos para a disputa travada, os autores entendem a inadequação da utilização direta das forças armadas contra a população, pelos “*fatores psicológicos negativos*” que a utilização de aparato militar pesado nessa fase causaria junto à opinião pública. Caso o inimigo não seja controlado, e se estabeleça entre a população conseguindo levá-la em movimentos de massa, teríamos um segundo

<sup>237</sup> BARRETO, op. cit., p.33

momento de atuação, o de manutenção da ordem, uma fase acima no esquema repressivo, onde as polícias militares atuam nas atividades de controle de distúrbios de rua. Essa atividade se mostra de particular importância para os oficiais, pois caso não contidas as situações de *anormalidade* e de *grave anormalidade*, prevê-se a intervenção direta das forças armadas no estado, ficando o governo estadual e a corporação diretamente submetidos ao seu comando.

A possibilidade de intervenção federal no estado causava particular preocupação aos alunos brigadianos. O Capitão Mauro Marques aponta expressamente a necessidade de excelência na atuação em situações de *anormalidade* e *grave anormalidade* (policiamento de choque e contraguerrilha), a fim de evitar essa possibilidade<sup>238</sup>.

Essas situações de distúrbio de rua poderiam ocorrer por motivos diversos, como desastres e calamidades públicas, ou ainda provocadas pelo descontentamento da população com a administração estatal, motivados pelas mais diversas causas. Independente de motivo, deveriam ser combatidas da forma mais rápida e eficiente possível, pois ainda que não resultantes da atuação dos subversivos, toda e qualquer alteração na ordem poderia ser utilizada em seu permanente projeto de levantar a população contra o governo estabelecido:

A perturbação da ordem abrange todos os tipos de ações, inclusive decorrentes de calamidades públicas, que por natureza, origem, amplitude ou potencial, possam vir a comprometer a manutenção da ordem pública, ameaçando as populações, propriedades públicas ou privadas. Entre tais

---

<sup>238</sup> A intervenção direta das Forças Armadas na repressão interna representaria segundo o modelo teórico proposto, a percepção de que o processo de subversivo teria “passado de fase”. Maria Helena Moreira Alves defende que uma intervenção dessa natureza teria sido desencadeada justamente em 1980, em pleno processo de abertura, para debelar as atividades do novo movimento sindicalista no ABC paulista. Segundo a autora o estado de SP foi colocado sob o comando do II Exército, cujo General comandante tornou-se “virtual governador”. Segundo a autora, embora não tenha sido declarado o “estado de emergência” o efeito foi o mesmo, com tropas militares ocupando as cidades afetadas pela greve, inclusive grande parte da Grande São Paulo, e manobras foram realizadas pelas Polícias, Civil e Militar, e pelo Exército, sob comando conjunto do II Exército (ALVES, 1984, p. 261). Talvez a proximidade desse episódio tenha influenciado nesse receio expresso nos trabalhos acima citados. Martins Filho em suas análises sobre o período, indica a possibilidade de que essa “mudança de fase” teria sido realizada pelo governo militar após o sequestro do embaixador norte americano, quanto militares das forças armadas passaram a atuar diretamente na repressão às atividades subversivas integrando a OBAN, e posteriormente, no desenvolvimento do sistema CODI-DOI (FILHO, 2009, p. 193-193). De nossa parte, entendemos que a atuação de militares no aparato repressivo, em atividades típicas de polícia, como no caso da OBAN e Sistema DOI-CODI, atuando inclusive em trajes civis e em atividades típicas das primeiras fases da guerra revolucionária (localização, isolamento e neutralização do inimigo), não tenha representado diretamente a fase de “militarização” do aparato repressivo, através da intervenção militar das forças armadas. Situação que estaria mais de acordo com o episódio descrito por Maria Helena Moreira Alves.

ações, se destacam as atividades subversivas, as agitações, os tumultos, os distúrbios de toda ordem, as devastações, saques, assaltos, roubos, sequestros, incêndios, depredações, destruições, sabotagens, terrorismo e ações de bandos armados, nas guerrilhas urbanas e rurais<sup>239</sup>.

Queiroz, preocupado com as consequências psicológicas negativas desse possível emprego prematuro das forças armadas na repressão interna, aponta referindo-se ao decreto 667/69 que “foi sábio o Governo Federal quando redigiu a letra ‘c’ acima, que recomenda o emprego das Polícias Militares precedendo o das Forças Armadas. Evita assim seu [das FFAA] desgaste prematuro”<sup>240</sup>.

Barreto conclui após a análise sobre a legislação que a polícia militar “adestrada e aprestada” poderá “desincumbir-se” de suas missões previstas pelas letras “a”, “b”, e “c” do Decreto-Lei 667, com relativa autonomia, já para o cumprimento das atribuições da letra “d”, passará a subordinar-se, de modo completo, ao Governo Federal, tanto para o cumprimento das missões de Defesa Interna, quanto de Defesa Territorial<sup>241</sup>. Logo, sustenta que a atuação da força no policiamento ostensivo, no controle de distúrbios de rua, e na contraguerrilha urbana e rural, poderia ser executado pela PM de forma independente.

Para os autores as respostas do governo à guerra revolucionária devem necessariamente ser desenvolvidas desde períodos de absoluta normalidade e não podem ser embasadas em uma estratégia puramente militar. Necessitariam forçosamente apoiar-se em um Poder Nacional fortalecido por uma “expressão política”, uma “expressão psicossocial” e uma “expressão econômica”. Somente se alicerçada nesse fortalecimento, o poderio militar seria capaz de atuar para conquistar e preservar os “Objetivos Nacionais Permanentes” em face aos “antagonismos ou pressões” que justifiquem a aplicação violenta do Poder Nacional. Nesse ponto particularmente, os alunos revelam sua filiação direta com a ideia de “Desenvolvimento”, apontada por alguns autores como particularidade principal da DSN brasileira, nomeada mesmo de Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento<sup>242</sup>. Porém, essa percepção da necessidade do desenvolvimento econômico para a mitigação das desigualdades e “contradições” internas dos países, encontra-se presente desde as primeiras

---

<sup>239</sup> QUEIROZ., op. cit., p.19.

<sup>240</sup> Ibid., p.22 .

<sup>241</sup> BARRETO, op. cit., p.28.

<sup>242</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984.

formulações francesas sobre o tema<sup>243</sup>, aparecendo também com particular destaque nas concepções norte americanas sobre o assunto. O governo dos Estados Unidos desenvolveria com esse objetivo diversas agências e programas destinados ao auxílio econômico às nações aliadas (AID, Ponto IV, ALPRO). A importância desse papel de auxílio mútuo realizado em âmbito internacional entre os países do bloco ocidental é percebido entre os alunos:

Na conjuntura Bipolar, esse poder pode ser fortalecido em consequência do apoio recíproco que se venha a estabelecer com outros centros de poder, isto é, com determinado grupo de países formadores do Bloco, buscando-se nessa relação mútua a eliminação de controvérsias e uma maior capacidade de conquistar e manter os objetivos de interesse comum. A Segurança Coletiva não sobrepõe a Segurança Nacional, mas é complementação desta<sup>244</sup>.

Grosso modo apontado o tipo de guerra e o tipo de inimigos com quem se encontram lutando, e ainda os marcos legais criados pela “Revolução” ou “Movimento” de março de 1964, os autores passam a detalhar o papel a ser desempenhado pelas polícias militares nesse quadro repressivo.

Diante da situação, compreende-se a importância de DEFESA INTERNA, e responsabilidade do estado, num quadro de defesa global, visando EVITAR, IMPEDIR E ELIMINAR as ações subversivas.

EVITAR – significa uma ação para que não se crie e amplie no país o clima propício ao desenvolvimento do processo subversivo.

IMPEDIR – Caracteriza uma ação para que não se forme ou atue no país o grupo subversivo.

ELIMINAR - Significa uma ação para destruir o mecanismo e neutralizar os dirigentes subversivos em atividade<sup>245</sup>.

As ações das forças da ordem na guerra revolucionária aparecem divididas em três fases distintas: preventiva, repressiva e operativa. A fase preventiva representaria a atuação do estado em período anterior ao surgimento do movimento subversivo, em situação de *normalidade*, desenvolvendo medidas permanentes para impedir o surgimento de clima propício à ação do Inimigo. A atuação das polícias militares nessa fase seria no âmbito do aparato repressivo a mais significativa, por estarem diretamente ligadas às comunidades e

---

<sup>243</sup> Ver 2.2.

<sup>244</sup> BARRETO, op. cit., p. 18.

<sup>245</sup> Ibid, p.31.



presentes em todos os pontos do território estadual, conhecendo a população em seus hábitos e deficiências.

A fase repressiva compreenderia medidas para destruir toda forma de movimentos revolucionários e conquistar o apoio da população. Visa os agentes do processo subversivo e seu isolamento, procurando combater o movimento subversivo em seu estágio inicial de implantação, momento do estabelecimento de sua infraestrutura política e logística. Nessa fase, as forças da ordem atuam por meio dos serviços secretos das forças armadas, do policiamento civil e dos órgãos de inteligência.

A fase operativa consistiria no combate as atividades subversivas quando conseguem levantar parte da população e ganham as ruas como movimentos de massas. A intervenção *manu militari* é realizada pelas PMs por meio de suas forças de controle de distúrbios de rua. Neste caso, trata-se de eliminar o inimigo interno e o movimento revolucionário no curto prazo. As manobras desenvolvidas objetivam neutralizar a ação do inimigo, dispersar a massa e capturar os agitadores. Exige grande efetivo fardado em policiamento ostensivo e civis infiltrados na população, em cooperação com a Polícia Civil e órgãos das Guardas Municipais e Noturnas, todos sob um único comando centralizado. Ainda segundo os autores, a força de reação deve ser flexível para engajar-se e desengajar-se rapidamente com os meios de comunicação e transporte necessários. Caso não contida a situação de “*anormalidade*”, apela-se à intervenção direta das forças armadas, em quadro considerado de *Grave perturbação da Ordem, ou Total Anormalidade*, onde se prevê a atuação das PMs como forças auxiliares do Exército Nacional<sup>246</sup>.

---

<sup>246</sup> QUEIROZ op. cit., p.20; BARRETO; GALVÃO.

## 3.2. AS RESPOSTAS DAS POLÍCIAS MILITARES

*Não vai acontecer aqui, não vai acontecer aqui*<sup>247</sup>.

### 3.2.1 Medidas Preventivas

As ações preventivas são as realizadas desde os períodos de normalidade, onde aparentemente não há guerra, adiantando-se a atuação do inimigo subversivo. Desenvolvem-se no intuito de mitigar as condições favoráveis ao surgimento, desenvolvimento e implantação do movimento revolucionário. As medidas de caráter preventivo são realizadas no intuito de ir ao encontro das “aspirações nacionais” buscando um “efeito psicológico favorável”, que se antecipe ao efeito dos “antagonismos e pressões” na intenção de neutralizar as “causas” que costumam gerá-los. São ações que por seu caráter devem ser executadas de forma a receber facilmente o apoio das comunidades sobre as quais são desencadeadas. Devem ser aplicadas de forma permanente e com o máximo de intensidade possível em face aos meios disponíveis<sup>248</sup>.

No quadro de uma disputa pela população decorrente das ações da Guerra Revolucionária, o trabalho das forças da ordem se dividiria em dois pilares. O primeiro seriam as Ações Cívico Sociais (ACISO), direcionadas ao auxílio da população em suas mazelas. O segundo seria o estabelecimento de redes de contato na intenção de facilitar o controle da população, a identificação do inimigo, e o monitoramento de suas atividades. Ambas as medidas são embasadas nas atividades do Sistema de Informações. Para as ACISO, as Informações seriam fundamentais na identificação das necessidades das populações de cada região, ou mesmo de setores específicos dentro de cada uma dessas populações. Para a identificação do inimigo, são fundamentais no levantamento de indícios sobre suas atividades, sua localização e monitoramento de suas ações.

---

<sup>247</sup> MANUAL DE DESOBEDIÊNCIA CIVIL E VIOLÊNCIA DAS MULTIDÕES. Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sem Data. Epígrafe.

<sup>248</sup> BARRETO, op. cit., p. 37.

Cabe ao sistema de Informações identificar os antagonismos e as pressões capazes de atuar no âmbito Interno do País e avaliar os modos de atuação dos agentes inimigos, para permitir que sejam adotadas medidas que se destinem a diferir, neutralizar ou anular tais elementos adversos. Devem ainda distinguir os elementos subversivos dos que fazem oposição legítima ao governo, bem como acompanhar o processo subversivo buscando identificar ações contra a lei realizadas por seus agentes, a fim de que possam as autoridades competentes mover-lhes o processo penal adequado<sup>249</sup>. Segundo Galvão, nessa fase o ambiente psicológico costuma ser bem aproveitado pela propaganda subversiva, que se utiliza de métodos e técnicas modernas de influência e persuasão. Cabe também ao Sistema de Informações a responsabilidade de alertar os órgãos de segurança sobre o valor dessa propaganda, seus índices de aceitação, as técnicas que estão sendo e que serão postas em prática, os objetivos visados pelos subversivos, e os planos de desenvolvidos para atingi-los. A atuação é realizada em auxílio ao comandante, a quem cabe a atribuição através da 5ª Seção do Estado Maior (Relações Públicas – Assuntos Cíveis), da produção e difusão dos conhecimentos necessários aos policiais encarregados do policiamento ostensivo.<sup>250</sup>

O Sistema de Informações, ou seja, o mecanismo de produção das informações utilizadas na Segurança Interna constitui em um ciclo, chamado Ciclo de Informações, compreendido por diversas fases:

*PLANEJAMENTO:* As necessidades de informações dos planejadores transformam-se em missão para a 2ª Seção do Estado Maior.

*REUNIÃO DE INFORMES:* O informe é a matéria prima da informação, que é obtida e reunida por meio de ações realizadas nessa fase. Para essa obtenção de informes, existem dois processos. Coleta e busca. A coleta de informes é a pesquisa regular e ostensiva sobre o assunto, devidamente classificado e fechado em arquivos, mapotecas etc... A busca de informes é a procura de dados não catalogados ou protegidos contra quem o faz, podendo ser regular ou clandestina.

*PROCESSAMENTO DE INFORMES:* É sem dúvida a fase mais significativa e complexa do ciclo de produção de informações. Nessa fase que os informes são registrados, avaliados e transformados em informação.

*DIFUSÃO:* É a fase final do ciclo de produção de informações. Elaborada a Informação, de nada valeria o intenso e complexo trabalho realizado se ela não chegasse aos comandantes das unidades de forma clara, concisa e oportuna. Quanto à difusão, é básico: Não divulgar mais do que o necessário.

---

<sup>249</sup> GALVÃO op. cit., p.14.

<sup>250</sup> Ibid, p.23

Não omitir quem deva ter o conhecimento da informação Divulgar a informação somente aqueles que necessitam conhece-la<sup>251</sup>.

Os autores frisam que a atuação da polícia militar nas ações preventivas, pela natureza das operações empregadas, deve sempre ser a mais saliente e mais significativa, pela simples razão de serem as suas unidades as mais intimamente integradas as comunidades, nos mais diferentes e distantes pontos de território estadual:

Em cada município, em cada distrito por mais longínquo que se encontre, lá encontraremos um *POLICIAL MILITAR*, executando seu serviço normal. Conhecedor da população, das suas deficiências, dos seus hábitos, de sua maneira de se comportar diante das mais diversas situações, o PM tem todas as condições de fornecer as informações necessárias para se chegar à conclusões<sup>252</sup>.

A postura destinada a essas unidades em muito se assemelha ao papel reservado as “unidades estáticas”, responsáveis pela ocupação territorial prevista na organização militar francesa<sup>253</sup>. Essa proximidade e integração com as comunidades locais proporcionariam também uma oportunidade de atuação nas tarefas de fortalecer as estruturas políticas, econômicas, e sociais da população. A necessidade de atuação militar nesse tipo de atividades é embasada na percepção firmemente enraizada na DSN sobre o que considera limitações nas capacidades administrativas dos setores civis da sociedade. A partir daí, os autores preveem que a Brigada Militar poderia atuar orientando os setores civis com a realização de palestras de em clubes de serviço e demais associações<sup>254</sup>.

A PM deve buscar estreitar a aproximação entre a tropa e todos os setores do povo por todos os meios disponíveis. Primeiro devendo cuidar de sua prerrogativa fundamental na Segurança Pública, garantindo através do policiamento eficiente um clima de segurança e tranquilidade. No sentido de angariar a simpatia dos setores da sociedade. Com essa intenção, deve evitar demonstrar atitudes partidárias (políticas). Os comandantes devem Insistir que a tropa dê exemplo de conduta no campo profissional e privado, com zelo, disciplina e apresentação pessoal. Da mesma forma, deve promover aproximação com

---

<sup>251</sup> GALVÃO. op. cit., p. 48-49.

<sup>252</sup> BARRETO, op. cit., p. 38. Grifo dele.

<sup>253</sup> Ver 2.2.

<sup>254</sup> BARRETO, op. cit., p. 38.

outras forças atuantes na área da segurança em clima de mútua de cordialidade e respeito, sendo essa articulação entre os diversos órgãos repressivos estatais fundamental nas atividades de guerra revolucionária. Frente sua inserção comunitária, cabem ainda às PMs nessa fase proteger a população contra a infiltração subversiva por meio de Operações Psicológicas. Essas operações visam isolar o inimigo interno de seu apoio popular, angariamento a simpatia da população para a Polícia Militar e fomentando a repulsa pelo inimigo. Elas devem auxiliar também no sentido de evitar tumultos e distúrbios civis<sup>255</sup>.

Essa postura em relação às ações psicológicas não se mostrou uma unanimidade entre os trabalhos pesquisados. Encontramos entre os autores uma divergência com relação a essas atividades. Queiroz afirma no ponto de seu trabalho em que aborda o tema das Ações Preventivas, que não figuraria entre estas a “problemática” da censura, do controle dos meios de comunicação, e da ação psicológica, por não serem medidas peculiares às polícias militares.<sup>256</sup> Como vimos no trabalho de Barreto acima citado, a postura não era uma unanimidade na Brigada Militar<sup>257</sup>.

As atividades realizadas em momentos imediatamente anteriores aos distúrbios civis caso a iminência de sua eclosão tenha sido detectada pelos órgãos de informações também figuram entre as medidas preventivas. O reforço do Policiamento Ostensivo fardado e as ações da tropa como força de dissuasão ocupando preventivamente áreas passíveis de acontecimentos “anormais”, assim como a ocupação preventiva dos *Pontos Sensíveis*<sup>258</sup>, conforme previsto nas letras “a” e “b” do artigo 3º do Decreto lei 667, são previstas como parte dessa fase.

Os Pontos Sensíveis são todos aqueles de interesse para a segurança e normalidade da vida comunitária, tais como centrais elétricas, estações de tratamento de água, estações e antenas transmissoras de rádio e televisão, casas de armas, depósitos de explosivos, entroncamentos rodoviários e ferroviários, etc. Segundo os autores, cabe aos comandantes

---

<sup>255</sup> Ibid, p.39-40

<sup>256</sup> QUEIROZ, op. cit., p.31

<sup>257</sup> Com relação à atuação das polícias militares nas atividades de censura, Camila Silva aponta que após o golpe a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais teria participação direta nas atividades de censura à imprensa escrita na cidade de Montes Claros até o ano de 1975, quando foi substituída na atividade por militares do Exército. SILVA, Camila Gonçalves. *A Censura Veste Farda: Elites Conservadoras, Polícias Militares e o Consentimento da Imprensa Escrita a Censura Durante o Governo Militar em Montes Claros de 1964-1985*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

<sup>258</sup> BARRETO, op. cit., p.30.

de OPM<sup>259</sup>, desde a situação de normalidade, fazer o completo levantamento dos Pontos Sensíveis de sua área de competência, elaborando plantas, croquis, e informações detalhadas sobre elas. Planejando quando, como, e com que efetivos ocupá-los, preparando ainda algum pessoal especializado para fazer funcionar as imprescindíveis<sup>260</sup>.

### 3.2.2 Medidas Repressivas

Segundo as monografias consultadas, as Ações Repressivas são diretamente direcionadas ao controle das atividades do inimigo. São utilizadas em momentos em que tenham se mostrado ineficazes as medidas preventivas de manutenção da ordem, e já rompida a situação de normalidade. São destinadas a atuação em caso de *Situação de Anormalidade*.

Tal qual o plano geral de atuação do mecanismo repressivo do estado as medidas repressivas devem ser aplicadas em um grau crescente de utilização da violência. A atuação evolui desde as medidas destinadas à assegurar a *Ordem Pública*, passando pelas voltadas a garantir a *Segurança Interna*, podendo culminarem com medidas de *Defesa interna*.

As *Operações de Manutenção de Ordem Pública* visam assegurar a *Segurança Pública* contra formas de perturbação da Ordem Pública em situações consideradas de contexto “político-social normal”, mas que possam vir a comprometer na esfera estadual o cumprimento da lei, a segurança da população, e das propriedades públicas ou privadas. São realizadas por meio do policiamento ostensivo, de atividades de controle de distúrbios, e da vigilância e guarda de pontos sensíveis.

O segundo tipo de medidas repressivas são as *Operações Tipo Polícia*, que visam assegurar a *Segurança Interna* contra as formas graves de perturbação da Ordem Pública que possam vir a comprometer na esfera estadual o exercício dos poderes constituídos. São medidas aplicadas em situação de contexto político-social já diretamente influenciado pela atuação do inimigo subversivo, e consideradas desde suas formas iniciais e menos violentas como atuações de *Contra guerrilha*.

---

<sup>259</sup> Organização Policial-Militar (OPM) - Denominação genérica dada a qualquer corpo de tropa, repartição, estabelecimento ou unidade administrativa ou operativa da Polícia Militar.

<sup>260</sup> BARRETO, op. cit., p.39.

As Ações Repressivas realizam-se por meio do emprego de tropas de choque para controle de distúrbios civis, pela vigilância, guarda, ou retomada dos pontos sensíveis, controle da população e de formas menos graves de guerrilhas. Caso não contidos os distúrbios nesse estágio, e a situação evolua para a de *Grave Anormalidade*, aplicam-se as *Operações Ofensivas*, medidas de *Defesa Interna* com características predominantemente militares, voltadas ao combate contra as formas mais graves de guerrilha urbana e rural<sup>261</sup>.

Com um trabalho voltado ao papel das polícias militares nas atividades de contraguerrilha urbana, e embasado nos conceitos da guerra revolucionária já citados, o Cap. Elson Barisch fez de sua obra um planejamento detalhado da atuação das polícias militares nesse tipo de atividade. Ele aponta que as Ações Repressivas também são, por sua vez, subdivididas em fases internas, marcadas pelo uso crescente da violência, iniciando-se por *Ações Preliminares*; passando por *Ações Preventivas*; *Ações Repressivas* e *Ações Complementares*.

O autor destaca sempre que todas as ações de contraguerrilha devem necessariamente ter caráter eminentemente gradativo. Partir-se para *Ações Repressivas* sem antes desenvolver as *Ações Preliminares*, e *Preventivas* seria segundo ele um ato temerário, pois a violência não planejada e justificada, poderia gerar problemas psicológicos e influenciar negativamente a opinião pública contra as tropas incumbidas de preservar a ordem e tranquilidade social<sup>262</sup>.

Para as *Ações Preliminares*, o autor prevê um plano detalhado em 10 passos, que preveem desde medidas de reconhecimento do terreno, passando pelo estudo e reconhecimento do inimigo, e finalmente pela preparação antecipada da tropa.

Nas medidas voltadas ao reconhecimento do terreno, Barisch aponta a necessidade de reconhecimento antecipado dos pontos sensíveis e de toda região que possivelmente será conflagrada, atentando, entre outros, para os seguintes espaços e objetivos: *Ruas*, determinar a extensão e largura, cruzamentos, tipo de calçamento, existência de escavações, prédios em construção, direção dos ventos de dia e a noite prevendo o emprego de agentes químicos. O autor aponta para a necessidade de um reconhecimento detalhado dos *Edifícios*, seu número de andares, existência de marquises e a possibilidades de pelas

---

<sup>261</sup> BARRETO, op. cit., p.36-37.

QUEIROZ op. cit., 23-24.

<sup>262</sup> BARISCH, op. cit., p. 23.

janelas serem arremessados objetos para atingir a tropa na rua. Além de seu conhecimento físico, aponta a necessidade de levantamento dos nomes dos proprietários ou locatários dos apartamentos, lojas ou escritórios, bem como as atividades neles desempenhadas, recomendando a confecção de croquis com os dados mais importantes.

Prevê ainda a proteção aos *Bancos*, pois poderá haver empenho em assaltá-los, a fim de amealhar recursos para ações posteriores, ou mesmo pela possibilidade de atuação de ladrões comuns, que poderão se valer de estarem todas as atenções voltadas para outro ponto e efetuarem o assalto. Da mesma forma, aponta a necessidade de atenção com os *Prédios de Serviços Públicos, Postos de Combustíveis, Casas de Vendas de Armas e Munições* – indicando a necessidade de identificá-los e prever sua *Ocupação e Controle*. Com relação aos *Prédios em Construção* – aponta a necessidade de *Ocupá-los*, por serem locais onde normalmente os manifestantes podem encontrar materiais para atirar contra a tropa, tais como pedras britadas, tijolos, pedaços de tábuas, vergalhões, cano, fio, sacos de cimento para barricada, e areia a ser ensacada com a mesma finalidade, mas acima de tudo, por permitirem **excelentes locais para a atuação de franco-atiradores**. Essa previsão de atuação de atiradores de elite em casos de distúrbios civis, fornece indícios sobre o grau de violência previsto para ser utilizado nesse tipo de situação.

O autor prossegue em seu planejamento, discorrendo sobre a série de medidas a serem tomadas. *Templos* – identificá-los e prever o seu cerco a fim de que não sejam utilizados como esconderijo. Nesse sentido aponta a necessidade de contato na *Fase Preventiva* com os religiosos responsáveis por seu funcionamento, a fim de adverti-los sobre a previsão de distúrbios em sua área. Ainda segundo ele, deve-se fazer ver-lhes a necessidade de cerrar suas portas, pois caso contrário o templo fatalmente será utilizado como local de resistência dos agitadores. *Hidrantes* – identificá-los com o auxílio dos bombeiros e verificar o seu funcionamento, prever sua utilização através dos bombeiros. *Praças e Jardins* – verificar a possibilidade de serem retiradas pedras, paus, grades, assim como remoção de solos para o levantamento de barricadas. *Pontos de Maior Afluência de Pessoal* – identificar casas de diversões, estações de embarque rodoviário, marítimo e ferroviário. *Estações de Rádio e Televisão, Fábricas, Hospitais* - prevendo medidas para sua proteção e ocupação. *Estabelecimentos de Ensino* – Prever sua ocupação caso venham a transformar-se em centros de agitação. *Rádio Amadores* – Relacionar seus domicílios, prefixos e nomes. *Quartéis* - Tomar medidas de segurança



Previendo a realização de prisões massivas entre os manifestantes, o capitão assinala a necessidade da criação de *POSTOS DE COLETA DE PRESOS*: Prevendo locais para servirem de postos iniciais de Coletas de Presos, sendo esses voltados a reunir os presos primeiramente em local mais próximo a área conflagrada, e de espaços maiores para, em segundo momento, servirem de Centros de Reunião de presos.

A seguir passa a enumerar as *Medidas Preliminares* relacionadas ao conhecimento antecipado do *inimigo*:

Primeiramente aponta a necessidade de se obter junto às *Informações* relatório apontando os seguintes itens:

- Causas de reivindicações alegadas para motivar o distúrbio.
- Classes de pessoas que poderão se solidarizar com as manifestações.
- Número provável de pessoas que serão envolvidas.
- Nome dos líderes e local do seu domicílio.
- Levantamento dos planos e atividades e da organização controlada pelos líderes.
- Relacionar os slogans usados.
- Providenciar uma lista com pessoas proeminentes, jornais, estações de rádio e televisão, assim como pessoas amigas dos líderes, ou que sejam simpatizantes da causa geradora de distúrbios.

- Relação dos endereços de todos os elementos cassados pela revolução de 31 de março de 1964, seus locais de trabalho e atividades, desde que estejam residindo na cidade onde são notados indícios de agitação futura.

- Coleta de impressos e volantes distribuídos pelos agitadores;
- Identificação dos locais de depósitos de armas, equipamentos e materiais diversos, que os agitadores possuam.

Por último, o autor aponta as *Medidas Preliminares* quanto a Preparação da Tropa:

- Confecção de maquetes da área ou áreas em que a tropa deverá atuar.
- Preparação do equipamento e armamento a serem utilizados.
- Treinamento com o equipamento a ser utilizado.
- Instruções para ir familiarizando a tropa com os elementos coligidos nesta fase<sup>263</sup>.

---

<sup>263</sup> BARISCH, op. cit., p. 24-27.

Ainda que nos momentos precedentes a eclosão dos distúrbios civis as Ações Repressivas já visem diretamente à atuação dos agentes da subversão, essa atuação deve centrar-se na intenção de afastá-los do contato com a população. A atuação sobre os efeitos dos antagonismos e pressões, nesse caso representados pela própria mobilização para o distúrbio civil, deve nesse primeiro momento ser evitada sob o risco de atingir setores da população não comprometidos com a ação. Isso tende a provocar efeitos psicológicos negativos e o desgaste prematuro das forças legais na opinião pública, reforçando mesmo a mobilização programada<sup>264</sup>.

[Nesse momento] as operações são realizadas contra forças irregulares, e são conduzidas contra grupos reduzidos, agindo normalmente à noite ou de maneira sub-reptícia, apoiados clandestinamente ou ostensivamente, por intensa propaganda. A característica desse inimigo é que já dispõe de comando específico, em cada grupo de atuação e no conjunto dessas atuações, é olhado como forças irregulares, isto é, possui armamento e enquadramento que permite atuar como força, e opera e luta, obedecendo princípios ora definidos, ora processos empíricos ou circunstâncias, em que a surpresa, o inopinado, a malícia, a traição, o embuste, constituem a tônica; é a configuração da guerrilha urbana, em termos de inimigo, e da contraguerrilha urbana, em termos de forças inimigas<sup>265</sup>.

Essa forma discreta de atuação pretenderia atingir o inimigo preservando a imagem das forças repressivas. A preocupação por parte dos oficiais, de centrar as atividades repressivas sobre o inimigo subversivo, decorre da importância de se manter a população a favor das forças da ordem, isolando-a o máximo possível da atuação do inimigo. Esse isolamento figura entre os objetivos principais dessa fase da operação, pois impede que o inimigo “reúna e manobre” “as massas”. Pretende-se se possível obter a cooperação da população na repressão de distúrbios ou guerrilhas, principalmente através de acatamento popular às ordens e normas estabelecidas. Caso torne-se inevitável a eclosão do distúrbio, essa aproximação permite controlar e dirigir a população para outros locais impedindo que sofra as consequências das Operações Ofensivas<sup>266</sup>.

---

<sup>264</sup> BARRETO, op. cit., p. 39

<sup>265</sup> QUEIROZ, op. cit., p. 34-35.

<sup>266</sup> Ibid, p. 39.

BARRETO op. cit. p., 43

AS AÇÕES PREVENTIVAS Segundo Barisch compreendem as medidas tomadas nos momentos que precedem a eclosão do distúrbio, marcam as medidas finais de preparação, e as iniciais de atuação da tropa. Enquanto a unidade a ser empregada não se desloca, deve permanecer em máximo repouso, sendo esclarecida quanto à missão e a provável situação que encontrarão. Os comandos de subunidades - Pelotão ou Grupo de Choque – devem através de palestras, preparar psicologicamente a tropa para o cumprimento da missão. Deve-se considerar segundo o autor, que a demonstração de força por parte da tropa é fundamental nessa fase da atuação, para exercer um efeito psicológico dissuasivo e desencorajador àqueles que não estão comprometidos com causa da desordem e da subversão. As seguintes providências devem ser tomadas:

- Ordem de prontidão – as viaturas serão abastecidas e carregadas com todo o material necessário. A tropa fica armada e equipada para o cumprimento da missão.

- Identificação dos limites da área de tensão.

- Ligação com as autoridades civis, ou, se for o caso, com os membros da junta de ação civil, visando o acionamento de medidas passivas, tais como fechamento de casas comerciais, casas de diversões, bancos, janelas e portas dos edifícios.

- Ocupação prévia e bloqueio dos pontos sensíveis previamente levantados.

- Lançamento de Grupos de Choque com a missão de fazer o patrulhamento de área e dissolver aglomerações e prender elementos suspeitos.

- Captura, interrogatório e identificação dos líderes por parte dos grupos de choque, visto poderem estar protegidos por esquema de segurança constituído de elementos das mais variadas categorias, como lutadores de Karatê, Judô, corredores, marginais, etc. Tal esquema deve impedir que tais elementos se aproximem do líder.

- Emprego de agentes de informação com o objetivo de tirar fotografias e filmar todos os movimentos, assim como gravar discursos dos líderes.

- Ocupação e controle dos pontos de onde se possa cortar a água, luz, força e telefone da área considerada.

- Estabelecimento de postos de desvio de tráfego e de controle de veículos, através do emprego de concertinas, sacos de areia, cavalo de frisa, toneis vazios e pintados ou mesmo viaturas militares colocadas em posição adequada.

- Estabelecimento de controle de pessoal.

- Medidas, junto aos jornais, estações de rádio e televisão no sentido de que deem conhecimento e ampla divulgação do texto de uma proclamação, assinada por uma autoridade competente na qual seja considerada determinada área como isolada para conter distúrbios promovidos por agitadores. A mesma nota deverá conter aviso para que ninguém chegue às janelas ou permaneça olhando, por questões de segurança contra tiros.

- lançamento por helicópteros, de impressos conclamando aos manifestantes que se abstenham de violar as determinações das autoridades legais, advertindo-os casos de subversão não serão tolerados, e que caso insistam, serão reprimidos com energia.

- Emprego de alto-falantes conclamando os manifestantes que se dispersem indicando os locais de escoamento pacífico.

- Coordenação perfeita com todos os comandantes de subáreas, utilizando o rádio.

- Instalação, em telhados de edifício, de estações de rádio, com a finalidade de transmitir informes sobre comportamento de diferentes focos de distúrbios. Devem usar binóculos ou lunetas.

-Estabelecimento de Postos de Coleta de Presos. Nesse ponto os presos deverão ser identificados, fichados, e submetidos a interrogatórios. Após, serão mandados para o Centro de Coleta de Presos.

-Guarnecimento de hidrantes da área isolada, por parte dos bombeiros, que deverão estar providos de instrumental necessário.

- Estabelecimento de Toque de Recolher poderá ser feito devendo ter ampla divulgação<sup>267</sup>.

Os autores encerram essa sessão de suas obras apontando que caso esgotadas todas as providências para evitar distúrbios e mesmo assim o Inimigo obtenha sucesso no seu intuito de levantar um movimento de massa, passa-se a *Fase Repressiva*, com as forças da ordem, atuando por meio de *Operações Tipo Polícia*.

As *OPERAÇÕES TIPO POLÍCIA* exigem atuação articulada das Polícias Militar e Civil, e ainda de todas as demais forças repressivas disponíveis, como polícias municipais, guardas noturnas etc. Todas as forças empregadas **devem atuar sob um comando único centralizado**

---

<sup>267</sup> BARISCH, op. cit., p.27-29.

QUEIROZ. op. cit., p. 39 40.

BARRETO op. cit., p.45

na Secretaria de Segurança Pública ou na Polícia Militar. No decorrer da ação, serão empregadas conforme a origem, amplitude, potencial e natureza da ação inimiga. Se por um lado a natureza da operação exige uma **ação de comando centralizada, por outro, exige uma execução descentralizada**. De acordo com a possibilidade de cada Polícia Militar e da atuação inimiga, **a área de operações deverá ser dividida em áreas de responsabilidade entre as diversas unidades, Batalhões, Companhias, e Pelotões, ficando cada um responsável por uma fração de terreno** <sup>268</sup>.

Segundo os autores, os objetivos das *Operações Tipo Polícia* são também diretamente ligados à população, de forma que do trato a ela dispensado dependerá em grande parte o êxito dessas operações. A atuação deve centrar-se quando iniciado o processo de distúrbio civil (passeata, comício, manifestação ou outro), em afastar e demover o maior número possível de pessoas de somarem-se a atividade. Deve-se facilitar por meio do controle de tráfego a retirada e saída da maior parte das pessoas que pretendam abandonar a área que se prevê conflagrada. Esse abandono deve ainda ser estimulado por ações de propaganda, por meio de panfletos, ações psicológicas ou outras, no intuito de se frustrar a manifestação ou, no mínimo, fazer que somente permaneçam na área as pessoas diretamente envolvidas com as atividades subversivas.

Com a eclosão da situação de distúrbios de rua, as forças da ordem iniciam suas medidas voltadas a esse tipo de confronto, em operações de natureza claramente ofensivas. As *Operações Ofensivas* têm por finalidade atuar repressivamente contra o inimigo, para **neutralizá-lo ou destruí-lo**. Pelas características de atuação do Inimigo, o mesmo raramente se constitui alvo isolado para as forças legais. Normalmente ele se vale das massas com instrumentos para suas ações de perturbação da ordem. Em consequência, as operações ofensivas, tendem a ser desencadeadas contra aglomerações humanas organizadas em *turbas ou multidões*<sup>269</sup>, de forma que a população, no meio da qual ele se esconde,

---

<sup>268</sup> Ibid, p. 44.

<sup>269</sup> MULTIDÃO: Grupo de indivíduos os quais podem ou não ter comportamento como grupo. São vacilantes, desorganizados, covardes, não líder (sic), mas podem ter um agitador ou líder potencial. *Regulamento de Exercícios Para Contrôlo de Tumultos*. Brigada Militar do Rio Grande do Sul. CIM. Porto Alegre, 1965.

MULTIDÃO: Aglomeração psicologicamente unificada por interesses comuns. Em geral, a formação da multidão caracteriza-se pelo aparecimento do emprego do pronome “nós” entre os membros de uma *aglomeração*, assim: “nós viemos aqui pra protestar”, ou “nós viemos prestar nossa solidariedade”. *TURBA*: Multidão em desordem, a turba caracteriza-se por seus componentes que achando-se submetidos ao estímulo de intensa excitação perdem o censo da razão e do respeito a lei e passam a obedecer indivíduos que lideram ou chefiam ações desatinadas. Subdivide-se em diversos tipos, como: turbas agressivas, turbas em pânico, e turba

enfrentará as consequências também daquelas ações<sup>270</sup>. Alguns dos autores consideram mesmo que nessa fase de conflito generalizado o inimigo se ampliaria, abarcando toda a massa populacional reunida, sendo essa uma das principais características das operações repressivas:

Caracteriza-se pelo inimigo, visto como massa da população, reunida ou se deslocando, sobre o qual ou contra o qual serão orientadas as operações. Essa massa conduzida por lideranças ostensivas ou veladas, que utilizando-se de técnicas próprias de cunha (sic) essencialmente psicológico, procuram levá-la a desordem ou violência<sup>271</sup>.

A segunda característica destacada pelos autores seria a da constituição das forças repressivas destinadas e esse tipo de atuação, que devem ser devidamente caracterizadas e preparadas para a atuação sobre a massa populacional. A reação contra tumultos ou reuniões consistirá no emprego de ações de choque, com finalidade de dissolver a multidão e neutralizar os líderes. Para que as ações ofensivas sejam eficientes e tenham desencadeamento rápido e simultâneo, é recorrentemente apontada a necessidade de que **tenham um comando centralizado e uma execução descentralizada**. Segundo os autores, nessa fase é imprescindível uma esclarecida energia e firme determinação de todos os elementos destinados a combater a guerrilha urbana. Qualquer vacilação da tropa poderá ser interpretada como temor, resultando conseqüentemente em "fatores psicológicos negativos", que podem estimular os manifestantes a reagir<sup>272</sup>. Visando os fatores psicológicos positivos em favor da unidade, as forças legais estaduais devem atuar adotando previamente demonstrações de Força Estática e Força Dinâmica, por meio de formações típicas de controle e repressão de massas:

Formações que contém em seu bojo comportamentos defensivos e ofensivos, submetidos a comandos de gesto e de voz, usando cadências de várias naturezas, criando distâncias e intervalos e, [...] pela rapidez da adoção dessas formações. [...] Que distinguem-se, fundamentalmente, pela profunda manifestação de enquadramento, disciplina e coesão da fração constituída, não se admitindo do combatente sair dessa formação para tomar uma

---

predatória. DISTÚRBIOS CIVIS E CALAMIDADES PÚBLICAS. C 19-15. Manual de Campanha, Polícia. 3ª edição. Ministério do Exército, Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro. EGGCF, 1973.

<sup>270</sup> BARRETO, op. cit., p. 45-46.

<sup>271</sup> QUEIROZ, op. cit., p.35.

<sup>272</sup> BARISH, op. cit., p.29.

atitude individual, se destinam, repetimos, a uma atuação a base da potência de choque obtida pelo emprego da tropa<sup>273</sup>.

Os autores defendem que as particularidades da atuação de campo exigida nessa fase repressiva apontam a necessidade de existência de unidades de polícia militar permanentemente prontas para uma ação de pronta-ofensiva dessa natureza. Segundo os autores, esse tipo de força de reação **deve ser bastante flexível, para engajar-se e desengajar-se rapidamente. Essa flexibilidade será obtida pela presteza e rapidez de emprego, contando inclusive com os meios de transporte e comunicações necessários.** Considerando-se os inconvenientes de se retirar Batalhões de Polícia Militar de sua missão fundamental, o policiamento ostensivo, e ainda o risco de se empregar tropas não especializadas em ações tão delicadas<sup>274</sup>. Os autores apontam que surgiu a demanda de criação de unidades especializadas em controle de distúrbios, em princípio aquarteladas, se não no todo, ao menos em parte, organizadas, instruídas, equipadas, armadas e dotadas de toda gama de material capaz de permitir a sua total mobilidade, capacidade de comunicações, potencia de choque, grande potência de fogo convencional. **Foram denominadas Unidades de Choque, geralmente à base de Batalhões de Choque, Unidades de Cavalaria Hipomóveis<sup>275</sup> e Batalhões Motorizados (Btl Mtz)<sup>276</sup>.**

Até o escalão de Companhia, excepcionalmente Pelotão, deve haver forças reação capazes de desencadear operações ofensivas de acionamento imediato, tendo em vista que será mais fácil dominar *focos de agitação, tumultos ou ações de guerrilha*, ainda em seu nascedouro. Esta pronta ação ofensiva, evitará que a desordem cresça e cause maior dano a população. Essas tropas geralmente são minoritárias em relação aos Batalhões de Polícia Militar, por seu alto custo de treinamento, equipamento e manutenção, e se destinam à atuação e repressão de ameaça ou de perturbação da ordem pública nas grandes

---

<sup>273</sup> QUEIROZ, op. cit., p.36.

<sup>274</sup> Ibid, p.33.

<sup>275</sup> Mais do que pelo uso do cavalo, as unidades de cavalaria se distinguem pelo posicionamento favorável obtido ao se combater “sobre algo”. Desde a generalização do uso da metralhadora na Primeira Guerra Mundial as unidades de cavalaria hipomóveis entraram em rápido declínio nas formações militares, passando a serem utilizadas apenas com fins esportivos e de representação (desfiles e paradas). Em combate foram substituídas por unidades de Cavalaria Motorizadas, Blindadas, e Aéreas (Helicópteros). Nas Polícias Militares brasileiras a cavalaria hipomóvel continuaria sendo amplamente utilizada em atividades de combate, visto ser empregada sobre população civil desarmada.

<sup>276</sup> QUEIROZ op. cit., p.35.

metrópoles, são as unidades de choque (Cia Choque, Btl Choque, Unidades de Cavalaria) Instruídas, equipadas e armadas para tal atividade<sup>277</sup>.

Em comparação com a realidade gaúcha, o cap. Queiroz aponta que a Polícia Militar do Estado de São Paulo para onze BPMs na capital, possuía um Batalhão de Choque e um Regimento de Cavalaria. E que no Rio de Janeiro a PMERJ também para onze BPM, possuía um Batalhão de Choque e dois Regimentos de Cavalaria<sup>278</sup>.

Segundo o autor essas Unidades de Operações Especiais devem atuar utilizando-se inicialmente de cassetetes, escudos, capacete de proteção, armamento de defesa pessoal, cassetetes “tamanho família”, fuzil com baioneta<sup>279</sup> como elemento de ataque e defesa e, sobretudo, de ação psicológica, metralhadoras de mão, e fuzil com luneta para os *Atiradores de Escol*<sup>280</sup>. Devem utilizar-se amplamente de fogo químico à base de armas (lançadores de granada a média e longa distância), granadas de mão, lançadores e espargidores de gases municiados com substâncias lacrimogêneas, vomitivas, etc... Espingardas lançadoras de gás dentro de edifícios. Devem empregar jatos de água sob pressão lançados por carros bombas especiais, contendo ou não substâncias coloridas que marquem os componentes da massa, permitindo sua posterior identificação e detenção. Adota-se ainda o emprego de cães. Para a cavalaria, prevê a utilização de armas brancas ou outros objetos de alcance e peso que possam ser manipulados pelos homens a cavalo. Segundo o autor, desde as fases descritas pela letra “b” do decreto 667 69, as polícias militares já devem atuar por meio de suas Forças Especiais<sup>281</sup>.

Segundo os autores, devido à natureza do tipo de operação a que são destinadas e a inevitável inferioridade numérica ante o inimigo, as unidades de Forças Especiais devem atentar particularmente para os fatores psicológicos de sua atuação. Sua postura, uniformes e equipamentos devem ser projetados a fim de formarem uma unidade que reforce as sensações que a tropa pretende despertar. Ela deve causar as sensações básicas de força, coesão disciplina, capacidade de resolução. Deve ser vista como um carro blindado a avançar. **Não se deve colocar nenhum tipo de identificação** nos capacetes, uniformes

---

<sup>277</sup> BARRETO op. cit., P.46

QUEIROZ op. cit., p.26

<sup>278</sup> Ibid. p., 26-27

<sup>279</sup> Lâmina fixada na ponta das armas longas.

<sup>280</sup> Atirador de Elite.

<sup>281</sup> QUEIROZ op. cit. p., 36-37



escudos, ou outro equipamento qualquer com vistas a manter o elemento incógnito, para explorar as sensações psicológicas de medo da multidão face ao não identificado<sup>282</sup>.

Durante o conflito, as forças da ordem devem atentar para seus objetivos principais, dispersar a massa e capturar as lideranças. Para tanto devem estabelecer ainda postos de controle de pessoal que fiquem em ruas previstas como caminhos de fuga pelos manifestantes. Manter acionados os grupos de sapadores com o objetivo de remover obstáculos lançados pelos agitadores, tais como, pedaços de pau, cestas coletores de lixo, etc., bem como remoção de veículos abandonados ou incendiados, da mesma forma, atentar para a necessidade de íntima coordenação com o Corpo de Bombeiros visando o atendimento de incêndio em veículos, casas e prédios públicos<sup>283</sup>.

Se todos os meios, dentro do grande conceito de choque, sucessivamente usados não forem suficientes, é previsto o emprego de armas de fogo, inicialmente por Atiradores de Escol, visando alvos perfeitamente selecionados (lideranças, agitadores etc.), e posteriormente, prevê-se mesmo o emprego de toda a capacidade de fogo da tropa mobilizada sobre a massa da população, sendo essa a terceira característica das ações repressivas frisada pelo capitão Queiroz:

Emprêgo de potência de fogo máxima da tropa, qualquer que seja o efetivo desta, é decisão competente do escalão superior. Se a multidão houver recebido ordem para se dispersar e, após o recebimento dessa ordem, avançar contra a tropa, tal avanço deverá ser considerado um ataque. Em consequência, a tropa tomará as medidas necessárias para deter a multidão, antes desta alcançá-la. Entretanto, só se abrirá fogo em última instância e para ferir os agitadores, visando incapacitá-los, e não mata-los<sup>284</sup>.

Essa última característica apontada, indica a previsão nessa fase da estratégia da Guerra Revolucionária, última de atuação das polícias militares antes de uma intervenção direta das Forças Armadas, da possibilidade de emprego por parte das forças da ordem de força total frente à ameaça subversiva, prevendo-se a utilização de máxima capacidade de fogo contra a população já considerada como parte integrante do inimigo o interno.

---

<sup>282</sup> BRAGA. Ten. Cel. BM Jerônimo. *Uma Experiência*. UNIDADE. Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar. Porto Alegre, n 1 ano 1. 1983. p.21.

<sup>283</sup> BARISCH. op. cit., p.29.

<sup>284</sup> QUEIROZ, op. cit., p.37.

Se vencida a agitação da turba e realizada a dispersão dos manifestantes, as forças da ordem iniciam as *Medidas Complementares*, última etapa prevista nas Ações Repressivas.

As Medidas Complementares compreendem ações que encerram as atividades de campo, encaminham as atividades com os prisioneiros e destinam-se a análise da atuação e o restabelecimento das tropas. Quanto ao inimigo deverão ser lançadas patrulhas que vasculharão toda a área isolada, efetuando prisões de todos os que tiverem em atitudes suspeitas. Execução de batidas em sítios, casa de campo, bem como prédios de universidades ou demais estabelecimentos de ensino que tenham se revelado focos de agitação durante a crise. Nos Centros e Postos de Coleta deve continuar a fase de tomada de interrogatório dos elementos presos. Na área conflagrada, os sapadores e as turmas de elementos de limpeza pública deverão com a máxima rapidez possível para normalizar a área. Com relação à tropa e as forças da ordem, inicia-se a fase de avaliação da Operação, em que todos os comandantes de subunidades, pelotões ou grupos de choque deverão confeccionar relatório para o escalão imediatamente superior, externando suas observações e apontando medidas e elementos escolhidos durante a ação. Ver como funcionou o entrosamento entre a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Política e Social, Guarda Rodoviária, Guarda Noturna, Corpo de Bombeiros, pois todas estas forças deverão participar das quatro grandes ações de plano<sup>285</sup>.

Uma vez recolhidos ao quartel, fazer crítica da operação visando correção futura das falhas, bem como o levantamento do emprego de material, providenciando sua reposição com urgência e conservar-se em condições de imediatamente partir para novas ações preliminares, pois, o presente plano, além de ser gradativo deve ser enquadrado dentro do ritmo de moto-contínuo, uma vez que a subversão é permanente e apenas se retrai para preparar novas investidas<sup>286</sup>.

---

<sup>285</sup> BARISCH. op. cit., p.29 -30.

<sup>286</sup> Ibid., p. 30.

### 3.3 O INIMIGO

*Subversivos no son solamente aquellos que asesinan con las armas o privan de libertad individual o medran a través de esos procedimientos, sino también los que desde otras posiciones infiltran en la sociedad ideas contrarias a la filosofía política que el Proceso de Reorganización Nacional ha definido como pautas de juicios de valor para su acción<sup>287</sup>.*

No item que segue, buscamos compreender como a partir das categorias analíticas fornecidas nos cursos, os alunos oficiais analisam a conjuntura política vivida durante o período de produção de suas obras. A doutrina de Guerra Revolucionária norteia o entendimento e a atuação da Brigada Militar em suas atividades de manutenção da ordem. A doutrina prevê a atuação de um pequeno grupo comprometido com as causas subversivas, atuando no plano interno do país na tentativa de levantar a população contra o governo estabelecido. A análise desenvolve-se particularmente interessada em compreender como esses oficiais percebem quem são esses indivíduos que estariam atuando no país em favor ou comprometidos com a causa subversiva.

Os autores analisados tendem a ressaltar determinados grupos, que por terem influência sobre as massas adquirem particular importância para os líderes dos movimentos, sendo normalmente recrutados para posições de destaque nas ações realizadas.

Aplicado para a compreensão da realidade política imediata, o conceitual fornecido nos cursos também é utilizado para a partir dessa compreensão, sustentar o planejamento da atuação das Polícias Militares no Rio Grande do Sul e no país, na primeira metade dos anos 80. O tipo de leitura realizado pelos alunos, que serão detalhadas nessa seção, vem exemplificadas de forma resumida no trecho segue, extraídos da obra do capitão Elson Barisch, um exercício teórico de contraguerrilha urbana escrito em 1981, projetando em “cenário futuro”, uma fictícia situação de enfrentamento para o ano de 1982:

De uns tempos para cá, quatro grupos de classes tem demonstrado maior sensibilidade a certos problemas, razão porque estão sendo convocadas para papel de defensores dos “legítimos interesses do povo”. Essas classes são: **os estudantes, os operários, os religiosos e os intelectuais.**

---

<sup>287</sup> Horácio R. Garcia Belsunce. Discurso pronunciado na *Academia de Ciencias Morales y Politicas*. Apud: DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: Quince años después una mirada critica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. p.66.

Cientes de sua importância, os mentores dão a eles a chefia do movimento. Orientando-os sobre os pontos importantes a ressaltar durante as manifestações. A vitória total imediata por ser difícil não interessa ao guerrilheiro. Nos estágios iniciais o importante é perturbar a ordem, a fim de acelerar o processo revolucionário. [...] A partir do anúncio do IPM [Inquérito Policial Militar] do Rio Centro, as forças da esquerda marxista tentarão desestabilizar o Regime até o momento do confronto programado. Preparam uma insurreição popular, contando com a colaboração da Igreja marxista e de suas comunidades eclesiais de base, que se ligam às associações de bairro, todas elas dominadas pelas organizações comunistas. A deflagração dessa insurreição popular socialista depende do resultado das eleições de 1982, em caso da iminência de derrota, a esquerda partiria para o confronto. [...] Grandes carregamentos de armamento destinados ao levante estão entrando no país por via marítima e terrestre. Rio de Janeiro é o ponto “A” da insurreição, a começar pela baixada fluminense, onde se situam dois bispos marxistas e se encontram todas as condições sócio econômicas de miséria favoráveis ao levante. As organizações comunistas estão levantando fundos através de assalto a banco, em conexão com grupos de criminosos comuns, que tem assaltado bancos e casas adotando métodos sofisticados que somente grupos comunistas de luta armada dispõe no país. Há informações da presença de agentes dos serviços secretos Russo (KGB) e Cubano (DGI) dando apoio às operações. A situação é extremamente grave. Os riscos da Abertura já ultrapassaram todos os níveis de Segurança<sup>288</sup>.

O trabalho proporciona uma visão condensada dos conceitos fundamentais utilizados para a compreensão da guerra em que se veem envolvidos. Aponta o tipo de inimigos que enfrentam no período de abertura, a estratégia por ele executada e seus métodos de infiltração na sociedade. Indica como esse inimigo se utiliza da situação de degradação social e do momento político e econômico “psicologicamente favorável” para conduzir o levante e, por último, termina indicando as evidências de sua atuação internacional articulada, fator teoricamente fundamental para a caracterização da situação de Guerra Revolucionária:

Em comparação com os trabalhos oriundos da APM D. João VI, escritos em 1968 logo após a intervenção da IGPM, onde os conceitos fornecidos pela doutrina de Guerra Revolucionária apresentavam-se trabalhados de forma predominantemente teórica, notamos no recorte acima, que treze anos depois, os alunos da APM-RS já possuíam subsídios para definição mais objetiva do enquadramento legal que sustentava a atuação das forças, assim como para a definição dos setores que representam maior ameaça a Segurança Interna e sobre os quais se centram suas atividades repressivas.

---

<sup>288</sup> BARISCH, Elson Augusto de Abreu. *A Segurança Interna: Simulação de uma situação de guerrilha urbana no período 1981/1982 e as repostas das Polícias Militares*. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Porto Alegre: APM, 1981. p. 14 et seq.

Os conceitos relativos às fases da guerra em que se veem envolvidos já aparecem acompanhados das medidas a serem tomadas pelas forças da ordem em cada uma das situações, o equipamento necessário a ser usado, e o tipo de tropa que a ser empregado. Quando citam diretamente com o inimigo interno, já definem os setores da sociedade que estariam mais suscetíveis a serem cooptados pelos subversivos e acabarem abarcados por essa categoria. Aparecem também os novos grupos que se juntaram nesse rol ao longo do período da ditadura.

O trecho acima retirado da monografia do capitão Barisch, evidencia a utilização dos conceitos fundamentais fornecidos pela doutrina de guerra revolucionária e os fatores incorporados ao longo do período de abertura, como os novos atores políticos surgidos no período. Em seu trabalho são citadas a atuação da Igreja Católica de Base, das Associações de Moradores<sup>289</sup>, e mesmo, no caso do Rio de Janeiro, sua articulação com recém-surgido crime organizado nas favelas, em trabalho produzido exatamente nos anos do surgimento e consolidação do Comando Vermelho. Na articulação em âmbito internacional, fundamental para a definição conceitual da Guerra Revolucionária, encontramos cubanos e soviéticos, sem esquecermos, em conjuntura ainda anterior a queda do Muro de Berlim.

No item que segue pretendemos dar mais atenção a cada um desses setores da população recorrentemente citados nos trabalhos como suscetíveis a influência comunista. Percorreremos monografias voltadas a diferentes temas, sempre atentos no intuito de perceber desde as classes, entidades, organizações, grupos ou partidos então considerados como ameaças ou potenciais ameaças a ordem estabelecida. Procuramos ainda destacar a categoria das pessoas diretamente citadas nos trabalhos, por suas atividades individuais, buscando evidenciar o refinamento e capacidade de individualização do adversário proporcionada pelas ferramentas empregadas.

---

<sup>289</sup> Com o fim do AI-5 em 1978, abriu-se a possibilidade de rearticulação dos movimentos sociais de base. Maria Helena Moreira Alves aponta a existência no início dos anos 80 de cerca de 110 entidades ligadas a FAFERJ (Federação das Associações de Favelas do RJ), e ainda em cerca de 350 associações de moradores somente na Baixada Fluminense. Em São Paulo, estas organizações chegaram a 1300 em todo o estado e aproximadamente 800 só na grande São Paulo. Com relação às organizações de base da Igreja Católica, os CEBS, Comunidades Eclesiais de Base, a autora aponta a existência estimada de cerca de 50.000 (cinquenta mil) CEBs em 1975, e 80.000 (oitenta mil) no encontro nacional realizado em 1981. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil. 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.226-231.

### 3.3.1 A Lei da Anistia e os Exilados.

Dos trabalhos produzidos no ano de 1979, o único disponível na Biblioteca da APM-RS foi o escrito pelo Ten. Cel. Carvalho, para a conclusão do CSPM. Em sua obra, o autor faz uma análise da então recém-promulgada Lei da Anistia e suas consequências imediatas para a Segurança Nacional.

A monografia representa um esforço do autor para a compreensão da conjuntura política imediata do país nesse período de rápidas mudanças na conjuntura política nacional. A Abertura Política iniciada em 1974 durante o no governo Geisel dá em 1979 um importante passo rumo à democratização do país, representado pela promulgação da Lei da Anistia. O autor desenvolve a análise particularmente atento às consequências da lei frente aos pressupostos básicos da Doutrina de Segurança Nacional. Escrevendo sob o marco legal de 1969, com a Brigada Militar responsável e atuando diretamente na manutenção da Segurança Interna, o oficial desenvolve sua análise preocupado com as consequências dessa lei para as atividades desempenhadas pela corporação. Acompanha diversos aspectos resultantes da medida que compreende como fatores de interferência nas atividades da força. Análise particularmente sua repercussão na mídia nacional e internacional, preocupado com as consequências para a imagem do país, e o processo de retorno dos exilados, atento para a possível ameaça representada por sua reintegração a vida política nacional. O esforço do autor em compreender o desenvolvimento da Abertura, particularmente no que se refere à Anistia, é marcado pela intenção de captar as consequências imediatas desse processo, desenrolado em paralelo a própria produção do trabalho.

Nosso trabalho objetiva estabelecer se será ou não atingida a Segurança Nacional, com a volta dos anistiados ao convívio político social da família brasileira. Serão analisados os aspectos históricos e jurídicos de anistias anteriores, não só no Brasil como em alguns países estrangeiros. Outros aspectos serão a repercussão da recente anistia no Brasil a nível internacional, o que é de vital importância, tendo em vista a imagem do país no exterior<sup>290</sup>.

---

<sup>290</sup> CARVALHO, Heitor Sá de. *A Anistia e a Segurança Nacional*. 1979. Monografia de Conclusão (Curso Superior de Polícia Militar) - Academia de Polícia Militar. Porto Alegre, 1979. p.3.

No trabalho de cerca de setenta páginas a argumentação é dividida em quatro blocos principais – A anistia na História, a posição dos chefes militares, o comportamento dos exilados, e as consequências da medida para a Segurança Nacional.

A parte inicial da obra que faz uma retrospectiva histórica e jurídica sumária de casos de anistia no mundo e no Brasil, a temática é abordada a partir do debate sobre a abrangência da anistia e perpassa as primeiras 25 páginas. Pretende demonstrar o equívoco da posição que segundo o autor “vem sendo fartamente repetido pela imprensa, e que tem procurado derramar muita sombra sobre as legislações passadas brasileiras; o argumento de que toda a anistia é geral e irrestrita<sup>291</sup>”. Utiliza-se de análises das constituições brasileiras passadas concluindo que já foram concedidas anistias das mais diversas formas, com as mais diversas restrições e, inclusive, de forma ampla geral e irrestrita, como no caso dos revoltosos da Aeronáutica nos anos 50. A argumentação desenvolve-se no sentido de apresentar as diversas anistias como fruto da conjuntura do período em que foram concedidas, frisando sempre o papel fundamental desse tipo de medida para a pacificação da vida nacional.

Interessado com as consequências da Anistia para a Segurança Nacional, o autor mostra-se particularmente preocupado com o retorno dos exilados e as consequências de sua presença para o equilíbrio político estabelecido no país. O autor faz uma análise das declarações feitas em entrevistas prestadas por diversos exilados na imprensa, famosos ou não. Cita por exemplo o depoimento do casal de professores Pedro Uchoa Cavalcante e Valentina da Rocha Lima, e do jornalista mineiro Chizuo Ozava, falando das experiências no exílio e as perspectivas no retorno. Demonstra uma particular preocupação com a tentativa de reorganização e legalização do PC e sua inevitável atuação nas frentes de esquerda legais. O autor reproduz trechos de entrevistas de diversas lideranças do Partido, como Haroldo Borges de Lima Rodrigues, João Amazonas de Souza Pedroso, José Renato Rebello e Gregório Bezerra, onde estes reafirmam a retomada da luta por democratização no país e pela construção de uma assembleia constituinte.

Dedica também especial atenção às declarações de Leonel Brizola, Miguel Arraes e Luis Carlos Prestes, tidos por ele como os exilados de maior prestígio no país. Sem fazer nenhuma citação direta do líder trabalhista, afirma que o longo período de exílio não lhe

---

<sup>291</sup> Ibid, p.27.

permitiu tempo suficiente para a elaboração de seus projetos, visto que em seus primeiros pronunciamentos - já sem a “fogosidade” dos tempos passados - tem tentado ressuscitar um Trabalhismo “abundante em símbolos e escasso em ideologia”. Com relação a Arraes, aponta que mesmo demonstrando estar livre de intenções revanchistas, o ex-governador não perdeu a oportunidade de fazer críticas à política econômica do governo e a postura dos empresários que apoiaram os golpistas em 64 e viram nesses vinte anos de regime o período de maior desnacionalização da economia brasileira. Atento também aos discursos de Luís Carlos Prestes sustenta que lhe parecem aferrados a conceitos ultrapassados mesmo dentro de suas próprias concepções ideológicas, e que ao lado de Gregório Bezerra, João Amazonas, Renato Rebello e outras lideranças, insiste na ideologia que um dia tentou implantar no Brasil, “mesmo contra os ideais mais arraigados de nosso povo”.

Conclui, afirmando que o retorno de tais lideranças serve como uma prova de que o processo de abertura política e de retomada da democracia plena são irreversíveis. Afirmando que as democracias costumam acolher mesmo aqueles que pregam a sua destruição<sup>292</sup>.

A partir das declarações dos que retornam do exílio, o autor faz uma breve análise de seus conteúdos em relação aos preceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional, considerando que de forma nenhuma representam ameaças aos pressupostos defendidos. Analisando os pontos mais importantes do texto da lei, demonstra que nenhum deles é posto em cheque pela postura dos exilados, e que o preço pago pela abertura, no que se refere às greves e manifestações populares, tem estado dentro dos parâmetros previamente estabelecidos pelo Conselho de Segurança Nacional. Ainda segundo o autor, a postura do governo com relação anistia e aos anistiados estaria servindo para o fortalecimento da imagem positiva do país em nível internacional, estando perfeitamente enquadrada nos ideais desenvolvimentistas da doutrina.

No capítulo em que trata das posições dos militares com relação à Anistia, o autor utiliza-se de declarações dos chefes militares de cada uma das armas, Aeronáutica, Marinha, Exército, e ainda do chefe do Estado Maior das Forças Armadas, feitas a imprensa ao longo do ano de 1979. Os depoimentos dos chefes militares vão ao encontro das suas conclusões, no que se refere a absoluta segurança na condução do processo de abertura. Reproduzimos

---

<sup>292</sup> Ibid, p. 43-45.



alguns dos trechos levantados pelo autor e que apontam como os chefes militares do país estavam naquele momento percebendo o processo e abertura, e particularmente o retorno dos anistiados.

Quanto as posições do Exército, em entrevista ao Estado de São Paulo em 26/08/79 o Ministro do exército Gen. Walter Pires que afirma

Confiar no Patriotismo a fim de que todos tomem consciência de que o mau aproveitamento da ampliação das liberdades democráticas para a revivescência de velhas práticas tumultuárias e eventual avalanche de reivindicações irrealistas, competitivas e irrefletidas, quando não comprometidas com o deliberado propósito de convulsão social a serviço do movimento comunista internacional, só pode conduzir o país ao agravante de seus problemas, a queda de produtividade, aceleração do processo inflacionário a ás ameaças de desemprego e recessão<sup>293</sup>.

Já o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas – Gen. Samuel Alves Correa, em entrevista ao jornal O Globo, 23 de outubro de 1979 - Disse também não acreditar que a anistia vá trazer dificuldades para a segurança interna do país, segundo ele “o regresso de qualquer um dos líderes políticos ao Brasil não tem a menor significação, a não ser que eles queiram repetir a atuação de antes de 1964.” E que, “nenhum dos punidos pela Revolução de 64 possui credenciais políticas para suplantar os líderes existentes no país”<sup>294</sup>.

O autor conclui apontando suas conclusões principais a partir da fala dos comandantes. Afirma primeiramente que a Anistia faz parte da própria dinâmica de abertura programada do regime, que vem sendo executada dentro de critérios definidos pelo Conselho de Segurança Nacional, e que absolutamente significará a retirada dos militares do processo de decisão política. Que a anistia é necessária dentro do processo de organização por cima dos fatores políticos, e que seu escopo é iminentemente conservador. A corporação militar encontra-se unida em torno de uma única doutrina (a de Segurança Nacional), não permitindo espaço de manobra por onde possam evoluir grupos contrários ao ideário vigente. Segundo o autor a redemocratização não depende apenas das iniciativas do governo, mas também da conduta da oposição. Ainda segundo ele, os militares não temem os anistiados. Consideram a Anistia como uma decisão “correta” e resultante de um

---

<sup>293</sup> Ibid, p.31

<sup>294</sup> Ibid, p.33

consenso geral do Conselho de Segurança Nacional. A Segurança Nacional, com a Lei da Anistia, permanecerá inatacável e inatingível. E que qualquer manifestação contrária a lei será prontamente reprimida<sup>295</sup>. O aval das forças armadas ao nosso processo político seria comedido e calculado, e o mau aproveitamento das liberdades resultaria em recuos e fechamentos.

Pode-se concluir, que a abertura e a reforma política não são levadas pela cúpula do regime apenas como operações políticas, mas sim como operações de estado maior. [...] Foi inicialmente delimitada uma faixa de segurança dentro da qual o governo ou marcharia sempre pra frente, ou se deteria em caso de perigo, sem ter jamais que recuar, Enquanto o preço político de sucessivas etapas de abertura estiver dentro da faixa de segurança delimitada pelo governo, não haverá razões para desacelerar ou deter o processo<sup>296</sup>.

As reflexões do autor sobre o tema, considerando a precocidade da produção da obra em relação à própria lei da Anistia, levantam pontos interessantes. Primeiramente a percepção da Abertura, e particularmente da Anistia, como enquadradas em um relaxamento controlado e conservador do processo político, implantado pela cúpula do regime como projeto de Estado. A postura contrasta com a ideia da Anistia como uma vitória política da oposição. Da mesma forma, a anistia percebida como medida de “esquecimento” das ofensas cometidas, sendo esse esquecimento fator básico para a convivência entre antigos opositores a partir da abertura política. Aliada a percepção de que o governo “concedeu” a anistia aos opositores sem abandonar a tutela do processo político e a vigilância social, exigindo em contrapartida uma conduta passiva por parte dos anistiados sob pena de novo fechamento, reafirmando sua percepção do escopo conservador da medida, assim como os limites do pretendido “esquecimento”. Tal proposição de esquecimento, corrente entre os militares desde seus primeiros pronunciamentos sobre o tema, é até hoje motivo divergências e um dos principais pontos de conflito evocado na guerra por justiça e por memória, que desde então vem sendo travada. Outro ponto que se destaca é a confiança e absoluta segurança por parte dos militares do controle que exercem sobre o processo, demonstrada na pouca preocupação com as atividades da oposição e dos

---

<sup>295</sup> Ibid, p.34

<sup>296</sup> Ibid, p.63.

movimentos sociais, em período marcado pela força do ressurgimento dos movimentos sociais no cenário político, dentre os quais o próprio movimento pela Anistia, mas também o ressurgimento das greves com a reorganização dos sindicatos, tidos pelo autor como consequências previstas quando da opção pelo relaxamento repressivo. Essa confiança vem apoiada na certeza de que se necessário, caso as agitações escapem à margem estabelecida de tolerância, medidas duras seriam retomadas (como de fato seria feito nos anos seguintes contra o novo movimento sindical). Tal sensação de controle por parte dos militares, talvez ajude na compreensão da transferência da preocupação do autor para o retorno dos exilados ilustres, transferindo para o âmbito externo a principal fonte de ameaças ao governo. Da mesma forma, indica a força política com que os militares chegariam nessa fase do regime. Força que se refletiu no sucesso obtido na condução conservadora do processo de abertura e redemocratização, confirmada na imposição de todas as suas posições em diversos e importantes dos aspectos em disputa no período, desde a própria Lei da Anistia, passando pelo debate das Eleições Diretas, do Modelo de Policiamento no Regime Democrático e a punição dos crimes cometidos.

Ainda que considerando essa sensação de segurança por parte de nosso autor e da alta cúpula militar, o trecho foi abordado por evidenciar a preocupação do coronel centrada nos inimigos primeiros do Regime Militar, ou seja, o próprio Brizola, então representante maior do regime deposto, e o inimigo comunista em sua forma mais clássica, representado pelo partido e suas principais lideranças. A análise mostra que por mais que tenham se somados diversos outros atores sociais ao rol dos opositores do regime, uma vez entre os inimigos, jamais um opositor é esquecido.

### 3.3.2 A Imprensa

Outro aspecto que consideramos na obra de Carvalho sobre a anistia foi a preocupação e importância concedida pelo autor aos organismos de imprensa. Ele aborda órgãos nacionais e internacionais de imprensa preocupado com a repercussão das medidas de anistia no exterior, e suas consequências para a imagem e posição internacional do país. Da imprensa nacional, além dos citados O Globo, Jornal do Brasil, e O Estado de São Paulo, o autor cita entrevistas da Revista Veja, Diário Oficial, e Diário do Congresso Nacional. Aborda

inclusive jornais de oposição, como o Jornal O Movimento, Jornal O Trabalho, Jornal A Classe Operária, e Revista Visão. Indicando permanente percepção da importância da opinião pública para a política das Forças Armadas frente o reconhecimento da importância dos órgãos de mídia como formadores de opinião. O autor dedica em seu trabalho uma seção exclusivamente para a análise da repercussão da Lei da Anistia no exterior, acompanhando a postura adotada frente nossa anistia pelos governos da Alemanha e França. Faz citações dos jornais por ele chamados “doutrinários” Italianos, “*Lunita*” que classifica como “de esquerda”, e “*Il Popolo*” segundo ele “órgão da Democracia Cristã” com posições respectivamente contra e a favor da anistia promovida. O primeiro considera no entender do autor a anistia apenas um paliativo, uma “anistia de faz-de-conta”, enquanto para o segundo, a anistia do Presidente Figueiredo seria mais “ampla do que se poderia Imaginar”. O autor dedica ainda especial atenção à entrevista do senador Edward Kennedy à Revista Veja de 19 de setembro de 1979, em que o mesmo aponta a importância do retorno de lideranças como Marcio Moreira Alves, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Paulo Freire e Francisco Julião, para contribuir com o diálogo público no país.

Essa preocupação com os órgãos de imprensa demonstrada pelo autor se mostrou uma constante nos trabalhos estudados, por sua importância para a disputa política pelo apoio da população. Frente o processo de abertura, o assunto adquire particular importância no período estudado, devido à diminuição gradual dos mecanismos de controle da mídia até então exercidos pelo Estado.

Esse crescimento de importância do assunto seria tal, que além de citado em todos os trabalhos sobre a Segurança Nacional e a Guerra Revolucionária, encontramos obras exclusivamente dedicadas ao tema. Em *A influência dos Meios de Comunicação Social na Guerra Revolucionária*. Monografia do CAO de 1980, os autores capitães PM Luiz Fernando Borges Fortes Spalding, José Hilário Ajalla Retamozo, e Ezaldino Xavier, apontam que o tema escolhido envolve íntima conexão entre o problema da Guerra Revolucionária e os meios de comunicação utilizados pela sociedade contemporânea.

O levantamento da censura, levou muitos a colocarem velhos recalques em evidência, através do avanço desmedido das coisas antes proibidas ou censuradas. [...] Os jornais que muito tem contribuído com a cultura da nação, estampam em suas páginas imoralidades e incitamento ao desrespeito à lei, aos poderes constituídos e às autoridades legais, numa

forma de protesto inconseqüente, que só trazem mais violência ao já conturbado mundo em que vivemos<sup>297</sup>.

Os autores desenvolvem o trabalho preocupados com a colaboração dos meios de comunicação para o que definem como “processo de *desculturação*” imposto a sociedade gaúcha. Expõem os conceitos da Segurança Nacional, Guerra Revolucionária assim como o papel fundamental das ações de Guerra Psicológica nessa última, onde residiria a ameaça representada por esses veículos no ataque às tradições do Estado e aos costumes da família tradicional:

A história da civilização mostra, de maneira clara, que todos os povos dominados ou escravizados materialmente, tiveram antes sua cultura enfraquecida e esvaziada pelo invasor. Sabemos que enquanto o núcleo da cultura de um povo se conserva forte, como raiz e seiva de equilíbrio, não desaparecerá a identidade cultural que impede o domínio espiritual e reagem contra a dominação material<sup>298</sup>.

Na obra, os autores analisam veículos da imprensa escrita, falada e televisionada, marcadamente preocupados com aspectos como sua influência na “*desculturação*” do povo gaúcho e suas conseqüências na guerra revolucionária. A abordagem aponta a permanente incitação à violência e à revolta presentes nesses meios de comunicação, por vezes acompanhadas de propaganda favorável aos comunistas, assim como de ataques sistemáticos às forças da ordem.

Na análise dos jornais em circulação no RS, abordam os que consideram de maior tiragem - a Folha da Tarde, o Correio do Povo da Cia Caldas Júnior, e o Zero Hora da Rede Brasil Sul (RBS). Indicam algumas matérias e manchetes que segundo eles atacam os “bons costumes” ou o governo, transcrevendo, por exemplo, uma entrevista com o humorista Juca Chaves, que ainda que condenada pela “abordagem da temática do sexo”, conta com o atenuante de que o humorista acusa o grande público e imprensa brasileira de atacar o

---

<sup>297</sup> SPALDING, L. F. Borges; RETAMOZO José H. A.; e XAVIER, Ezaldino. *A Influência dos Meios de Comunicação Social na Guerra Revolucionária*. Monografia de Conclusão. Curso Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia de Polícia Militar. Porto Alegre, 1980. p.13-14.

<sup>298</sup> SPALDING et al. Ibid. p. 8. Segundo os autores o texto foi retirado de um documento do Orçamento de 1981, do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), não referido na obra.

cantor Simonal por motivos raciais e, ao mesmo tempo, defender Flavia Schilling por pura simpatia de causa, sem saber se ela era ou não culpada<sup>299</sup>.

Além da análise das matérias propriamente ditas, as preocupações dos autores envolviam todos os aspectos das fontes trabalhadas, tal como os “reclames” e detalhes de editoração e “cromatologia”, o estudo dos efeitos psicológicos das cores, tema corrente na academia desde que consolidadas as preocupações com a guerra psicológica<sup>300</sup>. Na análise do jornal Zero Hora edição de 19 e 20 de julho de 1980, apontam uma propaganda de curso pré-vestibular de onde reproduzem o seguinte recorte publicitário: “VÁ À LUTA!” - “Prá vencer a batalha do vestibular, você tem que estar munido de armas, que os outros não têm. Veja a diferença entre o IPV e os outros cursinhos”. - “Prá você lutar pelo seu direito à Universidade armado com o melhor curso!”<sup>301</sup>. Os autores consideram o reclame uma clara incitação à revolta, e se mostram particularmente preocupados com as imagens expostas no anúncio, destacando o fato de que acima da manchete:

Aparece a fotografia de uma cena de um protesto público, uma greve, onde se vê grande massa humana com faixa com inscrição de seus reclamos contra autoridades; e ao lado oposto, observam-se soldados postados em fila, infantaria e cavalaria, tendo ao centro desses públicos faixas com dizeres “Soltem os Trabalhadores”, e “Abaixo a Ditadura”<sup>302</sup>.

Na seção intitulada “Imprensa Alternativa e o Momento Político”, fazem uma análise do jornal “A Hora do Povo” semanário com sede no Rio de Janeiro e circulação nas principais cidades brasileiras. Segundo os autores, voltado a público diversificado com predominância para classe operária. Apontam logo de saída suas preocupações com a tonalidade vermelha da capa e as manchetes com escandalosos ataques ao governo. Apontam que o jornal é de tendência abertamente esquerdista e faz oposição expressa e declarada ao regime em vigor no país. Os autores reproduzem em destaque as suas principais manchetes: “Empresário

<sup>299</sup> Refere-se aos episódios envolvendo o cantor Wilson Simonal, que teve sua carreira abalada após sofrer acusações de ser informante dos órgãos de repressão, e ao caso de Flavia Schilling, estudante gaúcha que vivia no Uruguai acompanhando os pais exilados. Em 1972, aos dezenove anos de idade, foi presa naquele país por atuação na luta armada. No período de produção do trabalho citado, havia sido recentemente libertada após intensa campanha desencadeada no Brasil quando da promulgação da Lei da Anistia.

<sup>300</sup> No ano de 1983, a Revista Unidade, que trata dos assuntos táticos da BM, estampava uma extensa matéria sobre um estudo aprofundado do efeito psicológica das cores, visando a mudança das cores das viaturas e uniformes da corporação. UNIDADE Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar, n1 ano 1. Porto Alegre, 1983.

<sup>301</sup> Spalding et al. op. cit., p.19.

<sup>302</sup> Ibid, p.19.

rouba dois bilhões”; “Fascistas atacam na calada da noite”; “Ultrajado o Santo Padre”; “Duas mil pessoas protestam contra tentativa de reprimir HP”; “UNE e mais seiscentas entidades exigem eleições”; “SBPC: Índios em luta vão criar federação nacional”; “Papa execra lei contra estrangeiros”; “Bolívia Unida contra golpistas”; “Clubes duros e cartolas faturando às suas custas”; “Soviéticos garantem o bom nível dos jogos”. O autor afirma que tais manchetes são anunciadas e comentadas em voz alta, no centro de Porto Alegre, em plena Rua da Praia no horário de maior movimento. Os anunciantes e vendedores, “são moças e rapazes de boa apresentação preparados para esse tipo de propaganda”<sup>303</sup>.

O momento político brasileiro garante a livre circulação de jornais e revistas, com informações dessa linhagem, atendendo ao propósito de conduzir o país à democracia plena. O jornal tece críticas ao governo, às autoridades constituídas e ao regime, em toda sua plenitude, A página de cultura se detém em comentários sobre peças teatrais, filmes e obras sempre repletas de mensagens de luta e descontentamento sociais<sup>304</sup>.

Na parte dedicada às Emissoras de Rádio, o autor, orgulhoso de sua origem campeira, apela para uma linguagem saturada de expressões regionais, onde descreve a vida no campo e a “dignidade moral” da comunidade do interior, formada por um sistema educacional “à moda antiga”. Descreve as mazelas do êxodo rural, em que o homem do campo é “corrompido pelos maus costumes da cidade, virando mão-de-obra barata na construção civil, ou entregando-se ao vício”<sup>305</sup>. Em sua perspectiva, somente o rádio ainda representaria através de seus programas de música tradicionalista aliados aos “Cetegês”<sup>306</sup> (sic) o “último reduto da cultura regionalista, e símbolo da esperança de manutenção da cultura gaúcha”<sup>307</sup>. Nesse aspecto vemos uma interessante abordagem por parte do autor, preocupado mesmo com a ameaça representada pela aculturação norte americana:

É claro que entendemos a necessidade de que se estabeleçam boas relações e haja reciprocidade de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos. Mas que haja, também, respeito pelo que é nosso, respeito pela

---

<sup>303</sup> Ibid, p. 26-27

<sup>304</sup> Ibid, loc. cit.

<sup>305</sup> Ibid, p. 30-35.

<sup>306</sup> De “CTG” - Centro de Tradições Gaúchas.

<sup>307</sup> Ibid, p.45.

nossa cultura, respeito pelos valores morais da nossa Nação. Na escolha de manter relações com os Estados Unidos ou com a Rússia e seus satélites comunistas, é claro que elegemos a pátria de Abrahão Lincoln e de Roosevelt, mas dentro do posicionamento já enunciado por Monroe – “O Brasil para os Brasileiros, e os Estados Unidos para os norte americanos”(sic) Somente fortalecendo nossa própria cultura poderemos resistir às influências alienígenas,- *sejam elas de que nacionalidade forem*<sup>308</sup>.

A seguir passam os autores para o item destinado às emissoras de televisão, apontando inicialmente os cinco canais de televisão em funcionamento no estado, e mais um então fechado pelo governo: O Canal 2 – TV Guaíba, da Cia Jornalística Caldas Junior; o Canal 4 – TV Pampa, da Cia. Riograndense de Emissoras; Canal 5 TV Piratini da Diários Associados, vinculado a Rede Tupi- (segundo os autores fora do ar por ordem do governo por não cumprir seus compromissos com a previdência); o Canal 7- TV Educativa, do Governo do Estado do RS e vinculado a Rede Educativa; o Canal 10 TV Difusora, associada a Rede Bandeirantes, e o Canal 12 – TV Gaúcha da Rede Brasil Sul de Comunicações, ligada à Rede Globo.

O trabalho apresenta uma crítica inicial de cada canal, destacando perfil, tipo de programação, tempo diário no ar, idade do público alvo e qualidade da programação. Apontam que em todos os canais, a programação que maior tempo ocupa é a infantil. Segundo eles, “geralmente apresentam filmes que ajudam a deturpar a mente infantil, tornando-a alvo fácil para o incentivo às ideias contrárias à nossa formação”. Defendem que “os filmes de guerra deveriam ser exclusivos para o público adulto”. Apontando a “gravidade do fato de 70% do mercado ser dominado por apenas uma rede nacional.” sendo a maior responsável pelo mal que assola nosso país nos dias de hoje, as telenovelas. Segundo o autor, as novelas são exibidas em horário em que as crianças ainda estão acordadas, promovendo “o desajustamento familiar e em nada contribuindo para uma melhor formação cultural de nosso povo, e agindo pelo contrário, como elemento desagregador de famílias”. Sustentam que os programas seriam os responsáveis diretos por alterações na característica “pacata e ordeira” de nosso povo, em razão de exemplos nada construtivos que lhes são “jogados diariamente ante os olhos”, em uma clara “intenção de subverter as

---

<sup>308</sup> Ibid, p.46 grifo dele.



mentes e tornar o povo aliado aos movimentos comunistas internacionais, perigo constante em nossos dias”<sup>309</sup>.

Segundo os autores, “a televisão, por ser o órgão de comunicação mais importante na atualidade, é muito utilizada para enfatizar o noticiário contrário aos interesses nacionais, dando relevo a fatos que favorecem a causa comunista”. Citam como exemplos atuais dessa situação “os casos do seqüestro de dois elementos ligados à subversão no vizinho Uruguai”; ou “o caso de uma brasileira que foi presa e condenada pelo Uruguai por envolvimento com subversivos atuantes no país” e que, segundo os autores, “foi transformada pela imprensa em autêntica heroína nacional”<sup>310</sup>. Mais recentemente, apontam que foi dada a divulgação de uma acusação que políticos brasileiros teriam aberto contas em bancos suíços, lá aplicando vultosas somas em dinheiro<sup>311</sup>.

No campo internacional, também defendem que são utilizadas nos noticiários diários de televisão a exploração de maneira sensacionalista de fatos que vão de encontro às instituições legais de países amigos. A exploração sensacionalista do caso Watergate nos Estados Unidos; ataques ao Gen. Augusto Pinochet, um anticomunista que assumiu o governo do Chile e, da mesma forma, contra o presidente do Vietnã do Sul, Van Thieu, que lutou contra a infiltração comunista, são alguns exemplos dentre outros tantos, do mau uso que se faz dos noticiários de televisão<sup>312</sup>.

Alertam para uma sistemática campanha de desmoralização da polícia, geralmente apresentada com uma imagem negativa:

Sendo mostrada aos olhos do público como um refúgio de venais e criminosos, espancadores e torturadores, julgando instituições policiais inteiras pelas exceções. [...] É evidente que as polícias apresentam falhas, que, no entanto, sempre que são detectadas são combatidas. Mas querer julgar o conjunto baseado em fatos de exceção, é um procedimento que só pode favorecer a subversão<sup>313</sup>.

A preocupação com esse ponto é particularmente marcada pois, segundo o autor, a utilização da imprensa para a desmoralização de políticos, militares e policiais seria

<sup>309</sup> Ibid, p.48-50.

<sup>310</sup> Referindo-se ao caso do “Sequestro dos Uruguaios”, em que Universindo Dias e Lilian Celiberti acompanhada por suas duas crianças, foram sequestrados em uma operação conjunta realizada por agentes uruguaios e brasileiros em novembro de 1978 na cidade de Porto Alegre e, novamente, ao caso Flávia Schilling.

<sup>311</sup> Ibid, p. 51

<sup>312</sup> Ibid, p. 52

<sup>313</sup> Ibid, p.52.

justamente o conjunto basilar dos fatores utilizados pelo MCI para subverter a ordem da nação. Essa campanha pró-subversiva se manifestaria ainda na recorrente divulgação da “proposta da coexistência pacífica”, pregada pela Rússia como sendo a maneira de coexistir em paz no mundo. No entanto, afirmam os autores que essa estratégia seria abertamente apontada como arma ideológica marxista-leninista por Krushev, sendo um bom exemplo do serviço prestado ao inimigo.

A TV e seus órgãos de imprensa, veiculam de forma natural, e muito frequentemente até simpática, os líderes dos movimentos comunistas dirigidos pelo MCI. Urge medidas para sanar tal problema. O governo deve tomar para si o cuidado de acionar seus meios de controle antes que a degeneração seja total [...] Esta forma de apresentar as coisas, de maneira subjetiva, quase subliminar, faz com que sejamos forçados a repensar em termos de televisão [...] Nosso povo está sendo levado pouco a pouco a simpatizar com movimentos de esquerda. Basta falar bonito e apresentar fatos, a maioria forjados, para que comece a receber adeptos e defensores da causa comunista<sup>314</sup>.

Apontam que os noticiários são outra cooperação que a televisão presta à subversão comunista, dando destaque aos assaltos, sequestros, e atos de terrorismo. Segundo os autores, ações comunistas de “propaganda armada”, cuja finalidade é justamente desmoralizar as instituições da lei e a ordem.

Terminam apontando os benefícios que a grande divulgação dos Jogos Olímpicos de Moscou trará ao MCI, onde mesmo o boicote norte americano à competição teria surtido efeito contrário, permitindo que os Russos apareçam em posição de destaque, favorecendo a criação de novos ídolos soviéticos, e fazendo com que os russos consigam o que Hitler não conseguiu nas olimpíadas de Berlim, ou seja, mostrar a uma falsa superioridade de seu povo.

Os autores encerram sua obra fazendo breves sugestões sobre as soluções dos desafios apontados. Sustentam que primeiramente deveríamos lutar pela preservação dos valores culturais brasileiros, desarticulando campanhas marxistas e/ou anarquista que visem à subversão. Sugerem uma linha de ação baseada na reestruturação e no redimensionamento da formação moral e cívica dos jovens, recorrendo-se aos centros de civismo, aos centros de tradição, e à valorização da hierarquia. Por último, propõe uma nova

---

<sup>314</sup> Ibid, p.53

estratégia de relacionamento com os órgãos de imprensa baseado no apoio as manifestações positivas dos meios de comunicação<sup>315</sup>.

### 3.3.3 A Igreja

Em “A Participação da Igreja na Guerra Revolucionária”. Monografia de Conclusão do CAO de 1981, os autores analisam as consequências do que consideram uma crise surgida no seio da igreja após a segunda guerra mundial. Segundo eles, decorrente do deslocamento do centro de gravidade da “questão social” do operariado urbano, ligado à indústria para o homem do campo, traço que seria particularmente marcante dos problemas sociais na América Latina<sup>316</sup>.

A partir da análise da situação, um número expressivo de padres e leigos perceberam a necessidade de uma revisão doutrinal por parte da igreja em relação ao marxismo. Segundo nossos autores, para estes religiosos a solução para os problemas do continente seria o comunismo. Eles avaliam o envolvimento de religiosos em atividades sociais como decorrente do o impacto dos desafios internos e externos relativos a situação de miséria da população do continente. A divisão bipolar do mundo também influenciaria diretamente o racha interno da igreja em trono das duas “ideologias” em disputa. Sustentam entretanto, que a Igreja como instituição sempre manteve-se contrária as “ideologias materialistas”, criando assim um impasse que afetava as ações e atuações de religiosos e leigos católicos. De um lado ficaram os religiosos tidos como conservadores, que não aceitavam a “terapia marxista”; numa segunda posição os que entenderam a adoção dessa ideologia, mas que não desejavam a absorção da Igreja pelo Comunismo e, numa terceira posição, os “extremados”, segundo os autores, “como o padre guerrilheiro Camilo Torres”<sup>317</sup>.

A situação de divergência evoluiria para um racha no interior da Igreja em grupos divididos em torno da Questão Social. Segundo nossos autores, Socialistas Cristãos e Comunistas entenderam ser necessário doutrinaria e operacionalmente rejeitar o sistema

---

<sup>315</sup> Ibid, p. 55-56.

<sup>316</sup> DORNELES, J. C. Marocco; BORGHETTI, L. Francisco; KROHN, W. Roberto. A Participação da Igreja na Guerra Revolucionária. 1981. Monografia de Conclusão. (Curso Aperfeiçoamento de Oficiais)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1981. p. 18.

<sup>317</sup> Padre colombiano que aderiu a luta armada em seu país. Foi morto em combate no ano de 1966, tendo seu corpo desaparecido pelo Exército. Ibid.p.19.

capitalista responsável pela sociedade de consumo. Não se poderia combatê-lo aceitando as regras por ele impostas e fazia-se necessário destruí-lo, por meios pacíficos (socialistas), ou por um processo radical e violento (comunistas). Segundo os autores, para ambas as correntes, os princípios da Doutrina Social da Igreja, livre e convenientemente interpretados, devem ser convertidos num programa político partidário<sup>318</sup>.

Os autores entendem que os mais salientes instrumentos de ação revolucionária da Igreja seriam os oriundos da Ação Católica (AC ou ACB). Segundo eles, a partir dos anos cinquenta a AC fomentaria a criação de uma série de organizações voltadas à juventude – Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Estudantil Católica (JEC), e a Juventude Universitária Católica (JUC). Logo em 1954 essas entidades passariam a preocupar-se com os problemas sociais. Citando o relatório do Pe. Almerly Bezerra, capelão da JUC em Pernambuco, os autores apontam que no congresso de 1960, em comemoração aos seus dez anos, os “*jucistas*” produziram um documento final que concluía que “A sociedade atual deveria ser radicalmente transformada e a doutrina social da igreja não seria o instrumento capaz de conduzir essa transformação”<sup>319</sup>.

Nesse período apontam que a JUC, sob a liderança de Herbert de Souza, apresentou um documento que ficou conhecido como diretrizes mínimas. Esse documento propunha aos *jucistas* a participação na luta contra o subdesenvolvimento, na implantação imediata da reforma agrária, e contra a política dos monopólios. No mesmo ano a JUC se aliou a Juventude Comunista e conquistou a presidência da UNE, transformando-se, no entender dos autores, em uma organização de fachada do comunismo<sup>320</sup>.

Preocupados com a situação, os membros do clero proibiram os membros da JUC e JEC de participarem dos órgãos diretivos de organizações políticas estudantis. A partir daí, os *jucistas* mais seduzidos pela construção revolucionária criariam uma organização não confessional e exclusivamente política, a Ação Popular, fundada em 1962 sob a direção de Herbert de Souza.

Desde sua criação a Ação Popular se projetou no cenário político nacional como força atuante e dinâmica. O Dinamismo de seus dirigentes, a organização eficiente, a formação universitária de seus membros, a ideologia

---

<sup>318</sup> Ibid., p.23.

<sup>319</sup> Ibid., p.29.

<sup>320</sup> Ibid., p.30.

aparentemente lógica e avançada, o apoio de forças políticas e as bênçãos de alguns eclesiásticos favoreceram sua expansão. Criada nas universidades, imediatamente atingiria fábricas e campos, infiltra-se no quartéis e nas redações de jornais, aconselha ministros, acolhe bispos. [...] O *apista* tem consciência que a luta será longa, que a possibilidade de uma revolução imediata é uma visão errônea da realidade. A preparação revolucionária deve constituir-se em um trabalho de conscientização das massas de organização das forças, de um clima crescente de agitação<sup>321</sup>.

Segundo os autores, a partir dessas premissas, os “*apistas*” desenvolveriam diversas ações no intuito de conseguir instrumentos para sua ação radicalizadora, mobilizando as massas por meio de movimentos de alfabetização de adultos, promoção de cultura popular, sindicalização rural e urbana. Segundo os autores, nos meses que precederam a queda do governo Goulart, eles estiveram presentes e atuantes em todas as crises “que quase levaram o país ao caos”. Segundo os autores, a AP fomentou greves, participou do Pacto de Unidades e Ação (PUA), da frente de mobilização Popular, apoiou a revolta dos Sargentos, fomentou as Ligas Camponesas e as invasões de terras. Das atuações, a realizada entre militares era a que mais preocupava nossos autores:

Na campanha dos sargentos, apregoavam que “As forças Armadas apresentam a mesma e profunda divisão, a grande divisão: a classe dominante e a classe dominada, ‘gorilas’, e sargentos.” [...] “Os sargentos representam hoje o esforço de um Brasil sem ‘gorilismo’, e os gorilas pressentem esse fato”. A consciência revolucionária dos sargentos cresce espantosamente. Assim tornam-se fundamentais para a AP estabelecer contatos com os sargentos em todos os núcleos, dando sustentação política as suas reivindicações e solidarizando-se com suas disposições de luta. Enquanto minavam a consciência dos sargentos, projetavam para os mesmos o filme russo “O Encouraçado Potemkim”<sup>322</sup>.

A questão dos Sargentos foi particularmente sensível para os oficiais das forças armadas. A “Reunião do Automóvel Clube”, realizada entre Jango e as lideranças nacionais dos sargentos seria um dos estopins do golpe militar. Havia entre os sargentos um grande movimento “nacionalista” mobilizado em torno das reformas de base. No Rio Grande do Sul, organizavam-se em torno do chamado “Comando da Renascença”. Esse movimento tentou eleger candidatos nas eleições de 1962, com plataformas políticas que além dos interesses específicos dos subalternos das Forças Armadas, defendiam a reforma agrária, a legislação

<sup>321</sup> DORNELLES et. al. op. cit., p. 34 -35.

<sup>322</sup> Ibid, p. 36 .

trabalhista para camponeses, limitação da remessa de lucros de firmas estrangeiras, o monopólio estatal das fontes de energia, a encampação da Light de Pelotas entre outras. Definiam sua orientação como Nacionalista Social Cristã, baseada nos princípios das Encíclicas *Rerum Novarum* e *Mater et Magister*<sup>323</sup>. No Rio Grande do Sul durante o episódio da Legalidade, os sargentos da Aeronáutica impediram por meio de sabotagem a decolagem dos aviões que haviam recebido ordens de bombardear o Palácio Piratini<sup>324</sup>. Em termos militares, os sargentos e sub tenentes representam as mais altas graduações até onde avançam os “praças”, homens que ingressam nas corporações como soldados. Numericamente as praças representam cerca de noventa e cinco por cento dos homens das forças. Se consumada uma aliança direta entre o presidente Jango e os sargentos, os oficiais ficariam impotentes militar e politicamente, a exemplo do ocorrido na tentativa de bombardeio do Piratini. É a repetida “ameaça de quebra da hierarquia militar”.

Segundo os autores a atuação da AP radicalizou-se depois do golpe, com diversos de seus membros levantados pelos órgãos de informação como atuantes na conspiração denominada Operação Pintassilgo em novembro de 1964, organizada do exterior sob o comando de Leonel Brizola<sup>325</sup>. Com relação ao Rio Grande do Sul apontam que no estado “esse movimento contou com a participação de intelectuais como Ernani Maria Fiori (UFRGS), Francisco Ferraz (Um dos atuais dirigentes da UFRGS), Héglio Trindade e Ernildo Stein”<sup>326</sup>.

A atuação da CNBB também é registrada pela monografia. Os autores apontam a trajetória de “mudança de lado” ocorrida com a confederação ao longo do período de regime. Inicialmente adotando postura a favor do golpe e do governo militar, inclusive com textos publicados nesse sentido, alguns dos quais reproduzidos na obra<sup>327</sup>. Os oficiais apontam que dada a existência de elementos de esquerda dentro do próprio clero, e da repressão desencadeada sobre eles, a Igreja resultaria excluída do bloco de poder, de forma que o clero progressista passaria a se posicionar contra o governo. A igreja se dividiu em clero conservador e clero progressista. Este último reivindicando a posição de “voz dos que perderam a voz”. Segundo os autores, o Clero Progressista adotaria a partir de então uma

---

<sup>323</sup> SILVA, José Wilson. *O Tenente Vermelho*. Porto Alegre: Tchê. 1987. p. 25 et seq.

<sup>324</sup> *Ibid*, p. 48-49.

<sup>325</sup> DORNELLES et. al. op. cit., p.37.

<sup>326</sup> *Ibid*, p. 71.

<sup>327</sup> *Ibid*, p.46.

crecente subida do tom em suas publicações contra o Estado, até a publicação em 1979 do documento “Repressão da Igreja no Brasil 1968-1978” no qual se relata que nesses dez anos 122 religiosos, de bispos a seminaristas, e ainda mais 273 leigos envolvidos com trabalhos pastorais, haviam sido presos ou detidos,<sup>328</sup>.

Embora cientes da ausência vínculos entre a Igreja o PC, os alunos brigadianos mostram-se atentos à influência que os religiosos exercem sobre a população, não ignorando que os progressistas conseguiram que a monárquica estrutura eclesial incorporasse os instrumentos que julgavam mínimos para suas atividades. Surgiram aí organismos como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em uma ideia de “Igreja preocupada com a sorte do povo”. Expondo um breve histórico da atuação do órgão, apontam que o CIMI surgiu em 1972 em Brasília, durante um debate no qual os missionários concluíram que até então “a Igreja curava almas de corpos condenados à morte”. A CPT também surgiria representando “a própria auto crítica de uma igreja latifundiária no sentido exato e atrasado da palavra”. Em 1975 ocorreu a primeira assembleia nacional do CIMI. Onde segundo os autores foram traçadas as linhas mestras do trabalho – Terra, Cultura, Outra Determinação (sic) e Conscientização”. Ainda segundo eles, nos estados do sul, o CIMI organizou equipes volantes encarregadas de percorrer os postos indígenas levantando os problemas e incentivando os índios a realizarem assembleias.

Sua conquista mais importante foi a organização dos próprios índios a partir de assembleias e encontros informais, as lideranças passaram a manter estreitos contatos estreitando sua união. Os autores apontam que experimentados guerreiros xavantes do Mato Grosso do Sul participaram de assembleias e encontros informais em aldeias do sul, norte e nordeste, debatendo com seus irmãos a necessidade de se organizarem para retomar suas terras. No primeiro semestre de 1978 estouraram rebeliões dos Kaingang no Paraná e no RS, contra intrusos nas áreas indígenas. Ainda segundo os autores, em 1980, em uma assembleia em Campo Grande, criou-se a União das Nações Indígenas, a fim de promover a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas, garantir a inviolabilidade de suas terras, e assessorar os índios no reconhecimento dos seus direitos. No encontro,

---

<sup>328</sup> Ibid, p.66.

além de lideranças indígenas de diversas tribos, participaram estudantes vindos de Brasília<sup>329</sup>.

A CPT por sua vez, organização voltada ao trabalho junto aos camponeses, seguiria segundo os autores a linha da formação, procurando não apenas motivar os agentes pastorais, mas prestar serviços às organizações dos trabalhadores como cartilhas com explicações sobre os direitos dos posseiros, dos meeiros, dos assalariados; cursos de orientação para formação de sindicatos, enfim, apoio para que os próprios trabalhadores, de diferentes regiões, pudessem se encontrar e discutir seus problemas buscando soluções comuns.<sup>330</sup>

Seguindo uma marcada característica dos trabalhos voltados a análise de conjuntura ou dos atores atuantes no Rio Grande do Sul, nossos autores desenvolvem uma análise que acompanha a atuação de seus pesquisados até seu momento presente, buscando compreender como atuam em seus dias, se possível traçando indícios ou tendências de suas atuações para períodos vindouros.

Os autores desenvolvem também uma análise do Documento de Puebla, publicado após a conclusão da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano realizada na cidade de Puebla de Los Angeles, no México, em fevereiro de 1979. O eixo articulador do Documento de Puebla foi a manifestação por parte da Igreja Latino Americana de uma “opção preferencial pelos pobres”. Nas definições propostas pelo documento, Puebla usa o termo “pobre”, no sentido de *anawin*: palavra grega que significa o curvado, o oprimido, sustentando que na bíblia, o termo aparece com clara conotação político-social. Designa o estrangeiro, o perseguido, o cativo. Neste elenco estariam incluídos os indígenas, os afro-americanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e subempregados, marginalizados e aglomerados urbanos. Jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pelas pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher, os imigrantes, as prostitutas. A opção significaria de uma decisão política de tomada de partido, compreendendo que os pobres são fruto de uma estrutura sócio política opressora<sup>331</sup>.

---

<sup>329</sup> Ibid, p. 50-53

<sup>330</sup> Ibid, p.55

<sup>331</sup> CONCLUSÕES DA IIIª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Puebla de los Angeles. 1979.



No ano seguinte, em fevereiro de 1980, os autores apontam a publicação do documento “Igreja e Problemas da Terra”, por parte do episcopado brasileiro reunido em Itaici, em que se define o apoio à reforma agrária e as lutas contra as injustiças no campo<sup>332</sup>. Em Agosto de 1981 surgiria a “Cartilha de Educação Política” segundo os autores baseada no documento “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”, que reúne reflexões dos bispos que integram a CNBB. Entre outras posturas, a cartilha e os projetos desenvolvidos pela “Regional Sul 3 da CNBB”, incentivam o apoio a projetos de incentivo a Promoção das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), tidos como “pequenos grupos cristão que se reúnem a luz da palavra de deus para debater seus problemas”, o apoio e o esclarecimento sobre os direitos face o conflito de terras e barragens, o levantamento de terras disponíveis para os pequenos agricultores sem terra, a educação sindical e cooperativista, e o estímulo para a organização de núcleos de justiça e paz nas dioceses.

A análise dos autores sobre a posição adotada pela igreja nos anos imediatamente anteriores a produção de seu trabalho, sustenta uma linha de continuidade entre a postura adotada pelo clero progressista desde o início do regime militar.

Hoje não há luta no campo que não tenha a presença da Igreja, não mais se empenhada a proteger seu rebanho, mas em ajuda-los para defender seus supostos direitos como no caso do ABC, [em apoio] aos metalúrgicos em greve<sup>333</sup>.

As limitações impostas a realização de censura ou repressão aos seus membros, somados ao seu papel de formadores de opinião e sua capacidade de articulação e divulgação internacional, alçaram setores do clero a condição de uma das maiores e mais articuladas forças opositoras ao regime durante o período estudado. A situação talvez explique a preocupação dos alunos oficiais com a atuação dessa entidade, ressaltada em diversos outros trabalhos ainda que não diretamente direcionados ao tema.

Por outro lado, chama a atenção que trabalhos realizados por oficiais gaúchos, que trazem detalhes da atuação de diversos órgãos e movimentos dentro da igreja católica, da conjuntura imediata de sua atuação no Rio de Janeiro, não comentem em nenhum momento

---

<sup>332</sup> DORNELLES et. al. op. cit., p.47-348.

<sup>333</sup> DORNELLES et. al. op. cit., p. 67

a atuação dos religiosos em apoio a atividades das organizações de luta armada. Essa atuação que em nosso estado teve um palco privilegiado, sendo nossas fronteiras utilizadas para a fuga de militantes para o exterior, sendo o Frei Betto inclusive, preso no Rio Grande do Sul em plena atividade.

De todo modo, a monografia nos fornece interessantes informações sobre a percepção dos oficiais sobre as atuações da Igreja Católica e sua atuação em favor da Guerra revolucionária. “Mesmo que não filiada ao PC”, atuaria com grande capacidade de mobilização por meio de seus órgãos pastorais e comissões e, principalmente, por suas articulações com diversos outros setores da resistência e oposição ao regime, como movimentos sindicais, indígenas, estudantis, camponeses, e entidades internacionais. Situação que a proporciona possibilidade de conduzir parcelas significativas da população pelas “sendas da subversão”. Nesse sentido de capacidade de articulação com diversos outros movimentos é onde que percebemos as preocupações relativas a sua atuação, como por exemplo no “cenário futuro” exposto na já citada monografia do cap. Elson Barisch, também aluno da turma do CAO de 1981, que projetando uma situação de Guerrilha Urbana para o ano de 1982 previa:

Uma insurreição popular, contando com a colaboração da igreja marxista e de suas comunidades eclesiais de base, que se ligam às associações de bairro, todas elas dominadas pelas organizações comunistas. [...] Rio de Janeiro é o ponto “A” da insurreição, a começar pela baixada fluminense, onde se situam dois bispos marxistas e se encontram todas as condições sócio econômicas de miséria favoráveis ao levante<sup>334</sup>.

Esse papel de atuação articulada, ou mesmo de articuladores entre diversos movimentos de resistência, atribuído à Igreja, evidenciado nos trabalhos acima, também aparece relatado no trabalho de Galvão. Com uma monografia dedicada ao tema das Informações de Segurança Interna e seu uso no Policiamento Ostensivo, o autor desenvolve sua obra tratando das peculiaridades da montagem funcionamento e atuação de uma Seção de Informações, a 2ª Seção do Estado Maior. Aborda os mecanismos de obtenção dos informes e construção da “Informação”, interessado em apontar sua perfeita adequação e

---

<sup>334</sup> BARISCH, Elson Augusto de Abreu. *A Segurança Interna: Simulação de uma situação de guerrilha urbana no período 1981/1982 e as repostas das Polícias Militares*. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Porto Alegre: APM, 1981. p.14

aplicabilidade para utilização nas atividades de planejamento e execução do Policiamento Ostensivo. O trabalho foi em muito citado em nossa obra, com todos esses mecanismos detalhadamente descritos no item 3.2.1. No item que segue, também voltado a construção e percepção do inimigo nas atividades da Academia de Polícia Militar, centraremos nossa análise em um documento fornecido por esse autor, anexado ao fim de sua obra. Sem indicação de autoria e sob o título “A Atuação das Esquerdas na Atualidade”, o documento pela natureza e forma de exposição dos dados, indica provavelmente trata-se de um relatório de “Informações”, descrevendo as atividades da esquerda no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul no presente imediato de produção da obra.

#### 3.3.4 Informações e atuação da esquerda em 1984

Galvão, oficial da Polícia Militar de Pernambuco e aluno visitante na turma do CSPM de 1984 da APM-RS, nos fornece em sua obra uma explicação sobre os mecanismos de produção de informações utilizados nas Segundas Seções de Estado Maior, as PM2, órgãos de Informações das Polícias Militares. Define os principais conceitos organizacionais e de produção de informações utilizados na operação de um órgão de inteligência, explicando sua natureza e o funcionamento. Em seu trabalho desenvolve a temática interessado em sua utilização em atividades de Policiamento Ostensivo. Como nas demais obras estudadas, o autor se mostra atento à conjuntura internacional e ao papel fundamental exercido pelas PMs na Segurança Interna, segundo ele “dada a interpretação, cada vez mais intensa, entre os eventos internos e as tensões e conflitos de ordem internacional”, e que “hoje, mais do que nunca, o quadro ideológico é o pano de fundo para o cenário de quase todas as nações, impregnando os movimentos sociais, com a paixão de lutas pelas soluções imediatistas e às vezes absurdas, baseadas em causas justas ou injustas”<sup>335</sup>.

Movido por essas preocupações o autor publicou em anexo a sua obra um relatório com cerca de 30 páginas, intitulado “As Esquerdas na Atualidade” versando sobre o contexto de atuação da esquerda brasileira, e particularmente gaúcha, no período até 1984. O documento fornece um relato das atividades de diversos grupos atuantes, iniciando pelos

---

<sup>335</sup> GALVÃO, José Noronha. *O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo*. 1984 Monografia de conclusão (Curso Superior de Polícia Militar) - Academia de Polícia Militar. Porto Alegre, 1984. p. 25-26.

organismos mais clássicos da esquerda brasileira, o PCB e o PC do B, abordando ainda o MR-8, as organizações Trotskistas, e o novo movimento sindical. Através da atuação dessas forças, aborda mesmo que indiretamente toda a florescente atividade da esquerda e da oposição ao regime que ganhava volume e novas formas a partir da Abertura. Articulam-se as atividades dos mais diversos tipos de movimentos, os velhos e novos partidos, os estudantes, o novo sindicalismo e as greves, movimentos como o dos seringueiros e protetores da Amazônia, as Comissões e Pastorais da Igreja de Base, Pastoral da Terra, Pastorais Comunitárias e suas atuações nas favelas e comunidades, Pastoral Carcerária nos presídios, o incipiente movimento dos trabalhadores rurais sem terra, os movimentos pela anistia e reorganização partidária ocorrida na esquerda nesse período de abertura. Nesse quadro, nossa análise mais do que interessada na veracidade ou correção das informações levantadas quanto às características, atuação e articulações dos movimentos abordados, atenta para como são percebidos e enquadrados pelo próprio órgão de Informação. Atentamos para se, ou como, aparecem trabalhados os conceitos fornecidos pela Doutrina de Guerra Revolucionária, e como são utilizados para a compreensão das atividades desenvolvidas pelos movimentos em questão.

A categoria *Informação* refere-se ao produto final de um *Ciclo de Informações*. Após definidas as necessidades de informações por parte dos planejadores, os agentes vão a campo para o levantamento de Informes, que seriam informações iniciais levantadas de diversas formas. Esses informes quando adequadamente reunidos, classificados, registrados e avaliados, transformam-se em *Informação*<sup>336</sup>.

No esquema proposto, as informações produzidas no ciclo de informações, são classificadas e subdivididas entre informações *Descritivas e Correntes*. As Informações Descritivas representam dados mais ou menos permanentes e imutáveis. Já a Informação Corrente é a relacionada a conhecimentos ou fatos atuais ou ocorridos recentemente, apresentando um valor imediato aos planejadores e executores. Se considerada em relação ao tempo é a mais ligada ao presente imediato<sup>337</sup>.

Acreditamos que esses são o tipo de dados que encontramos compilados no relatório abaixo. Ao abordar as atividades das organizações de esquerda, o relato em muito segue a

---

<sup>336</sup> Ibid., 39-49.

<sup>337</sup> Ibid., p.40.

fórmula indicada por Barisch, quando descreve as atividades das PMs na contraguerrilha. Esse último autor apontou a necessidade da elaboração de um relatório de informações durante as *Fases Preliminares* que antecedem a atuação.<sup>338</sup> Ainda segundo o autor, esse relatório deveria fornecer informações como as causas e reivindicações alegadas para motivar os distúrbios, as classes de pessoas que poderiam se solidarizar com as manifestações, o levantamento de informações sobre as organizações envolvidas, seus planos de ação e atividades, principais slogans e causas, seus líderes e simpatizantes etc...<sup>339</sup> O relatório que segue em muito adota essa fórmula, indicando desde os aspectos mais amplos das organizações como suas articulações internacionais, passando por seus principais meios de atuação, organizações de frente, órgãos apoiadores, de divulgação, atividades, planejamentos, chegando em suas principais lideranças.

Não há no trabalho ou nos anexos indicação da autoria ou origem do documento. Sobre o conjunto de sua obra, Galvão indica que o material básico utilizado na pesquisa resultou de documentação bibliográfica fornecida pela 2ª Seção da Brigada Militar e 2ª Seção da Polícia Militar de Pernambuco, e ainda outros livros e materiais do Exército e da Escola Superior de Guerra<sup>340</sup>.

No relatório anexado por Galvão, encontramos uma visão articulada em poucas páginas, da presença e atuação da “esquerda” nesse período de abertura política no Brasil. Inicia apresentando sua preocupação com a expansão do comunismo em âmbito internacional:

Há pouco tempo a Organização das Nações Unidas (ONU), publicou em dados estatísticos e levantamentos feitos, que 90 dos principais partidos comunistas no mundo, excluindo a China, já contam com 47 milhões de filiados. No Brasil, após a revolução de 1964, com a extinção e proscricção dos partidos de extrema esquerda, tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Social Progressista (PSP) e outros, seus membros se subdividiram. Grande parte de seus integrantes passou a integrar a oposição da época, enquanto outros se mantiveram na clandestinidade durante muito tempo, pois o regime em vigor não oferecia condições para que se manifestassem publicamente. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de seu Secretário Geral – GIOCONDO GERBÁSIO DIAS- solicitou ao Tribunal Eleitoral a legalização do seu partido, bem como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão também proscrito em 1964, está em plena

---

<sup>338</sup> Seção 3.2.

<sup>339</sup> BARISCH, op. cit., p.26.

<sup>340</sup> GALVÃO, op. cit., p.17.

organização, contando inclusive, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>341</sup>.

Depois o documento inicia uma seção da obra intitulada “Principais grupos de extrema esquerda atuantes no país.” O texto elenca a situação das principais organizações de esquerda e de oposição atuantes naquele momento. Aponta suas principais lideranças, estratégias, “palavras de ordem”, órgãos de divulgação, apoio e ligações internacionais, presença e atuação na sociedade brasileira e mesmo seus rachas e divergências internas. O relatório aborda a atuação do PCB, PCdoB, MR-8, das organizações Trotskistas e dos Movimentos sindicais então em reorganização.

A primeira organização analisada é o Partido Comunista Brasileiro, que segundo o documento ainda estaria desenvolvendo estratégia visando à conquista do poder político e instalação de um “regime nacional e democrático de transição ao socialismo”. Para tanto o PCB estaria adotando como principais *táticas* a luta do Partido em torno da palavras-de-ordem: anistia, liberdades democráticas e constituinte. Após a conquista da Anistia, os objetivos passaram a ser a legalização do PCB e luta pela Constituinte. Suas principais Organizações de Frente seriam o Instituto Cultural Brasil-Rússia, o Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais, o Centro Brasil Democrático (CEBRADE), os Movimentos Contra o Custo de Vida, os Comitês Brasileiros de Anistia, e as Comissões de Direitos Humanos. Ainda segundo o relatório, o partido teria nesse momento atuações nos campos operário, político, estudantil e religioso. No Campo Operário através das Federações de Trabalhadores, Sindicatos de Classes, Igrejas e outros, agindo, geralmente através de greves. No campo político contaria com diversos parlamentares comprometidos com o Partido. As estratégias de aproximação com partidos legais empregadas são o apoio financeiro a candidatos a cargos eletivos, apoio da divulgação do candidato junto ao eleitorado. No campo estudantil seus principais redutos estão localizados na Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), em Porto Alegre, e na Universidade de Caxias do Sul (UCS), através dos Grupos “Unidade e Mudança” na PUC/RS e “Unidos”, em Caxias do Sul. O documento aponta que nessas duas universidades esses grupos dirigem os Diretórios Centrais dos Estudantes, e a maioria dos diretórios e centros acadêmicos. No campo religioso, o PCB estaria

---

<sup>341</sup> AS ESQUERDAS NA ATUALIDADE. In: GALVÃO, José Noronha. O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo. Monografia de conclusão. Curso Superior de Polícia Militar. Academia de Polícia Militar. Porto Alegre, 1984 p.58.

conseguindo infiltrar principalmente na Igreja Católica, por ser a mais representativa. Tem como principais órgãos de divulgação os jornais Voz da Unidade (legal), Correio Sindical da Unidade (jornal), Vanguarda (de circulação paulista), e o Voz Operária. Internacionalmente conta com o apoio do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e outros “Partidos Comunistas do Leste Europeu”. Ainda segundo o documento, no Brasil o Partido continua agindo aproveitando-se da abertura política, pluripartidarismo, baixo nível salarial, alto custo de vida, dívida externa do país, elevação das prestações da casa própria e outras, para implantar seus objetivos junto às classes atingidas<sup>342</sup>.

No texto, todos os nomes próprios, tanto os acima citados, quanto os que se seguirão, aparecem sempre grafados em maiúsculas.

O texto segue, abordando a atuação do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. Afirma ser uma organização marxista-leninista, que teve sua origem nas divergências internas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A principal estratégia do PCdoB é a conquista do proletariado, para a busca do poder através da luta armada. Segundo o texto, em julho de 1980, com a anistia concedida pelo governo, o PCdoB redefiniu seu programa, centrando sua tática de luta em torno da “liquidação do regime militar, ampla liberdade política, revogação da lei de Segurança Nacional”. Segundo o documento, a partir da definição dessas diretrizes de ação, o partido partiu para tentativa de angariar militantes e simpatizantes no movimento operário, sindical e estudantil, por meio de jornais, revistas e panfletos que pregam a derrubada do regime e a luta de classes. Aproveitam os justos clamores sociais de saúde, educação, melhorias econômicas e fundiárias, para por meio de meias verdades incutirem nas massas que somente o “socialismo” dará fim aos mesmos. Em âmbito internacional, a análise aponta que o partido relaciona-se com organizações subversivas estrangeiras semelhantes e delas recebe apoio financeiro, material, e de formação de quadros. Recebem apoio propagandístico de auxílio na guerra psicológica, com emissões radiofônicas diárias da “RÁDIO TIRANA”, da Albânia, sistematicamente denegrindo a imagem do Brasil e fazendo proselitismo da insurreição. Suas principais Organizações de Frente são a Juventude Democrática e Progressista (JUDEPRO-RS), Centro de Saúde Cultura e Educação Popular (CSCEP/RS), Centro de Intercambio e Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais (CIPES/RS), Centro de Cultura Operária (CCO-RS), Movimento Contra a Carestia, Movimento

---

<sup>342</sup> Ibid, p.59-62.

Feminino pela Anistia, Comissões Pastorais da Terra, e o Movimento de Defesa da Amazônia<sup>343</sup>.

O relatório aponta ainda que no meio estudantil conquistaram em 1981, através da chapa “Viração”, e da chapa “Resistência”, o comando da União Estadual dos Estudantes (UEE-RS), e dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) das Universidades Federais de Porto Alegre e Santa Maria/RS. Em 1982 devido ao fracionamento dos Grupos “Mutirão” e “Resistência”. O PCdoB perdeu grande parte do seu prestígio. Em 1983 o PCdoB conseguiu junto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) um alinhamento, através do qual passou a ocupar importantes cargos da executiva na União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES/RS). No Estado, o PCdoB teria como principal reduto a Universidade Federal e Santa Maria, através do “Grupo Resistência”, onde continua orientando o DCE e os Das.

No meio religioso o PCdoB atuaria através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), junto aos colonos sem terra do Estado (Nova Ronda Alta, Encruzilhada Natalino, etc.)<sup>344</sup>, posseiros do Araguaia e outros.

Seus principais órgãos de divulgação seriam o quinzenário legal “Tribuna da Luta Operária”, A revista trimestral legal “Princípios”, O jornal clandestino “A classe Operária”, o jornal “A Posição”, no Estado do Espírito Santo, o jornal “Resistência”, no Estado do Pará, o jornal “O Movimento”, atualmente impresso em Portugal, e a “Rádio Tirana” da Albânia, que estaria transmitindo programas em Português para o Brasil<sup>345</sup>.

No plano interno do país, a análise aponta que o PCdoB atualmente tem demonstrado flexibilidade de ligações em determinados setores, unindo-se taticamente ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e em outras enfrentando-o, alinhando-se aos trotskistas ou à ala “pretista” (sic) do PCB. O Clero Progressista estaria também servindo aos propósitos de luta da organização. No campo Internacional teria no Partido do Trabalho da Albânia (PTA), sua principal ligação, seguida do Partido Comunista da Alemanha (Marxista-Leninista), Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista), Partido Comunista

---

<sup>343</sup> Ibid., p.64.

<sup>344</sup> Acampamentos que foram as primeiras invasões de terra no Rio Grande do Sul do movimento que em 1985 adotaria oficialmente o nome de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

<sup>345</sup> Essa preocupação dos órgãos de inteligência com as relações entre o PCdoB e a Albânia derivam de uma aproximação existente no período, que resultou inclusive na realização nesse país da da VII Conferência Nacional do Partido, em 1978-1979. PANDO, Ilo. *VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. Documentário. Estúdio Cinematográfico Nova Albânia: Tirana, 1978-1979. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois.



da Colômbia (Marxista-Leninista), recebendo ainda apoio financeiro do Partido do Trabalho da Albânia, do Centro de Cultura Operária (CCO), do Centro de Intercâmbio e Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais (CIPES)<sup>346</sup>.

A seguir o documento descreve as atividades do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) apontando que o movimento foi criado na Universidade Federal Fluminense em 1966, quando alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), romperam com o “Partidão” (PCB), por discordarem da atuação “pacifista e mobilista” (sic). Segundo a obra, suas estratégias centraram-se na substituição do atual regime pela ditadura do proletariado por meio da conscientização ampla das classes populares para empreendimento da luta armada sob forma de guerra popular e não mais como atividade de guerrilha. Como tática o movimento testaria tentando avançar, como tarefa central, na reconstituição do Partido Comunista Brasileiro, uma organização de revolucionários verdadeiramente profissionais, para que possa planejar seu trabalho, tendo em vista as condições atuais não permitirem suas ações abertamente. Suas palavras de ordem seriam em favor da invasão do Afeganistão pelas tropas Soviéticas, da ingerência da URSS na Polônia, nacionalização dos bancos, estatização de todas as grandes indústrias e monopólios estrangeiros nacionais, e a bandeira da reforma agrária. Segundo o documento, suas principais organizações de frente seriam a Frente Ampla Democrática, a Frente Popular, Frente Ampla das Forças Anti-ditatoriais, Frente oposição, Frente Unidade Popular. No meio operário atua através dos sindicatos, associações e federações. O documento sustenta que o MR-8 estaria por traz do movimento grevista desencadeado a partir de 1979. Por suas ligações com o movimento sindical, o MR-8 teria conseguido mobilizar as classes trabalhadoras desencadeando greves no setor metalúrgico do ABC paulista, da construção civil, do magistério, do transporte coletivo de Porto Alegre, dos bancários e dos vigilantes particulares<sup>347</sup>.

Segundo o relatório, em 1982 o MR-8 através de seus militantes Ricardo Baldino de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Misael Correa e Leopoldo Hickenbick da Silva, conseguiu desencadear uma série de depredações nas grandes empresas da construção civil de Porto Alegre. A ação resultaria no quebra-quebra dos canteiros de obras do III Polo Petroquímico, com a participação direta de Leopoldo

---

<sup>346</sup> Ibid, p. 64-67.

<sup>347</sup> Ibid, p. 68-69.

Hickenbick da Silva. No dia 13 de maio de 82 foi a vez da Construtora e Incorporadora Guerino, cujos canteiros de obras localizados na Av. Baltazar de Oliveira Garcia sofreram grandes depredações. No dia 20 de maio de 82, a paralização e depredação ocorreu nos canteiros de obras da empresa GUS LIVONIUS. No meio político, o MR-8 através dos partidos de oposição do estado, principalmente o PMDB, conseguiu eleger vinte e dois de seus militantes a cargos eletivos no pleito de 1982. No meio Estudantil, por ocasião do 33º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em novembro de 1981 na cidade de Cabo Frio (RJ), conseguiu eleger seis militantes para a diretoria da entidade. Essa tem se revelado uma tendência da organização, que segundo o documento viria concentrando seus esforços no meio estudantil secundarista, onde conseguiu eleger um dos militantes à presidência da União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre (UMESPA). No meio religioso atuaria por meio do Clero Progressista, da Comissão Pastoral da Terra, da Pastoral das Favelas, Pastoral Comunitária e da Pastoral Carcerária. Visando sua estratégia de massa, o MR-8 assumiu ano de 1982 a diretoria da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), criada em São Paulo. Seus órgãos de divulgação são o semanário legal Hora do Povo, a revista legal Brasil Hoje, o jornal clandestino Unidade Proletária, GUARUP Livraria Distribuidora e Editora Ltda., HORA Serviços Jornalísticos e Editora Ltda., Livraria e Editora do Povo, Editora Quilombo Ltda. Internacionalmente estaria ligado a Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua), possuindo inclusive um escritório do Jornal Hora do Povo em Manágua sob responsabilidade do militante Carlos Augusto Fernandes, Organização para Libertação da Palestina (OLP), Frente de Libertação Farabundo Marti (El Salvador), Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), e ainda “ligações com a Líbia e com Cuba”. O movimento ainda teria a peculiaridade de possuir “*Fatores de Força*” oriundos de emissões radiofônicas do exterior e utilização dos serviços jornalísticos de agências internacionais como a Agência Prensa Latina, Agência Nueva Nicaragua, Salpress (Agência de Notícias de El Salvador), Novosti (Rússia) e TASS (Rússia). O relatório conclui que o MR-8 passou a assumir gradualmente importante posição no quadro a esquerdas revolucionárias brasileiras, por apresentar uma organização de bom nível de estruturação, e pela consideração e atribuições que lhe são designadas pelas organizações de Irradiação Internacional<sup>348</sup>.

---

<sup>348</sup> AS ESQUERDAS NA ATUALIDADE. op. cit. p. 68 -73.

Com relação às Organizações Trotskistas o relatório aponta que “existem no Brasil várias organizações trotskistas vinculadas a centros internacionais irradiadores dessa ideologia”<sup>349</sup>. Porém afirma que a Convergência Socialista (CS) seria naquele momento a única Organização de Frente trotskista atuante no estado. Os Jornais e núcleos do Partido dos Trabalhadores (PT) atuariam como suas organizações de fachada. Segundo o texto essa dificuldade de estabelecer frentes decorreria da inimizade histórica dos Trotskistas com o PCB, PCdoB e MR-8. Sua atuação no campo político se daria através do lançamento de candidatos próprios a cargos eletivos concorrendo pelo PT. No Campo Estudantil, a CS decidiu desde fevereiro de 1980 pela opção “Giro ao Movimento Estudantil”, como forma de acumular quadros necessários a uma nova etapa, baseados e em conformidade com a orientação da Liga Internacional dos Trabalhadores, IV INTERNACIONAL, a corrente de Opinião do Trotskismo Internacional. Em decorrência dessa decisão da matriz, a CS teria construído uma Tendência Nacional Secundarista, que participou da reconstrução da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP), e União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES). Esta acumulação de quadros na área estudantil lhe permitiu no ano de 1982, a criação do Grupo Alicerce. Segundo o relatório, em Porto Alegre a CS possuía aproximadamente 60 ativistas em 20 escolas secundaristas, entre as quais Colégio Estadual Júlio de Castilhos, sendo esse o núcleo de maior concentração, tendo como maior articulador Moacir Sebastião de Souza, militante da CS e estudante profissional, que após formar-se em Economia na Universidade Mackenzie em São Paulo, matriculou-se na primeira série do segundo grau. Quanto sua inserção internacional, o relatório limita-se a afirmar que a organização “mantém ligações com centros internacionais”, e que internamente seu maior apoio seria a própria constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). Em sua análise final, aponta que as organizações trotskistas deixaram de lado as concepções ortodoxas de Leon Trotsky e passaram a adotar o “massismo”, de maneira semelhante ao PCB, com a diferença que a partir dos movimentos de massas, pretendem desencadear grandes insurreições populares onde é previsto o conflito armado com os órgãos de segurança. A criação do PT, em oposição aos partidos comunistas mais antigos,

---

<sup>349</sup> Ibid, p.75.

forneceu um “abrigo ideal” para os trotskistas, sendo que sua capacidade de mobilização cresceria à medida do crescimento do PT<sup>350</sup>.

O relatório aborda ainda o Movimento Sindical no Brasil, atento ao seu ressurgimento a partir de 1978 após a longa hibernação imposta pelos governos que sucederam 1964. As greves de trabalhadores do ABC Paulista despertaram o interesse das demais categorias e já em 1980 e 81, não foram só os metalúrgicos de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano /SP que entraram em greve. Porém, logo o movimento se cindiria, com o relatório apontando uma fala de Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, que dirigindo uma plenária em 1981 declarava que:

A chapa 1, com Joaquim dos Santos Andrade, “o Joaquinção” na cabeça, era apoiada por forças do PCB, o PCdoB o MR-8, além de contar com o reforço de federações e confederações sindicais. A Chapa dois, Liderada por Luís Ignácio da Silva, o Lula, conseguira a outra parte do plenários, apoiada em sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, uma pequena representação do Partido Democrático Trabalhista, independentes, e ainda sindicalistas da Igreja<sup>351</sup>.

No Rio Grande do Sul, o relatório aponta que até o ano de 1983 o movimento sindical vinha dando a impressão de assumir um aspecto monolítico, tendência que veio a se concretizar na criação da Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores do Rio grande do Sul (CIET-RS). Foi estabelecido no cronograma de mobilização do CIET-RS para a realização de um Encontro de Classes trabalhadoras (ENCLAT), em Porto Alegre em 15, 16, e 17 de julho de 83. Ainda em lugar da CIET, o ENCLAT elegeu a Central Estadual de Trabalhadores (CET) cuja executiva ficaria assim constituída: Coordenador: Paulo Renato Paim (Pres. Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas). Secretário Geral: Valdomiro Orso (Pres. da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos do Estado). Sec. Administrativo: Ricardo Baldino e Souza (Pres. Sind. Trab. Construção Civil e Militante PMDB- MR-8. Sec. Finanças: José Fortunati (Sind. Bancários). Sec. Organização: Julieta Ballestro (do centro dos professores). Sec. Cultura: Mario Gabbardo (Pres. Sind. Trab. Rurais de Bento Gonçalves.). Sec. Divulgação: Reni Baldasso (Sind. Jornalistas, e João Paulo Marques (Sind. Trab. Vestuário)<sup>352</sup>.

---

<sup>350</sup> AS ESQUERDAS NA ATUALIDADE op. cit., p. 75-78.

<sup>351</sup> Ibid, p.79.

<sup>352</sup> Ibid, p.81.

Também em âmbito nacional o relatório aponta um movimento sindical dividido em dois grandes blocos, a Unidade Sindical, e a Central Única dos Trabalhadores.

A Unidade Sindical segundo o relatório é uma entidade marxista leninista que alinhava correntes do movimento sindical lideradas pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), as quais se identificavam com o PMDB, o PDS, o PCB (linha Comitê Central), PCdoB e MR-8, sendo dirigida por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, presidente do Sindicato dos Trab. Metalúrgicos de SP. No RS estaria ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos, do Vestuário e da Construção Civil. A Unidade orienta seus sindicatos pela negociação com a classe patronal, adotando a greve somente em último caso. Ainda segundo a obra, por essa razão seus opositores o classificam como pelegos. O documento alerta entretanto que essa seria uma das últimas táticas utilizada pelo MR-8, o Princípio da Coexistência Pacífica, preconizado pelo Partido Comunista Central<sup>353</sup>.

Por último o documento aborda a Central Única dos Trabalhadores. A organização teria sido criada por ocasião da CONCLAT de São Bernardo do Campo, identificada com a ideologia trotskista e composta por dirigentes sindicais ligadas a OSI, CS, Alicerce, Juventude Socialista e Clero Progressista. Seria dirigida por Luís Ignácio da Silva, presidente Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. No RS orientada por Paulo Renato Paim, coordenador da Central Estadual dos Trabalhadores, Secretário Geral da CUT, e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Contaria ainda com o apoio do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre por intermédio de seu ex-presidente cassado Olívio Dutra, bem como pela Igreja Católica, por meio do Padre Arnildo Fritzen, da Irmã Aurélia e outros religiosos, junto com colonos de Nova Ronda Alta<sup>354</sup>.

Segundo o documento todos os militantes da CUT e seus simpatizantes estariam ligados ao PT. Sua atuação seria violenta e radical, orientando seus sindicatos para a deflagração de greves, manifestações públicas e paralisações por um dia. Promoveriam a quebra de vitrines e destruição de tapumes de construções, esvaziamento de pneus junto a terminais de transportes coletivos e ainda a formação de “Piquetes” de greves. Segundo a obra, a CUT era então considerada ilegal perante o Governo da União.

---

<sup>353</sup> Ibid, p.83.

<sup>354</sup> Ibid, p. 4.

O relatório fornece fortes indícios de que o Sistema de Informações continuava em plena atividade durante o período abordado por nosso estudo. A quantidade de dados relativos a entidades, organizações, partidos, e mesmo indivíduos, atuantes nas mais diversas áreas políticas e movimentos sociais no estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, dão indícios da abrangência do funcionamento do mecanismo nesse período final de regime e dos amplos setores da sociedade sobre os quais voltava suas atividades. Ao que tudo indica, o levantamento de informações seguia as fórmulas indicadas nos manuais utilizados desde os anos sessenta, em nossa obra apontadas na exposição do Capitão Barisch<sup>355</sup>. Como indicado, preocupam-se em indicar cada um dos os movimentos atuantes, acompanhados de um breve histórico de cada organização, suas estratégias, ligações internacionais, principais lideranças, slogans, órgãos de divulgação, “causas” de antagonismos e pressão utilizadas, a forma que se utilizam das contradições internas do estado, seus setores preferenciais e estratégias de atuação. O relatório aponta em 1984 a permanência do mesmo ideário de busca de informações que guiou o sistema durante todo o período da ditadura. Como apontado pelo próprio Galvão, citando o Seminário de Segurança Interno promovido pela IGPM em 1969:

O Estado precisa conhecer imperativamente, todos os fatores adversos, externos ou internos que se podem opor à consecução da Política Nacional, bem como o valor das pressões por eles exercidas. A posse desses conhecimentos permite ao Estado definir o grau de segurança com que poderá agir em busca de seus objetivos e as possibilidades adversas de prejudicar ou impedir suas ações. São, portanto, as informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo de grande importância<sup>356</sup>.

As preocupações demonstradas por nossos autores relativas ao inimigo revelam a incorporação a essa categoria de todas as forças que em algum momento atuaram em oposição ao regime militar. Desde os inimigos iniciais do regime, com a clássica ameaça comunista representada pelos partidos, assim como os setores ligados ao governo deposto, como vemos nos trabalhos sobre a Anistia, e sobre a atuação da Igreja. Nessas obras vemos indicada a permanência da preocupação com as velhas lideranças comunistas e trabalhistas

---

<sup>355</sup> Ver seção 3.2.

<sup>356</sup> CONFERÊNCIAS do Seminário de Segurança Interna. Inspeção Geral das Polícias Militares e Polícia Federal. Brasília, 1969. “A Moderna Técnica de Controle e Planejamento de Controle de Distúrbios Civis”. apud: Galvão, op. cit., p.35

contra as quais os militares haviam se insurgido em 1964. Passando pelos militantes do Clero Progressista, também já atuantes no período e, particularmente, as organizações leigas que daí tiveram origem. Da mesma forma, sua interligação com as atividades dos movimentos dos Sargentos, do Movimento Estudantil, dos trabalhadores do campo e da cidade. Os católicos por sua importante atuação como resistência e combate ao regime ao longo de todo o período, aparecem percebidos como articuladores e instrumentos das mais diversas organizações durante todo o período. Destacam-se no entender dos militares nas articulações com o movimento dos subalternos das forças armadas, aparecem nas operações subversivas e golpes tramados por Brizola, nas mobilizações de trabalhadores rurais e do campo, dos indígenas, das associações comunitárias de associações de bairro etc...

Mas acima de tudo, além desse inimigo tradicional contra os quais combatiam desde períodos anteriores ao golpe, nossos analistas PMs mostram-se atentos aos novos setores que se articulavam do lado contrário. O amplo conceito que define o inimigo mostrou-se maleável o suficiente para abarcar todas as novas categorias de oposição ao regime que se incorporariam a resistência ao longo das mais de duas décadas de ditadura. Os trabalhos indicam a percepção por parte dos militares de uma atuação subversiva por trás de todos os movimentos sociais surgidos no período da abertura: movimento pela Anistia, o novo movimento sindical, a atuação dos estudantes, do clero, dos trabalhadores rurais, dos novos partidos políticos, dos movimentos contra a carestia e o custo de vida, e mesmo as primeiras organizações de gênero representadas pelo incipiente movimento feminista. A particular preocupação referente às novas possibilidades de atuação proporcionada aos veículos da mídia no período da abertura, devido seu papel fundamental na formação da opinião pública. O relato mostra ainda a profundidade da atuação desse sistema de informações e sua infiltração nesses movimentos, trazendo detalhes sobre as falas e posicionamento das diferentes correntes em assembleias, das articulações, alianças, rachas, e suas inserções nos sindicatos e universidades. Os relatos baseados nos indivíduos, as lideranças dos movimentos sindicais e estudantis e suas atuações durante as greves e passeatas, mostrando a proximidade dos policiais responsáveis pelo levantamento de informações com os mesmos.

Os trabalhos nos permitem ainda pela própria conjuntura de sua produção na abertura, indicar os caminhos percorridos pela readaptação das Polícias Militares para sua

atuação durante o período democrático. O modelo de transição imposto à sociedade pelos militares, que no caso das Polícias Militares garantiria uma continuidade institucional, teórica, e operacional da corporação no período democrático, sem nenhuma interferência civil em suas estruturas, e nenhum tipo de debate realizado em âmbito do estado sobre a teoria de policiamento norteadora de sua atuação. Isso permitiu que a força permanesse atuando no período que se seguiu com as mesmas estruturas militares desenvolvidas para a luta na guerra revolucionária. Isso se manifesta de forma muito perceptível na permanência do sistema de quadriculação / zoneamento nas divisões por unidades do território policiado, como fora definido pelos militares franceses, sem rotatividades de quadros, com os PMs vinculados ao batalhão responsável pela área permanecendo na área. Existem ainda outros indícios menos perceptíveis. Em vez de um mecanismo ou sistema de investigação, formado por investigadores, como ocorre no policiamento civil, as PMs continuam atuando baseadas em um Sistema de Informações, constituído por “agentes de informação” atuando “infiltrados” nos meios de onde devem “coletar informes”. Da mesma forma, os Batalhões Motorizados e as Forças de Operações Especiais, voltadas diretamente a eliminar os inimigos em atividades de contraguerrilha, seguem plenamente atuantes em nossas PMs. Em unidades que seguem exercendo funções muito semelhantes, e que mantiveram mesmo seus nomes, o BOE da PMSP e suas Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, o Batalhão de Choque da PMERJ e seu BOPE, e o BOE da Brigada Militar, com suas unidades de Choque e Patrulhas Especiais. Os trabalhos analisados nesse capítulo, já indicam em várias passagens, os setores onde, no posterior período democrático, seriam realocadas suas atuações. Como na indicação da percepção por parte dos PMs de uma interligação entre os grupos de esquerda e do clero com o crime organizado nas favelas do Rio, ou a mesma articulação de Clero e Partidos e Movimentos de Esquerda com os Movimentos de Trabalhadores Sem Terra no Rio Grande do Sul. Movimentos que passariam, a partir de então, a ser o foco da repressão realizada por esse tipo específico de ferramenta militar (as Forças Especiais). Da mesma forma, os batalhões de choque, seguiriam suas atividades de controle de distúrbios de rua e de controle em grandes eventos esportivos e culturais, inclusive com a permanência da utilização da Cavalaria Hipomóvel.



## CONCLUSÃO

Criada como uma força bélica voltada à atuação em atividades de guerra territorial, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul passaria os anos iniciais de seu desenvolvimento diretamente envolvida nesse tipo de atividade. Os quarenta anos decorridos entre sua fundação e a Revolução Constitucionalista de 1932 foram pontuados por diversos episódios em que a corporação atuou diretamente em combate.

A força participaria ativamente nos diversos conflitos ocorridos no estado e no país no período transcorrido entre sua fundação e a pacificação interna ocorrida no governo Vargas. Após cessadas as disputas bélicas internas do país a corporação manteve sua estrutura militar e de formação de quadros voltadas à atuação em conflito bélico territorial até meados dos anos sessenta. Essa característica em muito foi mantida em decorrência da designação constitucional da força como reserva do Exército determinada pela constituição de 1934, e mantida nas constituições que se seguiram. A postura foi ainda reforçada por sua proximidade com o a força nacional, que manteria atividades ligadas ao comando de unidades da corporação, e mesmo responsabilidades sobre a estruturação de seus cursos de formação de quadros nos anos que se seguiram.

A partir de meados da década de quarenta, a Brigada Militar iniciou um processo de adaptação de suas estruturas visando aperfeiçoá-las à atuação nas atividades de policiamento. A busca pela excelência de atuação nesse tipo de atividade decorreu da falta de um papel definido para as forças bélicas estaduais na sociedade após a pacificação interna do país ocorrida nos anos trinta. A atuação no policiamento não representava novidade para a corporação, que mesmo com formação e treinamento voltados as atividades bélico territoriais atuou durante toda sua existência como força auxiliar dos órgãos de policiamento civis. Essas atuações realizadas de forma quase informal tornaram-se prerrogativa constitucional na década de trinta, quando a constituição estadual determinou a atuação da Brigada Militar no policiamento dos municípios do interior. A partir de então, um percentual significativo dos homens da corporação ficariam permanentemente envolvidos com atividades de policiamento, atuando nos destacamentos policiais no interior do estado sob as ordens dos delegados da Polícia Civil.

A consolidada situação de paz interna colocava em cheque a necessidade de existência e manutenção das forças bélicas estaduais, que frente seus altos custos para o

estado passaram a ter suas existências como ameaçadas. A busca de uma solução para essa situação faria com que a partir de meados dos anos 40 um grupo de oficiais promovesse um movimento em prol do emprego definitivo da Brigada Militar nas atividades de policiamento. A postura buscava um espaço sólido de atuação para a corporação que garantisse e justificasse sua existência. O movimento sofreria duas resistências internas por parte de oficiais que pretendam a manutenção da corporação como uma instituição bélica. Ainda assim, iniciou-se na corporação uma mobilização interna que rapidamente ganhou força em torno da adequação das estruturas militares e de formação visando a especialização e excelência nas atividades de polícia.

Ainda que consideremos esse movimento promovido no âmbito interno da corporação desde os anos 40, o enquadramento definitivo da corporação no policiamento foi consolidado apenas em 1967, pela constituição promulgada pela ditadura militar. A determinação respondeu as demandas do regime instalado pelo golpe de 1964. Nesse ano, o governo militar sentaria as bases para o desenvolvimento de sua estratégia de guerra interna, voltada ao combate a um inimigo atuante no interior da nação. A medida foi influenciada pela série de episódios de vitórias revolucionárias ocorridos no decênio transcorrido entre as Revoluções Chinesa e Cubana, episódios entendidos pelos ideólogos da segurança do bloco ocidental como vitórias revolucionárias do Movimento Comunista Internacional. Embasados nessa percepção, converteriam o aparato repressivo no âmbito do bloco ocidental no sentido de uma guerra interna. Essa mudança influenciada pela Doutrina de Guerra Revolucionária, desenvolvida pelos teóricos militares franceses a partir de suas guerras coloniais na península da Indochina e na Argélia. A teoria francesa penetraria, devido à notória influência dessa escola militar em nossas forças, quase que de imediato em nossas forças armadas brasileiras, tendo a Escola Superior de Guerra Brasileira como seu principal foco de irradiação. A doutrina também exerceria forte influência sobre governo dos Estados Unidos, sendo também adotada por seus órgãos de segurança, que a partir da virada dos anos 60 se utilizariam de todo seu potencial de auxílio técnico, logístico e econômico, para o fomento de sua divulgação, rápida disseminação, e consolidação entre os países sob sua esfera de influência.

Enquadrada pelo regime militar nas atividades de policiamento nessa conjuntura internacional influenciada pela estratégia de guerra revolucionária, e em âmbito interno, pela tentativa de consolidação do regime ditatorial impondo-se sob qualquer força de

oposição, as Polícias Militares mostraram-se imediatamente capazes e preparadas para responder ao novo desafio.

A nova estratégia de guerra implantada diferenciava-se por ser desenvolvida tendo como objetivo a conquista e o controle da população, e não de áreas geográficas, sendo desenvolvida prioritariamente por meio de atividades políticas, não relacionadas à utilização de força militar. Essa nova postura resultou em um papel de destaque para a atuação das forças policiais.

No quadro da Segurança Nacional, o plano de Segurança Interna em que se viu inserida a corporação previa grosso modo uma atuação dividida em três fases. Uma primeira destinada ao combate ao inimigo no período de implantação de sua organização subversiva, a segunda voltada ao combate do inimigo já estabelecido e mobilizando a população em um movimento de massas, e uma terceira marcada pela conquista pelo inimigo de um território livre da ação do Estado, fase em que se prevê a intervenção direta das forças armadas. Na primeira fase, a atuação se dá por meio de ações políticas voltadas ao bem estar da população. Busca-se uma aproximação com a população, com o duplo objetivo de obter informações sobre suas necessidades específicas, e sobre a atuação do inimigo. Nessa fase, a atuação da Polícia Militar se realizaria por meio da promoção de ações cívico sociais, no sentido de mitigar o clima propício para a atuação e desenvolvimento de atividades subversivas. Nessa fase a PM atuaria com foco nas Informações, e não direcionada a neutralização do inimigo, cuja repressão é realizada por meio de atuações discretas, executadas por unidades especialmente formadas para esse fim, por meio do policiamento civil e das segundas seções das forças armadas. A atuação da 2ª Seção é fundamental para o levantamento de informações a respeito da população e principalmente sobre o inimigo. Como consequência a atuação das PMs é a mais destacada devido sua presença entre a população nos mais distantes pontos do território do estado.

A Polícia Militar teria atuação de combate apenas segunda fase da guerra revolucionária, onde desempenha as atividades de controle de distúrbios civis, atuando por meio de unidades especializadas. Nessa fase a força deveria utilizar-se de força militar para debelar as manifestações e localizar e capturar as lideranças do movimento. Esse papel nas atividades de controle de distúrbios é fundamental na estratégia de guerra estabelecida, sendo a última barreira das forças da ordem antes de uma intervenção direta das forças armadas e o uso de aparato militar pesado contra a população. Os oficiais apontam que

justamente a atuação nessa fase seria a mais importante, no intuito de evitar qualquer possibilidade de intervenção federal no estado. O planejamento prevê, caso necessário, o amplo emprego da violência para a contenção dos distúrbios, por meio de força de dissuasão formada por Batalhões de Choque, com atuação marcada pelo uso de cavalaria hipomóvel, porretes, armas brancas, armas químicas e, caso necessário, uso de armas de fogo, em princípio de forma seletiva por meio de atiradores de elite, prevendo-se porém, caso não contido o distúrbio, o emprego de máxima potência de fogo contra a população.

A fase seguinte, já considerada de total anormalidade, marcaria a atuação semelhante a uma guerra territorial clássica, com intervenção das forças armadas e as polícias militares atuando sob seu comando como forças de reserva.

Ainda que considerado o interesse apresentado por setores da oficialidade da corporação nas atividades de policiamento desde meados dos anos 40, acreditamos que as demandas nacionais e internacionais decorrentes da conjuntura da guerra fria tenham se sobreposto a esse processo interno. Essa sobreposição em nosso entender, além do enquadramento da Brigada na guerra revolucionária, teria como indício mais visível o de as unidades desenvolvidas para o policiamento no processo promovido internamente – os Batalhões de Policiamento Pedro e Paulo e os Regimentos de Polícia Rural Montada, terem sido imediatamente abolidos na intervenção federal de 1967. O processo implantado pela ditadura faria com que ainda que contemplados os interesses de setores da oficialidade em ver a corporação enquadrada nas atividades de policiamento, ela ainda permanecesse imersa em atividades bélicas.

Pela análise da teoria desenvolvida e da atuação planejada, percebemos que esse novo modelo de policiamento mais do que preocupado com a manutenção da lei e o combate ao crime, estava voltado à guerra e ao combate a um inimigo atuante no âmbito interno do país a serviço de uma potência estrangeira. Dessa forma, ao assumir as atividades de policiamento a Brigada Militar não se veria afastada das atividades guerreiras. A partir de 1967, a corporação estaria, mais do que nos trinta anos pregressos, envolvida diretamente em atividades bélicas. A nova guerra, além da sobrevivência do Estado, colocava em jogo a manutenção de um modo de vida. Nela se previa a necessidade de uma vitória a qualquer custo contra um inimigo que poderia mesmo estar representado na própria população, contra a qual se previa a possibilidade de utilização de plena capacidade de fogo por parte da tropa.

Sustentamos assim, que a Brigada Militar não encerraria suas atividades bélicas em 1967, e sim, iniciaria um novo ciclo nesse tipo de atividade. A mudança ocorrida em nosso policiamento relacionou-se menos com a adaptação ao policiamento internamente promovida pela Brigada, e mais a uma mudança na própria concepção da guerra, que trouxe para o âmbito interno dos países a guerra total bipolar, cuja solução adotada pelos Estados ocidentais foi a adoção de uma conduta bélica por parte de suas polícias.

As primeiras percepções e respostas desenvolvidas pelos franceses em suas lutas coloniais influenciaram pesadamente as forças armadas do ocidente, aparecendo de maneira muito semelhante nas teorias contrarrevolucionárias adotadas por diversos países. Os franceses desdobrariam suas estratégias em dois momentos, uma destinada ao suporte e controle da população, e outra destinada ao combate ao inimigo. Para tanto, desenvolveram uma estratégia baseada em dois pilares. A primeira seria a ocupação ostensiva do território por meio do fracionamento de suas unidades de infantaria – a *Quadrículação*, realizada pela atuação fixa dessas unidades entre a população. A segunda seria a atuação repressiva contra o inimigo executada por meio de unidades de alta mobilidade, seus grupos de comandos, *GCMA*, *Groupements de Commandos Mixtes Aéroportés* e *GMI*, *Groupement Mixte d'Intervention*.

Essa compreensão da nova guerra, assim como das condutas de atuação desenvolvidas em função dela, rapidamente se espalharam pelos países do ocidente, chegando praticamente ao mesmo tempo nos Estados Unidos e no Brasil.

No Brasil, percebemos a entrada da doutrina francesa em nossa escola superior de guerra no fim dos anos 50, mesmo período do início do contato direto das PMs com o governo americano.

Os Estados Unidos a partir da Revolução Cubana desenvolveriam sua própria estratégia de contra insurgência, baseada na “guerra especial” e na “resposta flexível”. A estratégia era também baseada em redes de informações e em unidades de alta mobilidade, as quais aliaram a utilização de redes de comunicações rápidas. Essas unidades de guerra especial, foram desenvolvidas pelo governo Kennedy, sob denominação *Boinas Verdes*.

A Brigada Militar, dois meses após o decreto que determinou seu enquadramento no policiamento e na guerra revolucionária, demonstrou imediata capacidade de resposta frente às novas atividades. As atuações foram realizadas em períodos anteriores as primeiras publicações e seminários promovidos pela IGPM, órgão criado pelo governo militar para o

enquadramento das PMs na Segurança Nacional, no intuito de orientar as forças em suas novas atribuições. A capacidade de resposta da Brigada Militar, aliadas as cartas enviadas pelos militares norte americanos após as atuações da corporação em 1967, apontam a importância da aproximação da BM com as academias de formação estadunidenses desde os anos 50. As próprias unidades de intervenção desenvolvidas na corporação, unidades de Operações Especiais, diferenciadas em seu uniforme pela cor de sua cobertura de cabeça – a Boina Negra seriam criadas a semelhança das unidades de resposta flexível norte americanas, inclusive adotando o modelo de unidades motorizadas de intervenção rápida ligadas por rede de comunicações.

Ainda assim, essas unidades de intervenção, representariam apenas uma parte da estratégia desenvolvida na força, sendo a outra representada pela atuação dos Batalhões de Polícia Militar. Essas unidades, aos moldes das unidades fixas de quadriculação francesas, ficariam responsáveis por uma determinada área territorial do estado, ocupando-a em estreito contato com a população.

Esse modelo não se mostrou uma opção adotada exclusivamente na Brigada Militar, sendo observada sua implantação em nível nacional após a criação da IGPM, aparecendo na criação de unidades Batalhões de Polícia Militar e de Operações Especiais em outras polícias militares do país.

A situação inviabilizada uma resposta baseada apenas nas fontes consultadas, quanto a definição da origem ou das peculiaridades da estratégia adotada pela Brigada. Percebe-se a clara influência da estratégia adotada pelos franceses. Porém, tendo os franceses também influenciado Estadunidenses e, da mesma forma, as Forças Armadas Brasileiras, essa influencia ter chegado na brigada por qualquer um, ou mesmo por ambos canais. Da mesma forma, a determinação da criação de unidades de Forças Especiais, pode ter sido solução inspirada nas unidades norte americanas em seus cursos no Panamá e nos Estados Unidos, e/ou, pode ter sido determinada pela IGPM, inspirada nas mesmas fontes.

De qualquer forma, independente da origem e da possibilidade que um dia possamos determiná-la com precisão, nossa pesquisa permite concluir que a doutrina de guerra revolucionária foi, no mínimo a partir da criação da IGPM, adotada por todas as Polícias Militares do país, que passariam a atuar na Segurança Interna em atividades de guerra revolucionária. As monografias oriundas das Polícias Militares da Guanabara e Brigada Militar, em cursos onde encontramos trabalhos realizados por alunos oriundos de todas as

demais PMs do país, indicam que no mínimo desde 1968, as Polícias Militares encontravam-se oficialmente envolvidas na luta contra o inimigo interno, com formação, equipamento e treinamento voltado a essa atividade. A conclusão é reforçada se considerarmos a uniformização imposta pela IGPM, e a criação de unidades de Operações Especiais e de contraguerrilha nas PMs do país.

As monografias consultadas na PNEG em 1968, ainda que indiquem a atuação daquela PM na guerra revolucionária, apenas fornecem apontamentos iniciais no sentido de definição do inimigo. Os trabalhos apontam genericamente seus alvos principais, citando a atuação dos “Agentes de Influência” e das “Frentes”, já alertando para o perigo da imprensa e das entidades de profissionais liberais, jornalistas, médicos, professores, advogados etc. e sua atuação na guerra revolucionária.

A análise das monografias da Brigada Militar escritas nos anos oitenta, já influenciadas pela conjuntura da abertura, em que a polícia militar como instituição se encontraria novamente ameaçada por uma nova constituinte e pela possibilidade de desmobilização, demonstra ainda assim, encontrarem-se os trabalhos produzidos pelos alunos brigadianos solidamente embasados pelos conceitos fornecidos pela Doutrina de Segurança Nacional e sua teoria bélica.

A análise desses trabalhos permite a percepção do amadurecimento proporcionado pelos anos de prática e compreensão do inimigo sugerida pela doutrina. Esse amadurecimento faz com que apareçam entre os previstos inimigos os novos setores da sociedade incorporados à oposição ao longo das décadas de regime ditatorial. Assim ao lado dos comunistas representados pelo PC e suas dissidências, e dos setores da sociedade afastados do poder pelo golpe de 1964, representados por Brizola, Arraes, João Amazonas etc., somados a permanente preocupação relativa aos órgãos da mídia, a análise dos trabalhos permita observar um vasto incremento nos grupos considerados inimigos internos, com o acréscimo de toda a gama de setores que se somaram a resistência à ditadura ao longo do período do regime. Nesse grupo aparecem os estudantes, intelectuais e religiosos, organizações de trabalhadores e mesmo organizações da sociedade civil, como associações de moradores ou entidades de classe. Da mesma forma, os policiais se mostram atentos aos setores que se formaram em oposição ao regime, como os movimentos pela anistia, movimentos feministas, e mesmo nas articulações para a criação de novos partidos no período de abertura. As informações detalhadas disponibilizadas nos trabalhos sobre as

mobilizações desses diversos setores, citando nominalmente a atuação de determinadas lideranças, e expondo mesmo detalhes sobre as dissidências internas de cada movimento, chapas em disputas e relatos de assembleias, indicam a permanência e intensa atuação dos órgãos de informações da corporação no monitoramento desses setores. Esse monitoramento no início dos anos 80 estende-se aos membros da igreja e suas articulações com os diversos movimentos surgidos no período de redemocratização, como os movimentos de trabalhadores rurais, movimentos dos seringueiros e protetores da Amazônia, movimentos de base da Igreja Católica, e mesmo da articulação e surgimento do crime organizado nas favelas do Rio de Janeiro.

O trabalho nos permite concluir que o processo de militarização do policiamento ostensivo realizado pelo regime militar em 1967, esteve diretamente ligado a uma estratégia de guerra, sendo implantado no intuito de promover o combate a um inimigo atuante no plano interno do país. Dessa forma, o estado utilizou-se de ferramentas desenvolvidas pela França Imperial para a atuação sobre populações subjugadas, para a lide com seus próprios cidadãos, subvertendo a lógica do desenvolvimento das polícias e do policiamento moderno. A ascensão das polícias militares ao policiamento ostensivo para o desenvolvimento da guerra revolucionária rompeu com o paradigma de atuação interna e externa das forças armadas e policiais estabelecido desde o surgimento do estado moderno. A estratégia de Guerra Revolucionária colocava o estado frente uma guerra silenciosa, travada no âmbito interno do país sem uma declaração formal, desenvolvida contra um inimigo presente e se confundindo com os cidadãos, separado apenas por suas opções ideológicas. A resposta do Estado, com a implantação de um policiamento ostensivo militarizado, não se deu pela necessidade ou preocupação de fazer valer a lei, e sim, de combater esse inimigo. Para esse tipo de combate, tal qual para as atividades de policiamento, as forças armadas haviam se mostrado ineficazes, de forma que os militares utilizaram-se das forças bélicas estaduais, que reestruturadas, foram colocadas nessa nova atividade de combate.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil. 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AS ESQUERDAS NA ATUALIDADE. In: GALVÃO, José Noronha. *O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo*. 1984. Monografia de Conclusão (Curso Superior de Polícia Militar) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

BARISH, Elson Augusto de Abreu. *A Segurança Interna: Simulação de uma situação de guerrilha urbana no período 1981/1982 e as repostas das Polícias Militares*. 1981. Monografia de Conclusão (Curso Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1981.

BARRETO, Manoel Portela de Menna. *As Polícias Militares na Segurança Nacional*. Monografia de Conclusão (Curso Superior de Polícia Militar)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1984.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo. 1946-1964*. 2006. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BONNET, Gabriel. *Guerrilhas e Revoluções*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BONNET, Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias: da antiguidade até nossos dias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963.

BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e Evolução do Ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Editorial Presença/BM Edições, 1990.

BRAGA, Jerônimo Carlos Santos. *Metodologia das Relações Sociais – Questão Vital*. Porto Alegre: BM Edições, 1990.

BRAGA, Jerônimo Carlos Santos. *Uma Experiência*. UNIDADE Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar. Porto Alegre, n 1 ano 1, 1983.

CARVALHO, Heitor Sá de. *A Anistia e a Segurança Nacional*. 1979. Monografia de Conclusão (Curso Superior de Polícia Militar)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1979.

CASTRO, Jorge D'Albuquerque. *Emprêgo das Polícias Militares na Luta Contra a Guerra Revolucionária*. Trabalho Técnico Profissional (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais)- Polícia Militar do Estado da Guanabara: Rio de Janeiro, 1968.

COMBLIN, Josef. *A ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONCLUSÕES DA IIIª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. Puebla de los Angeles. 1979.

CORONEL, Auxford Almeida. *A Brigada Militar no Policiamento Ostensivo 1967-1987*. Porto Alegre: Presença, 1987.

DAVIS, Peter. *Hearts and Minds*. Documentary. United States 1974.

D'ARAÚJO, Maria Celina & CATRO, Celso. *A Visão Militar do Golpe*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.

DEMAREST, Geoff. *Let's Take the French Experience in Algeria Out of U.S. Counterinsurgency Doctrine*. Military Review. Julho – Agosto 2010. Fort Leavenworth U.S. Army Combined Arms Centers. Kansas, 2010. Acesso em 06/2013  
[http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview\\_20100831\\_art006.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20100831_art006.pdf)

MOLINA e FARRAPOS (orgs.). *Desobediência Civil e Violência das Multidões*. Manual. Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sem Data.

DISTÚRBIOS CIVIS E CALAMIDADES PÚBLICAS. C 19-15. Manual de Campanha – Polícia. Ministério do Exército, Estado Maior do Exército. EGGCF, Rio de Janeiro, 1973. 3ª edição.

DORNELES, J. C. Marocco; BORGHETTI, L. Francisco; KROHN, W. Roberto. *A Participação da Igreja na Guerra Revolucionária*. 1981. Monografia de Conclusão. (Curso Aperfeiçoamento de Oficiais)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1981.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: Quince años después una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

FALL, Bernard B. *A Portrait of the "Centurion."* in: TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency*. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth, Kansas, 1985.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2010.

FICO, Carlos. *Como Eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. *Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar*. Estudos de História. Franca, v. 8, n. 1, p. 69-90, 2001.

FILHO, Martins. *Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a Contra Insurreição*. Revista Brasileira Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999.

FILHO, Martins. *Tortura e Ideologia: Os Militares Brasileiros e a Doutrina de Guerre Révolutionnaire* In: *Desarquivando a Ditadura: Memória e Justiça No Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009.

FRAGOSO, Augusto. *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*. C-85-59. Escola Superior de Guerra. Fortaleza de São João. Rio de Janeiro. 1959. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/> .Acesso em 06/2013.

FROTA, Airton; RODRIGUES, Alvino; SANTOS, Marco Antônio. *Consequências de uma Unificação com da Polícia Militar com a Polícia Civil*. 1983. Monografia de Conclusão (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

GALULA, David. *Teoria e Prática da Contra Rebelião*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

GALVÃO, José Noronha. *O Uso das Informações de Segurança Interna no Policiamento Ostensivo*. 1984. Monografia de conclusão. (Curso Superior de Polícia Militar) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

GIDDENS, Anthony. *O Estado Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GUTIÉRREZ, Cláudio Weyne. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização Democracia e Terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/ América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

HUGGINS, Martha K. *Operários da Violência: Policiais, Torturadores e Assassinos Reconstruem as Atrocidades Brasileiras*. Brasília: Editora da UNB, 2006.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos Oficiais na policialização da Brigada Militar*. 2010. Tese. (Doutorado em Sociologia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LLUMÁ, Diego. *Los Maestros de La Tortura: La Influencia Francesa en los Militares Argentinos*. Todo es Historia. Buenos Aires. n°422 Setembro 2002.

MACHADO, Mozart de Souza. *O Entrosamento das Atividades Operacionais da Polícia Militar com as Atividades Policiais Cíveis. Troca de Subsídios e Coordenação de Emprego dos Meios*. 1983. Monografia de Conclusão (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

MARLOWE, Ann. *David Galula: His Life and Intellectual Context*. 2010. Monograph. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. Carlisle. 2010. Disponível em:

<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1016> Acesso em 06-2013.

MANN, Michael. *The Sources of Social Power*, vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

MANN, Michael *The Autonomous power of the State: It's origins, mechanisms, and results*. in: John Hall (ed.). *States in History*. Oxford: Basil Black Well, 1988.

MARIANTE, Hélio Moro. *Crônicas da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972.

MARIANTE, Hélio. Moro *Sarilhos Milicianos*. Porto Alegre: BM Edições/ Editorial Presença, 1990.

MARQUES, Mauro. *A Atuação da PM no Campo da Segurança Interna, Uma Interpretação da Lei e o Procedimento da PM*. 1980. Monografia de Conclusão (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.

MARTINS, Mário Nelson; GRÉGIS, José, CORRÊA, Paulo de Tarso, SILVA, José Ribeiro. *As Ações de Relações Públicas em Apoio ao Policiamento Ostensivo*. 1984. Monografia de Conclusão. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se Autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896 – 1929*. 2011. Tese. (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MELLO. Maildes Alves de. *O Jantar dos Inocentes: A saga dos expurgados gaúchos*. Porto Alegre: Tchê, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a Repressão: a Usaid e a polícia brasileira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.30 nº59. 2010.

MUNIZ, Jaqueline. *“Ser policial é sobretudo uma razão de ser”: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese. 1999. (Doutorado em Ciência Política) - IUPERJ Rio de Janeiro. 1999.

NASCIMENTO, Antonio Carlos A. Brasil do. *A Integração Social Através do Esporte*. 1971. Trabalho Técnico Científico. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Polícia Militar da Guanabara. Rio de Janeiro, 1971.

OLIVEIRA-CÉZAR, Maria. *El Aprendizaje de la Guerra Contrarrevolucionaria*. Todo es Historia. Buenos Aires nº435. Diciembre de 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como El Uruguay No Hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985): Do Pachecato a Ditadura Civil-Militar*. 2005 Tese. (Doutorado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

PANDO, Ilo. *VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*. Documentário. Estúdio Cinematográfico Nova Albânia: Tirana, 1978-1979. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois. Disponível em:  
[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=zktATUeQh3w](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=zktATUeQh3w) Acesso 07/2013.

PARKER, Phyllis. *1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PATERSON, T. Kennedy. *Quest for Victory: American Foreign Policy: 1961-1963*. New York: Oxford University Press. 1989.

PINHEIRO, Vanderlei Martins. *Subsídio ao Projeto de Pesquisa Sobre o Aperfeiçoamento do Bastão Policial Usado no Policiamento Ostensivo do Estado do Rio Grande do Sul Após 1964*. 1984. Monografia de Conclusão. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

QUEIROZ, Newton Giordani. *A ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS NA SEGURANÇA INTERNA: As Duas Fases Pré e Pós Revolucionária e o Campo de Atuação das Polícias Militares*. 1981. Monografia de Conclusão. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Academia de Polícia Militar de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1981.

REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR. 1969. Academia de Polícia Militar, Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1969.

REGULAMENTO DE EXERCÍCIOS PARA CONTRÔLE DE TUMULTOS. Centro de Instrução Militar. Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1965.

RETAMOZO, José Hilário. *Brigada Militar 150 Anos*. Porto Alegre: Presença, 1988.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço Histórico da Brigada Militar (1930-1961)*. Porto Alegre: Presença, 1987.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Brigada Militar do Rio Grande do Sul: Um Monumento de Tradições*. Coleção 150 Anos. Brigada Militar. sem data. (provavelmente 1987). Discurso proferido no CIM em 1946. Impresso sob o patrocínio da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul. Não cita cidade, editora e nem data.

ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de La Muerte: La Escuela Francesa*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

ROCHA, Mario Nazareno Lopes. *O Reservista como Elemento de Permanente Perigo as Forças Armadas e Polícias Militares*. 1968. Trabalho Técnico Científico. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Polícia Militar do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968.

RUDNICKI, Dani. *A Formação Social de Oficiais de Polícia Militar: Análise do Caso da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. 2011. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

SAVARIZ, Manoelito Carlos. *Breve Histórico da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar*. Porto Alegre: BM Edições, 1990.

SILVA, Antonio Silveira da. *A Brigada Militar e a Legalidade*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

SILVA, Camila Gonçalves. *A CENSURA VESTE FARDA: Elites conservadoras, Polícias Militares e o Consentimento da Imprensa Escrita a Censura Durante o Governo Militar em Montes Claros de 1964-1985*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

SILVA, Elias Flores da. *Defesa Civil*. 1968. Trabalho Técnico Científico. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) - Polícia Militar do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1968.

SILVA, Gal. Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.

SILVA, Hélio. 1937 - *Todos os Golpes se Parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Valnei Tavares da. *Avaliação da Eficácia de Equipamento Policial Militar: O Capacete Comum Usado na Brigada Militar*. 1984. Monografia de Conclusão. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1984.

SILVA, José Wilson. *O Tenente Vermelho*. Porto Alegre: Tchê. 1987.

SIMÕES, Moacir Almeida. *História da Brigada Militar Para Fins Didáticos e de Palestras*. Porto Alegre: POLOST, 2002.

SPALDING, Carlos Jonatas. *Charla Policial*. Porto Alegre: Presença, 1987.

SPALDING, L. F. Borges; RETAMOZO José H. A.; e XAVIER, Ezaldino. *A Influência dos Meios de Comunicação Social na Guerra Revolucionária*. 1980. Monografia de Conclusão (Curso Aperfeiçoamento de Oficiais)- Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980.

SKOCPOL, Theda. *State and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press 1979.

STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. London: Yale University Press, 1973.

TILLY, Charles. *Coerção Capital e Estudos Europeus 990-1992*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TRINQUIER, Roger. *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency*. U.S. Army Command and General Staff College. Fort Leavenworth. Kansas, 1985.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *A Repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885 -1917)*. 2011. Dissertação. (Mestrado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

UNIDADE. *Revista de Assuntos Técnicos de Polícia Militar*. Ano 1 nº 1. Porto Alegre, 1983.

## ANEXOS

### ANEXO I - TABELAS FORMANDOS CAO/CSPM – BRIGADA MILITAR

Tabela de Formandos CAO – BM/RS (1954-1984)

Nº	Origem	BM	PM GO	PM DF	PM SC	PM MG	PM AM	PM ES	PM AP	PM MT	PM PA	PM RJ	PM MS	PM RO	GN BOL.	PM RR	PM PI	PM BA	PM SP	TOTAL	
	Ano																				
1º	1954	15																			15
2º	1955	14																			14
3º	1956	14																			14
4º	1957	12	1																		13
5º	1958	10																			10
6º	1959	15																			15
7º	1960	16																			16
8º	1961	19																			19
9º	1962	12																			12
10º	1963	12																			12
11º	1964	10																			10
12º	1965	23																			23
13º	1966	17																			17
14º	1967	24		4	2																30
15º	1968a	22				2															24
16º	1968b	18			9	2	1														30
17º	1969	20				4															24
18º	1970	14																			14
19º	1971	22																			22
20º	1973	11																			11
21º	1974	30																			30
22º	1976a	27						2													29
23º	1976b	23		3					2												28
24º	1977a	16					2														18
25º	1977b	10					2			2											14
26º	1978a	20	1				2				1										24
27º	1978b	22	2				2														26
28º	1979a	19	1				1														21
29º	1979b	23	1				1					2									27
30º	1980	21					2					2	2								27
31º	1981	22	1	1								1		3	1						29
32º	1982	23	1	2						1				1	1	1	1				31
33º	1983	12	1	2								2						3			20
34º	1984	16		1								1		2						1	21
	Total	604	9	13	11	8	13	2	2	3	1	8	2	6	2	1	1	3	1		690

(SAVARIZ 1990)



TABELA DE FORMANDOS CSPM - BM/RS (1969-1984)

Nº	Origem	BM	PM PR	PM PE	PM BA	PM AM	PM SC	PM MG	PM RJ	PM PA	PM PI	PM MA	PM MT	PM PB	PM RN	PM ES	PM AL	PM GO	PM DF	PM CE	PM MS	Del. Pol.	Total	
	Ano																							
1º	1969	13	2																			1	16	
2º	1970	6	2																			1	9	
3º	1971	3	2	1	1	1																1	9	
4º	1972	9	4		1		1																	13
5º	1973	6			1		5	1																13
6º	1974	7	3		4				2	2	2											1	21	
7º	1975	3	5		3		1		1			1	1	3										18
8º	1976	9	2	1			1	1		1			1		1							1	18	
9º	1977	6	3		2	2	2	1		2						1								19
10º	1978	6	1		1	2	4			1							1							16
11º	1979	8	5		1	2	3	1	2				1											23
12º	1980	12	2	2		2	2																	20
13º	1981	14	1		2		2			1				1				1						22
14º	1982	8	1	1													2	1	1					14
15º	1983	7	1	2	1				1						1		1				2			16
16º	1984	9		2								2					1		1	1	1			17
Total		126	34	9	17	9	21	4	6	7	2	3	3	4	2	1	5	2	2	3	1	5		266

(SAVARIZ 1990)

## ANEXO 2 - MONOGRAFIAS PMEG/PMERJ

- CASTRO, Jorge D'Albuquerque. (Cap. PM) *Emprêgo das Polícias Militares na Guerra Revolucionária*. 1968.
- COSTA, José Carlos Augusto Pimentel da. (Cap. PM). *O Cavalo e seu Emprego como Tropa de Ação*. 1968.
- ROCHA, Mario Nazareno Lopes. (Cap. PMMA). *O Reservista como Elemento de Permanente Perigo as Forças Armadas e Polícias Militares*. 1969.
- SILVA, Elias Flores da. (Cap. PMEG). *Defesa Civil*. 1968.
- FILHO, Jorge Felipe da Cruz. (Cap. PM). *O Cavalo na PM*. 1968/69.
- VIEIRA, José Bach. (Cap. PMEG). Trabalho sem título sobre - *INFORMAÇÕES*. 1969.
- COELHO, Alexandre Cássio. (Cap. PM). *Ação Psicológica na Segurança. Seu Emprego na PM*. 1970.
- SELERI, Luiz Laerte (Cap. PM). *O Nosso Valor*. 1970.
- NASCIMENTO, Antonio Carlos A. Brasil do. (Cap. PMEG). *A Integração Social Através do Esporte*. 1971.
- MOREIRA, Ronaldo GONÇALVES. (CAP. PMEG). *A Polícia Militar e sua Integração no Estado da Guanabara*. 1971.
- COSTA, Paulo Ferreira da. (Cap. PMEG). *A Quinta Seção do Estado Maior*. 1971.
- MATOS, Gedeão Pereira. (Cap. PMMA). *Necessidade de Interiorização da PMMA*. 1972.
- BARRETO, João Leite. (Cap. PMEG). *Segurança Nacional*. 1971/72.
- FREITAS, Antônio Carlos Laviola de. (Cap. PMEG). *Criação da Companhia Independente de Operações Especiais*. 1972.
- RIBEIRO, Antônio de Araújo. (Cap. PMEG). *Plano Estratégico de Segurança Policial*. 1972.
- SANTO, Helio Peixoto do Espirito. (Cap. PMMT). *Criação e uma Companhia de Anti-Guerrilha na PMMT para Combate a Guerrilha Rural*. 1972.
- SILVA Benedito Leite da. (Cap. PMAL). *PM e a Segurança Nacional*. 1972.
- COELHO, Renato Milton Dias. (Cap. PM). *Assuntos Cíveis (5.a Seção)*. 1974.
- SILVA, Salatiel Pereira da. (Cap. PM). *A Informação no Controle de Distúrbios*. 1974.
- LIMA, Carlos José Aziz. (CAP. PM). *Participação da Polícia Militar na Segurança Interna*. 1974.
- LYRA, Guilhermino Euclides Martins. (Cap. PMES) LYRA. *Operações Especiais de Policiamento Ostensivo*. 1975.
- MELO, Cícero Bastos. (Cap. PMERJ)(OU 13). *Operações Policiais de Grande Envergadura em Favelas e Conjuntos Habitacionais: Necessidade, vantagens e desvantagens*. 1975.
- BARBOSA, Jayme Fernandes. (Cap. PMERJ). *Integração entre Polícia Civil e Polícia Militar Com Vistas ao Objetivo Comum*. 1976.
- MARTINS, Wilson Pereira. (Cap. PMERJ). *Participação da PMERJ na Segurança Interna e na Defesa Territorial*. 1976.
- SANT'ANNA, Carlos de. (Cap. PMERJ). *Desenvolvimento de uma Mentalidade de Informação Face as Ações de Guerra Revolucionária*. 1976.
- SILVA, Amaury Norberto da. (Ten. Cel. PMSC). *Funcionamento das Seções de Informações do E.M. e das Unidades Operacionais e a integração do Sistema de Informações e Contra Informações do Exército*. 1976.

## ANEXO 3 - CORRESPONDÊNCIAS BRIGADA

### CURSOS USARCARIB SCHOOL- Ribeiro 1987

“No decorrer do ano de 1958, vários oficiais fizeram cursos especializados no estrangeiro. Assim, na Usarcaribschool, em Fort Gullick, zona do canal, no Curso de Delegado de Polícia Militar do Exército dos Estados Unidos, foram matriculados oito oficiais, em três turmas, os quais colheram os melhores conceitos dentre seus colegas de outras nacionalidades. Nas duas primeiras, as melhores colocações foram obtidas por oficiais da Brigada Militar e, na última, um de seus componentes, além de conquistar o *primeiro* lugar, obteve o diploma de *Aluno de Honra*. Estes Oficiais trouxeram para Força o que havia de mais moderno, em matéria de conhecimentos policiais-militares. Por outro lado, no Canadá, no Curso Avançado de Método e Práticas Policiais, a Real Polícia Montada daquele país, que funciona em Regina, Sakatchwam, com a duração de dez semanas, foram matriculados dois oficiais que alcançaram ótimo conceito”. (RIBEIRO, 1987, p.557-558)

“The Foreign Service of the United States of América. Escritório do Adido Militar. Embaixada dos Estados Unidos. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1958. Exmo. Coronel Idelfonso Pereira de Albuquerque, Comandante Geral da Brigada Militar. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Prezado Coronel; com a presente, tenho o prazer de enviar os boletins referentes ao curso, recentemente feito na USARCARIB SCHOOL, Zona do Canal do Panamá, por oficiais dessa Corporação, e que tão brilhantemente se houveram, tendo em turma, por nacionalidade, conquistado o primeiro lugar. Desejo, ao transmitir os boletins em referência, louvar o espírito de dedicação ao estudo com que se caracterizam aqueles oficiais, e bem assim louvar o acerto com que se houve esse comando na seleção dos mesmos para aquele curso. Acredite, prezado coronel, que a turma de oficiais brasileiros da Polícia Militar, deixou a confirmação de alta qualidade e dedicação ao estudo firmada pelas turmas anteriores, o que os boletins em anexo, vêm comprovar que este Escritório rejubila-se com os resultados obtidos, ao vermos que nossos modestos esforços no encaminhamento da solução adotada para o atendimento aquele curso foram amplamente recompensados, pela noção de responsabilidade demonstrada pelos brilhantes alunos brasileiros naquela escola, onde continuaram e fortaleceram os registros deixados por turmas anteriores. É com imensa satisfação que enviamos os boletins em anexo, relativos aos seguintes oficiais, Tenentes Clovis A. Soares, Esaú Alvorcem, Carlos Irajá da Mota Kieling, e Fernando Bandeira Boehr, queira aceitar, nessa oportunidade, a afirmação de nossa estima e distinta admiração. Com que subscrevo. C. A. Langford, Coronel do Estado Maior. Adido Militar.”

“Escudo da República, Ministério da Guerra. I Exército. Núcleo da Divisão Aero terrestre. Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1958. Ilmo. Sr. Comandante Geral da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Sr. Comandante. Tendo regressado de recente visita a *USARCARIBSCHOOL*, Zona do Canal, Panamá, cumpro grato dever de levar ao conhecimento desse Comando, a minha ótima impressão quanto aos oficiais dessa Brigada

que cursam aquela Escola. Meu coração de brasileiro e soldado vibrou de entusiasmo ao saber do elevado conceito que disfrutaram os tenentes Derly Silva e Carlos Jonatas Borges Fortes Spalding, pela aplicação ao estudo, correção de atitudes, cultura profissional e excelente aproveitamento. O tenente Luís Alberto Quintero Maciel, como instrutor convidado, é oficial de escol, muitíssimo considerado e um dos pontos altos do corpo docente. Oficiais como os mencionados, senhor comandante, honram o nome do Brasil no exterior e dignificam a farda gloriosa e tradicional dessa Brigada, dando a melhor mostra do que é o verdadeiro militar brasileiro. Sempre alcançando os primeiros lugares nos cursos, bem destacadamente de seus colega de outras nações, os oficiais dessa brigada tornaram-se credores de admiração do comando da USARCARIB SCHOOL, do corpo docente e da minha própria. Pelos motivos expostos, valho-me da Presente para congratular-se com esse comando pelo brilho da representação da Brigada no Panamá. Mauro dos Santos Braga. Capitão de infantaria Paraquedista. Chefe do Serviço de Motomecanização”.

CanadianEmbassy – Ambassade Du Canada – Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1958. Prezado comandante. Pela presente tenho o prazer de atestar o retorno , após o estágio no Canadá, do primeiro Tenente Jesus Linhares Guimarães , e o segundo tenente Pedro Paulo de Moraes Farrapos, da Brigada Militar sob o comando da V. S. É para mim ainda maior prazer poder confirmar que ambos os oficiais completaram com ótimo aproveitamento os seus cursos no *Canadian Police College*, da Real Polícia Montada do Canadá, em Regina, Saskatchewan. O curso em questão terminou em 13 de dezembro corrente. Como resultado de seu treinamento no Canadá, é minha esperança que estes competentes jovens oficiais, poderão contribuir com a máxima eficiência nos trabalhos da Força de V. S. Da minha parte, Congratulo-me com V. S. por esta firme e prática aproximação que foi mais uma vez estabelecida entre o Brasil e o Canadá. W. Arthur Irwin. Embaixador. – Exmo. Senhor Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Rio Grande do Sul. ”. (RIBEIRO, 1987, p.557e ss.)

## ANEXO 4 RELAÇÃO OFICIAIS BRIGADIANOS NO EXTERIOR

Fonte: MARIANTE, Hélio Moro. *Crônicas da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972. p.347 – 350

CEL PM- CLÓVIS ANTONIO SOARES  
Curso de Polícia Militar para Oficiais – USA – 1957  
Curso de InvCrim – USA – 1957

TEN CEL ESAÚ ALVORCEM  
Curso de Polícia Militar para Oficiais – USA - 1957  
Curso de InvCrim – USA – 1958

CEL PM – JESUS LINHARES GUIMARÃES  
Curso de Métodos e Processos Policiais – Real Polícia Montada do Canadá- 1958

CEL PM – RENAN LUIS MOLINA  
Curso Técnico de Polícia Militar – UsarcaribSchool – 1958

MAJ PM - LUIZ ALBERTO QUINTEIRO MACIEL  
Curso de Polícia Militar para Oficiais – UsarcaribSchool – 1958  
Curso Superior de Polícia – Academia da Guendarmerie Nacional – Nelun, França 1969

TEN CEL PEDRO PAULO LEMOS DE MORAES FARRAPOS  
Curso de Método e Prática de Policiamento Canadá 1958  
Curso Geral de Polícia- AIP - 1958

MAJ PM - DERLY SILVA  
Curso Military Police Officers Course – Fort Goulich – Canal Zone US Army –Exército Norte Americano -1962

CAP PM – ANTONIO CARLOS BARCELLOS DE ABREU  
Curso Geral de Polícia – USA  
Curso Instrução Especial de Policiamento – USA  
Curso de Guerra Especializada – USA  
Curso de Primeiros Socorros – USA 1965

TEN CEL NILO DA SILVA FERREIRA  
Curso Geral de Polícia- AIP – 1965  
Curso de Orientação sobre Guerra Especial – Fort Bragg – Carolina do Norte – USA – 1965  
Curso de Operação de Controle de Fronteiras – Texas - USA - 1965

1º TEN – MURILO BATISTA FRANÇA  
Curso Geral de Polícia – USA 1965  
Curso de Orientação da AIP – USA  
Curso de Treinamento de Operações de Patrulhamento Policial – USA - 1968

CAP PM – CARLOS HENRIQUE BRESSAN  
Curso Geral de Polícia – USA 1965

CAP PM - HILANDER PINTO CORREA

Curso Geral de Polícia – USA 1965

Curso de Orientação de Guerra Especial

Curso de Operações de Patrulhamento - USA - 1970

CAP PM – JOÃO NILSON BORTOLUZZI

Curso Especial de Método de Instrução para professores de Polícia – USA

Curso Geral de Polícia – AIP

Curso de Guerra Especializada – USA

Curso Básico de Primeiros Socorros – Cruz Vermelha Americana – USA - 1966

CAP PM – ARILDO PEGORARO RÊGO

Curso Geral de Polícia – AIP

Curso de Guerra Especializada – USA

Curso de Sobrevivência na Selva – USA

Curso Especial de Controle de Distúrbios Cívicos – USA

Curso intensivo de Inglês – USA 1966

1º TEN PM – AURÉLIO PINHEIRO MAGALHÃES

Curso Geral Interamericano – USA

Curso Especial do Exército Americano – USA

Curso de Operações de Controle de Fronteiras – USA

Curso de Inglês – Universidade de Georgetown – USA 1966

CAP PM - MAURO CARVALHO

Curso Geral de Polícia – USA

Curso Téc. Investigação Policial - USA

Curso Especial – Escola de Guerra do Exército Norte Americano -USA

Curso de Primeiros Socorros – USA

Curso de Inglês – USA 1966

1º TEN PM – ALVARO RAUL CRUZ FERREIRA

Curso Geral de Polícia

Curso de Operações de Controle de Fronteiras

Curso de Guerra Especial – Fort Bragg

Certificado de Tiro Executado com Revolver cal. 38

Classificado na Categoria Marksmann – 1967

(obs- Marksman – graduação de atirador de elite, diferencia-se do Sniper por acompanhar a formação de infantaria)

1º TEN PM – DELVIO FERREIRA VIEIRA

Curso Geral de Polícia – USA

Inglês Básico – USA

Curso de Operações de Controle de Fronteiras – USA – 1967

CAP PM – ALFEU RODRIGUES MOREIRA

Curso Geral Interamericano - AIP

Curso de Guerra Especial do Exército dos EEUU – Fort Bragg – Carolina do Norte.

Curso de Investigações Criminais – Universidade de Georgetown – USA - 1968

MAJ PM – VALMOR ARAUJO

Curso Geral de Polícia – AIP 1968

1º TEN PM – JOSÉ OSMAR DA SILVA FELIÚ

Curso Geral de Polícia – USA

Curso Básico de Inglês – USA - 1969

1º TEN PM – RENATO WEISS

Curso Geral Interamericano – USA

Curso Básico de Inglês – USA - 1969

1º TEN PM – CLOVIS NAMÉDES DA SILVA LIMA

Curso Geral de Polícia – USA 1969

1º TEN PM – JORGE LUIZ RODRIGUES

Curso de Orientação do Centro Internacional de Washington - USA

Curso Geral de Polícia – USA

Curso de Especialização de Controle de Tumultos - USA

Curso Especial de Inglês – USA

Curso de Guerra não Convencional – USA

Certificado de Qualificação de Tiro – USA- 1969

TE. CEL PM – JOSÉ CELLI FILHO

Curso de Orientação AIP (Academia Internacional de Polícia, criada depois do fechamento da iapa)

Inglês – universidade de Georgetown

Participação no Programa de Apresentação de Aspectos da Vida Americana.

Curso para Oficiais Superiores AIP 1970

CAP PM – LAURO PRESTES SILVEIRA

Curso Geral de Polícia – AIP 1970

1º TEN PM – ABDAL JOSÉ CAFRUNI

Curso Geral Interamericano nº 52 – USA – 1971

CAP PM – ANTONIO POMPÍLIO DA FONSECA

Curso de Operações de Patrulhamento – USA

Curso Sobre Segurança Pública - USA

CAP PM – RENATO FREIRE XAVIER

Curso Geral de Polícia – AIP

1º TEN PM – JOSÉ SINVAL DA SILVEIRA

Curso de Tiro – USA

Curso de Inglês – Universidade de Washington - USA

Curso de Instrução de Métodos de Policiamento – USA

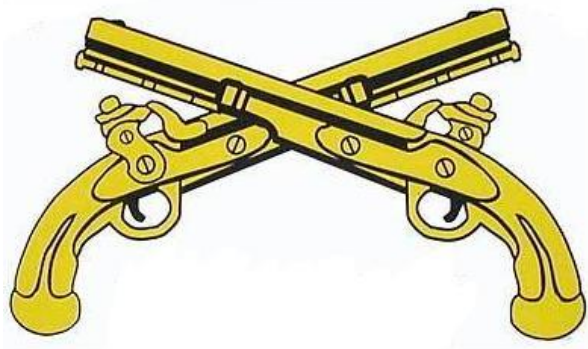
Curso Serviço Internacional de Polícia – USA

Curso Especial do Exército Norte Americano – USA





## ANEXO 5 - BRASÕES DA BRIGADA MILITAR



Brasão das Pistolas Cruzadas



Brasão da Estrela



Brasão do Centauro